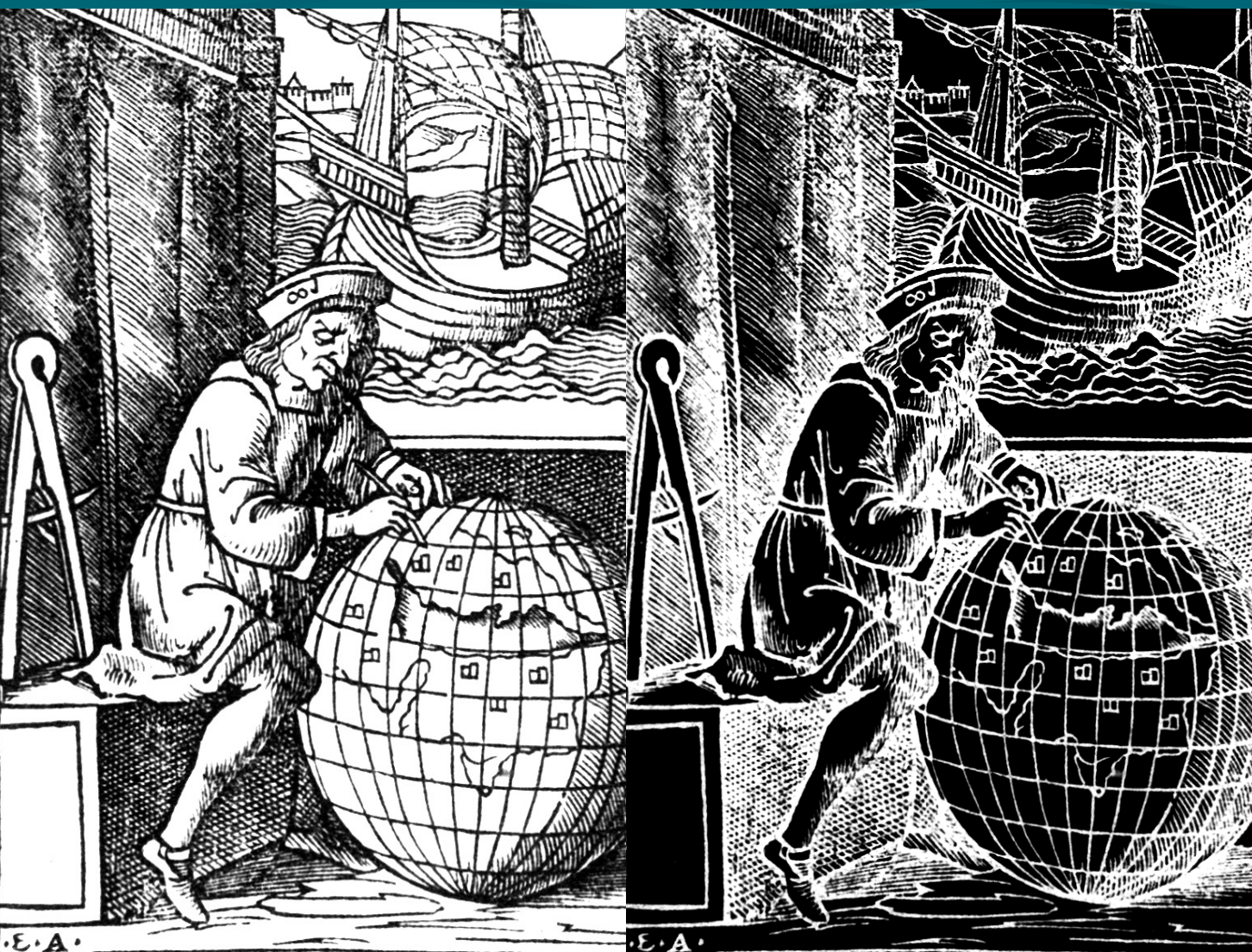


CATÁLOGOS

BNP
BIBLIOTECA
NACIONAL
DE PORTUGAL

Em demanda da biblioteca de Fernão de Magalhães

Rui Manuel Loureiro



Em demanda da biblioteca de Fernão de Magalhães

Em demanda da biblioteca de Fernão de Magalhães

Rui Manuel Loureiro

Biblioteca Nacional de Portugal
Lisboa 2019

Em demanda da biblioteca de Fernão de Magalhães

COORDENAÇÃO CIENTÍFICA

Rui Manuel Loureiro

COORDENAÇÃO TÉCNICA E ÍNDICES

Gina Rafael

CATALOGAÇÃO

Ana Cristina de Santana e Silva
(Reservados – Área de Manuscritos)
Joaquina Feijão
(Área de Cartografia)
Pedro Miguel Teixeira de Aguiar Mesquita
(Reservados – Área de Impressos)

DESIGN

TVM Designers

CAPA

Ludovico Varthema – *Itinerario...* Venezia, 1517 (cat. 12)

PRÉ-IMPRESSÃO

Vanessa Correia

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

ACDPrint jan. 2019

TIRAGEM

350 exemplares

DEPÓSITO LEGAL

451554/19

© Biblioteca Nacional de Portugal, 2019

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL – CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

LOUREIRO, Rui Manuel, 1955-

Em demanda da biblioteca de Fernão de Magalhães / Rui Manuel Loureiro ; coord.
Gina Rafael. – Lisboa : Biblioteca Nacional de Portugal, 2019. – 260 p. il.. – (Catálogos)

ISBN 978-972-565-652-5 (ed. impressa)

ISBN 978-972-565-653-2 (ed. eletrónica)

CDU 94(469)"15"(042)

APOIOS



Esta publicação teve o apoio do CHAM (NOVA FCSH-UAC) através do projeto estratégico financiado pela FCT (UID/HIS/04666/2019)

Prefácio	7
Mensagens institucionais	9
Um testemunho de referência na história de amanhã	11
MARIA JOAQUINA BAPTISTA QUINTANS DE MATOS	
Perpetuar a nossa história coletiva	13
EDUARDO VÍTOR RODRIGUES	
Introdução	15
Em demanda da biblioteca de Fernão de Magalhães	17
RUI MANUEL LOUREIRO	
Catálogo	49
Nota prévia	51
Abreviaturas	53
Os livros de Fernão de Magalhães	55
Os livros sobre Fernão de Magalhães	103
Os mapas de Fernão de Magalhães	139
Estudos complementares	155
Magallanes en España	157
JUAN GIL	
Los cronistas españoles del viaje de Magallanes – Elcano	175
CONSUELO VARELA	
Em torno do globo: Magalhães, Pigafetta e a carta Hazine 1825	183
DEJANIRAH COUTO	
A presença de Fernão de Magalhães nas crônicas portuguesas	207
JOSÉ MANUEL GARCIA	
Bibliografia	229
Obras de referência	231
Bibliografia geral	237
Índices	255
Autores principais	257
Autores secundários	259
Obras anónimas	259
Impressores	260
Locais de impressão	261

PREFÁCIO

Fernão de Magalhães é provavelmente um dos mais célebres navegadores portugueses de todos os tempos, pela sua ligação à primeira viagem de circum-navegação do globo terrestre. Depois de uma carreira mais ou menos discreta ao serviço de el-rei D. Manuel I, que o levou nos inícios do século XVI a terras do Oriente e também a Marrocos, passou a Espanha em finais de 1517, incompatibilizado com o monarca português, que lhe recusara a mercê a que julgava ter direito pelos serviços prestados à coroa lusitana. Levava consigo o projeto de tentar descobrir uma rota ocidental para as longínquas ilhas de Maluco, onde eram produzidas algumas das mais raras especiarias, as quais haviam sido alcançadas pelos portugueses poucos anos antes, a partir das suas bases recém-conquistadas na costa ocidental da Índia e na península da Malásia.

Carlos I de Espanha aceitou patrocinar o projeto de Magalhães, organizando uma expedição de cinco navios, de que lhe atribuiu o comando. As disposições do tratado de Tordesilhas, que fora assinado em 1494 na sequência da primeira viagem de Cristóvão Colombo, impediam os espanhóis de navegar para o Oriente pela via do Cabo da Boa Esperança, reservada em exclusivo para os portugueses. A proposta de Fernão de Magalhães, que de certa forma retomava a ideia original do almirante genovês, parecia a solução lógica para permitir uma intervenção espanhola no lucrativo tráfico de especiarias orientais, que por esses anos fazia a fortuna de Portugal. A armada magalhânica largou de Sevilha em agosto de 1519, para uma expedição que tinha como destino as ilhas mais orientais da Insulíndia, e que acabaria por se transformar na primeira viagem de circum-navegação. Fernão de Magalhães, como é sabido, sucumbiria já bem perto do seu objetivo final.

A passagem do quinto centenário do início desta histórica viagem pareceu uma boa oportunidade para desenvolver um inquérito sobre as leituras que teriam fundamentado o projeto do navegador português. A ideia de rumar ao arquipélago de Maluco pela via do poente deveria ter-se baseado em cuidadas leituras de guias náuticos, roteiros, tratados geográficos e relatos de viagens. Mas Magalhães não deixou grandes vestígios textuais, pois dele apenas se conhecem algumas cartas e memorandos, que não incluem referências de natureza bibliográfica. E apenas há notícias certas de ter possuído um único livro. Assim, a designação «em demanda

da biblioteca de Fernão de Magalhães» pareceu uma apropriada descrição para uma indagação sobre os livros que o navegador lusitano *poderia* ter possuído ou compulsado durante a preparação do seu projeto.

A direção da Biblioteca Nacional de Portugal deu de imediato o seu aval à minha proposta de celebrar a efeméride magalhânica com uma exposição bibliográfica, baseada na sua riquíssima coleção de livros antigos. A produção de um correspondente catálogo foi possibilitada pelo generoso apoio de três autarquias: a Câmara Municipal de Lagos, a Câmara Municipal de Lisboa e a Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia. Fundamental apoio logístico e institucional foi providenciado pelo Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes, em Portimão, e pelo Centro de Humanidades da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e da Universidade dos Açores. Entretanto, quatro colegas de ofício, e também amigos de longa data, aceitaram de imediato, e com enorme entusiasmo, os convites que lhes dirigi para elaborarem textos complementares especificamente destinados a este projeto: Juan Gil, Consuelo Varela, Dejanirah Couto e José Manuel Garcia. Os técnicos e as técnicas da Biblioteca Nacional de Portugal, entretanto, responderam a este desafio com inexcedível empenho e com a competência de sempre. A todos quantos tornaram possível esta exposição e o correspondente catálogo dirijo os meus sinceros agradecimentos.

Lagos, dezembro de 2018

RUI MANUEL LOUREIRO

MENSAGENS INSTITUCIONAIS

Um testemunho de referência na história de amanhã

A visão, a ousadia, a determinação, a coragem e, sobretudo, a vontade de conhecer, de desafiar o desconhecido, de ultrapassar o medo, de concretizar grandes planos são, sem dúvida, características determinantes para a «construção» de uma figura ímpar, uma personagem de destaque, uma referência singular na história dos Descobrimentos e da Humanidade – Fernão de Magalhães.

Reconhecida a génese e o produto do sonho desta figura proeminente, é hora de garantir que a sua história fica asseverada nesta obra de rigor e valia para todos aqueles que procuram a verdade histórica e ao mesmo tempo alimento para o seu próprio sonho.

Pela mestria, pelo sentido crítico, imparcialidade e rigor que se reconhecem ao autor desta obra – Professor Doutor Rui Loureiro, bem como pela amizade pessoal e institucional que lhe dedicamos, é com elevado apreço que a Câmara Municipal de Lagos se associa à edição de mais uma publicação de sucesso no seu percurso enquanto historiador, acreditando que a mesma se constitua também como um testemunho de referência na história de amanhã.

Com os mais elevados votos de sucesso

MARIA JOAQUINA BAPTISTA QUINTANS DE MATOS
Presidente da Câmara Municipal de Lagos

Perpetuar a nossa história coletiva

Vila Nova de Gaia não esquece o seu passado, não esquece a história do país e a dimensão da sua herança cultural. Exemplo disso é a comemoração, ao longo deste ano, dos 500 anos da atribuição do foral a Vila Nova de Gaia pelo Rei D. Manuel I. Para assinalar esta data tão importante, o Município de Gaia promoveu um conjunto de iniciativas que permitiu estender estas celebrações por vários meses. O lançamento da edição fac-similada do Foral de Vila Nova de Gaia de 1518 é uma delas. São 500 anos que merecem ser assinalados mas, mais importante de tudo, é de vital relevância salvaguardar as nossas memórias e a nossa história coletiva, a partir de um documento que tem um valor patrimonial e simbólico único para a cidade e que contribuiu para sistematizar a governação local ao nível administrativo, económico e social.

Daí que, quando o Município de Gaia foi convidado para se associar à publicação do catálogo bibliográfico de Fernão de Magalhães, a resposta rapidamente se fez chegar. Num documento devidamente fundamentado, Rui Loureiro provou que o navegador português é natural da região de Gaia/Porto, onde nasceu, tinha familiares e propriedades e, por isso, a ligação à nossa cidade é, hoje, inegável. Importa, aqui, agradecer o trabalho desenvolvido por Rui Loureiro. Cada vez mais, é importante que estudiosos e investigadores se interessem pela nossa história local. É fundamental recordar um passado que, a meu ver, é imprescindível para construir o futuro.

Foi, também, neste sentido que nasceu, recentemente, o roteiro do Património Cultural de Vila Nova de Gaia, uma obra de dez volumes que tenciona marcar a identidade histórica de Gaia, desenvolvida em parceria com a Confraria Queirosiana e inúmeros investigadores de renome. Este projeto é uma experiência. Um experimentar olhar para Gaia do ponto de vista do que, em termos culturais e de património, mais a marcou e mais a marca ainda. Fernão de Magalhães integra o primeiro volume desta obra – «Património Humano, Personalidades Gaienses» –, uma valorização da nossa identidade coletiva. O que faz de Gaia o que é hoje? Este foi o repto lançado a um grupo muito vasto de profissionais. Foi-lhes pedido que resgatassem para o futuro um passado que diz respeito a todos nós. O leitor é convidado a conhecer melhor uma Gaia do passado, projetada no presente. Penso que uma instituição como

a Câmara Municipal tem um papel fundamental nesta memória como consciência do tempo, partilhando com todos uma seleção, um registo e um estudo muito aprofundado.

É de vital interesse perpetuar no tempo a memória da identidade nacional, de um modo geral, e gaiense, de um modo particular. Acredito que este catálogo faz esse trabalho na perfeição.

EDUARDO VÍTOR RODRIGUES
Presidente da Câmara Municipal
de Vila Nova de Gaia

INTRODUÇÃO

Em demanda da biblioteca de Fernão de Magalhães

RUI MANUEL LOUREIRO

Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes

CHAM – Centro de Humanidades | FCSH, Universidade Nova de Lisboa

Encontrar a biblioteca de Fernão de Magalhães é uma verdadeira missão impossível. O grande navegador não produziu qualquer escrito ou relato desenvolvido, e apenas lhe podem ser atribuídos uns poucos textos de circunstância (cartas e memoriais), todos de reduzida dimensão. Contudo, a sua letra aparenta ser a de um homem cultivado e habituada à escrita. Entretanto, nas fontes da época apenas se conseguem encontrar indícios de um livro que inequivocamente estaria na posse de Magalhães, um exemplar de um relato de viagens orientais da autoria de Ludovico de Varthema, impresso pela primeira vez em Roma em 1510. Mas durante os seus anos de formação, e ao longo de uma carreira ultramarina que decorreu em regiões da África Oriental, da Índia, da Ásia do Sudeste e de Marrocos, Fernão de Magalhães teria decerto possuído ou manuseado um certo número de obras – umas impressas, outras manuscritas – relacionadas com esses espaços geográficos e com o movimento de expansão ibérica então em curso. Além disso, a conceção de um projeto de navegação para as *ilhas das especiarias* por uma rota ocidental, na década de 1510, implicaria ainda o conhecimento de um certo número de obras relacionadas com a navegação astronómica e com a geografia do Novo Mundo. Aqui se ensaia, pois, a tentativa de identificação dos livros que o navegador português em algum momento teria possuído ou manuseado – a *biblioteca* de Fernão de Magalhães –, seguindo o fio da sua aventureira biografia.

Fernão de Magalhães terá nascido na região do Porto, na margem sul do rio Douro, como sugerem alguns documentos de arquivo subscritos por ele próprio, e entre estes o seu testamento (ver GIL 2009: 251-252)¹. Dois testemunhos portugueses um pouco mais tardios confirmam esta hipótese. O primeiro testemunho aparece no *Libro das antiguidades e cousas notaveis de antre Douro e Minho, e de outras m[ui]tas de España e Portugal*, manuscrito composto em 1549, da autoria do Dr. João de

¹ Sobre a naturalidade de Magalhães, ver Barros (2009) e Dantas (2012).

Barros², um humanista lusitano pouco conhecido, que não deve ser confundido com o cronista seu homónimo. A dado passo, referindo-se ao Porto, o Dr. João de Barros escreve que «Os homens desta Cidade são polla mor parte muito espertos na arte do marear e se fazem aly grandez naos, e nauios, e daly foi natural o Magalhais que achou outro caminho pera a India que foy homem habilissimo» (BARROS 1549: 60r). O segundo testemunho deve-se a Fernando Oliveira, um especialista em assuntos náuticos que por volta de 1570 preparou um manuscrito intitulado *Viagê de Fernão de Magalhães, escripta por hũ homẽ que foy na cõpanhia*. A determinado passo desse relato, Oliveira escreve que «Antre os portugueses que descobrirão Maluco foy hum chamado Fernão de Magalhães, natural da cidade do Porto em Portugal. Este era da geração dos Magalhães gente honrada e nobre: e era criado del rey em foro de moço de camara» (VALIÉRE 1976: 27-28).

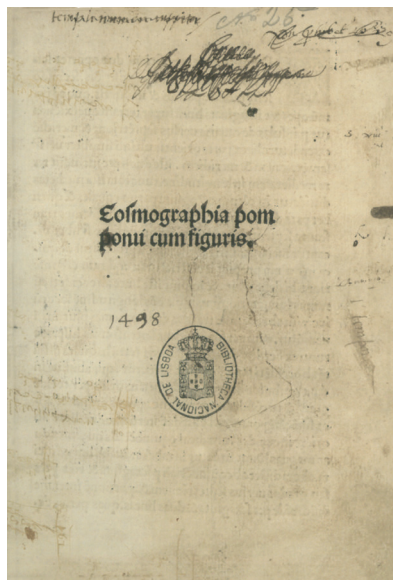
Pouco mais se consegue apurar sobre o navegador, até ao momento do seu embarque em 1505 na armada de D. Francisco de Almeida, nobre português que ia assumir as funções de primeiro vice-rei do nascente Estado da Índia (cf. RÊGO & OUTROS 1962-1989: 1, 110). Magalhães seria então um homem já formado, pois crê-se que terá nascido por volta de 1480. E teria tido o mesmo tipo de educação de outros jovens fidalgos do seu tempo e condição, que combinavam uma apurada preparação militar com alguns estudos de natureza humanística. Desde 1498, na sequência da viagem de Vasco da Gama, que a coroa portuguesa estava a construir no Oriente um informal império, constituído por dispersos estabelecimentos costeiros, onde eram fundadas feitorias e fortalezas, que eram protegidas por navios poderosamente armados. A partir destas bases, os portugueses pretendiam intervir no tráfico das mais valiosas mercadorias orientais, canalizando-as para a Europa através da recém-aberta rota do Cabo³. Fernão de Magalhães, como muitos outros jovens, embarcava para a Índia em busca de honra e proveito, e durante os oito anos seguintes viajaria extensamente por toda a Ásia marítima, participando em numerosas expedições navais e campanhas militares organizados pelas autoridades portuguesas.

Asua intenção de demandar o Oriente, muito provavelmente, teria sido acompanhada pela recolha prévia de notícias sobre os mundos ultramarinos. E embora não haja indícios de que Magalhães teria uma desenvolvida cultura letrada, não é impossível

² Sobre este autor, ver Baião (1917).

³ A respeito da fundação do Estado da Índia, ver Barreto (2000).

que em algum momento da sua formação manuseasse determinadas obras da cultura clássica que estavam a ser redescobertas um pouco por toda a Europa. Outros dos seus contemporâneos eram leitores interessados das edições latinas da *Cosmographia* de Pompónio Mela, da *Historia Naturalis* de Plínio, o Velho, e da *Geographia* de Cláudio Ptolomeu, por exemplo, nas quais procuravam referências que pudessem enquadrar os novos descobrimentos geográficos ibéricos, e de alguma forma servir de preparação para o encontro com esses mundos ultramarinos. Edições latinas dessas obras estavam disponíveis em Portugal, e eram consultados por outros leitores com estatuto social idêntico ao de Fernão de Magalhães, um pequeno fidalgo da casa real portuguesa (ver TARRÍO 2015). De resto, algumas destas obras clássicas incluíam nas suas edições modernas mapas mais ou menos atualizados, que já incluíam representações cartográficas dos espaços extraeuropeus que estavam a ser explorados desde inícios do século xv pelas coroas de Portugal e de Espanha. Tal sucedia nomeadamente com as edições da *Geographia* de Ptolomeu, que desde inícios do século xvi começaram a integrar planisférios com a representação do Novo Mundo⁴.



[1]

⁴ Sobre a cartografia das edições da obra de Ptolomeu, ver Gautier-Dalché (2009).

Magalhães poderia também ter consultado outras obras que circulavam em Portugal nos alvares do século XVI, como o *Livro das Maravilhas* de Marco Polo ou como a descrição da *Ásia* de Eneas Silvio Piccolomini, tratados medievais que procuravam dar conta da geografia das regiões mais orientais, com base em experiências vivenciais ou em informações de segunda mão. Por sinal, em 1502, muito antes da largada da armada de D. Francisco de Almeida, o impressor de origem alemã Valentim Fernandes publicara em Lisboa o *Marco Paulo*, uma coletânea de relatos medievais de viagem em tradução portuguesa. Entre estes destacavam-se o célebre livro de Marco Polo, protagonista de extensas peregrinações asiáticas, e a relação de Nicolo de' Conti, um mercador que nas primeiras décadas do século XV jornadeara extensamente pela Ásia. Na última página da sua edição, Valentim Fernandes sublinhava que a obra se destinava a servir de «auisamêto daqueles que agora vam pera as ditas Indias» (FERNANDES 1502: XCVIIIIV)⁵. O impressor alemão fornecia aos homens cultos que partiam para o Oriente, numa edição acessível, em língua portuguesa, os mais conceituados – embora desatualizados – relatos europeus sobre o mundo oriental. E incentivava os viajantes lusitanos a «benignamête [...] emêdar e correger ho que menos acharê no escreuer .s. nos vocabulos das prouinças. regnos. çidades. ylhas. e outras cousas muytas e nõ menos em a distância das legoas de hũa terra pera outra» (FERNANDES 1502: XCVIIIIV). Não é improvável que um dos primeiros livros sobre assuntos geográficos que passou pelas mãos de Fernão de Magalhães tenha sido precisamente a coletânea *Marco Paulo* de Valentim Fernandes.

Um dos homens que viajava a bordo da armada de D. Francisco de Almeida era o feitor Hans Mayr, representante de interesses mercantis alemães, que escreveu um pormenorizado relato da viagem, descrevendo as diversas escalas efetuadas ao longo da costa oriental de África. Mas o relato do alemão, que faz parte do chamado *Códice Valentim Fernandes* – um conjunto de diversos manuscritos reunidos pelo impressor alemão –, não inclui qualquer menção a Magalhães, que não se terá destacado em nenhuma das diversas ações bélicas desencadeadas pelos portugueses (ver COSTA 1997: 344-361). A armada portuguesa seguiria depois para a costa ocidental da Índia, aportando nomeadamente a Cananor e a Cochim, cidades portuárias onde o vice-rei D. Francisco de Almeida negociou com as autoridades locais a construção de fortalezas portuguesas. Nada se consegue apurar sobre as atividades de Magalhães durante o ano de 1506, mas decerto teria participado nos combates navais contra as forças da cidade de Calecute.

⁵ Existe uma edição diplomática desta coletânea: Pereira, ed. (1922). Sobre Valentim Fernandes, ver Jüsten (2007).

O cronista português Gaspar Correia, que viveu na Índia a partir de 1512 e que mais tarde escreveria as *Lendas da Índia*, uma volumosa e documentada história do primeiro meio século de presença portuguesa no Oriente que na época ficou manuscrita, refere-se a «Fernão de Magalhães, que em Calecut fôra muyto ferido» (CORREIA 1975: 2, 28). O episódio bélico, que redundou numa vitória portuguesa sobre a frota daquele potentado indiano, merece alguma atenção. Depois da largada da armada portuguesa de Cochim, de regresso a Lisboa, em finais de 1505, alarmantes notícias chegaram à fortaleza portuguesa de Cananor. Um viajante italiano que vivera em Calecute durante uma temporada juntou-se aos portugueses, alertando-os para um iminente ataque do Samorim desta cidade indiana, que desde a primeira hora se revelara hostil à presença lusitana. Em Cananor encontrava-se então D. Lourenço de Almeida, filho do Vice-rei, que de imediato enviou para Cochim, num navio comandado por João Serrão, o trânsfuga italiano, que não era outro senão Ludovico de Varthema (2004: 242-245). Fernão de Magalhães, que provavelmente andaria embarcado com João Serrão – dadas as suas posteriores ligações a Francisco Serrão, talvez um parente daquele –, terá então travado conhecimento com o viajante italiano. Varthema regressou pouco depois à Europa, a bordo de navios portugueses, e chegado a Itália publicaria em Roma, em 1510, o *Itinerario de Ludovico de Varthema*, que conheceu uma ampla difusão em sucessivas edições e traduções. Na sua relação de viagem Varthema relatava as suas alegadas andanças até diversas ilhas da Insulíndia, incluindo Samatra, Java, Bornéu, e mesmo Maluco (VARTHEMA 2004: 179-224). Mas estas viagens às partes mais orientais da Ásia muito provavelmente nunca ocorreram, pois suspeita-se hoje que o italiano não terá navegado para leste da Índia.

Curiosamente, e de acordo com indicações do cronista espanhol Francisco López de Gómara na sua *Historia general de Indias*, originalmente publicada em Saragoça em 1552, quando Fernão de Magalhães, em 1518, foi recebido pelo monarca espanhol Carlos I em Valladolid, tinha nas mãos «la relación de Luis Berthoman, boloñes, que fue a Bandam, Borney, Bachian, Tidore y otras islas de especias» (LÓPEZ DE GÓMARA 1965: 1, 160). Ou seja, depois de voltar a Portugal, o navegador português teve conhecimento de que o seu antigo conhecido, Ludovico de Varthema, publicara um *Itinerario* em língua italiana no qual descrevia detalhadamente as suas andanças orientais (VARTHEMA 1510). E encontrara modo de adquirir essa obra – na edição original ou talvez na tradução latina impressa em Milão em 1511, com o descritivo

Itinerario De Ludouico De
Barthema Bolognese ne lo Egypto ne la
Suria ne la Arabia Deserta ⁊ Felice
ne la Persia ne la India ⁊ ne la Etbio
pia. La fede et viuere ⁊ costumi de
tutte le psate puicie. Nouamete impresso.



[12]

título *Novum itinerarium Aethiopiae, Aegypti, utriusque Arabiae, Persidis, Siriae ac Indie intra et extra Gangem*. Magalhães queria talvez mostrar ao monarca espanhol evidências testemunhais das imensas riquezas que se podiam encontrar nas *ilhas das especiarias*.

Um documento de dezembro de 1506 refere que o Vice-Rei português despachara pouco antes para a costa oriental de África uma expedição comandada por Nuno Vaz Pereira, na qual se integrou «Fernam de Magalhaes» (RÊGO 1960-1977: 10, 356). Durante cerca de um ano este contingente naval deu apoio aos estabelecimentos

portugueses de Sofala, Quíloa e Melinde, ajudando a consolidar a presença lusitana naquela região africana, especialmente importante por permitir o acesso ao trato de ouro do império do Monomotapa⁶. Nada de especial se consegue apurar sobre as atividades de Magalhães durante este período. Em outubro de 1507 Nuno Vaz Pereira estava de regresso a Cochim, de onde efetuou uma jornada à ilha de Ceilão. Embora nada o confirme, não é improvável que Magalhães o acompanhasse, pois era habitual as guarnições portuguesas manterem uma ligação ao mesmo comando durante períodos alargados. Curiosamente, Nuno Vaz Pereira é muito elogiado na relação de viagem que Martín Fernández de Figueroa publicou em Salamanca em 1512, com a ajuda editorial de Juan Agüero de Trasmiera, e com o título *Conquista de la India de Persia & Arabia que fizo la armada del rey don Manuel de Portugal*. Como Martín Fernández viajou na companhia de Nuno Vaz Pereira, é quase certo que se terá cruzado com Fernão de Magalhães, conquanto não lhe faça qualquer referência⁷. Mas não é improvável que anos mais tarde o navegador lusitano viesse a adquirir mais este título, escrito por outro dos seus conhecidos.

As primeiras décadas da presença portuguesa no Oriente são minuciosamente relatadas por diversos cronistas mais tardios, que, para além do já referido Gaspar Correia, incluem sobretudo Fernão Lopes de Castanheda e João de Barros. O primeiro, que viveu na Índia entre 1528 e 1538, de regresso a Portugal publicaria em Coimbra, entre 1551 e 1561, oito livros da sua *Historia do descobrimento e conquista da India pelos portugueses* (ver CASTANHEDA 1979). O segundo, que desempenhou durante longos anos funções na Casa da Índia, em Lisboa, a instituição que supervisionava todos os contactos portugueses com o mundo ultramarino, publicaria nesta cidade três *Décadas da Ásia*, entre 1552 e 1563 (ver BARROS 1973). No âmbito dos seus relatos sobre as atividades dos portugueses no Oriente, os três cronistas dedicam alguma atenção a Fernão de Magalhães, e sobretudo à parte espanhola da sua carreira. Mas nas páginas das suas obras recolhem-se também alguns indícios diretos sobre as andanças do navegador português antes de 1517⁸.

Em dezembro de 1508, Fernão de Magalhães embarcou em Cochim na grande armada que o vice-rei D. Francisco de Almeida organizou para combater no litoral

⁶ Relativamente ao contexto da presença portuguesa na costa oriental de África, ver Pearson (1998).

⁷ Trata-se de uma obra raríssima, de que se conhece apenas um exemplar, reproduzido em fac-símile em McKenna (1967).

⁸ Para uma síntese das informações transmitidas pela cronística portuguesa quinhentista sobre Magalhães, com amplas referências bibliográficas, ver Garcia (2007: 227-300); e também o texto de José Manuel Garcia no presente catálogo.

noroeste da Índia uma poderosa coligação de diversos potentados indianos, apoiados por um contingente naval vindo do Egito. Terá viajado no navio do mesmo Nuno Vaz Pereira, que também participou nesta campanha, pois este último nome é destacado na anónima *Crónica do descobrimento e primeiras conquistas da Índia pelos Portugueses*, escrita na década de 1520, mas que na época ficou manuscrita⁹. Como escreve Gaspar Correia, Magalhães «foy no feito dos rumes» (CORREIA 1975: 2, 28), designação atribuída à batalha naval de Diu de fevereiro de 1509, na qual os portugueses infligiram uma pesada derrota às forças inimigas, consolidando de forma definitiva o poder lusitano nos mares da Índia, e assegurando a sua capacidade de intervenção no tráfico das mais valiosas mercadorias orientais¹⁰. Verificamos, pois, que no espaço de cerca de quatro anos, Fernão de Magalhães circulou incessantemente pelas margens da parte ocidental do Oceano Índico, participando em numerosas expedições navais e combatendo em diversos recontros bélicos. Teve assim oportunidade de adquirir larga experiência náutica e militar, muito embora, do ponto de vista das fontes coetâneas, praticamente não se tivesse destacado do anonimato. Evidentemente, pôde também acumular informações orais sobre o mundo oriental e sobre as imensas riquezas que circulavam incessantemente através de inúmeras rotas mercantis estabelecidas de há longa data, e que os portugueses tentavam a pouco-e-pouco decodificar.

Magalhães passaria agora à segunda fase da sua carreira oriental, pois em agosto de 1509 embarcou em Cochim, juntamente com o seu amigo Francisco Serrão, numa expedição com destino a Malaca, comandada por Diogo Lopes de Sequeira. Este fidalgo lusitano, que acabava de chegar de Portugal, trazia instruções explícitas de el-rei D. Manuel I para efetuar um reconhecimento das regiões asiáticas mais orientais. Todas as notícias entretanto recolhidas pelos portugueses indicavam que as mais valiosas drogas e especiarias eram oriundas da Ásia do Sudeste, pelo que a coroa lusitana estava especialmente interessada em fundar um entreposto naquela importante cidade portuária malaia. Na sequência de um ataque desencadeado pelas forças do sultanato malaio, Lopes de Sequeira foi obrigado a bater em retirada, deixando em Malaca um grupo de prisioneiros portugueses. Magalhães embarcou logo de seguida em Cochim, num dos navios que regressavam a Portugal carregados de especiarias e outros produtos orientais. Contudo, duas destas embarcações da armada de 1509, e entre estas aquela em que viajava o navegador português, viriam a naufragar junto às

⁹ Ver a edição de Albuquerque (1986: 347-353).

¹⁰ Sobre este episódio militar, ver Pissarra (2002).

ilhas Lacadivas. Eventualmente, o grupo de náufragos seria resgatado e transportado para Cananor, mas é provável que Magalhães tivesse perdido neste naufrágio muitas das suas posses, circunstância que o obrigará a continuar no Oriente durante mais alguns anos.



Livro de Lizuarte de Abreu
Pierpont Morgan Library, Nova Iorque

Entretanto, Afonso de Albuquerque assumira as funções de governador do Estado da Índia, e estava a desenvolver, ou planeava fazê-lo, operações militares em diversas regiões da Ásia marítima, no sentido de consolidar a presença portuguesa com a

aquisição de diversas bases estratégicas¹¹. Magalhães participou sucessivamente em duas das campanhas comandadas por Albuquerque, a conquista de Goa em 1510 e a conquista de Malaca em 1511, sempre na companhia de Francisco Serrão¹². Logo após a conquista de Malaca, e depois de iniciada a construção da fortaleza portuguesa, Afonso de Albuquerque despachou emissários rumo a diversos outros destinos, com vista a assegurar a manutenção das ligações mercantis pacíficas e regulares que tinham até então assegurado a prosperidade daquele empório malaio. Rumo ao arquipélago de Maluco, de onde provinham especiarias tão valiosas como o cravinho, a noz-moscada e a maçã, seguiu uma armada de três navios comandada por António de Abreu, que largou de Malaca em finais de 1511.

Esta expedição tem sido repetidamente analisada, e bastará aqui retomar alguns dados essenciais (ver GARCIA 2007: 38-48). António de Abreu, depois de costear a fieira de ilhas que de Java se estende em direção a leste, visitou os arquipélagos de Amboíno e de Banda, para depois regressar a Malaca na segunda metade de 1512, com detalhadas informações geográficas, e nomeadamente com os esboços cartográficos e os desenhos panorâmicos preparados durante a viagem pelo piloto Francisco Rodrigues¹³. O capitão de uma das embarcações era Francisco Serrão, que, na sequência de um naufrágio junto à ilha de Madura, conseguiu atingir as ilhas de Maluco propriamente ditas a bordo de embarcações locais, aí se fixando até à sua morte em 1521¹⁴.

Especula-se se Fernão de Magalhães teria participado nesta expedição e, à falta de um testemunho inequívoco, podem ser invocados diversos argumentos nesse sentido. Primeiro, nas muitas dezenas de documentos lusitanos produzidos em Malaca durante os anos de 1511 e 1512, que reportam as vicissitudes da fundação e da gestão do novo estabelecimento português, não se encontra qualquer referência a Magalhães, o que poderia significar que ele estava ausente daquela cidade portuária. Depois, Fernão Lopes de Castanheda, numa passagem da sua *História do descobrimento e conquista da Índia pelos portugueses* respeitante às ilhas de Maluco, refere «que ho mesmo Fernão de Magalhães fora testemunha» da viagem de António de Abreu,

¹¹ Para uma análise da carreira de Albuquerque, ver Pelúcia (2016).

¹² Ver análises destas duas campanhas militares em Costa & Rodrigues (2008) e Thomaz (2000).

¹³ Ver uma edição destes materiais em Garcia (2008).

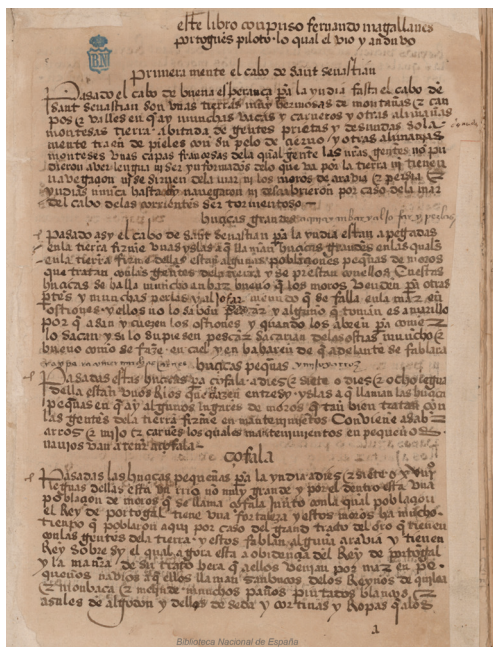
¹⁴ Sobre a carreira de Serrão, ver Lobato (2011).

«têdo a certeza ôde aquelas ilhas jazião» (CASTANHEDA 1979: 2, 442). Em terceiro lugar, o já mencionado Fernando de Oliveira referirá mais tarde, no seu relato da viagem de circum-navegação, que Magalhães era um «homẽ entendido na arte da nauegação, e cosmografia, em especial pello que aprendeo de hum seu parente chamado Gõçallo d'Oliueyra, em cuja companhia foy ter aaquella terra [de Maluco]: do qual entendeo a uerdade do sitio daquellas terras» (VALIÈRE 1976: 26-27). Ora, em quarto lugar, as crónicas portuguesas quinhentistas referem que Gonçalo de Oliveira, sobre o qual nada de especial se consegue apurar, era precisamente o piloto do navio em que Francisco Serrão partiu de Malaca com rumo às *ilhas das especiarias* (cf. CASTANHEDA 1979: 1, 679).

Assim, não parece impossível que Fernão de Magalhães tenha também participado na viagem às ilhas mais orientais da Insulíndia, seguindo à ida no navio de Francisco Serrão, mas regressando desde Banda com António de Abreu. Aliás, tanto Magalhães como Abreu embarcaram juntos em Malaca, em janeiro de 1513, com rumo a Cochim, de onde ambos prosseguiram para Lisboa, num dos navios da carreira da Índia que dali largaram pouco depois. Por ocasião da sua eventual viagem a Maluco, Magalhães teria oportunidade de conviver com o piloto Francisco Rodrigues, um dos grandes especialistas portugueses da cartografia das regiões mais longínquas da Ásia. Não é impossível que dele tivesse obtido roteiros de navegação e cartas geográficas sobre as ilhas mais orientais da Insulíndia. Entretanto, na sequência do seu regresso a Malaca, poderá ter-se cruzado também com Tomé Pires, que ali exercia funções de feitor, e que estava então a redigir a sua *Suma Oriental*, o primeiro grande tratado português de geografia asiática. A obra do boticário lusitano, que apenas circularia manuscrita na época, era resultado de uma mente extremamente inquiridora, e continha as mais atualizadas e mais circunstanciadas notícias sobre o arquipélago de Maluco até então disponíveis nos meios cultos europeus (ver PIRES 2017: 222-234).

Talvez Magalhães tenha conseguido obter uma cópia parcial desta obra manuscrita, semelhante à que poucos anos mais tarde circulava em Espanha e foi adquirida pelo diplomata italiano Andrea Navagero, que a remeteu para Veneza, para o seu amigo Giovanni Battista Ramusio. O conhecido humanista veneziano publicá-la-ia anos mais tarde, na sua monumental compilação *Delle Navigazioni et Viaggi*, impressa em três volumes em Veneza, entre 1550 e 1559 (RAMUSIO 1978-1988: 2, 537-709). Além do mais, Fernão de Magalhães, depois do seu regresso de Malaca, e durante a breve escala na Índia, poderia também ter contactado em Cananor com Duarte Barbosa, um funcionário da feitoria portuguesa existente nessa cidade indiana, o qual então

preparava um *Livro das coisas do Oriente*, uma detalhada descrição da Ásia, que depois circulou em manuscrito, e foi também publicada na coletânea de Ramusio (1978-1988: 2, 711-780). Conserva-se hoje uma cópia manuscrita da obra de Barbosa em tradução espanhola, que contém na primeira folha a inscrição «este libro compuso fernando magallanes portugués piloto lo qual d vno y anduvo» (BARBOSA ca 1520: 110r)¹⁵. É muito provável que se trate de uma cópia de um manuscrito que originalmente estaria na posse do navegador português aquando da sua passagem a Espanha. Entretanto, não é impossível que este Duarte Barbosa fosse parente dos Barbosa que por esses anos viviam em Sevilha, e com os quais Magalhães se haveria de relacionar poucos anos mais tarde¹⁶.



Livro de Duarte Barbosa
Biblioteca Nacional de Espanha, Madrid

¹⁵ Ver uma edição deste manuscrito em Blázquez y Delgado Aguilera (1920).

¹⁶ A respeito dos Barbosa residentes em Sevilha, ver Gil (2009: 169-188).

Fernão de Magalhães encerrava assim o seu segundo período oriental, com redobrada experiência naval e militar, e sobretudo na posse de alargados conhecimentos da geografia e da hidrografia de grandes porções da Ásia marítima. Muito provavelmente, teria visitado algumas das ilhas mais orientais da Insulíndia, na companhia de António de Abreu, adquirindo nessa expedição estratégicos conhecimentos sobre a geografia do arquipélago de Maluco, sobre os produtos exóticos ali disponíveis, e sobre as rotas que de Malaca lá conduziam. Assistira decerto a debates entre os pilotos, cosmógrafos e cartógrafos portugueses sobre a exata localização do arquipélago de Maluco, pois a extensão para leste das viagens de exploração portuguesas não poderia deixar de colocar na ordem do dia a questão do anti-meridiano de Torde-silhas. Ou seja, até onde poderiam os portugueses navegar e comerciar livremente, sem infringirem os acordos que haviam sido assinados pela coroa lusitana com Espanha em 1494¹⁷. Entre os técnicos portugueses, e dada a impossibilidade prática de determinar a longitude com rigor, de forma alguma existia consenso absoluto sobre o facto de as ilhas de Maluco estarem situadas no hemisfério de influência portuguesa, como mais tarde se virá a verificar nas reuniões de Badajoz e Elvas em 1524 (ver ALBUQUERQUE & FEIJÓ 1975). Poucos anos mais tarde, num memorial dirigido a Carlos I, Fernão de Magalhães defenderia que o arquipélago de Maluco se encontrava na área de demarcação espanhola. Mas essa opinião, evidentemente, era uma condição indispensável na proposta que apresentara ao monarca espanhol¹⁸.

Chegado a Lisboa em meados de 1513, Fernão de Magalhães logo embarcou na grande armada que estava a ser preparada em Lisboa, sob o comando de D. Jaime, duque de Bragança, com vista à conquista de Azamor. El-rei D. Manuel I prosseguia a tradicional política portuguesa de ocupação de posições sólidas no litoral marroquino¹⁹. Na sequência da ocupação de Azamor pela força expedicionária portuguesa, Magalhães permanecerá durante muitos meses naquela praça, conservando-se alguns documentos que dão testemunho da sua presença e atividades no litoral marroquino (ver GARCIA 2007: 27-29). Não é impossível que durante esta expedição Magalhães se tivesse cruzado com o piloto João de Lisboa, que também nela terá

¹⁷ Sobre a discussão a propósito da localização de Maluco, ver Cerezo Martínez (1994).

¹⁸ O memorando de Magalhães está publicado em Garcia (2007: 164-176).

¹⁹ A respeito desta expedição, ver Costa & Rodrigues (2007); e relativamente à política marroquina de el-rei D. Manuel I, ver Racine (2012).

participado²⁰. O encontro é importante por duas razões: por um lado, o piloto português escreveu em 1514 um *Tratado da agulha de marear*, que circulou manuscrito²¹, e do qual Magalhães poderia ter obtido uma cópia; por outro lado, João de Lisboa tinha navegado em anos anteriores até à região do Rio da Prata, e seria um dos portugueses mais bem informados sobre a geografia e a hidrografia dessas regiões americanas, como adiante veremos²².

Não é também impossível que neste período Fernão de Magalhães pudesse ter compulsado o manuscrito do *Esmeraldo de situ orbis*, um tratado de geografia africana da autoria de Duarte Pacheco Pereira, concluído por volta de 1508²³. A obra dedicava alguma atenção ao litoral marroquino, sendo inclusivamente ilustrada por diversas vistas de portos e por um mapa-mundo²⁴. Aliás, é plausível que Magalhães se tenha em algum momento cruzado com o autor do *Esmeraldo*, que por estes anos serviu nas armadas de defesa que a coroa portuguesa despachava regularmente para o estreito de Gibraltar e para a costa de Marrocos. A obra manuscrita de Pacheco Pereira não terá conhecido grande circulação, mas o seu autor era um personagem de enorme relevo nos meios marítimos e ultramarinos portugueses, que ganhara fama no Oriente, nos primeiros anos do século XVI. Antes disso, é provável que tenha protagonizado em finais da década de 1490 uma viagem às regiões do Novo Mundo que haviam sido contactadas pela primeira vez por Cristóvão Colombo²⁵.

Outra obra curiosa que começara por esses anos a circular, e que decerto interessaria a Fernão de Magalhães, era a coletânea *Paesi novamente ritrovati et novo mondo da Alberico Vesputio Florentino intitolato*, publicada por Fracanzano de Montalboddo em Vicenza, em 1507. Esta coleção incluía diversos relatos de viagens e explorações realizadas sob a égide das coroas ibéricas em África, no Oriente e no Novo Mundo, em finais do século XV e inícios da centúria imediata. Diversas edições e traduções foram publicadas em anos seguintes, em outras cidades europeias, algumas das quais

²⁰ A respeito de João de Lisboa, ver Gonçalves (2016).

²¹ Ver uma edição deste tratado em Albuquerque (1981).

²² Sobre a viagem americana de João de Lisboa, ver Laguarda Trías (1973).

²³ Ver a edição crítica deste tratado em Carvalho (1991). Sobre a carreira de Duarte Pacheco, ver a síntese de Murteira (2000); e, especificamente sobre este período, ver Carvalho & Pinto (2012).

²⁴ A respeito das ilustrações do *Esmeraldo*, ver Daveau (1999-2000).

²⁵ Sobre esta hipotética viagem, ver Domingues (2012).

estariam disponíveis em Portugal, onde suscitariam enorme curiosidade, pois o editor italiano recorrera a numerosos materiais de origem portuguesa²⁶. Especial interesse mereceriam, talvez, as cartas de Amerigo Vespucci, relatando as suas supostas ou reais viagens ao litoral do continente que pouco depois dele tomaria o nome²⁷.



[10]

De volta a Portugal, Fernão de Magalhães seria acusado de irregularidades no desempenho das funções de quadrilheiro em Azamor, motivo que o obrigou a viajar novamente para Marrocos, a fim de esclarecer a situação. Após o regresso ao reino, o navegador lusitano terá entrado em conflito com el-rei D. Manuel I, por razões

²⁶ A respeito desta coletânea, ver Andrade (1972).

²⁷ A respeito destas cartas, ver Matos (1991: 277-316).

relacionadas com a não atribuição da recompensa que solicitara à coroa portuguesa. Como era habitual em homens de armas que retornavam a Portugal na sequência de períodos mais ou menos prolongados de serviços ultramarinos, Magalhães dirigiu ao monarca lusitano, provavelmente em 1516, um requerimento de aumento da pensão que recebia enquanto fidalgo da casa real. Mas, por razões algo obscuras, que parecem estar relacionados com o seu desempenho durante o período marroquino, o pedido foi terminantemente recusado (ver BARROS 1973: 5, 622-631)²⁸. A recusa régia terá tocado fundo em Magalhães, que parece desde logo ter decidido expatriar-se, para ir oferecer os seus serviços à vizinha Espanha. Mas ter-se-á passado pelo menos um ano entre a recusa de el-rei D. Manuel I recompensar o seu servidor e a decisão deste de rumar a Espanha (ver GARCIA 2007: 28-29).

Entretanto, diversos indícios documentais sugerem que Magalhães, em Lisboa, se dedicou a empreendimentos de natureza comercial (ver VITERBO 1988: 2, 227). Possivelmente, o navegador manteve neste período relações negociais com Cristóbal de Haro, abastado mercador espanhol que estava estabelecido em Lisboa e que participava intensamente em negócios ultramarinos, com investimentos na carreira da Índia, no comércio com a costa ocidental de África, e também na exploração do litoral do Brasil²⁹. E seria nesta ligação empresarial que Magalhães teria desenvolvido o seu projeto de navegar para as ilhas de Maluco pela via ocidental. Cristóbal de Haro, que estava ligado a importantes casas comerciais alemãs (ver POHLE 2017), pretendia aceder ao lucrativo comércio que os portugueses estavam a desenvolver nas partes mais remotas do Oriente. Mas a coroa portuguesa começara a colocar barreiras à intervenção de mercadores privados no comércio de determinados produtos orientais. E tal como Magalhães, por volta de 1516 Cristóbal de Haro entrou em conflito com el-rei D. Manuel I, no âmbito dos negócios que desenvolvia com a costa da Guiné, decidindo liquidar os seus assuntos em Portugal, para passar a Espanha. A relação entre Haro e Magalhães, aliada ao facto de ambos estarem desavindos com o monarca lusitano, teria dado origem a um projeto contestatário: buscar pela via ocidental um caminho para as *ilhas das especiarias*, navegando fora da zona de influência que fora reservada a Portugal pelo tratado de Tordesilhas.

²⁸ Sobre a moradia que Magalhães recebia, ver Garcia (2007: 28-30).

²⁹ Sobre Haro, personagem que mereceria um estudo aprofundado, ver Gallez (1991); Gil (2009: 252-254); e Bénat-Tachot (2011).

A consecução deste projeto – que retomava as ideias de Colombo – exigia três condições básicas. A primeira delas, obter o patrocínio de uma potência rival. Por isso, Magalhães abandona Portugal, dirigindo-se a Sevilha, para se colocar ao serviço de Carlos I, que aceitará a sugestão de que «erão de seu descobrimento & conquista as ilhas de Bãda & as de Maluco», fornecendo ao navegador português todos os meios necessários ao empreendimento (CASTANHEDA 1979: 2, 160). Quando Fernão de Magalhães passou a Espanha, em outubro de 1517, teria uns trinta e muitos anos, e era um homem com larga experiência náutica e militar. Efetuara extensas e numerosas viagens marítimas, atravessando o Atlântico e cruzando todos os mares orientais, e participara em repetidas campanhas militares um pouco por todo o Oriente, e também no norte de África. Adquirira um importante cabedal de conhecimentos sobre a navegação oceânica e sobre os espaços geográficos ultramarinos que estavam a ser explorados pelos portugueses. E tivera ocasião de conviver com pilotos, cartógrafos e geógrafos, absorvendo muito do seu saber inovador. A segunda condição seria conseguir financiamento para este empreendimento, quer da parte do soberano espanhol, quer da parte de outros investidores. E é nesta conjuntura que Cristóbal de Haro, que também passou a Espanha na mesma época, surge como um dos principais financiadores e impulsionadores do projeto magalhânico.

Faltaria apenas uma terceira condição: A disponibilidade de informações geográficas e cartográficas sobre as rotas e as condições de navegação para o arquipélago de Maluco pela via ocidental. Fernão de Magalhães, já o vimos, possuía um conhecimento especializado e muito atualizado sobre o mundo oriental: as rotas seguidas pelos navios portugueses, os calendários de navegação, os métodos concretos de orientação nas regiões mais orientais da Insulíndia, a configuração física de vastas regiões asiáticas, as características das populações que aí habitavam, os mecanismos comerciais que permitiam a obtenção dos produtos mais exóticos. E muito provavelmente assistira em Malaca a discussões entre pilotos, cosmógrafos e cartógrafos sobre a exata localização do anti-meridiano de Tordesilhas, a linha de demarcação entre as áreas de influência portuguesa e espanhola nos mares orientais. Entre os técnicos portugueses de forma alguma havia unanimidade sobre a situação do arquipélago de Maluco relativamente à tal linha de demarcação. De modo que era defensável, à luz dos conhecimentos e meios técnicos então disponíveis nos meios marítimos lusitanos, que as *ilhas das especiarias* se situavam no hemisfério espanhol (ver BROTON 1997: 119-126).

Fernão de Magalhães, para fundamentar devidamente o seu projeto de navegação, necessitaria apenas de reunir informações sobre a geografia do novo mundo ameri-

cano e sobre as condições de navegação nas suas partes mais meridionais. Ora estas regiões estavam a ser desvendadas desde a abertura do século XVI por sucessivas expedições espanholas e portuguesas. E Cristóbal de Haro dispunha decerto dessas informações, ou tinha capacidade para as obter de forma expedita, já que estivera associado a diversos empreendimentos exploratórios dirigidos ao Brasil. O mercador burgalês foi um dos financiadores da expedição portuguesa conduzida pelo piloto João de Lisboa que em 1511-1512 viajou até ao Rio da Prata, nas regiões meridionais do Novo Mundo (ver LAGUARDA TRÍAS 1973). Assim, através deste piloto, com quem convivera durante a estadia em Azamor, Fernão de Magalhães teria acesso a um manancial de notícias sobre a configuração da parte meridional das terras americanas – porventura registadas em roteiros ou mapas manuscritos. E teria também acesso à tese que circulava entre alguns dos participantes ou mentores dessas expedições ao Novo Mundo de que existiria uma passagem para ocidente, e que a distância até às ilhas de Maluco era superável com os meios técnicos navais então disponíveis.

Entre as fontes reunidas por Magalhães para fundamentar o seu projecto de viagem para Oriente por uma rota ocidental poderia estar a *Copia der Newen Zeytung aus Presillg Landt*, um folheto impresso em Nuremberga em 1515, que relatava precisamente a expedição de João de Lisboa ao Rio da Prata poucos anos antes³⁰. O folheto teria decerto chegado às mãos de Cristóbal de Haro, em Lisboa, através dos seus correspondentes alemães. E de resto seria o mercador burgalês um dos inspiradores da publicação, já que ele próprio é nela mencionado. Ora esta anónima relação adiantava, a determinado passo, que o piloto da expedição – João de Lisboa – defendia que da parte mais meridional da costa brasileira «não há mais de 600 milhas até Malaca» e pensava que se poderia «ir e voltar de Lisboa a Malaca em pouco tempo» por uma rota ocidental (LAGUARDA TRÍAS 1973: 137). Ou seja, estes argumentos poderiam muito bem servir os propósitos de Magalhães.

Estas informações eram repetidas numa outra obra publicada também em Nuremberga no ano seguinte, na secção dedicada à América da *Luculentissima quaedã terrae totius descriptio*, da autoria de Johann Schöner (cf. VAN DUZER 2010: 109). O cosmógrafo alemão utilizou decerto o panfleto sobre a viagem de João de Lisboa à costa brasileira, e parece refletir a opinião dominante nos meios eruditos alemães sobre a possibilidade da existência de uma rota ocidental para as ilhas das especiarias. Curiosamente, Schöner foi também autor de um globo terrestre, cujos gomos

³⁰ Para uma tradução espanhola, ver Laguarda Trías (1973: 136-139).

foram impressos na mesma cidade de Nuremberga em 1515³¹. E esse globo representa na parte meridional da América uma passagem marítima ligando o Atlântico ao «Oceanus Orientalis»³². Teria Magalhães, porventura, tido acesso a um exemplar do globo de Johann Schöner, ou a alguma representação cartográfica das concepções do cosmógrafo alemão relativas ao estreito que daria acesso, na parte sul da América, ao mundo oriental? Não se consegue dar uma resposta inequívoca a esta questão, mas os seus contactos com Cristóbal de Haro seriam uma das vias de acesso a este tipo de fontes.



Globo de Schöner

³¹ Sobre o globo de Schöner, ver Van Duzer (2010).

³² Cf. reprodução do globo em Laguarda Trías (1973: 154-155).

Outro importante adjuvante do projeto magalhânico seria o cosmógrafo Rui Faleiro, com quem Magalhães estabelecera relações de proximidade em Lisboa, provavelmente depois do seu regresso de Azamor. Faleiro, segundo parece, era criado de D. Nuno Manuel, o almotacé-mor de el-rei D. Manuel I, que se associara a Cristóbal de Haro como patrocinador da expedição de João de Lisboa ao Rio da Prata³³. Rui Faleiro passou a Espanha pouco depois de Magalhães, em finais de 1517, e aparece nas capitulações assinadas com Carlos I no ano seguinte como corresponsável pela expedição às *ilhas das especiarias*. Aparentemente, seria ele o obreiro dos fundamentos cosmográficos do projeto, defendendo a localização do arquipélago de Maluco na área de hegemonia espanhola definida pelo tratado de Tordesilhas. Mas Rui Faleiro é uma personagem de contornos assaz complexos³⁴. Fernão Lopes de Castanheda duvidava dos seus conhecimentos técnicos, e refere que ele «faziasse grande astrologo, mas não sabia nada: & tudo o que fingia que sabia era por hũ spirito familiar que tinha segundo se depois soube» (CASTANHEDA 1979: 2, 161). A expressão «spirito familiar» é ambígua. Poderá referir-se à sua crescente loucura, que acabou por determinar que fosse afastado da expedição magalhânica, mesmo nas vésperas da partida. Mas também poderá tratar-se de uma alusão ao seu irmão mais novo, Francisco Faleiro, que também passou a Espanha em 1518, onde haveria de ter uma longa carreira como cosmógrafo³⁵.

Por estes anos, entretanto, publicou-se em Lisboa um *Regimento do estrolabio e do quadrante*, contendo em apêndice um *Tractado da spera do mundo*. Tratava-se de um conjunto de instruções, regras e tabelas destinadas a utilização em navegação astronómica, essencial, pois, para viagens marítimas de longo curso. O folheto anónimo, que é conhecido como «Guia Náutico de Munique», já que o único exemplar existente se conserva numa biblioteca desta cidade alemã, tem sido datado de 1509. Poucos anos mais tarde, por volta de 1516, este folheto seria republicado também em Lisboa, em versão melhorada, e com a ordem dos dois textos invertida, surgindo agora em primeiro lugar o *Tractado da spera do mûdo*, que era seguido do *Regimento da declinaçam do sol*. Esta segunda versão é conhecida como «Guia Náutico de Évora», pelo facto de se conhecer também um único exemplar, guardado em biblioteca desta cidade alentejana³⁶.

³³ Relativamente a D. Nuno, ver Ferreira (2015).

³⁴ A respeito de Rui Faleiro, ver Mota (1986); e também Gil (2009: 349-387).

³⁵ Sobre Francisco Faleiro, ver Gil (2009: 389-413); e também Collins (2013).

³⁶ Ver edição fac-similada e comentada de ambos os folhetos em Albuquerque (1991).



[17]

Ambos os folhetos incluíam na sua parte final a tradução portuguesa de uma carta que Hieronymus Münzer enviara a D. João II em 1493, propondo ao monarca lusitano a organização de uma expedição que descobrisse um caminho marítimo para o Oriente navegando para ocidente. Diversos argumentos eruditos eram utilizados para comprovar a viabilidade deste projeto; como escrevia Münzer, muitos autores declaravam «ho principio do Oriente habitauel ser achegado asaz ao fim do Occidête abitauel» (ALBUQUERQUE 1991). É curioso que os folhetos publicados em 1509 e 1516 em Lisboa incluísem a carta do físico alemão, que entretanto – e sobretudo depois dos acordos alcançados em Tordesilhas em 1494 e da viagem de Vasco da Gama para a Índia em 1498 – se havia tornado anacrónica. Uma explicação possível seria Rui Faleiro ter sido o responsável pela compilação e publicação destes dois guias náuticos. Uma vez que ele próprio, juntamente com Fernão de Magalhães, era responsável por uma nova proposta de navegação para as *ilhas das especiarias* pela

via ocidental, faria todo o sentido incluir nestas publicações a carta de Münzer, que avançava argumentos favoráveis ao projeto.

Fosse como fosse, Rui Faleiro entregou a Magalhães, antes deste largar de Sevilha em 1519, um *Regimento da altura de leste-oeste* manuscrito, o qual propunha diferentes formas de determinar a longitude. O problema da longitude, na época de difícil determinação, era crucial para o projeto de Magalhães, já que se tratava de comprovar que o arquipélago de Maluco se situava numa longitude que o colocava decisivamente no hemisfério de influência espanhola. Este manuscrito é mencionado por diverso cronistas posteriores, e nomeadamente por Fernão Lopes de Castanheda, que refere que Rui Faleiro teria entregado a «Fernão de magalhães hũ grande regimento de trinta capitulos, pera que por tres maneyras podesse conhecer a distancia & deferença que andasse de leste a oeste» (CASTANHEDA 1979: 2, 161). Curiosamente, alguns manuscritos do relato de viagem de Antonio Pigafetta, um italiano que participou na expedição como homem de armas, na sua parte final incluem um «Trattato di Navigazione», que aparentemente transcreve partes do *Regimento* original de Faleiro³⁷.

Ao passar a Espanha, em finais de 1517, Magalhães trazia também na bagagem algumas «cartas, e pomas de marear», como escreveu mais tarde o cronista português João de Barros nas suas *Décadas da Ásia* (BARROS 1973: 5, 629). Poderia tratar-se de uma referência ao trabalho cartográfico de Johann Schöner atrás mencionado. Mas mais provavelmente estes exemplares cartográficos basear-se-iam nas mais recentes explorações e especulações da cartografia lusitana³⁸. No fim de contas, ao longo da década de 1510 diversas expedições portuguesas tinham explorado tanto as regiões mais orientais da Insulíndia, de resto com a contribuição do próprio Magalhães, como as partes mais meridionais do continente americano. E decerto existiriam em Portugal exemplares cartográficos que registavam essas viagens exploratórias. Parece quase certo que Magalhães teria em seu poder cartas preparadas por Pedro Reinel e pelo seu filho Jorge Reinel, dois dos cartógrafos portugueses mais ativos na época da sua partida de Portugal³⁹. Mas vejamos em primeiro lugar alguns indícios textuais que se referem aos mapas de Magalhães.

³⁷ Ver uma edição deste tratado em Pigafetta (1999: 355-382); a respeito desta obra, ver Mota (1986: 127-164).

³⁸ Para uma abordagem da cartografia da viagem magalhânica, ver Sandman (2007: 1111-1116); e também Sánchez Martínez (2009).

³⁹ Sobre os Reinel, ver Amaral (1995); e também Moreira (2015).

A referência mais enigmática encontra-se no relato da primeira circum-navegação da autoria do já referido Antonio Pigafetta. A relação deste viajante italiano foi publicada alguns anos mais tarde em Paris, algures entre 1526 e 1536, em tradução francesa condensada, com o título *La voyage et nauigation, faict par les Espaignolz es Isles de Mollucques*. Mas conhecem-se diversos manuscritos, em francês e em italiano, mais completos do que a versão impressa⁴⁰. Pigafetta, a determinado ponto da sua narração, quando os expedicionários buscavam a passagem do Atlântico para o imenso espaço marítimo que logo depois ficaria conhecido como «Pacífico», refere que Magalhães «sabia que tinha de navegar por um estreito muito escondido, pois o tinha visto numa carta náutica do rei de Portugal, a qual carta tinha sido feita por um grande piloto e navegador chamado Martinho da Boémia» (CASTRO, HAMON & THOMAZ 2007: 1, 106)⁴¹. Martin Behaim, ou Martinho da Boémia, é uma figura algo controversa, que entre as décadas de 1480 e 1500 viveu intermitentemente em Portugal, onde esteve ligado aos meios marítimos e mercantis lusitanos⁴². Colaborou na conceção do célebre globo datado de 1492, que anda associado ao seu nome, e que ainda hoje se conserva em Nuremberga, e na base do qual estaria um planisfério desenhado pelo cartógrafo alemão Henricus Martellus (ver VAN DUZER 2019). Mas não se conhecem outras produções cartográficas de Behaim, de modo que é difícil aceitar à letra a declaração de Antonio Pigafetta.

Estaria o viajante italiano, que de resto é um relator bastante rigoroso, a referir-se a um exemplar cartográfico entretanto desaparecido, efetivamente produzido por Martin Behaim durante os seus anos de residência em Portugal? Ou teria cometido algum equívoco no nome do cartógrafo, querendo referir-se antes ao já mencionado globo de Johann Schöner? Pigafetta recebeu decerto esta informação do próprio Fernão de Magalhães, com o qual teve oportunidade de conviver durante longos meses, pois viajava a bordo da capitaina da expedição magalhânica. Assim, parece difícil atribuir a um erro ou equívoco a menção ao cosmógrafo alemão. Magalhães poderia de facto ter consultado em Portugal, nos meios náuticos e cosmográficos ligados à corte de el-rei D. Manuel I, um exemplar cartográfico que seria da autoria de Behaim, ou baseado nas suas especulações geográficas. E nada impede que depois

⁴⁰ A respeito dos relatos impressos da viagem de Magalhães, ver Faria (1975); sobre Pigafetta e a sua obra, ver Pigafetta (1999: 19-353), e também a edição recente Castro, Hamon & Thomaz (2007: 1, 77-261).

⁴¹ Traduzo do francês.

⁴² Sobre Behaim, ver Ravenstein (1908) e Pohle (2007).

de 1492 as ideias cartográficas de Behaim tivessem evoluído, à medida que surgiam notícias de novas terras visitadas ou descobertas pelas muitas expedições marítimas despachadas de Lisboa e de Sevilha rumo a destinos longínquos. Mas perante a inexistência de outros testemunhos, é difícil aceitar a ideia de uma carta atualizada da parte meridional da América da autoria de Behaim, tanto mais que este faleceu em Lisboa em 1507, numa altura em que a exploração do litoral brasileiro era ainda incipiente.



[38]

Vários cronistas espanhóis posteriores retomam a referência de Pigafetta. O dominicano Bartolomé de Las Casas, que em 1518 se encontrava em Valladolid e ali se cruzou com Magalhães, escreverá mais tarde, na sua *Historia de las Indias*, completada na década de 1560, mas que na época ficou manuscrita, que Magalhães tinha visto a carta de marear de «un Martin de Bohemia, gran piloto ó cosmógrafo, que estaba en la Tesorería del rey de Portugal». Baseava-se, segundo afirma, na já citada relação de Pigafetta, talvez em algum cópia manuscrita que lhe tivesse chegado às mãos. Mas acrescentava que o navegador português, para convencer Carlos I da justeza das suas ideias cosmográficas, trazia consigo «un globo bien pintado, en que toda la tierra estaba, y allí señaló el camino que habia de llevar, salvo que el estrecho dejó, de industria, en blanco, porque alguno no se lo saltease» (LAS CASAS 1875-1876: 4, 377). A palavra «globo» usada por Las Casas não significaria necessariamente um globo terrestre, pois é pouco provável que Magalhães transportasse consigo um tal artefacto, na época extremamente raro e valioso⁴³. Possivelmente, o cronista dominicano referir-se-ia a algum tipo de planisfério, um globo terrestre planificado, ou talvez mesmo a um globo representado em dupla projeção polar, para o qual os cartógrafos portugueses da época utilizavam a designação de *poma e carta*.

Francisco López de Gómara, na sua já citada *Historia general de Indias*, ao tratar da entrevista de Magalhães com o monarca espanhol, alude também à «carta de marear que tenía el rey de Portugal, hecha por Martín de Bohemia», baseando-se decerto no relato de Antonio Pigafetta. E acrescentava que naquela carta, segundo ouvira dizer, não figurava qualquer passagem ou estreito na parte meridional da América, «sino el asiento de las Molucas» (LÓPEZ DE GÓMARA 1965: 1, 160). Nesta versão, desaparece a menção a um globo terrestre. López de Gómara, entretanto, introduz um pormenor interessante na sua narrativa das conversações que tiveram lugar em Valladolid com Carlos I. Para além de apresentar um mapa – aparentemente um planisfério – com a representação das *ilhas das especiarias*, e um exemplar já atrás referido da obra de Ludovico de Varthema, Magalhães teria também exibido a correspondência que recebera do seu amigo Francisco Serrão, que continuava a residir no arquipélago de Maluco desde 1512 (cf. LÓPEZ DE GÓMARA 1965: 1, 160). A referência a Serrão, evidentemente, teria também sido colhida pelo cronista espanhol na narrativa de Pigafetta (cf. CASTRO, HAMON & THOMAZ 2007: 1, 207)⁴⁴. A alusão a Behaim é retomada quase com as mesmas palavras por um terceiro cronista espanhol mais

⁴³ A respeito da utilização de globos, na época, ver Dekker (2007).

⁴⁴ Sobre Francisco Serrão, ver Lobato (2011).

tardio, Antonio de Herrera y Tordesillas, na sua *Historia general de los hechos de los Castellanos en las islas y tierra firme del mar océano*, publicada em Madrid em vários volumes, entre 1601 e 1615 (HERRERA Y TORDESILLAS 1601: 2, 66).

Mas um outro autor espanhol que escrevia nos primeiros anos do século XVII introduz uma curiosa observação a respeito do exemplar cartográfico que teria sido apresentado por Fernão de Magalhães em Valladolid ao soberano espanhol. Bartolomé Leonardo de Argensola, na sua *Conquista de las islas Malucas*, obra impressa pela primeira vez em Madrid em 1609, refere que o navegador português, aquando da sua passagem a Espanha, trazia consigo «un Planisferio dibuxado por Pedro Reynel» (ARGENSOLA 1609: 16). Trata-se da hipótese mais verosímil, que parece ser confirmada por documentação da época da preparação da expedição magalhânica. Magalhães, durante os anos imediatamente anteriores a 1517, teria travado conhecimento com o luso-africano Pedro Reinel, que em Lisboa exercia funções de cartógrafo no âmbito da Casa da Mina e da Índia. De alguma forma teria conseguido obter de Reinel um planisfério, que poderia ser muito semelhante a uma obra atribuída a este cartógrafo e ao seu filho Jorge Reinel, datada de cerca de 1519, que é conhecida como *Kunstmann IV*, cujo original desapareceu, mas de que se conserva uma cópia fidedigna. Este planisfério de grandes dimensões representa o litoral atlântico da América meridional de forma a sugerir uma passagem marítima para o «Mar visto pelos Castelhanos», colocando o arquipélago de Maluco na parte mais ocidental deste mar aberto, numa localização que poderia ser interpretada como pertencendo à área de influência espanhola⁴⁵.

Uma carta de Sebastião Álvares, representante do monarca lusitano em Sevilha, datada de julho de 1519, nas vésperas da partida da expedição magalhânica daquela cidade, confirma o envolvimento de Pedro Reinel e do seu filho Jorge na preparação das cartas utilizadas por Magalhães. Com efeito, Álvares escrevia a el-rei D. Manuel I que num encontro com o navegador português vira as ilhas de Maluco representadas numa «poma carta que ca fez o filho de Reynell, a qual nom era acabada quando caa seu pay veo por ele; e seu pay acabou tudo; e pos estas terras de Maluco». A partir deste mapa-padrão produzido pelos Reinel pai e filho, Magalhães encarregara dois outros cartógrafos, o português Diogo Ribeiro e o espanhol Nuño García de Torenó, de produzirem «todallas cartas» necessárias para a viagem que estava prestes a iniciar-se (COELHO 1892: 434).

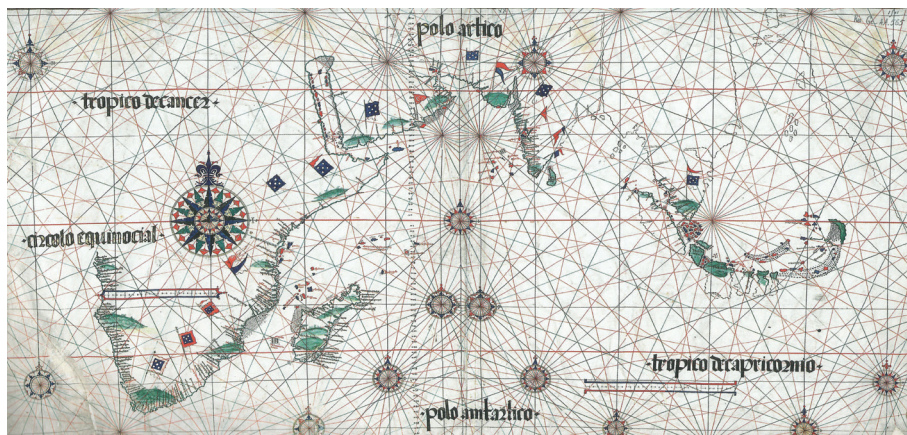
⁴⁵ Ver reprodução e comentário em Kupčik (2000: 41-47).

A informação de Sebastião Álvares é algo enigmática. Aparentemente, o jovem Jorge Reinel estava em Sevilha a trabalhar para Magalhães, desenhando cartas para a expedição em preparação. A expressão «poma carta» referir-se-á decerto a um planisfério. Faz sentido o mais jovem Reinel ter sido atraído a Sevilha pelas notícias de que Magalhães estaria a recrutar especialistas que pudessem contribuir para a concretização do seu projeto. O pai, Pedro Reinel, viera a Sevilha em busca do filho, para levá-lo de volta a Portugal. Mas entretanto completou um dos mapas que estava a ser preparado, acrescentando-lhe as *ilhas das especiarias*. O que parece fazer menos sentido, pois estaria a colaborar num empreendimento que manifestamente prejudicava os interesses ultramarinos da coroa lusitana. A única explicação possível para esta atitude de Pedro Reinel seria a existência de fortes laços de amizade e solidariedade para com Magalhães (ou com o cosmógrafo Rui Faleiro). Posteriormente, ambos os Reinel teriam regressado a Portugal, continuando em Lisboa a desempenhar oficialmente as funções de cartógrafos.

Pedro e Jorge Reinel foram indubitavelmente os cartógrafos essenciais do projeto de Fernão de Magalhães. Foram eles que desenharam o planisfério com o qual o navegador português conseguiu convencer o rei Carlos I a apoiar a sua proposta de navegar para as *ilhas das especiarias* pela rota ocidental, e que seria semelhante ao chamado *Kunstmann IV*. E pelo menos dois outros trabalhos cartográficos dos Reinel podem ser associados à primeira viagem de circum-navegação. Por um lado, uma carta do Oceano Índico datada de cerca de 1517, que anda atribuída a Pedro Reinel, já desaparecida, mas de que se conserva uma cópia fidedigna em Paris. Neste exemplar cartográfico aparece uma representação muito detalhada das ilhas da Insulíndia, refletindo as mais recentes viagens portuguesas de exploração naquelas regiões asiáticas⁴⁶. Por outro lado, uma carta em projeção polar, representando o hemisfério austral, que se conserva em Istambul, e anda também atribuída a Pedro Reinel, sendo datada de cerca de 1522. Este tipo de carta revelaria de forma clara a possibilidade de atingir a Insulíndia pela via ocidental, contornando o continente americano. Poderia tratar-se de uma *poma carta* copiada de um dos planisférios produzidos em Sevilha pelos Reinel para Magalhães⁴⁷.

⁴⁶ Ver reprodução e comentário em Kupčik (2000: 130-135).

⁴⁷ A respeito deste curioso mapa, ver Destombes (1955); Couto (2013); e também a contribuição de Dejanirah Couto para o presente catálogo.



[41]

Fernão de Magalhães chegou a Sevilha em outubro de 1517. Rapidamente estabeleceu relações com a comunidade portuguesa residente naquela metrópole espanhola, sobretudo com o vice-alcaide Diogo Barbosa, com cuja filha a breve trecho viria a casar⁴⁸. E iniciou também contactos múltiplos com vista ao financiamento do seu projeto de navegação para as ilhas de Maluco. Em março do ano seguinte, Magalhães e Rui Faleiro eram recebidos em Valladolid pelo rei Carlos I, que concordou em patrocinar o empreendimento dos trânsfugas portugueses⁴⁹. Evidentemente, para Espanha, limitada pelas imposições dos acordos celebrados em Tordesilhas, a proposta de Magalhães representava a única possibilidade de intervenção no tráfico das especiarias orientais. Por ocasião dos encontros com o monarca espanhol, como foi já referido, Magalhães exibiu um exemplar do *Itinerario* de Ludovico de Varthema e apresentou um planisfério que fora propositadamente encomendado para o efeito, com o auxílio do qual explicara o seu plano a Carlos I. Mas durante a fase espanhola de preparação da viagem, é quase seguro que o navegador português teria tentado recolher mais informações de natureza cosmográfica e geográfica, de modo a sustentar a sua ideia de navegar para o Oriente pela via do ocidente.

⁴⁸ Sobre a família Barbosa em Sevilha, ver Gil (2009: 169-188).

⁴⁹ Relativamente aos encontros de Valladolid, ver Ramos Pérez (1975); e também a contribuição de Juan Gil para o presente catálogo.

Em Espanha desenvolvia-se por esses anos uma importante atividade editorial, que colocava à disposição de Magalhães diversos títulos que poderiam ser relevantes para a consolidação do seu projeto⁵⁰. A obra *De orbe novo decades* do humanista italiano Pietro Martire d'Anghiera, publicada em Alcalá de Henares em 1516, parece ser um bom exemplo, já que continha informações recentíssimas sobre as explorações espanholas levadas a cabo no Novo Mundo, para onde o navegador português pretendia rumar. Aliás, não é impossível que algumas das iniciativas editoriais que então se concretizaram em Espanha fossem incentivadas pela circulação de notícias sobre a preparação em curso de uma expedição às *ilhas das especiarias* com patrocínio régio. Um exemplo evidente foi a publicação de *El libro del famoso Marco Paulo veneciano* em Sevilha em 1518. Uma tradução espanhola fora já impressa nesta cidade em 1503, mas a conjuntura magalhânica justificava decerto esta nova versão. Outro exemplo poderia ser a publicação de uma nova edição do *Repertorio de los tiempos* de Andrés de Li, que foi impressa em Burgos também em 1518. A primeira edição desta compilação de textos astrológicos e astronómicos datava de 1494, e continha informações extremamente relevantes para a navegação.

Outra obra relevante era publicada em Sevilha em 1519, a *Suma de geographia* de Martín Fernández de Enciso, ampla compilação de materiais de natureza geográfica e astronómica, que seria essencial para o projeto de Magalhães. O próprio autor declarava no colofão que com este novo tratado «los pilotos sabrá de oy en adelante muy mejor que fasta aqui yr a descubrir las tierras que ouierẽ de descubrir» (FERNÁNDEZ DE ENCISO 1520). De resto, o tratadista espanhol argumentava na sua obra que o longínquo arquipélago de Maluco se situaria sem qualquer dúvida na área de influência espanhola, já que «passado de Melaca doziẽtas leguas se acaba el limite de lo del rey de Portugal» (FERNÁNDEZ DE ENCISO 1520). Contudo, esta obra terá sido impressa já depois da partida da armada magalhânica, pois a autorização régia está datada de meados de outubro de 1519, numa altura em que a armada de Magalhães navegava em pleno Atlântico, com rumo às *ilhas das especiarias*. Curiosamente, logo no ano seguinte, o físico português Pedro Margalho, por esses anos ativo em Salamanca, enunciava idêntica teoria no seu *Physices Compendium*, impresso nesta cidade espanhola em 1520 (ver CORTESÃO 1935: 1, 75-79). Valerá talvez a pena referir que nesta conjuntura magalhânica, o editor Jacob Cromberger, com extrema oportunidade editorial, faria imprimir em Sevilha em 1520, numa tradução de Cristóbal de Arcos,

⁵⁰ Sobre o movimento editorial espanhol nas vésperas da partida de Magalhães, ver Gil (1987: I-LXIX).

a versão espanhola da obra de Ludovico de Varthema, com o título *Itinerario del Venerable Varon Micer Luis Patricio Romano* (VARTHEMA 1520).

Numa derradeira anotação, merecerá a pena referir alguns dos livros que pertenciam a um dos companheiros de Fernão de Magalhães, Rui Faleiro, um dos ideólogos do projeto magalhânico (ver GIL 1994). Um documento mais tardio inclui o rol da sua biblioteca, e aí aparecem diversos exemplares de obras de Ptolomeu, vários tratados medievais de astrologia, algumas obras de natureza religiosa, e três títulos indispensáveis a qualquer cosmógrafo com aspirações a navegador de longo curso: uma edição do *Tratado da Esfera* de Sacrobosco, uma edição do *Almanach Perpetuum* de Abraão Zacuto, e uma obra de Regiomontanus, que poderia corresponder a umas tábuas astronómicas. Estas obras estavam disponíveis em Portugal e em Espanha em diversas edições no tempo de Magalhães, e provavelmente o navegador lusitano teve oportunidade de as manusear, juntamente com os pilotos da sua armada, quando tratavam de determinar as coordenadas dos locais visitados nas diversas etapas da expedição a Maluco. Aparecem referências explícitas a estes títulos tanto nos diversos relatos da viagem de circum-navegação, como também nas posteriores narrativas de vários cronistas ibéricos. Numa passagem das suas *Décadas da Ásia*, em 1563, João de Barros refere a utilização pelos navegantes, em medições efetuadas no Rio de Janeiro, das «Taboas de Joannes de Monte Regio» (BARROS 1973: 5, 657-658). E anos mais tarde, em 1601, Antonio de Herrera y Tordesillas, na segunda década da sua *Historia general de los hechos de los Castellanos*, aludindo ao mesmo episódio, mencionará «las tablas del Zacuto» e «el Almanac de Iuan de Montereio» (HERRERA 1601-1615: 4, 132).

* * * * *

Fernão de Magalhães, pudemos constatá-lo, possuía um conjunto alargado de cartas, produzidas pelos mais especializados cartógrafos portugueses do seu tempo, Pedro e Jorge Reinel. Disponha de diversos escritos técnicos sobre a arte de navegar, subscritos por pilotos como João de Lisboa e por cosmógrafos como Rui Faleiro. Como escreveu o cronista João de Barros, o navegador português, antes de partir para Espanha, «sempre andava com Pilotos, Cartas de marear, e altura de Leste, Oeste» (BARROS 1973: 5, 627). Era, de facto, um homem extremamente bem informado sobre questões náuticas e cartográficas. E, como tivemos ocasião de constatar, conhecia muitos dos escritos dedicados à geografia dos espaços ultramarinos que no seu tempo estavam em circulação. Pudera talvez contactar com os mais destaca-

dos noticiaristas da geografia africana e asiática, Ludovico de Varthemà, Martín Fernández de Figueroa, Tomé Pires, Duarte Barbosa e Duarte Pacheco Pereira. E tinha decerto conhecimento das novidades editoriais que em Portugal e em Espanha eram dedicadas aos mundos extraeuropeus. Navegara demoradamente pelos mares orientais, podendo mesmo ter visitado as ilhas de Maluco. Comandara homens e navios em numerosas expedições bélicas. Recolhera informações detalhadas, e em primeira mão, sobre as viagens portuguesas que haviam demandado o litoral da América meridional. Insatisfeito com o seu monarca, estava disposto a abandonar Portugal e a oferecer os seus serviços a Carlos I. Contava à partida com o apoio do acaudalado mercador burgalês Cristóbal de Haro. Enfim, estavam reunidas todas as condições para avançar com o seu projeto de atingir as *ilhas das especiarias* pela via ocidental, ao serviço de Espanha, projeto esse que havia sido discutido com especialistas das mais diversas áreas, e também profundamente meditado, talvez com o apoio de uma pequena mas muito especializada biblioteca.

CATÁLOGO

ARTES

ARTES VISUALES

ARTES VISUALES I

ARTES VISUALES II

ARTES VISUALES III

ARTES VISUALES IV

ARTES VISUALES V

ARTES VISUALES VI

ARTES VISUALES VII

ARTES VISUALES VIII

ARTES VISUALES IX

ARTES VISUALES X

ARTES VISUALES XI

ARTES VISUALES XII

ARTES VISUALES XIII

ARTES VISUALES XIV

ARTES VISUALES XV

ARTES VISUALES XVI

ARTES VISUALES XVII

ARTES VISUALES XVIII

ARTES VISUALES XIX

ARTES VISUALES XX

ARTES VISUALES XXI

ARTES VISUALES XXII

ARTES VISUALES XXIII

ARTES VISUALES XXIV

NOTA PRÉVIA

O presente catálogo está organizado em três secções distintas, que correspondem a outros tantos núcleos da exposição homónima.

- Aparece em primeiro lugar a secção principal, dedicada aos títulos que poderiam ter feito parte da biblioteca de Fernão de Magalhães, ordenados cronologicamente por autores (na medida do possível, pois algumas datas não estão perfeitamente definidas), sem distinção de manuscritos ou impressos. O navegador português poderia ter-se cruzado em algum momento da sua carreira com cada um destes diferentes títulos – antigos, medievais, modernos –, muito embora não os possuísse a todos. Estes títulos foram produzidos ou originalmente publicados antes do início da histórica navegação, com exceção do último, impresso em finais de 1519, num momento em que a armada magalhânica já navegava no Atlântico. Em alguns casos, contudo, dada a raridade das obras ou a sua inexistência nas coleções da Biblioteca Nacional de Portugal, houve que recorrer a edições fac-similadas.
- A segunda secção do catálogo agrupa algumas das primeiras obras dedicadas a Fernão de Magalhães e à sua viagem, ordenadas por ordem cronológica da respetiva conclusão (quando ficaram manuscritas na época) ou publicação. Em primeiro lugar, surgem diversas versões/edições do relato de Antonio Pigafetta, o italiano que viajou com Magalhães até à data da morte deste em Mactan, uma das ilhas do arquipélago mais tarde conhecido como Filipinas. Na impossibilidade de recorrer aos manuscritos originais ou às primeiras edições, utilizam-se edições mais tardias ou edições fac-similadas modernas. Seguem-se depois as obras dos vários cronistas europeus dos séculos XVI e XVII que compilaram dados sobre a vida de Fernão de Magalhães e sobre a primeira viagem de circumnavegação. Utilizam-se sempre que possível primeiras edições; quando tal não é possível, recorre-se a edições mais tardias ou a edições modernas.
- Uma terceira secção, mais breve, junta diversos títulos relevantes pelas peças cartográficas neles incluídas. Trata-se de um pequeno conjunto de mapas que de alguma forma estiveram ligados à conceção ou à execução do projeto

de Fernão de Magalhães, e que o navegador poderia de alguma forma ter conhecido. Os mapas são apresentados em modernas reproduções, pois o acesso aos originais seria por demais complicado.

As fichas do catálogo incluem em primeiro lugar uma descrição bibliográfica, preparada pela Biblioteca Nacional de Portugal, que recorre às «Obras de Referência» arroladas em secção própria, e que são citadas de forma abreviada e convencional neste tipo de publicações. Aparece em segundo lugar um «Comentário», fornecendo indicações sintéticas sobre o autor e/ou obra, e relacionando cada título registado com Fernão de Magalhães ou com a sua viagem; utilizam-se aqui referências bibliográficas abreviadas que são devidamente explicitadas na «Bibliografia Geral». Pareceu importante incluir pistas bibliográficas mínimas em cada uma destas notas, que permitam uma eventual e posterior exploração dos autores, editores e/ou impressores mencionados.

Entretanto, algumas informações complementares relativamente às obras catalogadas poderão ser encontradas nos cinco textos incluídos no presente Catálogo, nas rubricas «Introdução» e «Estudos Complementares». São ainda indicadas, sempre que possível, as páginas eletrónicas onde se encontram disponíveis em versão integral exemplares das obras catalogadas. Nada substitui, evidentemente, o manuseamento de exemplares originais; contudo, a *Internet* abre hoje possibilidades infinitas aos investigadores, permitindo o acesso imediato a um imenso património livresco. A secção de «Índices», habitual neste tipo de publicações, permitirá uma exploração mais rápida do Catálogo.

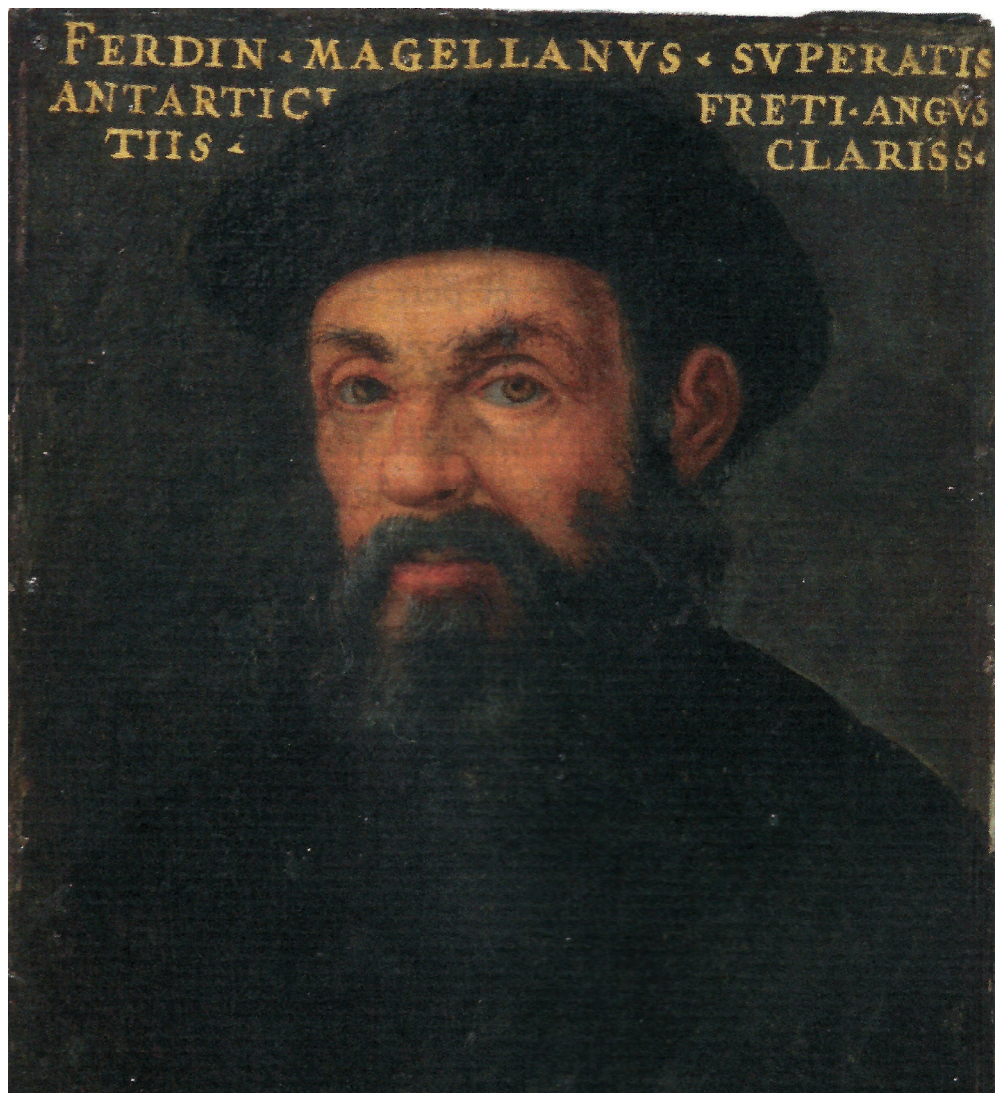
ABREVIATURAS

ANTT	Arquivos Nacionais/Torre do Tombo
assin.	assinatura/s
BNP	Biblioteca Nacional de Portugal
ca	circa
cad.	caderno
cm	centímetros
COD.	Códice
color.	colorido/a
coln.	colunas
compil.	compilador
diagr.	diagrama
ed.	edição
enc.	encadernação/encadernado
f.	folha/s, fólio/s
fac-sím.	fac-símile
fl.	floresceu
grav.	gravada/gravura
H.G.	História e Geografia
i. é.	isto é
il.	ilustrado/s
INC.	Incunábulo

L.	Literatura
liv.	livro
mm	milímetros
ms.	Manuscrito/a
p.	página/s
perg.	pergaminho
pert.	pertence
Prov.	Proveniente/Proveniência
r.	reinou
RES.	Reservado
S.A.	Sciencias e Artes
séc.	século/s
s.n.p.	sem número de página
tít.	título
últ.	última/s
v.	verso
vol.	volume/s
xilog.	xilogravado/a

OS LIVROS DE FERNÃO DE MAGALHÃES

OS LIVROS DE FERNÃO DE MAGALHÃES



Retrato de Fernão de Magalhães
Cortesia do KHM – Museumsverband, Viena

MELA, Pompónio, fl. 43-50

Cosmographia sive De Situ orbis. [Ed.] Franciscus Nunnis de la Yerva. Salamanca: [Impr. de Nebris-sensis, Gramatica], [abril] 1498. [70] f.; il.; mapa; 4º (20 cm)

HCR 11021; Haeb (BI) 553; IGI 6345; Goff M-455; BMC X 51 (1A 52835-2); C.I.B.N. Madrid 1285; CIBN Lisboa 865-866; IBPORT 1229; BN -Cat. Livro Científico séc. XV e XVI, 484. – Mapa mundi. – Capitais gravadas

BNP INC. 504² – Aparado nas margens atingindo, por vezes, as glosas marginais e a legenda do mapa mundi. – Notas marginais manuscritas e entrelinhadas

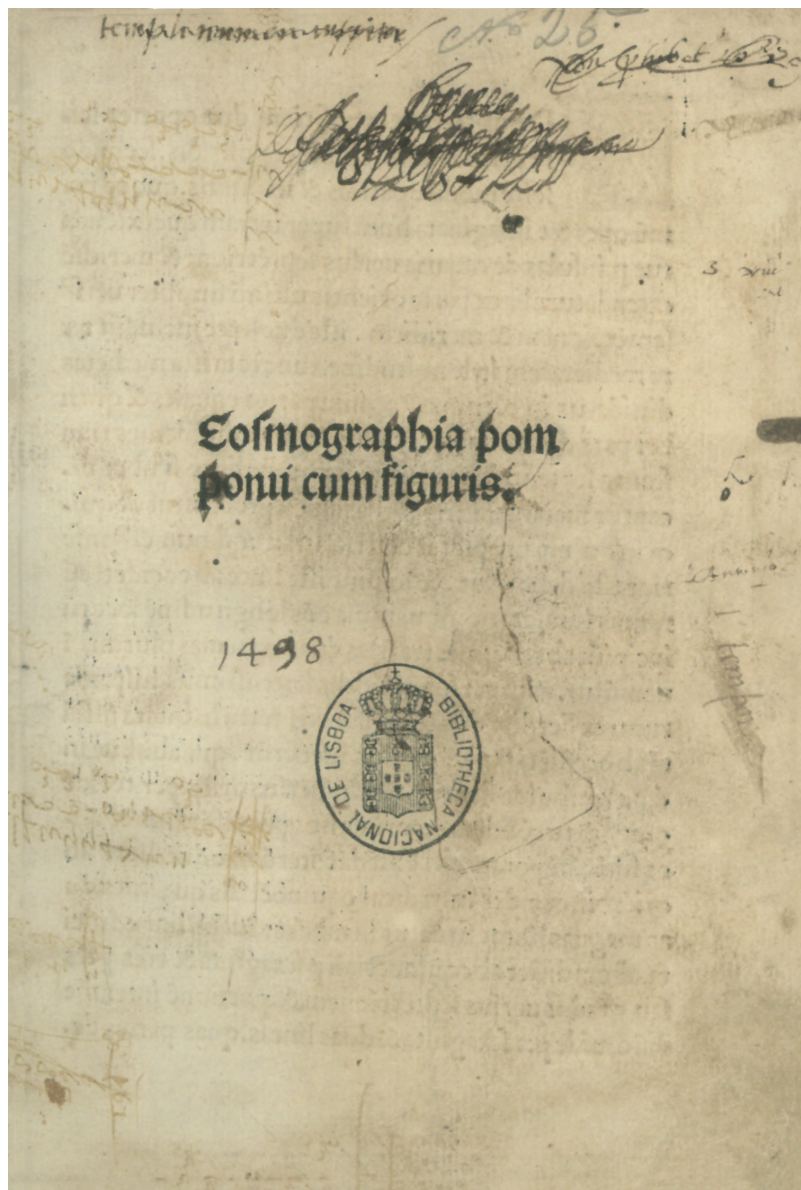
BNP INC. 505 – Falta a f. com a assin. a//4 (branca). – Nota manuscrita na f. [1]: «Non p[ro]hibet[ur] 1629». – Notas marginais manuscritas e entrelinhadas

Disponível em: <<http://www.cervantesvirtual.com/obra-visor/cosmographia-sive-de-situ-orbis--0/html/>>

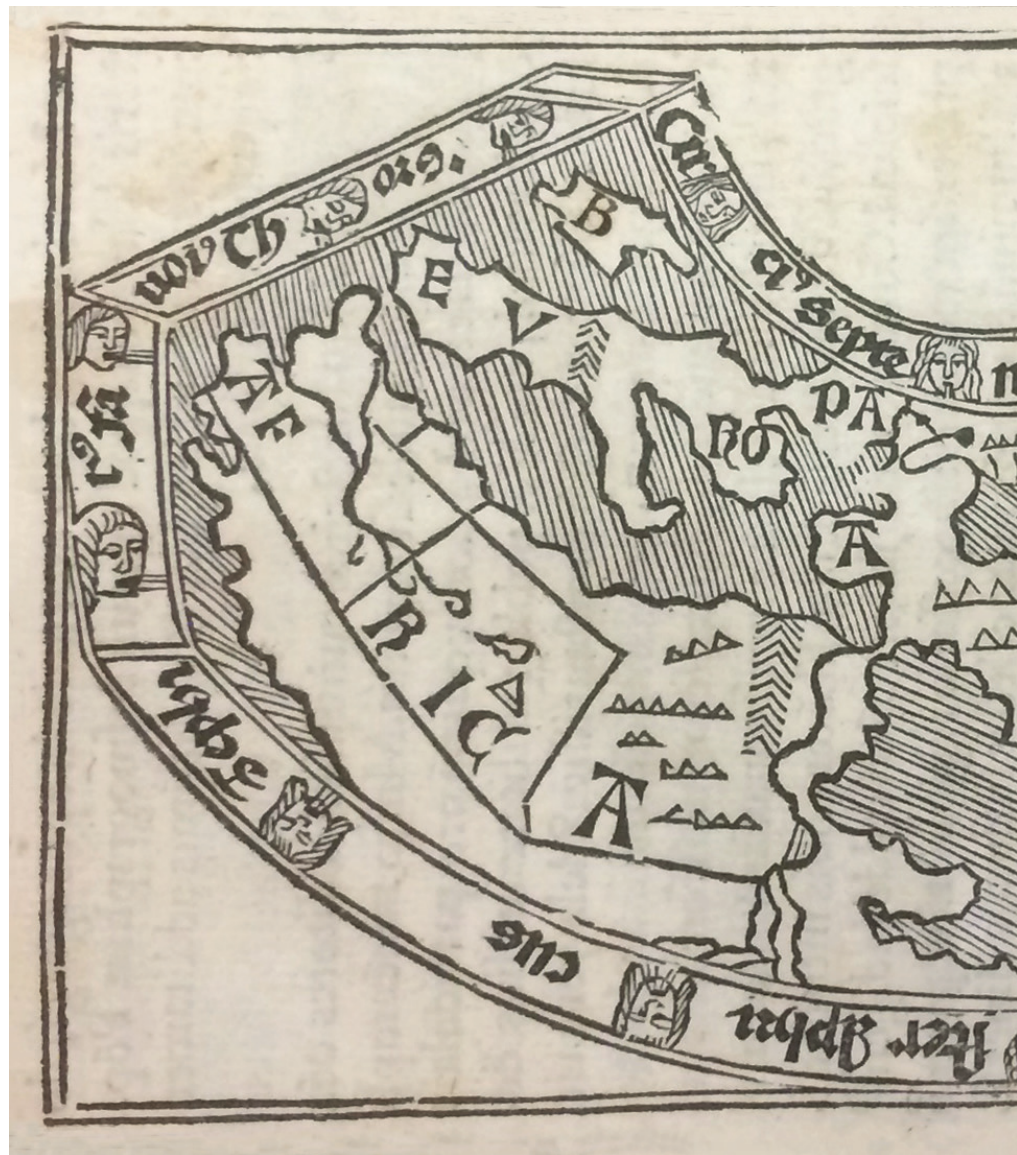
COMENTÁRIO

Pompónio Mela, geógrafo romano originário do sul da Hispânia, é autor de uma *Cosmografia*, que frequentemente circulou com o título de *De situ orbis*, que parece traduzir o termo de origem grega ‘corografia’. Trata-se de uma concisa descrição do mundo conhecido no seu tempo – a Europa, a África e a Ásia –, que associa informações geográficas com notícias de índole histórica, cultural e mitológica, e que tem a particularidade de sugerir a habitabilidade dos antípodas. A obra, que é a mais antiga geografia global em latim que se conhece, foi redescoberta pelos humanistas e publicada em Itália pela primeira vez na década de 1470. Posteriormente teve numerosas edições por toda a Europa, algumas das quais incluíam mapas, e circulou intensamente. O tratado de Pompónio Mela foi

bem conhecido em Portugal, e conserva-se numa biblioteca portuguesa uma tradução espanhola manuscrita que foi anotada por Duarte Pacheco Pereira (146?-1533), um navegador e homem de armas contemporâneo de Fernão de Magalhães, por sinal autor de uma obra geográfica a que, decerto por inspiração do clássico romano, deu o título de *Esmeraldo de Situ Orbis*, e que também integra o presente catálogo. Magalhães poderá ter-se cruzado com Pacheco Pereira durante o período em que residiu em Marrocos, e não é impossível que também ele conhecesse a obra de Pompónio Mela. Poderia ter compulsado, por exemplo, a edição impressa em Salamanca em 1498 pelo humanista espanhol Francisco Nuñez de la Yerba (ca 1460-1504/1505). Sobre Pompónio Mela, ver ROMER 1998; sobre o manuscrito da *Cosmografia*, ver CARVALHO 1974; a propósito de Nuñez de la Yerba, ver GIL 1987: I-LXIX.



[1]



PLÍNIO, o Velho, 23/24-79

C[aii] Plinij Secundi Veronensis historiae naturalis Libri xxxvij. Aptissimis figuris exculti ab Alexa[n]dro Benedicto... physico emendatiores redditi. Venetiis: per Melchiorum Sessam, 1513. [14.], CCIX f.; il.; 2º (29 cm)

BM [STC IT] 526; NUC NP 424172

BNP RES. 1361 V. – Exemplar apartado. – Notas marginais manuscritas. – Encadernação em pele, sobre pastas de cartão, com ferros gravados a ouro na lombada. – Cota antiga: S. A. 1659 A.

Disponível em: <<http://books.google.pt/>>

COMENTÁRIO

Caio Plínio Segundo, militar e escritor romano, é autor de uma célebre *História Natural*, monumental obra de carácter enciclopédico, compilada ao longo de muitos anos. Organizada em 37 livros, a obra de Plínio pretendia reunir todo o conhecimento sobre o mundo conhecido nas várias áreas do saber. Redescoberta no século xv pelos humanistas italianos, a *Historia Naturalis* foi primeiro impressa em latim em Veneza na década de 1460, conhecendo depois um sucesso duradouro, com numerosas edições e traduções ao longo dos séculos xv e xvi. Evidentemente, seria uma obra de consulta obrigatória para um viajante que quisesse recolher informações sobre os mundos extra-europeus. É difícil saber qual das muitas edições europeias teria Fernão de Magalhães compulsado – se é que verdadeiramente o fez. Talvez a volumosa edição publicada em 1513 em Veneza pelo impressor Melchior Sessa (fl. 1505-1555), da responsabilidade do anatomista Alessandro Benedetti (ca 1450-1525), que foi a primeira edição ilustrada desta obra clássica. A enciclopédia de Plínio era bem conheci-

da em Portugal na época de Magalhães, nomeadamente nos círculos cultivados ligados à casa real lusitana, e diversos portugueses mais ou menos contemporâneos de Magalhães citam o naturalista romano nas suas obras. Sobre Plínio, ver MURPHY 2004; sobre Benedetti, um anatomista pouco estudado, ver FURLAN & MAZZOLA 1995; sobre o impressor Messa, ver SVOLJŠAK & KOČJAN 2016; e sobre as leituras de Plínio em Portugal, na época, ver NASCIMENTO 2007.

L. Plinij. Secundi.
Neronensis hi

storiae naturalis Libri

xxxvij. aptissimis figu

ris exculi ab Ale

rādro Benedi

cto Ale. phy

sico emen

dationes reddit.

S. A.

1659



PTOLOMEU, ca 90-ca 168

Claudii Ptholemaei Alexandrini l[1]ber Geographiae cum tabulis et vniuersali figura et cum additione locorum quae a recentioribus reperta sunt diligenti cura emendatus et impressus. Venetiis: per Iacobum Pentium de leucho, 1511. [63] f.; [28] mapas; il., diagr.; 2º (43 cm)

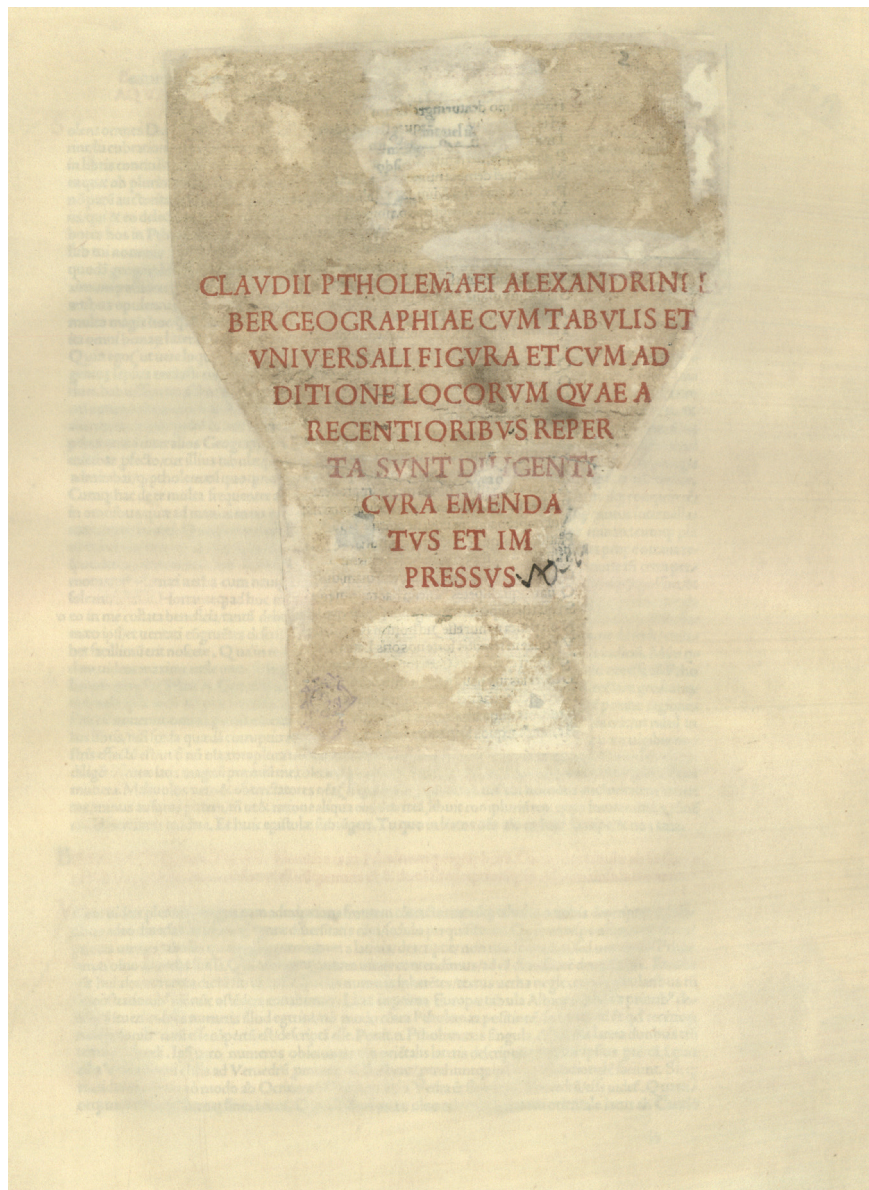
Adams P 2218; BM (STC IT) 542; NUC NP 630548; BN-Cat. Livro Científico séc. xv e xvi 640; ICCU (HPB). – Tradutor Jacopo d'Angelo

BNP RES. 2973 A. – Folha de rosto dilacerada. – Encadernação em pergaminho com atilhos. – Pert.: «PJ» (carimbo). – Prov.: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses
Disponível em: <<https://archive.org/details/clauidiiphtholemae00pto>>

COMENTÁRIO

O geógrafo alexandrino Cláudio Ptolomeu preparou vários tratados relacionados com assuntos cosmográficos, geográficos e matemáticos, mas a sua *Geografia*, que sistematizava os conhecimentos geográficos do mundo greco-latino, terá sido o mais influente de todos. Redescoberta na Europa do século xv, a *Geografia* ptolomaica conheceu numerosas edições, em diversificados formatos, tanto na segunda metade dessa centúria como ao longo do século xvi. Apesar do extraordinário alargamento dos horizontes geográficos da Europa quatrocentista e quinhentista, fruto das grandes navegações ibéricas, a obra de Ptolomeu manteve a sua autoridade como referência fundadora, servindo de base de trabalho a numerosos geógrafos e cosmógrafos europeus. De edição para edição, a obra de Ptolomeu ia sendo complementada pelos diversos editores com novas correções, novas

anotações e novos mapas. Fernão de Magalhães conheceria decerto a obra de Ptolomeu, embora seja impossível determinar em que edição. Poderia ser, claro está, a versão que o humanista italiano Jacopo di Angelo da Scarperia (?-1410) traduziu diretamente do grego, e que conheceu posteriormente múltiplas edições, como a que foi impressa em Veneza em 1511 por Jacobo Pencio da Lecco (1497-1527), com anotações do geógrafo e humanista Bernardo Silvano (fl. 1511). Esta edição, curiosamente, incluía um planisfério atribuível a Silvano, que representava a África circunavegável, e do lado esquerdo apresentava o Novo Mundo, sugerindo que na parte meridional desta massa continental existiria uma passagem marítima para ocidente. Um tal mapa seria um excelente adjuvante para o projeto magalhânico Sobre Ptolomeu e a difusão da sua obra, e sobre o tradutor d'Angelo, ver GAUTIER-DALCHÉ 2009; a respeito de Bernardo Silvano e da sua edição desta obra de Ptolomeu, ver GUGLIELMI-ZAGO 1925-1926.



[3]





[3]

JOHANNES DE SACRO BOSCO, ca 1190-1256

Textus de Sphera Iohannis de Sacrobosco. Cum additione adiecta: nouo commentario nuper edito ad vtilitate[m] studentiu[m] ... Cu[m] co[m]positione anuli Astronomici Boni Latensis. Et Geometria Euclidis Megarensis. Impressum Parisij: ex officina Henri stephani, 1507. [24] f.; il., diagramas; 2º (31 cm)

Renouard, Annales des Estienne 5, 4 ; Moreau, B. Inventaire I 174; Adams H 715; BM (STC FR) 389; La Lande 1507 32; BN-Cat. Pedro Nunes 47; BN-Cat. Livro Científico séc. XV e XVI 395. – Editor e comentador: Jacques Lefèvre d'Étaples. – Pé de imprensa retirado de bibliografia

BNP RES. 4043¹ V. – Faltam as últ. 8 f., correspondentes ao cad. d, incluindo colofão. – Nota manuscrita na p. de tít.: «Multa sunt alia opera in hoc volumine...». – Notas marginais manuscritas

COMENTÁRIO

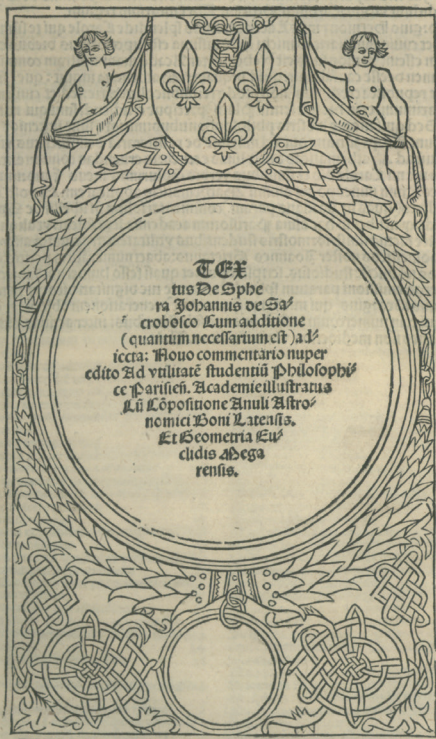
O *Tratado da Esfera* de Iohannes de Sacrobosco, ou John of Hollywood, um matemático inglês sobre o qual pouco se consegue apurar, foi um dos mais célebres e divulgados compêndios medievais de cosmografia e astronomia. Circulou amplamente em cópias manuscritas, até começar a ser impresso no século XV, em versões sucessivamente atualizadas. Em Portugal foi traduzido pela primeira vez no chamado *Guia Náutico de Munique*, datável de 1509, e que também integra o presente catálogo. O *Tratado da Esfera* continha materiais e indicações que permitiam efetuar cálculos de natureza astronómica, relacionados com a navegação oceânica, e por isso foi regularmente utilizado pelos pilotos ibéricos, ao longo dos séculos XV e XVI. Um exemplar desta obra poderia ter sido conhecido e utilizado por

Fernão de Magalhães, como o que foi impresso em Paris em 1507, nas oficinas de Henri Estienne (ca 1530-1598), com comentários de Jacques Lefèvre d'Étaples (ca 1455-1536). Sobre Sacrobosco, ver THORNDYKE 1949; relativamente à influência de Sacrobosco em Portugal, ver ALBUQUERQUE 1987: 18-27; a respeito do impressor Estienne, ver SCHREIBER 1982; e sobre o comentador, ver OOSTERHOFF 2018.

Canobij Cassanensis

Nº 62

1895¹



TEX
tus De Sphe
ra Johannis de Sa
croboſco cum additione
(quantum neceſſarium eſt) a
iccia: Nouo commentario nuper
edito ad vtilitatē ſtudentū Philoſophi
ce Pariſienſi Academię illuſtratus
Li. A. de poſitione Anuli Aſtro
nomici Boni Larenſis.
Et Geometria Eu
clidis ad Ege
renſis.



Multa ſunt alia opera in hoc volumine.
ſunt inſcriptiones Ethica Aristotelis, et
tribus verſionibus. —
ſunt et eiusdem Philoſophi Metaphiſicae Libri duo.
Politica — libri duo — o. d.
Economicon duo — Hecaleſticon — ſexte.
Economiaz publicana, rerum —

[4]

5

POLO, Marco, 1254-1323?

Marco Paulo. Ho liuro de Nycolao Veneto. Ho trallado da carta de huu[m] genoues das ditas terras... Lyxboa: per Valentym Fernâdez, 1502. [8], xcviij f.; il.; 2º (30 cm)

D. Manuel 8; Anselmo 551; Norton P 3; Simões 614; Cent. Vita Christi, 12. – Na p. de tít.: Co[m] priuilegio del Rey nosso senhor. q[ue] nenhuu[m] faça a jmpressam deste liuro ne[m] ho venda em todollos se[us] regnos & senhorios sem liçe[n]ça de Valentim ferna[n]dez so pena co[n]teuda na carta do seu preuilegio. Ho preço delle. Cento & dez reaes. – Marca de impressor no v. da última folha. – Título em caracteres góticos sob a esfera armilar. – No f. i: no cimo caravela, enquadrada por tarja ornamentada por animais, dragões, frutos e flores. – Capitais ornamentadas

BNP RES. 431 V. – Exemplar aparado

Disponível em: <<http://purl.pt/14703>>

6

POLO, Marco, 1254-1323?

El libro d[e]l famoso Marco paulo veneciano d[e] las cosas marauillosas q[ue] vido en las partes orie[n]tales. conuiene saber en las indias. Armenia Arabia. Persia e Tartaria. E del poderio del gran Can y otros reyes. Co[n] otro tratado de Micer pogio flore[n]tino que trata de las mesmas tierras e yslas. Seuilla: por Iuan Varela d[e] Salama[n]ca, 1518. – [4], xxxi f.; 2º (30 cm)

Escudero 201; Martín Abad, Post-incunables 1247; Norton 979; Palau 151206; BN-Tip. Esp. xvi 1537. – Antecedendo o

título: Cosmographia breue introductoria en el libro de Marco paulo. – Pé de imprensa retirado do colofão

BNP RES. 217² A. – Encadernado com: *Itinerario del venerable varon micer Luis patricio romano: en el qual cue[n]ta mucha parte dela ethiopia Egipto: y entra[m]bas... Arabias: Siria y la India. Buelto de latin en romance por Christoual de arcos clerigo. Nunca hasta aqui impresso en lengua castellana / [Ludovico de Varthema].* Seuilla: por Iacobo cro[m]berger aleman, 1520

Disponível em: <<http://purl.pt/12100>>

COMENTÁRIO

O viajante veneziano Marco Polo celebrou-se através do relato das suas extensas viagens asiáticas, o qual circulou intensamente pela Europa em versões manuscritas a partir de inícios do século xiv. O seu *Livro das Maravilhas*, que apresentava uma descrição informada, e em muitos casos fruto de observações em primeira mão, de vastas regiões orientais, manteve durante muito tempo enorme autoridade nos meios cultos europeus. Impresso nas últimas décadas do século xv, em latim, em diversas cidades da Europa, conheceu na centúria imediata sucessivas edições, quer em latim, quer em línguas vulgares europeias. O impressor moravo Valentim Fernandes (fl. 1495-1518) incluiu uma tradução portuguesa da obra do veneziano no seu *Marco Paulo*, coletânea de relatos de viagem impressa em Lisboa em 1502, que continha igualmente o relato das viagens orientais de Nicolo de Conti (ca 1395-1469), da autoria do humanista italiano Poggio Bracciolini (1380-1459), e o relato das andanças orientais de Girolamo da Santo Stefano (fl. séc. xv). Tratava-se, segundo parece, da primeira coleção de relatos de viagem impressa na Europa, inaugurando um género que viria a conhecer duradouro sucesso editorial. A

obra de Polo foi igualmente impressa em Espanha, a partir da edição lisboeta, por Rodrigo Fernández de Santaella (1444-1509), que publicou em Sevilha, em 1503, uma versão castelhana de *El libro de Marco Polo*. A obra seria diversas vezes reimpressa, e nomeadamente numa edição sevilhana de 1518, que incluía também uma tradução castelhana, da autoria de Cristóbal de Arcos (fl. séc. XVI), da relação das viagens orientais do bolonhês Ludovico de Varthema (1470-1517). A primeira edição crítica do relato poliano – que fez uso de vários manuscritos e de exemplares impressos – parece ter sido a de Giovanni Battista Ramusio (1485-1557), o célebre editor italiano das *Navigazioni et Viaggi*, monumental coletânea de relatos de viagem publicada em Veneza, em três volumes, entre 1550 e 1559, com muitas edições subsequentes, que também figura no presente catálogo. Fernão de Magalhães poderá ter manuseado o texto de Marco Polo, quer na edição lisboeta de Valentim Fernandes, quer em alguma das edições sevilhanas, e nomeadamente na de 1518, que terá sido motivada justamente pela preparação em Sevilha da sua expedição. Sobre Marco Polo e a edição lisboeta, ver PEREIRA 1921; relativamente a Valentim Fernandes, ver JÜSTEN 2007; a respeito das edições sevilhanas, ver GIL 1987: I-LXIX; quanto a Cristóbal de Arcos, um personagem escassamente conhecido, ver CALVO FERNÁNDEZ 2002; a propósito da edição ramusiana de Marco Polo, ver VENERI 2012.



arco paulo.

Pelo liuro de Nicolao veneto.

Eo trallado da carta de huũ genoues das ditas terras.

Eo privilegio del Rey nosso senhor. q̃ nenhuũ faça a impres-
sam deste liuro. nẽ ho venda em todollos se⁹ regnos ⁊ senho-
rios sem liçẽça de Valentim fernãdez so pena cõteuda na car-
ta do seu preuilegio. No preço delle. Cento ⁊ dez reais.



[s]

Marco paulo.



Micer Poggio.



**C. Cosmographia
breue introductoria
en el libro de Mar-
copaulo.**

S. domingo en la ysla y sabela.



Calicut.



El libro dl famoso Marco paulo vene-
ciano dlas cosas marauillosas q vido
en las partes orietales. conuiene saber
en las indias. Armenia Arabia. Per-
sia z Tartaria. E del poderio del gran
Can y otros reyes. E o otro tratado de
Micer pogio florétino que trata delas
mesmas tierras z yslas.

REGIOMONTANUS, Johannes Müller, 1436-1476

Tabule Directionu[m], profectionu[m] q[ue] famosissimi viri Magistri Ioannis Germani de Regio monte in Natiuitatibus multum vtilis... – Nuperrime emendate [et] complete q[uam] luculentissime impressa. Venetijs: ingenio ac impensa Petri Liechtensteyn Coloniensis, 1504. [298] p.; 4^o (22 cm)

BM (STC IT) 455; Adams R 287; NUC NM 857372; La Lande 1504 31; BN-Cat. Livro Científico séc. xv e xvi 682

BNP RES. 1161 P. – Notas marginais manuscritas. – Encadernação em pele. – Pert. na p. de tit.: «Da liuraria Publica Braga»

Disponível em: <https://archive.thulb.uni-jena.de/hisbest/receive/HisBest_cbu_00017985>

COMENTÁRIO

O matemático e astrónomo Joahnnes Müller, conhecido como Regiomontanus, do nome latino de Königsberg, cidade alemã de onde era natural, foi autor de diversas obras que conheceram duradouro sucesso editorial a partir de finais do século xv e durante a primeira metade do século xvi. Publicou nomeadamente umas tábuas astronómicas. Regiomontanus propos um método para determinar a longitude através de observações lunares, pelo que algumas das suas obras ganharam visibilidade no contexto da expedição de Fernão de Magalhães, cujo projeto se baseava precisamente na determinação da exacta localização do anti-meridiano de Tordesilhas, que alegadamente cairia a oeste das ilhas de Maluco, colocando estas, assim, no hemisfério de influência espanhola. É muito provável que o navegador português conhecesse esta obra de

Regiomontanus, tanto mais que o cronista João de Barros (1496-1570), numa das suas *Décadas da Ásia* impressa em 1563, e que integra o presente catálogo, afirma que os pilotos de Magalhães teriam efetuado medições astronómicas no Rio de Janeiro utilizando «os Almanacues de Joannes de Monte Regio da impressão de João Liertestim» (BARROS 1973: 5, 658), lapso evidente por Petrus Liechtenstein (fl. 1497-1528). Muito provavelmente, Fernão de Magalhães teria conhecido a edição das tábuas astronómicas publicada em Veneza em 1504, por este impressor. Sobre Regiomontanus e as suas obras, ver ZINNER 1990; a respeito de Liechtenstein, ver NORTON 1958.

da Cúrrana Pública Braga



Tabule Directionū

profectionūq; famosissimi viri Magistri Joannis
Germani de Regio monte in Nativitatibus
multum vtilis: Una cum Tabella si-
nus recti. Superrime emenda-
te et complete q̃ luculen-
tissime impressæ.

* *

Cum Gratia et Privilegio.

[7]

8.

LI, Andrés de, fl. 1429

Reportorio de los tiempos. – nueuamente impresso co[n] ciertas cosas an[n]adidas y con diligencia corregidas. Burgos: [Alonso de Melgar], 1518. 63 f.; il.; 8° (14 cm)

Norton 316; BN-Tip. Esp. XVI 1022; BN-Cat. Livro Científico séc. xv e XVI 438. – Autor retirado do Prólogo. – Local e data de impressão retirados do colofão

BNP RES. 621 P. – Exemplar aparado. – Encadernação em pergaminho com vestígios de atilho. – Pert. na p. de tít.: «Graça de Lx.^a»

COMENTÁRIO

Quase nada se consegue apurar sobre o físico espanhol Andrés de Li, que em 1492 publicou em Saragoça a primeira edição do seu *Reportorio de los tiempos*, na casa do impressor Pablo Hurus (fl. 1482-1498). A obra incluía, para além de diversos materiais de natureza médica e astrológica, um conjunto de tábuas lunares, que podiam ser utilizadas em observações e cálculos astronómicos, e suscitou enorme interesse em Espanha, pois rapidamente seriam impressas várias outras edições antes de 1500. Como era habitual com este tipo de tabelas, a obra encontrou curso nos meios marítimos ibéricos, no âmbito da crescente utilização da navegação astronómica. A conjuntura desencadeada pela viagem de Fernão de Magalhães terá suscitado a reedição da obra, tanto em Portugal, onde Valentim Fernandes (fl. 1495-1518) a editou com o título *Reportorio dos têpos em lingoa gẽ portugues*, em Lisboa em 1518, como em Espanha, com a reedição da versão de Andrés de Li em Burgos, em 1518, na casa do impressor Alonso de Melgar (fl. 1518-1526). É bastante provável que Magalhães conhecesse esta última edição, que seria utilizada por cosmógrafos do seu círculo.

Sobre Andrés de Li, ver LI 1999; sobre Valentim Fernandes e a sua produção tipográfica, ver ANSELMO 1981: 146-198; sobre Melgar, figura muito mal conhecida, ver RUMEAU 1975.

Gravado x.



N.º 58
L-10-33

Reportorio delos tiempos.
Nueuamēte im-
presso cō ciertas co-
sas añadidas: y
con diligē-
cia corre-
gidas.



[8]

ZACUTO, Abraão, ca 1450-ca 1532

Almanach perpetuum. [Trad. lat.] José Vizinho. Leiria: Abraão d'Ortas, 25 fevereiro 1496. [168] f.; 4^o (22 cm)

C 6611; GW 115; Haeb (BI) 720; HC 16267; BGP I 18, Artur Anselmo OIP 19^a; Goff Z-14; BMC X 83 (1A 56710); CIBN Lisboa 1359; IBPORT 1884. – Selo de José Vizinho. – Contém: Tabulae astronomicae

BNP INC. 187 – Nota manuscrita na f. [1]: «Non prohibetur». – Pag. e assin. manuscrita
Disponível em: <<http://purl.pt/22001>>

COMENTÁRIO

O astólogo e astrónomo Abraão Zacuto chegou a Portugal em 1493, oriundo de Salamanca, na sequência da perseguição desencadeada em Espanha contra o povo judaico. Desempenhou funções ligadas à sua especialidade na corte régia portuguesa até 1496, altura em que abandonou Portugal, quando D. Manuel I (r. 1495-1521) adotou idêntica política anti-judaica. Posteriormente, viveria em Tunis, em Jerusalém e provavelmente em Damasco. Durante a sua residência em Portugal, Zacuto publicou em Leiria, em 1496, uma tradução latina do seu *Almanach perpetuum*, que originalmente havia sido escrito em língua hebraica. Esta obra, um 'almanaque perpétuo dos corpos celestiais', continha tabelas astronómicas que podiam ser utilizadas no contexto da navegação oceânica, para elaboração de tabelas de declinação solar, essenciais no cálculo das coordenadas geográficas de um determinado lugar. A tradução foi preparada por José Vizinho (fl. 1486-1495), um físico judeu que também trabalhava junto da corte lusitana. Fernão de Magalhães conhecia certamente esta obra, ou na edição impressa por Abraão d'Ortas (fl. 1496)

em Leiria, ou na edição impressa em Veneza em 1502 por Petrus Liechtenstein (fl. 1497-1528). O cronista espanhol Antonio de Herrera y Tordesillas (1559-1625), na segunda década da sua *Historia general de los hechos de los Castellanos*, impressa em Madrid em 1601, e que integra o presente catálogo, alude à utilização pelos pilotos de Magalhães, em medições efetuadas no Rio de Janeiro, das «tablas del Zacuto» (HERRERA 1601-1605: 2, IV, 132). Sobre Zacuto e as edições da sua obra, ver CHABÁS & GOLDSTEIN 2000; sobre Liechtenstein, ver NORTON 1958; a respeito de Herrera, ver CUESTA DOMINGO 1998.

Non prohibetur.



Almanach perpetuus celestium motuum
astronomi Jacuti. Cuius Radix est

1 4 7 3

characteres signorum zodiaci

♈	Aries	♎	libra
♉	Taur ⁹	♏	Scorpi ⁹
♊	gemini	♐	sagittari ⁹
♋	Cancer	♑	Capricorni ⁹
♌	leo	♒	Aquari ⁹
♍	Virgo	♓	pisces



FRACANZIO DA MONTALBODDO, fl. 1508

Itinerariu[m] portugalle[n]siu[m] e Lusitania in India[m] et inde in Occidentem et demum ad aquilonem. [Fracanzio da Montalboddo]; [trad. Arcangelo Madrignani]. [Mediolani: J. A. Scinzenzeler], 1508. [8], LXXVIII f.; il., mapa; 4° (20 cm)

Adams F 816; NUC NF 0278358; Duarte de Sousa 1, 38; Royal Library of Denmark (Det Kongelige Bibliotek, København) (HPB); Bavarian State Library (Bayerische Staatsbibliothek, München) (HPB); GBV Union Catalogue (Gemeinsamer Bibliotheksverbund, Göttingen) (HPB); ICCU. – Nome do autor e tradutor retirados de bibliografia. – Local de impressão e impressor retirados de bibliografia. – Contém: Mapa representando África, Sul da Europa e Ásia

BNP D.S. XVI – 3. – Pert. no v. da p. de tít.: «BIBLIOTHECA REGIA MONACENSIS» (carimbo). – Pert.: António Alberto Marinho Duarte de Sousa
Disponível em: <<http://purl.pt/15274>>

COMENTÁRIO

Fracanzio da Montalboddo foi um gramático e cosmógrafo italiano, que em 1507 publicou em Vicenza uma coletânea de relatos de viagens intitulada *Paesi nouamente retrouati et Nouo Mondo da Alberico Vesputio Florentino intitolato*. Com incrível oportunidade editorial, Montalboddo conseguiu reunir um conjunto alargado de textos inéditos, que davam conta em primeira mão das grandes viagens de exploração dinamizadas pelas coroas de Portugal e de Espanha, no meio século compreendido entre 1454 e 1504. Os *Paesi* incluíam nomeadamente relatos das viagens de Alvise de Cadamosto (1432-1488) ao litoral da Guiné, das viagens à Índia de Vasco da Gama (14??-1524) e de Pedro Álvares Cabral (ca 1457-ca 1520), das viagens

de Cristóvão Colombo (1451-1506) ao Novo Mundo, e das alegadas navegações de Amerigo Vespucci (1454-1512) no litoral do continente que tomaria mais tarde o seu nome. Talvez na base deste inovador projeto editorial estivessem as preocupações de Veneza relativamente à crescente concorrência lusitana no tráfico de mercadorias orientais, mas ele respondia sobretudo à intensa curiosidade dos meios cultos europeus relativamente às novidades oriundas de Portugal e Espanha sobre os mundos ultramarinos. A obra teve um sucesso estrondoso, pela sua extrema novidade, e foi repetidamente reeditada e traduzida em diversas cidades europeias. Seria uma coletânea de leitura obrigatória para alguém que, como Fernão de Magalhães, se interessava pela exploração dos espaços geográficos extraeuropeus. O navegador português poderia ter compulsado, por exemplo, a edição latina impressa em Roma em 1508, numa tradução do religioso italiano Arcangelo Madrignani (?-1529), a respeito do qual pouco se consegue apurar. Sobre Montalboddo e a sua coletânea, ver ANDRADE 1972; sobre Vespucci e as suas cartas, ver DUVIOLS 2005.

PEREIRA, Duarte Pacheco, ca 1460-1533

Principio do Esmeraldo de situ orbis feito e composto por Duarte Pacheco, caualeiro da Caza del Rey Dom João o Segundo de Portugal... [Depois de 1750]. [I], 8o f., enc.

Cópia emendada a várias mãos (a tinta vermelha e a lápis, à margem), e algumas notas nas quais se compara o texto com o existente na Biblioteca Pública de Évora.

BNP COD. 888

Disponível em: <<http://purl.pt/21999>>

COMENTÁRIO

Duarte Pacheco Pereira destacou-se como navegador, como militar e também como roteirista, nos anos finais do século XV e nas primeiras décadas da centúria imediata. Efetuou diversas viagens de exploração ao longo da costa ocidental de África; em 1498 terá realizado uma larga expedição de reconhecimento da parte ocidental do Atlântico, na qual talvez tenha chegado ao Brasil; em 1503 viajou para a Índia, participando ativamente nas atividades de natureza bélica que contribuíram para consolidar a presença portuguesa no Oriente. Entre 1505 e 1508, de volta a Portugal, elaborou um tratado de «cosmografia e marinhar» (PEREIRA 1991: 534) a que deu o enigmático título de *Esmeraldo de Situ Orbis*, provavelmente inspirado pela obra de Pompónio Mela, que também figura no presente catálogo. Neste tratado, Pacheco Pereira dava extensa conta das suas viagens africanas e atlânticas, e avançava com uma conceção do globo terrestre de influência ptolomaica, que pressupunha a impossibilidade de navegar para oeste das terras do Novo Mundo, que formariam uma barreira intransponível. Na altura em que Fernão de Magalhães se encontrava em Azamor, Pacheco Pereira servia na armada

de defesa costeira portuguesa, fazendo regulares viagens a Marrocos. Não é impossível que ambos se tivessem em algum momento cruzado. O *Esmeraldo* não terá circulado demasiado, pois tratava-se de uma obra de natureza reservada, destinada aos olhos de el-rei D. Manuel I (r. 1495-1521), e da qual se conhecem hoje duas cópias manuscritas, ambas mais tardias, uma na Biblioteca Nacional de Portugal, outra na Biblioteca Pública de Évora. Há notícias de uma cópia quinhentista ter sido enviada em finais do século XVI para Filipe II de Espanha (r. 1556-1598) e I de Portugal (r. 1581-1596), que a mandou guardar na Biblioteca do Escorial. Não deve ser posta de parte a hipótese de Magalhães ter consultado o *Esmeraldo*, e nomeadamente o mapa-mundo que ilustrava a versão original, e que hoje se considera perdido. Sobre Pacheco Pereira, a sua obra e as suas viagens, ver CARVALHO 1991, DAVEAU 1999-2000 e DOMINGUES 2012.



Prologo.



Principio Da esmeralda Descrita Orbis, Lito e composto
por Duarte Pacheco cavalleiro da Casa del Rey Dom João o segundo
de Portugal, que Deos tem Desejado a he muyto alto poderoso
Principe e serenissimo senhor o senhor Rey Dommanuel nosso
senhor ha primeiro deste nome que Reynou em Portugal.

Muyto alto Poderoso Principe, e serenissimo senhor, non me po-
deremos escusar de cayr em Repetir a sua notavel fama dos ex-
cilentos barões e muito antigos antecessores d'ũa de prospera
Linhagem, por esquecimento deixarmos passar que a nossa memo-
ria non seja Reduzida, porque sendo sabida seus grandes feitos
tanto mais se acrescenta a gloria de vossa nome quanto em vossas
clarecidas obras vossa alteza os procede. E por quanto os antigos
escritores de cujas obras Recebem doutrina tinham da descobri-
mento da Riberdeza da terra, e do mar em que tiveram desuairados
opinios e ho presente tempo com tem em sy esta materia, por tan-
to vossa alteza sabem que Margue entrabam o agradecio muito anti-
guo autor, e de grande authoridade que sy no meo do seu primeiro
Livro da Cosmographia diz, "Hoas sera para nos se as mais Longui-
nas bathando aquellas coomentos escrebermos daquelles que sua nabi-
guagem ha Ethiopia contem alguns dizem que Menelao por Cales
navegando tocou seu corpo atea Pegam da India ha ho caminho
ho tempo Logo dan, quando se dia em homeiro com saas vim no
cyto anno, outros pello mesmo S. per entre ambas as terras do
uno arabico Guayo phinio Senador de Roma excilente autor no
seu segundo Livro da natural storia Capitulo sesenta e nove diz

VARTHEMA, Lodovico de, 1465-1517

Itinerario de Ludouico de Varthema bolognese ne lo Egypto ne la Suria ne la Arabia Deserta & Felice ne la Persia: ne la India: & ne la Ethiopia. La fede el viuere & costumi de tutte le prefate provincie. Nouamente impresso. Stampata in Venetia: per Zorzi di Rusconi Milanese..., 1517 adi VI del mese de marzo. [92] f.; 8° (16 cm)

BM (STC IT) 73; Sander 7489; Essling 1932. – Dados de impressão retirados do colofão (f. M//1 r.). – F. de rosto impressa em vermelho e preto. – Grav. xilogr. na f. de rosto. – Texto impresso em 2 colns., com iniciais xilogr.

BNP RES. 4741 P.

COMENTÁRIO

O bolonhês Ludovico de Varthema viajou para a Índia pela rota do Mediterrâneo oriental em inícios do século XVI, peregrinando durante alguns anos por partes incertas do Oriente. Em 1506 encontrava-se em Calecute, na costa ocidental da Índia, quando os portugueses tentavam estabelecer bases seguras nas vizinhas cidades indianas de Cananor e Cochim. Foi nessa altura que se juntou às forças portuguesas, e são grandes as probabilidades de se ter então cruzado com Fernão de Magalhães. Varthema viajou pouco depois para Europa num navio português, e de regresso a Itália publicaria em Roma em 1510 um curioso *Itinerario*, no qual relatava as suas andanças orientais, mas exagerando sobremaneira o âmbito geográfico das mesmas, pois afirmava ter visitado as ilhas mais orientais da Insulíndia, onde nunca terá estado. A obra constituiu um assinalável sucesso editorial, pela novidade das informações transmitidas, e seria repetidamente reeditada na versão italiana e também em traduções para outras línguas europeias. Magalhães, de

volta a Portugal, terá em algum momento adquirido um exemplar da obra de Varthema. Com efeito, o cronista espanhol Francisco López de Gómara na sua *Historia general de Indias*, originalmente publicada em Saragoça em 1552 e que também integra o presente catálogo, refere que quando o navegador português foi recebido pelo monarca espanhol Carlos I (r.1516-1556), em 1518 em Valladolid, tinha nas mãos «la relación de Luis Berthoman, boloñes» (LÓPEZ DE GÓMARA 1965: 1, 160). Não é impossível que o navegador português possuísse um exemplar da edição publicada em Veneza em 1517 pelo impressor Giorgio Rusconi (1470-1522). Sobre Varthema e o seu relato, ver VARTHEMA 2004; a respeito do impressor Rusconi, ver GASPERONI 2009; relativamente a López de Gómara, ver JIMÉNEZ 2001.

Itinerario De Ludouico De
Marthema Bolognese ne lo Egypto ne la
Suria ne la Arabia Deserta ⁊ Felice
ne la Persia: nela India: ⁊ nela Ethio
pia. La fede el viuere ⁊ costumi de
tutte le psate puicie. Nouamēte impresso.



[12]

FERNÁNDEZ DE FIGUEROA, Martín, fl. 1505-1512; MCKENNA, James B.

A Spaniard in the Portuguese Indies: The Narrative of Martín Fernández de Figueroa. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1967. XII, 288 p.; 22 cm. – (Harvard studies in romance languages; 31)

Reprodução fac-similada do único exemplar conhecido, existente na Biblioteca da Harvard University, de *Conq[ui]sta d[e] las Indias d[e] Persia e Arabia q[ue] fizo la armada d[e]l rey don Manuel de Portugal e de las muchas tierras : diuersas gentes : extrañas riq[ue]zas e grandes batallas que alla ouo* (Salamãca : en casa de micer Loreço de leão de dei, 1512). [32] f.; 8º (17 cm). – Pé de imprensa retirado do colofão

BNP H.G. 25885 V.

COMENTÁRIO

Martín Fernández de Figueroa partiu de Salamanca para Lisboa em 1505, aí embarcando rumo à Índia na armada de D. Francisco de Almeida (1450-1510), a mesma, curiosamente, em que viajava Fernão de Magalhães. Nos anos que se seguiram, Figueroa e Magalhães ter-se-ão cruzado diversas vezes, pois coincidiram repetidamente em contingentes portugueses que desenvolviam atividades bélicas em diversos pontos do Oriente. Os portugueses estavam então empenhados em estabelecer bases seguras em cidades portuárias da costa oriental de África e do litoral da Índia, a partir das quais pretendiam intervir nos lucrativos tráficos orientais. Em 1510 Figueroa regressou a Portugal, e em meados do ano seguinte já se encontrava em Salamanca. Aí recrutou o auxílio do humanista Juan Agüero de Trasmiera (14??-15??), que lhe redigiu o relato das suas aventuras orientais, o qual foi de seguida publicado em Salamanca

em 1512. Trata-se de uma das primeiras obras impressas a dar notícia das actividades orientais dos portugueses. Provavelmente Magalhães conheceu esta obra, da qual se conhece hoje um único exemplar, conservado na biblioteca da Harvard University. Sobre a obra de Figueroa, ver MCKENNA 1967, que publica um facsimile da primeira edição, e uma nova edição em GIL 1999.



Donqsta dlas indias d'Persia 7 Ara
 bia q hizo la armada dl rey don Al
 nuel de Portugal 7 delas muchas ri
 erras: diuersas gentes: extrañas riq
 zas 7 grandes batallas que alla ouo.

[13]

Soma horientall que trata do mar Roxo ate os chims. [Tomé Pires]. [1535-1536?]. F. 41 v.-98 v. enc.

Cópia cuidada, em letra gótica cursiva; trata-se de uma versão parcial do texto, elaborada a partir de uma outra cópia escrita entre 1522 e 1526. O conteúdo integral da obra de Tomé Pires é hoje conhecido graças a uma cópia do manuscrito original que teria sido composto entre 1512 e 1515 e enviado para D. Manuel I, que pertence hoje às coleções da Bibliothèque de l'Assemblée Nationale em Paris (Ms. 1248).

Tem junto: «Chronica Geral dos sucessos do Reyno de Guzarate a que chamão Cambaya», início do texto: «caronica que fala das cousas q[ue] se pasará no Reino do guzarate depois da morte do soltão modafar» (f. 1-47 v.)

BNP COD. 299²

Disponível em: <<http://purl.pt/26154>>

COMENTÁRIO

Tomé Pires era boticário na casa real portuguesa e em 1511 embarcou para a Índia, encarregado de supervisionar os carregamentos de drogas e especiarias enviados para Portugal. Durante uma demorada residência em Malaca preparou o manuscrito da *Suma Oriental*, um amplo e inovador tratado de geografia asiática, que estaria terminado em 1515, e que reunia as mais atualizadas informações sobre os mais variados aspetos do mundo oriental que os portugueses estavam então a explorar de forma sistemática. Paralelamente a notícias muito detalhadas de natureza geográfica e etnográfica, Tomé Pires descrevia as rotas marítimas, os circuitos comerciais, as mercadorias transacionados, os pesos e as moedas, os procedimentos alfandegários, e tantas outras notícias relacionadas com a

produção e a circulação dos mais valiosos produtos orientais. A *Suma Oriental*, entretanto, continha a primeira descrição baseada em testemunhos vivenciais da Insulíndia, e sobretudo das ilhas das especiarias, as ilhas de Maluco, de onde eram originários o cravo, a maçã e a noz-moscada. O manuscrito não conheceu grande circulação, e hoje conhecem-se apenas uma cópia completa, que terá pertencido ao piloto Francisco Rodrigues (fl. 1511-1519) e se conserva na Bibliothèque de l'Assemblée Nationale, em Paris, e uma cópia incompleta, que datará da década de 1520 e que pertence às coleções da Biblioteca Nacional de Portugal. É muito provável que Fernão de Magalhães se tenha cruzado em Malaca com o boticário Tomé Pires e com o piloto e cartógrafo Francisco Rodrigues, e que de alguma forma tivesse tido acesso a informações contidas na *Suma Oriental*. Tomé Pires não voltaria a Portugal, pois em 1517 seguiu para a China, como enviado de el-rei D. Manuel I (r.1495-1521), e posteriormente seria aprisionado em Cantão, onde terá falecido por volta de 1527. Sobre Tomé Pires e o seu tratado, ver PIRES 2017.

matar a molhr e os filhos que em seu po
 det em diotinha e de pois na ho quis fazer
 e tinha os postos em prisoes e de des que
 das não tendo fechos mais que ho filho ma
 ys velho que se chamaua a caparcao q
 sepiade quimzr anos a o mais e ouros
 mais mocys e muito pequenos que estaua
 todos e suas mais macidade de dio domde
 elly de pois de se ver e o go don nado inu
 no da cunha se partio pa a cidade de mada
 bad pa e ouros seus e no caminho a
 chou no da que era ja tomada e os seus ca
 pitais des batarados e elly e estas no das
 copro as terras pa as partes do moribim
 que e fina e o fimde e da hi veio fugido
 tanto que soube que os moquoyes era ha
 balados os quays vindo em seu allcãro
 o fizyao aco lhr a dio om de a goya e sta
 aos de xbiij de nobembrio de 1535 anos
 epejando e ouros dos portugeses pa
 o de fem de yem de não e tomado e suas
 molhres e mai e o go don nado e toda
 a mdia pa o de fem de // = //

Soma ho pientall que tra
 ta do mar hojo e ate as
 chins

Asia se a parra da fica pela banda do mar
 mediteraneo por alexandria e da parte do
 leuãte pelo bionilo e do mar oceano pelo
 meio dia segundo arall e particao se a parra
 da tiopia a bexia por ela e a bixia felix

**RODRIGUES, Francisco, fl. 1511-1519;
GARCIA, José Manuel**

O Livro de Francisco Rodrigues: O Primeiro Atlas do Mundo Moderno. Porto: Editora da Universidade do Porto, 2008. 135, [242] p.; il.; 34 cm

Reprodução de códice, da autoria de Francisco Rodrigues, datado de 1511-1515, existente na Bibliothèque de l'Assemblée Nationale, Paris, sob a cota: Ms 1248, E/D 19. Estudo inicial, da autoria de José Manuel Garcia, dividido em 3 partes, com um total de 135 p., e uma 4.ª parte que contempla a reprodução do códice, com 242 p.

BNP C.A. 567 V.

Disponível em: <<http://www2.assemblee-nationale.fr/decouvrir-l-assemblee/patrimoine/la-bibliotheque/le-fonds-ancien-de-la-bibliotheque/autres-tresors/journal-de-francisco-rois-et-suma-oriental-de-tome-pires>>

COMENTÁRIO

O piloto e cartógrafo Francisco Rodrigues estava no Oriente desde os primeiros anos do século XVI. Cruzou-se certamente em várias ocasiões com Fernão de Magalhães, pois ambos tomaram parte na campanha para a conquista de Malaca, que teve lugar em 1511. Logo de seguida, em 1511-1512, participou na expedição exploratória que António de Abreu (ca 1480-1513) conduziu desde Malaca até às ilhas mais orientais da Insulíndia, em busca das ilhas de Maluco, que por então não foi possível alcançar. É autor de um interessante livro de marinharia, cujo manuscrito original se conserva nas coleções da Bibliothèque de l'Assemblée National, em Paris. O chamado *Livro de Francisco Rodrigues* inclui diversos textos de natureza náutica, um alargado conjunto de mapas, representando espaços terrestres na Europa, em África e na Ásia, com as correspondentes

áreas marítimas, e um conjunto de desenhos que apresentam vistas muito detalhadas das ilhas que teve oportunidade de visitar durante a viagem que realizou entre Malaca e o arquipélago de Banda, na parte mais oriental da Insulíndia. Os materiais dedicados à Insulíndia destacam-se pela sua extrema novidade, no contexto da cartografia europeia da época, pois apresentavam pela primeira vez uma imagem detalhada destes espaços geográficos, com base em experiências vivenciais do próprio Francisco Rodrigues ou em notícias fidedignas que teve ocasião de recolher junto de informadores asiáticos. O *Livro de Francisco Rodrigues*, curiosamente, está acompanhado por uma cópia da *Suma Oriental* de Tomé Pires (1465?-ca 1527), em letra do próprio Rodrigues, manuscrito que também figura no presente catálogo. Não é impossível que Fernão de Magalhães, durante a sua passagem pelos mares da Insulíndia, tivesse consultado estes materiais, que lhe permitiriam obter uma imagem informada da localização das ilhas das especiarias. Sobre Francisco Rodrigues e o seu atlas, ver GARCIA 2008.



16

LISBOA, João de, ca 1470-1525

Livro de Marinharia: Tratado da agulha de marear de João de Lisboa : Roteiros, sondas e outros conhecimentos relativos à navegação / copiado e coord. Jacinto Ignacio de Brito Rebelo. Lisboa: Imprensa de Libanio da Silva, 1903. LXXXII, 305, [5] p.; 28 cm

Códice do século XVI, que pertenceu à livreria do falecido Marquez de Castello Melhor em cujo catalogo de manuscritos tinha o numero 254, adquirido no respectivo leilão pelo Excel. mo Sr. Duque de Palmela e a expensas suas publicado. Este exemplar apresenta dedicatória: «Oferecido ao Illust. Excel mo Sr. Conselheiro Antonio de Sousa Silva e Costa Lobo pelo Duque de Palmela».

BNP S.A. 4783 A.

16bis

LISBOA, João de, ca 1470-1525

Livro de Marinharia: Tratado da agulha de marear de João de Lisboa: Roteiros, sondas e outros conhecimentos relativos à navegação

Cópia de 1560. 1 liv. (241 f.; 416 x 283 mm (capa); 403 x x 277 mm (fólios)); papel e perg. É composto pela tabuada, pelo breve tratado de Marinharia que inclui o «Tratado da agulha de marear achado por João de Lisboa no ano de 1514»; 8 fs. in. com tabelas quadrienais de declinação do Sol; 20 fls de pergaminho com um «Atlas Geográfico Universal»; 1 f. com o «regimento da declinação»; 8 fs. com tábuas quadrienais da distância polar Norte do Sol. Roteiros desde a Europa até ao Extremo Oriente. 1.ª carta: Terra Nova , Açores,

Islândia, Inglaterra, Lisboa; 2.ª carta: América Central, Mar das Antilhas e noroeste da América do Sul; 3.ª carta: Mar das Antilhas, costa da América do Sul desde o Golfo de Maracaibo ao Maranhão; 4.ª carta: costa da América do Sul, desde o Rio de Janeiro ao Estreito de Magalhães, com o Rio da Prata; 5.ª carta: costa desde o Maranhão Sul do Brasil; 6.ª carta: desde o nordeste brasileiro até ao extremo da África Ocidental; 7.ª carta: arquipélagos do Atlântico Sul; 8.ª carta: Atlântico Norte, com a Terra dos Bacalhaus, Islândia, Inglaterra, Lisboa, Safim e Ilhas Terceiras; 9.ª carta: Europa Ocidental; 10.ª carta: África Ocidental e extremo nordeste do Brasil; 11.ª carta: Golfo da Guiné; 12.ª carta: África Ocidental, do Equador ao Cabo da Boa Esperança; 13.ª carta: África Oriental, do Equador ao Cabo da Boa Esperança; 14.ª carta: ilhas do sudoeste do Índico; 15.ª carta: Mar Vermelho e Golfo Pérsico; 16.ª carta: costa do Golfo Pérsico até Ceilão; 17.ª carta: Extremo Oriente desde o Golfo de Sião até ao Japão; 18.ª carta: Golfo de Bengala; 19.ª carta: Insulíndia; 20.ª carta: esboço da Terra.

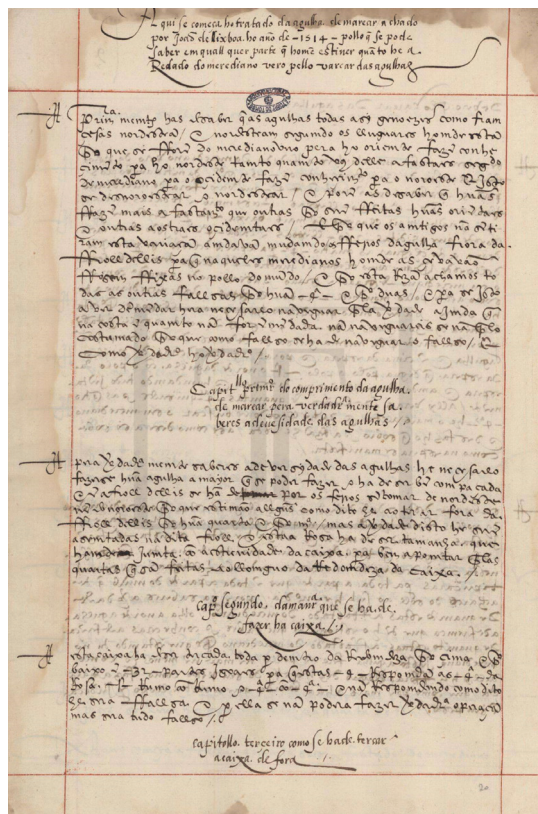
ANTI PT/TT/CRT 166

Disponível em:

<<https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4162625>>

COMENTÁRIO

João de Lisboa foi um dos mais afamados pilotos portugueses de finais do século XV e princípios da centúria imediata. Efetuou diversas viagens à Índia e ao Novo Mundo a bordo de navios portugueses. Em 1502 parece ter navegado pelo litoral brasileiro, em 1506 estava em Cochim e em 1511-1512 foi piloto de uma expedição que explorou a região sul-americana do Rio da Prata. Participou em 1513 na expedição comandada por D. Jaime, duque de Bragança (1479-1532), que conquistou Azamor. Aqui se terá cruzado com Fernão



[16]

de Magalhães e parece ter sido nesta cidade marroquina que compôs o seu *Tratado da Agulha de Marear*, que na época permaneceu manuscrito, mas que talvez Magalhães tenha conhecido. Anos mais tarde, o cronista Antonio de Herrera y Tordesillas (1559-1625), na segunda década da sua *Historia general de los hechos de los Castellanos*, impressa em Madrid em 1601, e que integra o presente catálogo, alude à utilização pelos pilotos de Magalhães, precisamente no estuário do Rio da Prata, de informações prestadas «por relacion de Iuan de Lisboa piloto Portugues» (HERRERA

1601-1615: 2, X, 294). João de Lisboa viajou ainda diversas vezes para a Índia, e terá desaparecido no decorrer de uma dessas jornadas, algures no oceano Índico, em 1525. Conserva-se nos Arquivos Nacionais da Torre do Tombo, em Lisboa, um Livro de Marinharia manuscrito, que lhe anda atribuído, mas do qual ele só terá sido parcialmente responsável, pois integra materiais posteriores à data do seu desaparecimento. Sobre João de Lisboa, ver GONÇALVES 2016; sobre Herrera, ver CUESTA DOMINGO 1998.

REGIMENTO DO ESTROLABIO E DO QUADRANTE; TRACTADO DA SPERA DO MUNDO

[Ed.] Joaquim Bensaúde. Munich: Carl Kuhn, 1914. – 35 p. 64 f. fac-sim.; il., grav.; 28 cm. – (Histoire de la science nautique portugaise à l'époque des grandes découvertes; 1)

Reprodução fac-similada do único exemplar conhecido existente na Bayerisch StaatsBibliothek, em Munique, que se supõe ter sido publicado em Lisboa por volta de 1516

BNP RES. 756 V.

BNP RES. 757 V.

COMENTÁRIO

Nos primeiros anos do século XVI foram publicados em Lisboa pelo menos dois *Regimentos do Astrolábio*, pequenos manuais de natureza técnica, que continham elementos essenciais para a prática da navegação astronómica, entre os quais uma tradução da *Tratado da Esfera* de Sacrobosco (ca 1190-1256), listas de latitudes desde Lisboa até ao equador, e tabelas de declinação solar. A análise dos elementos consignados nestas duas edições impressas permite datá-las respetivamente de cerca de 1509 (exemplar conservado na Biblioteca Pública de Évora) e de cerca de 1516 (exemplar conservado na Bayerisch StaatsBibliothek, em Munique). Ambos os folhetos incluíam na sua parte final a tradução portuguesa de uma carta que Hieronymus Münzer (1437-1508) enviara em 1493 a el-rei D. João II (r.1481-1495), propondo ao monarca lusitano a organização de uma expedição que descobrisse um caminho marítimo para o Oriente navegando para ocidente. É curioso que obras publicadas em 1509 e 1516 em Lisboa incluíssem a carta do físico alemão, que entretanto – e sobretudo depois dos acordos alcançados em Tordesilhas em 1494 e da via-

gem de Vasco da Gama (1492-1524) para a Índia em 1498 – se havia tornado anacrónica. Uma explicação possível para a inclusão da carta de Münzer seria atribuir a responsabilidade da publicação destes *Regimentos*, ou da respetiva compilação, a Rui Faleiro (1492-1533), o cosmógrafo amigo de Fernão de Magalhães, que com ele passou a Espanha em 1517, e que era um dos responsáveis pela nova proposta de navegação para as ilhas das especiarias pela via ocidental. Sobre os *Regimentos*, ver ALBUQUERQUE 1991; a respeito de Faleiro, ver GIL 2009: 349-387.

4^a Inc. f. ao. 1551^m

Regimento do estrolabio e do quadrante pera saber
ba oedinaçam e bo logar do soll em cada buindia
e asy pera saber ha estrella do notte



Impresso em Lisboa
em 1551

LIBRERIA
REGIA
LISBOAENSIS

rol

[17]

COPIA DER NEWEN ZEYTUNG AUSS PRESSILLG LANDT. [Augsburg, 1515?]

Fac-símile do exemplar existente na James Ford Bell Collection da University of Minnesota Library in *Tidings out of Brazil*. Transl. Mark Graubard; comment., notes John Parker. Minneapolis: The University of Minnesota Press, cop. 1957. – 48, [3] p.; il.; 20 cm. – (James Ford Bell collection)

BNP H.G. 40089 P.

Disponível em:

<archive.org/details/copiadernewenzeyoounkn/page/n1>

COMENTÁRIO

Em 1514 ou 1515 foi publicado em Nuremberga, na Alemanha, um anónimo panfleto intitulado *Copia der Newen Zeytung auss Pressillg Landt*, sem indicações de editor ou de data. O relato original, que fora provavelmente redigido na ilha da Madeira durante o ano de 1514, descrevia uma viagem de exploração à costa do Brasil e ao estuário do Rio da Prata, realizada pouco antes. Esta expedição contara com a participação do piloto João de Lisboa (ca 1470-1525) e fora financiada por D. Nuno Manuel (ca 1470-15??), almotacé-mor de el-rei D. Manuel I (r. 1495-1521), e por Cristóbal de Haro (14??-1541), o mercador de origem burgalesa então residente em Lisboa, onde representava interesses de casas financeiras alemãs. Esta anónima relação adiantava, a determinado passo, que o piloto da expedição – João de Lisboa – defendia que da parte mais meridional da costa brasileira «não há mais de 600 milhas até Malaca» e pensava que se poderia «ir e voltar de Lisboa a Malaca em pouco tempo» por uma rota ocidental (LAGUARDA TRÍAS 1973: 137). Ou seja, estes argumentos poderiam muito bem servir os propósitos de Fernão de Magalhães, que através de Cristóbal de Haro poderia ter tido acesso a estas notícias e a este relato, pois convém não esquecer que o mercador espanhol foi mais

tarde um dos financiadores da expedição magalhânica. Sobre este panfleto e o seu contexto, ver PARKER 1957 e LAGUARDA TRÍAS 1973.

**Lopia der Niewen Zeytung
auß Breßillg Landt.**



BARBOSA, Duarte, 14??-ca 1549

Em este liuro se trata Das cousas e partidas da India s[cilicet] da Conquista e navegação del Rey noso S[e]n[or] descubertas tè o anno de 1539 / [Duarte Barbosa]. 1539. 69 f.; enc.

Escrito por Francisco Mucio Camerte, conforme indicado no colofão. Trata-se da cópia mais antiga conhecida, em língua portuguesa, da obra denominada como «Livro de Duarte Barbosa», sendo a mais completa e a única datada e assinada, entre os manuscritos conhecidos

BNP COD. 11008

Disponível em: <<http://purl.pt/30341>>

COMENTÁRIO

Duarte Barbosa viajou para a Índia nos primeiros anos do século XVI, e não mais regressaria a Portugal. Durante anos viveu em Cananor, onde se ocupava dos assuntos da feitoria portuguesa estabelecida naquele porto indiano. Segundo parece terá aprendido a língua malaiála, falada naquelas regiões meridionais da Índia, o que lhe permitiu obter amplas informações sobre as realidades geográficas e humanas daquelas partes. Por volta de 1516 ou 1517 completou a primeira versão do seu *Livro das cousas e partidas da Índia*, um tratado de geografia e etnografia que efetuava o levantamento dos novos espaços orientais que os portugueses estavam então a explorar, desde o cabo da Boa Esperança até à China. É muito provável que Fernão de Magalhães, durante os seus anos indianos, se tivesse cruzado com Duarte Barbosa. A obra de Barbosa foi sendo sucessivamente retocada e acrescentada, quer pelo autor, que terá vivido na Índia até à década de 1540, quer por outros copistas que tiveram acesso ao seu manuscrito. Um desses copistas foi um tal Francesco Muzio Camerino (fl. 1538-1541),

autor da mais antiga cópia conhecida do *Livro* de Duarte Barbosa, que concluiu em 1539, quando se encontrava no Congo, por mandado de el-rei D. João III (r. 1521-1557). O manuscrito de Duarte Barbosa foi na época amplamente circulado, e conhecem-se hoje mais de uma dezena de cópias, conservadas em diversas bibliotecas portuguesas e estrangeiras. A Biblioteca Nacional de España, em Madrid, guarda um desses manuscritos em tradução espanhola, datável da primeira metade do século XVI, que contém na primeira folha a inscrição «este libro compuso fernando magallanes portugués piloto lo qual el vio y anduvo» (BLÁZQUEZ Y DELGADO AGUILERA 1920). É muito provável que se trate de uma cópia de um manuscrito que originalmente estaria na posse do navegador português quando da sua passagem a Espanha. Entretanto, não é impossível que este Duarte Barbosa fosse parente dos Barbosa que por esses anos viviam em Sevilha, e com os quais Magalhães se haveria de relacionar em 1517-1519. Sobre Duarte Barbosa e o seu livro, ver BARBOSA 1996-2000 e ANDRADE 1972: 1, 780-820; sobre os Barbosa residentes em Sevilha, ver GIL 2009: 169-188.

Em Este livro Setenta Das cousas epartadas
da India. p. da Conquista e navegação del
Rey noso sōr descobertas te o anno de 1539.

Passado ho cabo de boa esperanca ate ho cabo das
correntes sam hmas terras muy fermosas
de montanhas / campos e valles / em que ha
muytas vacas / carneiros / Cautas alimalias
as monheses / He terra habitada de gentes
ptas e muas / Soamente trazem pelles de ca-
uos e d'outras alimalias com seu pelo / hmas
rapas francezas / Das quas gentes ate a-
gora hos nossos na puderam aver lingua / ne
seem enformados do que ha hy pella terra //
Nam tem navegação / ne se serve do mar / nem
os mouros de drabia / persia india nunca
ate hy navegaram por caso do Cabo das
correntes seer homentoso.

Titulo p^o De cossalla

Passadas as bocuvas grandes e pequenas
pera india a vbiij longas dellas esta ha ho
no m grande / Per elle dentro esta ha hua po-
uoacam d' mouros / que se chama cossalla. On
ha qual Elrey noso sōr tem. hua fortaleza //
Estes mouros ha m tempo q' pousaram aqui por
causa do grande trato do ouro / que tem to hos gen-
tyos da terra // Estes falam alguma drabya
tem Reys sobre sy / ho qual dyora esta a aobe-
diencia d

FERNÁNDEZ DE ENCISO, Martín, ca 1470-1533

Suma de geographia q[ue] trata de todas las partidas e prouincias del mundo: en especial delas indias. & trata largame[n]te del arte del marear: juntame[n]te con la espera en roma[n]ce con el regimie[n]to del sol e del norte... Seuilla: por Iacobo cro[m]berger alema[n], 1519. – [4], XXXI f.; 2º (30 cm)

Griffin Cromberger 195; Palau 88433; CCBE s. XVI F 226; Norton 924; BN -Tip. Esp. XVI 648; BN -Cat. Livro Científico séc. XV e XVI 306. – 1ª ed. de uma das primeiras obras em que se descreve o continente americano. – Pé de imprensa retirado do colofão. – Rosto com esfera armilar e, na parte inferior, título em caracteres góticos, tudo enquadrado por portada ornamentada. – Texto em caracteres góticos, com apostilas marginais e iniciais floreadas. – Encadernado com: *Quiedo dela natural hystoria de las Indias* / Gonzalo Fernández de Oviedo. – Toledo: por industria de maestre Remo[n] de petras, 1526

BNP RES. 717 V. – Exemplar aparado. – Notas marginais manuscritas. – Encadernação em pele sobre pastas de cartão
Disponível em: <<http://purl.pt/26492>>

COMENTÁRIO

Martín Fernández de Enciso fez parte das primeiras levas de colonizadores espanhóis do Novo Mundo, para onde viajou logo em 1504 e onde desenvolveu atividades diversas. Em 1519 publicou em Sevilha a sua *Suma de geographia*, ampla compilação de materiais de natureza cosmográfica e astronómica, onde ensaiava uma síntese dos conhecimentos geográficos do seu tempo, incluindo uma secção sobre a América. O próprio autor declarava no colofão que com este novo tratado «los pilotos sabrá de oy

en adeláte muy mejor que fasta aqui yr a descobrir las tierras que ouierẽ de descobrir» (FERNÁNDEZ DE ENCISO 1520: s.n.p.). De resto, o tratadista espanhol argumentava na sua obra que o longínquo arquipélago de Maluco se situaria sem qualquer dúvida na área de influência espanhola, já que «passado de Melaca doziêtas leguas se acaba el limite de lo del rey de Portugal» (FERNÁNDEZ DE ENCISO 1520: s.n.p.). Tratar-se-ia de uma obra essencial para o projeto de Fernão de Magalhães. Contudo, a *Suma de geographia* foi impressa já depois da partida da armada magalhânica, pois a autorização régia está datada de meados de outubro de 1519, numa altura em que a armada comandada pelo navegador português cruzava já em pleno Atlântico, com rumo às *ilhas das especiarias*. Evidentemente, não se pode colocar de parte a hipótese de Magalhães ter conhecido uma versão preliminar, e manuscrita, deste importante tratado geográfico. Sobre Fernández de Enciso, ver GERBI 1985; a respeito de Cromberger, ver GRIFFIN 1991.



Suma de geographia q̃
trata de todas las partidas ⁊ provin-
cias del mundo: en especial delas indí-
as. ⁊ trata largamēte del arte del mare
ar: juntamēte con la esfera en romáçe:
con el regimíeto del sol ⁊ del norte: nue-
uamente hecha.

Con preuilegio real.

al

OS LIVROS SOBRE FERNÃO DE MAGALHÃES

OS LIVROS SOBRE FERNÃO DE MAGALHÃES

De Moluccis

INSVLIS ATQVE ALIIS

pluribus mirandis, quæ nouissima Ca-
stellanorum nauigatio Sereniss. Impera-
toris Caroli V. auspicio suscepta, nuper
inuenit: Maximiliani Transylvani ad
Reuerendiss. Cardinalem Saltzbur-
gensem Epistola lectu perquam
iucunda.



Euerendissime ac Illustriss. Domi-
ne, Domine mi vnice humil. com-
men. Rediit his diebus vna ex
quinque illis nauibus, quas Cæsar
superiõribus annis dum Cæsareæ
Augustæ esset, in alienum & toi-
iam seculis incognitum orbem mi-
serat, ad inquirendum insulas, in quibus aromata, per-
ueniunt. Nam licet Lusitani Portugallenses ex aurea
Chersoneso, quam nunc Malacchen putamus, magnã
vim eorum ad nos deferant, nihil tamen Indiæ ille fug
præter piper gignunt. Reliqua enim vt cynamomum
gariophilum & myristicam nucem quam muscatam,
& operimentum eius, quẽ florem muscatæ vocamus,
sed suos Indos ex longinquis atq; adeo nomine tantũ
cognitis insulis aduehi certum est, nauibus nullo ferra-
mento, sed palmarum foliis duntaxat compactis, qua-
rum vela rotunda sunt; & hæc quoque ex vimine pal-
marum contexta. Hoc genus nauium iuncas appellat,
vnico tantum vento secundo aut aduerso agi solitas.
Nec mirum, quom hęc omnibus ferẽ seculis nostris
mortalibus incognitæ fuerint. Nam quæcunq; hæcte-
nus de aromatum huiusmodi natiuo solo à priscis au-
toribus prodita legimus, partim prorsus fabulosa sunt
partim

**MAXIMILIANUS TRANSYLVANUS, 1490-1538;
BOEHME, Johann, 1485-1535**

Omnium gentium mores, leges, & ritus, ex multis clarissimis reru[m] scriptoribus, à Ioanne Boëmo Aubano Teutonico nuper collecti, & nouissimè recogniti. Accessit Libellus de regionibus septentrionalibus, earumq[ue] gentium ritibus, veterum scriptoribus seculo ferè incognitis, ex Iacobo Zieglero grapho. Praeterea, Epistola Maximiliani Transsylvani lectu perquàm iucunda, ad R. Card. Saltzburgen, de Moluccis insulis, & aliis pluribus mirandis. Antuerpiae: in aedibus Ioan. Steelsii, 1542 – (Typis Ioan. Graphei). 123, [21] f.; 8º (17 cm)

Ao cuidado de Andreas Althamer, cujo nome aparece no texto. – No final, marca de J. Steels. Pert. manuscrito na f. de rosto: «Liv.a Publi.a Collegio Angrensi». Inclui o relato de Maximiliano Transilvano, «De Moluccis Insulis atque aliis pluribus mirandis, que nouissima Castellanorum nauigatio. Imperatoris Caroli V auspicio suscepta, nuper inuenit. Maximiliani Transilvani ad Reuerendiss. Cardinalem Saltzburgensem Epistola lectu perquam iucunda»

BNP H.G. 988 P.

Disponível em: <books.google.be>

COMENTÁRIO

Maximiliano de Transilvano, que parece ser de origem húngara, era casado com uma sobrinha de Cristóbal de Haro (14?-1541), um mercador burgalês que foi um dos impulsionadores e financiadores da expedição de Fernão de Magalhães. Era secretário do imperador Carlos V (r. 1516-1556) quando chegaram a Espanha os sobreviventes da primeira viagem de circumnavegação, e encontrava-se em Valladolid em finais de setembro e princípios de outubro

de 1522, quando ali foi recebido o grupo de expedicionários comandados por Juan Sebastián Elcano (1487-1526), que incluía Antonio Pigafetta (1491-1534). Com base em entrevistas realizadas aos navegantes, redigiu em latim uma relação da primeira viagem em torno do globo, que logo enviou ao cardeal-arcebispo de Salzburgo, Matthäus Lang (1469-1540). Este relato, de uma atualidade extraordinária, foi de imediato impresso em Colónia, em Janeiro de 1523, pelo impressor Eucharius Cervicornus (fl. 1513-1547), com o título *De Moluccis Insulis, itemq. alijs pluribus mirâdis, quae nouissima Castellanorum nauigatio Sereniss. Imperatoris Caroli. V. auspicio suscepta, nuper inuenit*. Foi o primeiro impresso a registar e divulgar a histórica viagem que fora iniciada por Fernão de Magalhães. Alguns meses mais tarde o opúsculo de Maximiliano Transilvano seria reimpresso em Paris pelo impressor Pierre Viart (fl. 1512-1523). Em anos subsequentes foi repetidamente publicado em muitas outras cidades europeias, e nomeadamente em Antuérpia, em 1542, como apêndice ao tratado do humanista alemão Johann Bohemus (1485-1535), *Omnium Gentium Mores, Leges et Ritus*, originalmente publicado em 1520, mas com diversas edições posteriores. Sobre a relação de Maximiliano e as suas muitas edições, ver FARIA 1975; a respeito de Bohemus, ver VOGEL 1995.

DE MOLVC. EPIS.

partim à veritate tam aliena, vt etiam regiones illæ
vbi ipsi aromata gigni prodidère, ab iis oris vbi nūc
ea nasci compertum est, paulo minus distent quàm
nos ab eis seiungimur. Nam vt reliqua omittam, tra-
didit Herodotus alioqui clarissimus autor, cynamo-
mum in auium nidis reperiri, in quos volucres illud
ex longissimis regionibus, & præsertim Phœnix (cu-
ius nidum nescio quis vnquam viderit) detulissent.
Plinius verò qui certius aliquid afferre posse sibi vi-
debatur, quod iam ante ætatem suam, tum Alexandri
Magni tum aliorū classibus multa illustrata fuissent,
tradit cynamomum gigni in Æthiopia Troglodytis
connubio commixta. Quum nunc compertum sit cy-
namomum longissime ab omni Æthiopia gigni, &
maxime Trogloditarum, hoc est, in speluncis subtera-
raneis habitantium. Nostis autem qui nunc rediére,
quibus nihil tam cognitum erat quàm Æthiopia, ne-
cessarium fuerat, priusquam has insulas repperint &
huc redierint, vniuersum orbem idq; sub amplissimo
piærumq; parallelo circuire: quæ nauigatio cum & ad-
mirabilis habeatur, & nostra superiorumve ætate vli-
la, non modo non inuenta, sed nec vnquam tentata fue-
rit: statui & cursum eius & totius rei seriem R. D. T.
quàm verissime scribere. Curaui enim mihi & à duce
classis & à singulis nautis qui cum eo rediére, referri
omnia diligentissime. Retulerunt autem & Cæsar, &
aliis multis singula quidè ea fide & synceritate,
vt non modo nihil fabulosi afferre, sed fabulosa om-
nia alia, veteribus autoribus prodita refellere & repro-
bare narratione sua viderentur. Nam quis Monosce-
los seu Scyopodas, Scyritas, Spitameos, Pigmeos &
multa huiusmodi mōstra potius quàm homines esse
crediderit. Cū & à Castellanis in occidente per me-
ridiē & à Portugallensibus in orientem velificanti-
bus tot loca vltra tropicum Capricornum quæsta,
inuenta, iustrataq; fuerint: ab his autē nostris, reliquus
vniuersus orbis nauigatione nunc peragratus sit, neq;
tamen vnquam de huiusmodi monstruosis homini-

R 3 bus

22

PIGAFETTA, Antonio, 1491-1534

Magellan's voyage: a narrative account of the First Circumnavigation. Ed. R. A. Skelton. New Haven; Londres: Yale University Press, 1969. 2 vol.; il.

Inclui a reprodução fac-similada do manuscrito da versão francesa da obra de Antonio Pigafetta, *Navigation et decouurement de la Inde Superieure et isles de Malucque*, [3, 98, 2] f.; 19,5 cm, que se conserva na Beinecke Rare Book and Manuscript Library, na Yale University, em New Haven, E.U.A.

BNP H.G. 27005-06 V.

Disponível em: <<https://brbl-dl.library.yale.edu/vufind/Record/3438401>>

23

PIGAFETTA, Antonio, 1491-1534

Magellan's Voyage Around the World. Ed. James A. Robertson. Cleveland: The Arthur H. Clark Company, 1906. 3 vol.; 24 cm; vol. 1: 271. – vol. 2: 313 p. – vol. 3: 88 p.

Inclui a transcrição do manuscrito italiano que se conserva na Biblioteca Ambrosiana, em Milão, da relação de Antonio Pigafetta, «Primo viaggio intorno al mondo», com a respetiva tradução inglesa

BNP H.G. 5856-58 A.

Disponível em: <archive.org>

24

PIGAFETTA, Antonio, 1491-1534; LAGOA, 4º Visconde de, 1898-1957

Fernão de Magalhães: sua vida e a sua viagem. Com um estudo náutico do roteiro pelo Almirante J. Freitas Ribeiro e pref. de António Baião. Lisboa: Seara Nova, 1938. 2 vol.; il.; 33 cm

Inclui a primeira tradução portuguesa do relato de Antonio Pigafetta, intitulada «Navegação e descoberta da índia superior» (2: 7-215). Contém bibliografia

BNP H.G. 9122-23 A.

25

PIGAFETTA, Antonio, 1491-1534

Le voyage de Magellan (1519-1522): La relation d'Antonio Pigafetta & autres témoignages. Ed. Xavier de Castro; colab. Jocelyne Hamon, Luís Filipe Thomaz; pref. Carmen Bernand. Paris: Chandeigne, cop. 2007. 2 vol.; il.; 22 cm

Inclui a relação de António Pigafetta, «Navigation et decouurement de l'Inde Supérieure et Iles de Malucque», com base nos quatro manuscritos conhecidos (1: 77-261). Contém bibliografia. – Contém: 1º v.: 542, [2] p. – 2º vol.: p. 555-1086, [2]

BNP H.G. 55855-56 V.

COMENTÁRIO

O italiano Antonio Pigafetta participou na primeira viagem de circumnavegação como homem de armas, embarcando em Sevilha, em agosto de 1519, no navio de Fernão de Magalhães. Seria um dos poucos sobreviventes a chegar a Espanha a bordo da nau *Victoria*, três anos mais tarde. Com base em apontamentos redigidos durante a longa jornada, preparou depois do regresso o mais circunstanciado relato da expedição magalhânica. Viajou de seguida pela Europa, passando nomeadamente por Lisboa e por Paris, tentando sem sucesso imprimir o seu relato. Por volta de 1526 ter-se-á finalmente fixado em Istambul, onde se lhe perde o rasto. Uma versão francesa resumida do relato de Pigafetta foi publicada em Paris, em data incerta, mas entre 1526 e 1534, com o título *Le voyage et nauigation faict par les Espaignolz es Isles Mollucques*, em casa do impressor Simon de Colines (ca 1480-1546). A partir de então, o relato do viajante italiano foi repetidamente publicado. Conservam-se hoje quatro manuscritos distintos do relato de Antonio Pigafetta, dois na Bibliothèque National de France, em Paris, um na Biblioteca Ambrosiana, em Milão, e o quarto em New Haven, na Beinecke Rare Book and Manuscript Library, da Yale University. Este último foi há pouco anos publicado em fac-símile (1969), e está disponível em versão digital a partir da página electrónica da referida biblioteca norte-americana. Existem numerosas edições modernas do relato de Pigafetta, nomeadamente a edição de James A. Robertson do manuscrito da Biblioteca Ambrosiana, de 1906. A primeira tradução portuguesa, da responsabilidade do Visconde de Lagoa, foi publicada em 1938. Recentemente, em 2007, foi publicada uma edição do relato de António de Pigafetta em francês, da responsabilidade de Xavier Castro, Jocelyn Hamon e Luís Filipe Thomaz, que

se baseia nos dois manuscritos que se conservam na Bibliothèque Nationale de France, mas que integra variantes dos outros dois manuscritos conhecidos, o italiano de Milão e o francês de New Haven. Sobre Antonio Pigafetta e a sua relação, ver FARIA 1975, e também CASTRO, HAMON & THOMAZ 2007; a respeito do editor de Colines, ver AMERT 2012.



Navigation et discouuement de la Indie
superieure faicte par moy Anthoine
Pigaphete Vincentin cheualier de Rhodes.

A Anthoine Pigaphete Patricie Vincentin et cheualier
de Rhodes. A Illustrissime et tres excellent Seigneur
Philippe de Villers Lisleadam Inelitte grand maistre de
Rhodes son seigneur obseruatissime

Sçachez que il y a plusieurs gentz curieux
(tresillustre et tresseuerord seigneur) qui
non scullement se contentent de scouter et
scavoir les grandes et merueilleuses cho
ses que dieu ma permys veoir et souffrir en la longue
et perilleuse navigation que iay faicte cy apres escripte
Mais encores veullent scavoir les moyens et facons
et le chemin que iay tenu pour y aller non adiourtant
ferme creance a la fin si premierement ilz ne sont
bien aduerchiz et cecidrez du commencement.

Pourtant Monseigneur il vous plaira en
tendre que me trouuant en Espagne Lan de la nati
uite nostre seigneur mil cinq cens dixneuf a la court
de serenissime roy des Rommans avecq le reuerend
seigneur Monfr francois Chregato alors protho
taire apostolicque et ambassadeur du pape Leon
dixiesme Le quel par sa bextu peruint depays a
lenesche de Aprinio et pmpaulte de Theramo
Et congnouissant tant par lecture de plusieurs livres



[22]



[22]



MAGELLAN'S VOYAGE

A Narrative Account of the First Circumnavigation

by *Antonio Pigafetta*

VOLUME I

Translated and edited by R. A. Skelton from the manuscript

in the Beinecke Rare Book and Manuscript Library

of Yale University

NEW HAVEN AND LONDON: YALE UNIVERSITY PRESS

1969

[22]

ANGHIERA, Pietro Martire de, 1457-1526

De Orbe Nouo Petri Martyris ab Angleria Mediolanensis protonotarij caesaris senatoris decades. [Ed. lit. Antonio de Nebrija]. Compluti: apud Michael[e]m de Eguia, 1530. Ccxvij, [3] f.; 2º (29 cm)

gador português viveu em Espanha, entre 1517 e 1519. Sobre Pietro Martire e a sua obra, ver ARMILLAS VICENTE 2013; a respeito do impressor Miguel de Eguía, ver GONZÁLEZ NAVARRO 1981.

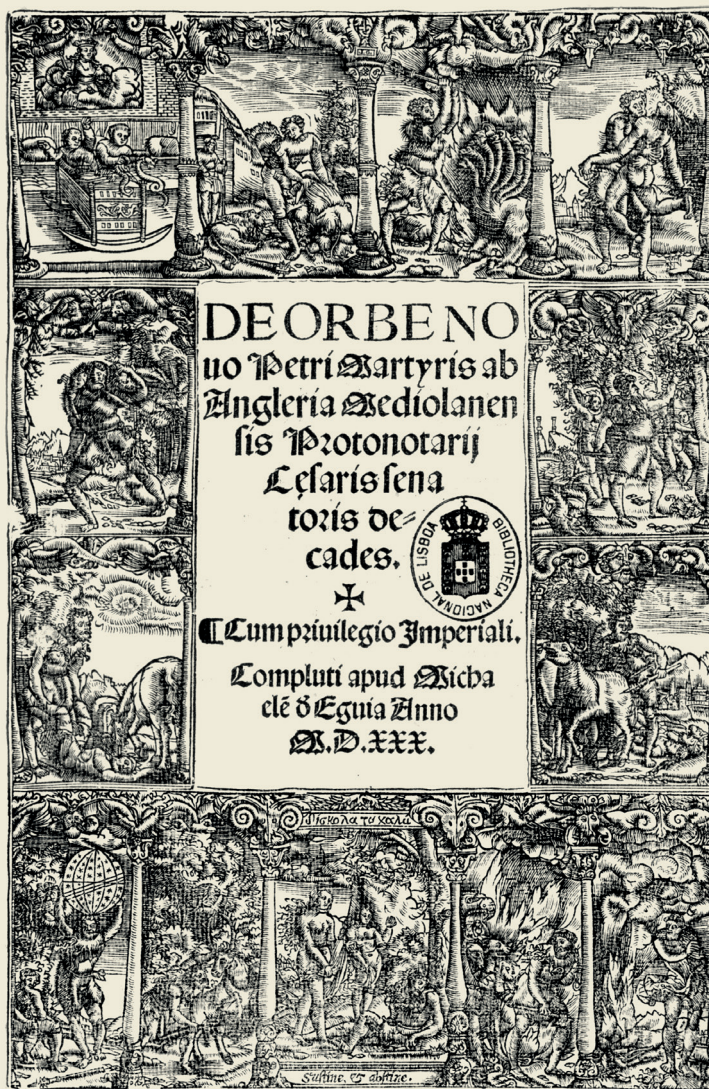
Martín Abad Alcalá de Henares 238; BN-Tip. Esp. XVI 84

BNP RES. 450 V.

Disponível em: <archive.org>

COMENTÁRIO

O humanista italiano Pietro Martire de Anghiera viveu em Espanha desde 1487, aí desempenhando diversas funções na corte régia, nomeadamente como preceptor, como diplomata e como cronista. Era um escritor relativamente prolixo, e em 1511 publicou em Sevilha uma coletânea dos seus escritos, as *Opera Legatio babylonica Oceani decas Poemata Epigrammata*, que continham nomeadamente a primeira década *De Orbe Novo*, relatando os sucessos espanhóis no descobrimento e exploração do Novo Mundo. Poucos anos depois, em 1516, publicaria em Alcalá de Henares, sempre em latim, uma nova edição aumentada das suas *De Orbe Novo Decades*, contendo três décadas da história da expansão espanhola na América. Estas duas edições tiveram o acompanhamento editorial do humanista Elio Antonio de Nebrija (1441-1522). A sua crónica completa dos empreendimentos ultramarinos de Espanha, em oito décadas, que incluíam o relato da primeira viagem de circum-navegação iniciada por Fernão de Magalhães, foi impressa postumamente em Alcalá de Henares em 1530. Pietro Martire, assim, foi o primeiro cronista a referir-se em obra impressa à expedição magalhânica, no capítulo VII da sua Década v. Não é impossível que o humanista italiano se tivesse cruzado com Magalhães no período em que o nave-



[26]

CORREIA, Gaspar, 1495-1561

Chronicas dos Reis de Portugal e summaries das suas vidas com a historia da India e Armadas que se mandaram athe o anno de 1533

Códice datado de cerca de 1533. 1 liv. (456 f.; 390 x 280 mm); papel

ANTI PT/TT/CF/043A

Disponível em:

<<https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4613881>>

27bis**Correia, Gaspar, 1495-1561**

Crónicas de D. Manuel e de D. João III (até 1533) / Gaspar Correia; leitura, introd., notas e índice José Pereira da Costa. Lisboa: Academia das Ciências, 1992. – LV, 363, [6] p., [13] f. fac-simil.; 30 cm

BNP H.G. 40832 V.

COMENTÁRIO

Gaspar Correia embarcou para a Índia nos primeiros anos do século XVI, e aí viveu durante longos anos, até ao seu desaparecimento por volta de 1563. Desempenhou funções de secretário de Afonso de Albuquerque (ca 1453-1515) durante o período em que este fidalgo português governou o Estado da Índia. É autor de uma monumental crónica dos feitos dos portugueses no Oriente, as *Lendas da Índia*, obra concluída por volta de 1560, que na época permaneceu manuscrita, e só seria impressa pela primeira vez no século XIX. Na década de 1530, Gaspar Correia preparou um resumo das crónicas de vários monarcas lusi-

tanos, que também ficou manuscrita e foi recentemente publicada. Correia parece ter sido o primeiro cronista português a abordar a viagem de Fernão de Magalhães, na secção desta obra que é dedicada a el-rei D. Manuel I. Tal como sucede nas *Lendas da Índia*, também nas *Crónicas* de Gaspar Correia são relatados eventos que não são confirmados por outras fontes. Assim, a versão que este cronista português apresenta das conversações que Magalhães manteve com o monarca português antes de partir para Espanha é absolutamente original. Sobre as crónicas de Correia, ver CORREIA 1992; a respeito das referências a Magalhães, ver GARCIA 2007.

Delle navigationi et viaggi nel qual se contiene la decrittione dell’Africa, et del paese del Preste Janni, con varii viaggi, dal mar Rosso a Calicut, et insin all’ isole Molucche, dove Nascono le Spetierie, et la Navigatione attorno il mondo. Venetia: appresso Gli Heredi di Lucantonio Giunti, 1550. [4], 405, [1] f.; 2º (31 cm)

NUC NR 44711; BM (STC IT) 463. – Marca de impr. na p. de tít. e no v. do f. 405

BNP RES. 2807 A.

Disponível em: <<https://books.google.pt>>

COMENTÁRIO

Os três volumes da monumental coletânea organizada por Giovanni Battista Ramusio foram originalmente publicados em Veneza entre 1550 e 1559. Posteriormente, seguir-se-iam diversas reedições dos três volumes, que foram sendo sucessivamente alargados com a inclusão de novos materiais, já depois do desaparecimento do humanista italiano. Ramusio procurou reunir na sua coleção todos os relatos de viagens disponíveis na sua época, utilizando uma vasta e alargada rede de colaboradores, que desde a década de 1530 lhe foram enviando de diversos pontos da Europa relatos impressos ou manuscritos, que depois foram traduzidos para italiano, frequentemente pelo próprio compilador. O primeiro volume da coletânea foi publicado em 1550, sem referência ao nome de Ramusio, sendo dedicado sobretudo a materiais relacionados com o Oriente. Entre muitos outros relatos, incluía versões das obras de Ludovico de Varthema (1465-1517), Duarte Barbosa (14??-ca 1549) e Tomé Pires (1465?-ca 1527), esta última numa versão incompleta. Mas este primeiro volume da coletânea ramu-

siana dedicava também alguma atenção à viagem de Fernão de Magalhães, que afinal visara atingir regiões asiáticas, publicando versões da carta de Maximiliano Transilvano (1490-1538), a «Epistola Di Massimiliano Transilvano... della ammirabile & stupenda nauigatione fatta per li Spagnoli lo anno MDXIX attorno il mondo» (fl. 374-379v), e do relato de Antonio Pigafetta (1491-1534), o «Viaggio Attorno Il Mondo» (fl. 379v-397v). Num texto introdutório a estas duas relações, Ramusio referia-se a um relato que teria sido escrito por Pietro Martire de Anghiera (1457-1526) e enviado para Roma, mas que se perdera por ocasião do saque daquela cidade em 1527. Ambos os textos, de Maximiliano Transilvano e de Antonio Pigafetta, tinham sido anteriormente publicados em versão italiana em Veneza, em 1531, como *Il Viaggio Fatto da gli Spagniuoli Attorno A'l Mondo*, e não é impossível que tivesse sido o próprio Ramusio o responsável por esta edição. Sobre Ramusio, ver PARKS 1970 e BARNES 2007; a respeito do impressor Giunti, ver PETTAS 2012.

PRIMO VOLUME

DELLE NAVIGATIONI ET VIAGGI

NEL QVAL SI CONTIENE

LA DESCRITTIONE DELL'AFRICA,

Et del paese del Prete Ianni, con uarii uiaggi, dal mar Rosso a
Calicut, & infin all'isole Molucche, doue nascono le Spetierie,
Et la Nauigatione attorno il mondo.

LI NOMI DE GLI AVTTORI, ET LE NAVIGATIONI, ET
I VIAGGI PIV PARTICOLARMENTE SI MOSTRANO

NEL FOGLIO SEGVENTE.

Auttor Giovan Lioni



*Con privilegio del Sommo Pontefice, & dello
Illustriss. Senato Venetiano.*

IN VENETIA APPRESSO GLI HEREDI
DI LVCANTONIO GIUNTI
L'ANNO M D L.

LÓPEZ DE GOMARA, Francisco, 1511-1559

La istoria de las Indias y conquista de Mexico. Zaragoza: en casa de Agustin Millan, 1552. CXXII, CXXXIX, [1] f., [1] f.; grav.; 2º

Palau 141135; Sánchez 331; BN-Tip. Esp. XVI 1046. – Autor retirado de dedicatória. – Pé de imprensa retirado do colofão. – Texto a duas colns.

BNP RES. 822 V.

Disponível em:

< http://fama2.us.es/bgu/america/020_gomara.pdf >

COMENTÁRIO

Francisco López de Gómara estudou na Universidade de Salamanca, entrando depois para a vida religiosa. Na sequência de uma viagem a Roma, entrou em 1540 ao serviço do conquistador espanhol Hernán Cortés (1485-1547), como capelão privado. Após a morte do seu patrono, publicou em Saragoça, nas oficinas de Agustín Millán (fl. 1551-1563), uma obra dedicada à história da expansão espanhola no Novo Mundo, com uma segunda parte onde eram tratadas as façanhas mexicanas de Cortés, com o título *La istoria de las Indias y conquista de Mexico*. A obra conheceu algum sucesso, e uma segunda edição foi impressa em 1553 em Medina del Campo, já com o título de *Hispania Victrix*. *Primera y segunda parte de la Historia General de las Indias, con todo el descubrimiento y cosas notables que han acaescido desde que se ganaron hasta el año de 1552. Con la conquista de México de la Nueva España*. Em finais de 1553, contudo, foi emitida uma cédula assinada pelo príncipe Felipe (futuro Felipe II de Espanha [r. 1556-1598]), que proibia a circulação e mandava recolher os exemplares ainda disponíveis da *Hispania Victrix*, que aparentemente provocara reações negativas em certos protagonistas da

colonização espanhola do Novo Mundo. Uma terceira edição da obra de López de Gómara, acrescentada e emendada, e amplamente ilustrada, seria publicada em Saragoça, em 1554 (data do colofão, pois certos exemplares ostentam na portada a data de 1555). Neste mesmo ano de 1554, pelo menos três edições distintas da mesma obra foram impressas em castelhano em Antuérpia. López de Gómara refere-se à expedição de Fernão de Magalhães na primeira parte da sua obra, e sublinha que quando o trãsfuga português foi recebido pelo monarca espanhol Carlos I (r. 1516-1556) em Valladolid, em 1518, tinha nas mãos «la relación de Luis Berthoman, boloñes, que fue a Bandam, Borney, Bachian, Tidore y otras islas de especias» (LÓPEZ DE GÓMARA 1965: 1, 160), isto é, teria na sua posse uma edição do Itinerario de Ludovico de Varthema (1465-1517), que figura também no presente catálogo. Esta é, de resto, a única pista concreta a respeito dos livros que Magalhães eventualmente possuiria. Sobre López de Gómara, ver JIMÉNEZ 2001.



[29]

CASTANHEDA, Fernão Lopes de, 1500-1559

História do descobrimento & conquista da Índia pelos portugueses. Coimbra, 1552-1561. 8 vol.; 2º (28 cm)

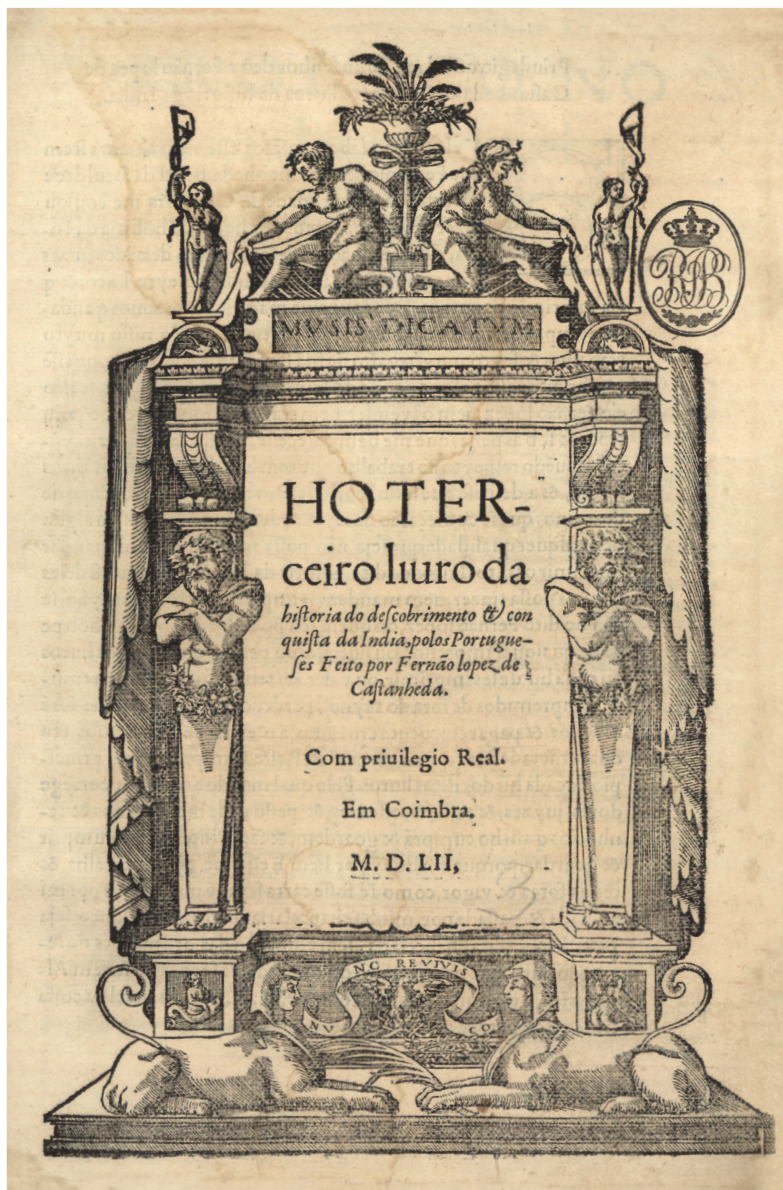
Contém: Vol. 1: Ho liuro primeiro dos dez da historia do descobrimento & conquista da Índia pelos Portugueses... – Agora emme[n]dado e acrescentado... – João Barreira, 20 julho 1554. – [4], CCIJ [i.é 186] p. – Anselmo 130; Faria – Damião de Góis 141; Borba de Moraes. Bibliogr. Bras. 1, 164; Simões 146. – Nome do autor no v. do rosto. – Erros de paginação, salto da f. 178 para f. 195. – Vol. 2: Historia do liuro segundo. – por Ioão de Barreira & Ioão Aluarez, 20 janeiro 1552. – [8], 239 p.; il. – Anselmo 290; Faria - Damião de Góis 142; Borba de Moraes. Bibliogr. Bras. 1, 164; Simões 146. – Na última página grifo igual ao da marca usada por Luís Rodrigues. – Vol. 3: Ho terceiro liuro... – por Ioão de Barreira & Ioão Alvarez, 12 Doutubro [sic] 1552. – [4], 303 [i.é 311], 5 p. – Anselmo 291; Faria - Damião de Góis 143; Borba de Moraes. Bibliogr. Bras. 1, 164. – Vol. 4-5: Os liuros quarto & qui[n]to... – per Ioão de Barreira & Ioão Aluares, 15 outubro 1553. – [8], CCX, [2, última br.] p. – Anselmo 297; Faria - Damião de Góis 144; Borba de Moraes. Bibliogr. Bras. 1, 164. – Nome do autor retirado do Prólogo. – Vol. 6: Ho sexto liuro... – per Ioão de Barreira, 3 de fevereiro 1554. – [4], CXCVIII p. – Anselmo 131; Faria - Damião de Góis 145; Borba de Moraes. Bibliogr. Bras. 1, 164. – Vol. 7: Ho seitimo liuro... – [Coimbra: João Barreira], 1554. – [4], clxvj [i. é 172] p. – Anselmo 132; D. Manuel 295; Faria - Damião de Góis 146; Borba de Moraes. Bibliogr. Bras. 1, 164. – Lugar de impressão e nome do impressor por comparação com os caracteres tipográficos e portada do livro sexto. – Erros de paginação, p. xci a xcvi repetidas. – Vol. 8: Ho octauo liuro... – por Ioão de Barreira, 26 Dagosto [sic] 1561. – [4], 283 p. – Anselmo 159; Faria – Damião de Góis 147; Borba de Moraes. Bibliogr. Bras. 1, 164

BNP RES. 420 V.

Disponível em: <<http://purl.pt/15294>>

COMENTÁRIO

Fernão Lopes de Castanheda viveu dez anos na Índia, durante os quais serviu com Nuno da Cunha (ca 1487-1539), que entre 1528 e 1538 exerceu funções de governador do Estado da Índia. De regresso a Portugal, Castanheda fixou-se em Coimbra, onde iniciou a redação de uma vasta crónica da expansão portuguesa no Oriente. A sua *História do descobrimento e conquista da Índia pelos portugueses* começaria a ser publicada em sucessivos livros a partir de 1551, na mesma cidade de Coimbra. Castanheda é o primeiro cronista português a referir-se numa obra impressa à viagem de Fernão de Magalhães, da qual trata com algum detalhe no Livro VI da sua obra (cap. VI-X), publicado em 1554. O cronista português documentou-se sobre a expedição magalhânica utilizando informações orais que recolhera na Índia, assim como diversos materiais manuscritos que lhe foram cedidos pelo cronista João de Barros (1496-1570), que antes de 1550 também trabalhava na preparação de um crónica de escopo semelhante à de Castanheda. Um dos documentos que Barros teria emprestado a Castanheda foi um relato da expedição de Fernão de Magalhães preparado por Duarte de Resende (fl. 1522-1530), um humanista português que na década de 1520 tinha prestado funções administrativas na fortaleza portuguesa de Ternate, no arquipélago de Maluco, e que ali contactara com alguns dos sobreviventes da travessia do Pacífico. Sobre Castanheda, ver AVELAR 1997; a respeito de Resende, ver OSÓRIO 1995.



[30]

Libro xx. Dela segunda parte de la general historia delas Indias escripta por el capitan Gonçalo Fernandez de Ouiedo, y Valdes... Que trata del estrecho de Magallanes. En Valladolid: por Francisco Fernandez de Cordoua, Impressor de su Magestad, 1557 (Impresso en Valladolid: por Francisco Fernandez de Cordoua, 1557). – LXIII f.; 2º (29 cm). – Na p. de tít. armas imperiais espanholas; Texto a duas coln.

Alcocer 209; Salvá II 3321; CCBE s. XVI F 240

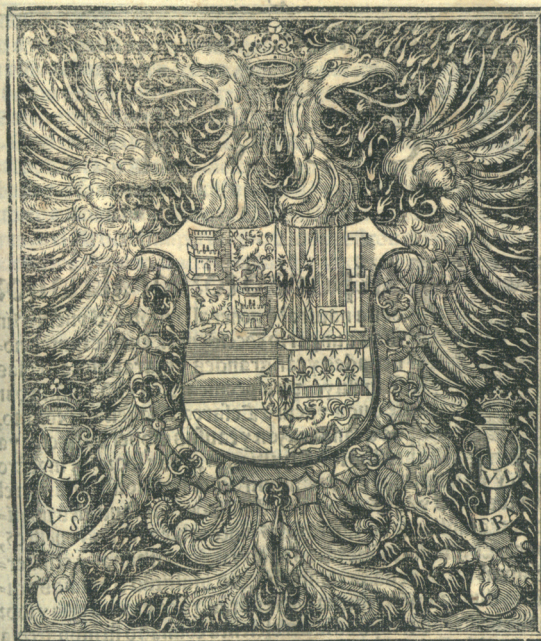
BNP RES. 4058² V.

Disponível em: <books.google.pt>

COMENTÁRIO

Gonzalo Fernández de Oviedo foi um dos primeiros cronistas da expansão espanhola no Novo Mundo. Terá tido formação humanista em Itália, nos anos de passagem do século XVI para o século XVII. Regressou a Espanha em 1505, e a partir de então viajou repetidamente para territórios americanos, no desempenho de diversas funções administrativas no âmbito do império espanhol. Em 1526 publicou em Toledo o seu *Sumario de la natural y general istoria de las Indias*, uma das primeiras obras dedicadas ao Novo Mundo, que conheceu alguma circulação internacional. Anunciava já na introdução a esta obra que tinha em preparação uma crónica mais vasta sobre a matéria americana. A primeira parte da sua *Historia general y natural de las Indias*, constituída por dezanove livros, seria impressa em Sevilha em 1535. Anos mais tarde, em 1557, saíria dos prelos em Valladolid o primeiro livro da segunda parte desta crónica monumental, o *Libro XX. De la segunda parte de la general historia de las Indias*. Fernández de Oviedo

interessou-se também pela viagem de circumnavegação iniciada por Fernão de Magalhães, que abordou nesta obra, publicada no ano do desaparecimento do autor, e que referia no subtítulo que tratava das expedições espanholas que haviam demandado o «estrecho de Magallanes». Diversos capítulos desta parte da crónica eram dedicados à expedição magalhânica, com base em documentação diversa e, sobretudo, com apoio na relação de Antonio Pigafetta (1491-1534), que é explicitamente convocada. Sobre a complicada história da produção historiográfica de Fernández de Oviedo, ver CARRILLO 2002 e MYERS 2007.



Libro. xx. Dela segunda parte dela general
 historia delas Indias. Escripta porel Capitan
 onçalo Fernandez de Oviedo, y Valdes. Al
 ydedela fortaleza y puerto de Santo Domin
 o, dla isla Española. Cronista d su Magestad.
 ue trata del estrecho de Magallans.

En Valladolid. Por Francisco Fernandez de Cordoua,
 Impresor de su Magestad. Año de. A. D. Lvi.

Sancti Spiritus

Asia [primeira-terceira década] de Ioam de Barros dos fechos que os Portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente. Em Lixboa: impressa per Germão Galharde, 1552-1563. – 3 vol.; 2^o (39 cm)

Edição prínceps. – Contém: Vol. 1: Primeira década. – Em Lixboa: per Germão Galharde, 28 junho 1552. – [2], 128 f. – Anselmo 648, D. Manuel 74, Palha 4, 4140, Figanière 920, Samodães 1, 335, Borba de Moraes. Bibliogr. Bras. 2, 701, Simões 71. – Assin.: []³, a-q⁸. – Vol. 2: Segunda década. – Em Lixboa: per Germão Galharde, 24 março 1553. – [2], 143 f. : 1 mapa desdobr. – Anselmo 648, D. Manuel 74, Palha 4, 4140, Figanière 920, Samodães 1, 335, Borba de Moraes. Bibliogr. Bras. 2, 701, Simões 71. – Assin.: []³, A-R⁸, S⁷. – Vol. 3: Terceira década. – Em Lisboa: por Ioam de Barreira, 1563. – [8], 266 f. – Anselmo 176, D. Manuel 101, Palha 4, 4141, Figanière 920, Samodães 1, 335, Borba de Moraes. Bibliogr. Bras. 2, 701, Simões 71. – Assin.: //A2⁸, A-Z⁸, AA-II⁸, KK⁶, LL⁴

BNP RES. 243 A. – Vol. 1. – Marca de posse na p. de tit.: «É de D. Francisco M. M. da Camara». – Encadernação em pele, sobre pastas de cartão, com ferros gravados a ouro nas pastas e lombada

BNP RES. 244 A. – Vol. 2

BNP RES. 576 V. – Vol. 3. – Notas manuscritas no v. da última folha. – Encadernação da época em pergaminho.

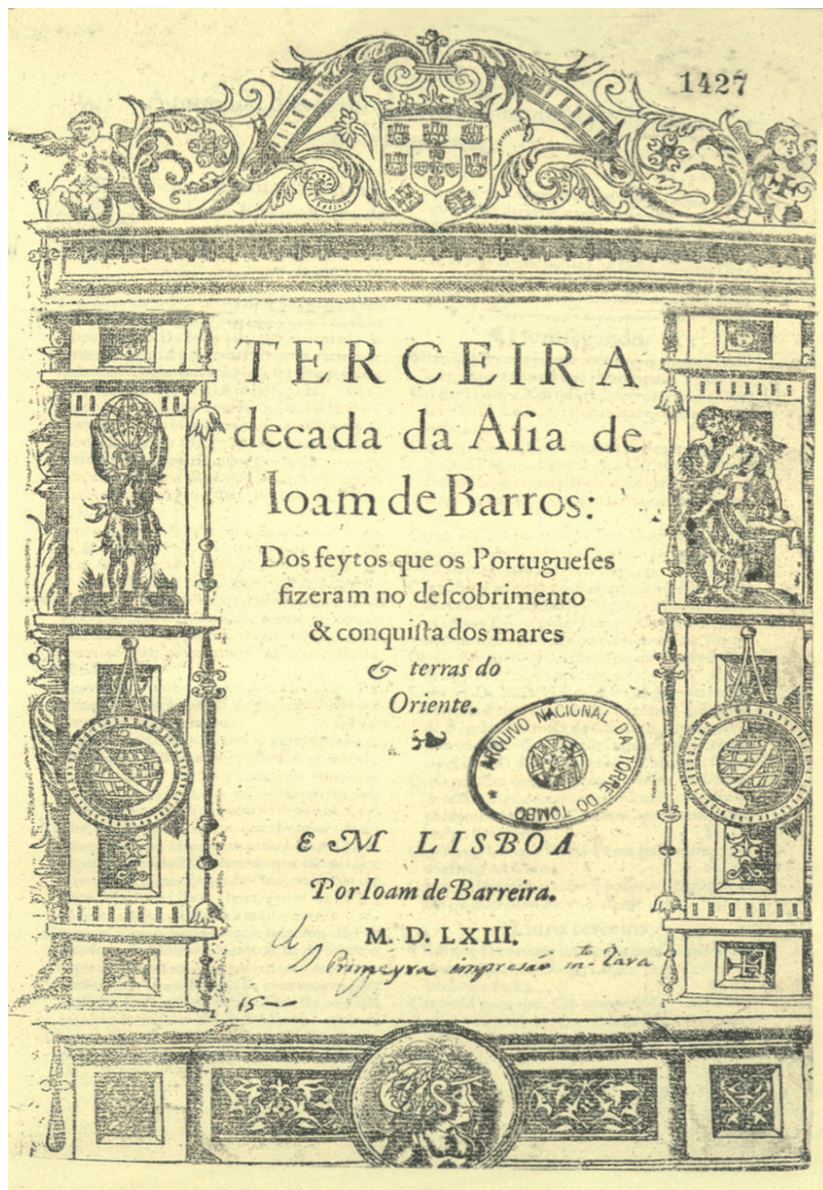
Disponível em:

<<https://archive.org/details/terceiradecadadaoobarr>>

COMENTÁRIO

João de Barros foi durante longos anos funcionário da Casa da Índia, em Lisboa. Nos ócios permitidos pelas suas exigentes ocupações, produziu uma larga e variada obra de

historiador e geógrafo. O acesso em primeira mão às gentes, produtos e notícias chegadas da Índia, sobre a expansão portuguesa no Oriente, forneceram-lhe o motivo e os meios para a construção de uma monumental crónica dos feitos orientais dos seus compatriotas. *As Décadas da Ásia* de João Barros foram publicadas em quatro volumosos tomos, os três primeiros impressos em Lisboa sob a responsabilidade do próprio autor, entre 1552 e 1563, e o último impresso postumamente em Madrid, em 1614, sob os cuidados do cosmógrafo português João Baptista Lavanha (?-1624). Na sua *Terceira Década*, impressa em Lisboa em 1563, João de Barros ocupa-se de Fernão de Magalhães e da sua histórica viagem (liv. v, cap. VIII-X). O cronista português teve acesso a um alargado conjunto de materiais manuscritos, incluindo diversos relatos preparados por alguns dos participantes da expedição, os quais foram obtidos pelo capitão português António de Brito (14??-1548), que no arquipélago de Maluco aprisionou um dos navios da armada de Magalhães, confiscando todos os livros, manuscritos e mapas que seguiam a bordo. Barros teve também acesso a um tratado sobre a viagem de Magalhães preparada por Duarte de Resende (fl. 1522-1530), um seu familiar que na década de 1520 desempenhou funções administrativas na feitoria portuguesa de Ternate, em Maluco. Sobre Barros, ver LOUREIRO 2018; sobre as páginas que Barros dedica a Magalhães, ver GARCIA 2007; a respeito de Duarte de Resende, ver OSÓRIO 1995; sobre o impressor Germão Galharde, ver JÜSTEN 2014.



[32]

GALVÃO, António, 1490-1557

Tratado que compôs o nobre & notauel capitão Antonio Galvão, dos diuersos & desuayrados caminhos, por onde nos tempos passados a pimenta & especearia veyo da India ás nossas partes, & assi de todos os descobrimentos antigos & modernos, que são feitos até a era de mil & quinhentos & cincoenta... [Lisboa]: impressa em casa de Ioam da Barreira, impressor del rey nosso senhor, na Rua de sã Mamede, 15 dezembro 1563. [4], 8o f; 8º

Anselmo 177; Cat. Res. Coimbra 1099; Simões 280; Borba de Moraes. Bibliogr. Bras. 1, 336

BNP RES. 230 P. – Notas manuscritas nas folhas de guarda.
– Notas marginais manuscritas. – Exemplar restaurado. –
Pert. na f. de guarda: «Do Monsenhor Ferreira»
Disponível em: «<http://purl.pt/15321>».

COMENTÁRIO

António Galvão era filho natural do célebre diplomata e humanista português Duarte Galvão (1446-1517). Viajou três vezes para a Índia em serviço da coroa lusitana, participando em numerosas atividades náuticas e militares nas décadas de 1520 e 1530. Entre 1536 e 1539 foi capitão da fortaleza portuguesa de Ternate, no arquipélago de Maluco, merecendo a sua atuação neste cargo amplos elogios dos cronistas posteriores que dele se ocuparam. Após o regresso a Portugal, António Galvão terá alegadamente passado o resto dos seus dias no Hospital de Todos-os-Santos, em Lisboa, em situação de relativa pobreza. Mas entretanto dedicou-se à escrita, e produziu pelo menos dois tratados de natureza histórico-geográfica. Por um lado, escreveu uma *História de Maluco*, concluída por

volta de 1544, mas que na altura permaneceu manuscrita e só recentemente foi publicada. Por outro lado, escreveu uma obra que corre com o abreviado título de *Tratado dos descobrimentos*, na qual traça uma história comparada das viagens de descobrimento portuguesas e espanholas, a qual ficou inédita à data da sua morte em 1557. Este *Tratado dos descobrimentos* seria publicado pouco anos depois, em 1563, a instâncias do seu amigo Francisco de Sousa Tavares (ca 1495-1567), um homem que também tivera experiência oriental. Embora de forma assaz resumida, António Galvão refere-se em ambos os seus escritos à viagem de Fernão de Magalhães. Sobre Galvão, ver LOUREIRO 2004; relativamente às suas informações sobre Magalhães, ver GARCIA 2007.

32 TRATADO. 33

Que compôs o nobre & nota-
tauel capitão Antonio Galvão, dos
diuerfos & desuayrados caminhos,
por onde nos tempos passados a pi-
menta & espedeçaria veyo da India às
nossas partes, & assi de todos os des-
cobrimentos antigos & modernos,
que são feitos ate a era de mil & qui-
nhentos & cincoenta. Com os nomes
particulares das pessoas que os fi-
zeram : & em que tempos &
as suas alturas, obra cer-
to muy notauel &
copiosa.



Foy vista & examinada pela santa Inquisição.

Impressa em casa de Ioam da Barreira impres-
sor del rey nosso senhor, na Rua de sã Mamede

Las Casas

Chronica do Felicissimo Rei Dom Emanuel composta per Damiam de Goes, Diuidida em quatro partes... Em Lisboa: em casa de Francisco Correa, 1566-1567. 4 vol. em 1 t.; 2º (32 cm)

Anselmo 491; D. Manuel 115; Faria Damião de Góis 22 a 26; Henriques Bibliografia Goesiana 50; Simões 292; Borba de Moraes. Bibliogr. Bras. 1, 353. – Contém: Vol. 1: 17 julho 1566 – [4], 107, [1 br.] f. – No rosto «Esta taxada esta primeira parte no Regno, em papel a duzentos & cinquenta reaes & fora delle segundo a distancia dos lugares onde se vender & has outras tres partes pelo mesmo modo naquillo em que forem taxadas». – Vol. 2: Segunda parte da Chronica. – 10 septe[m] bro 1566. – [4 últ. br.], 75, [1 br.] f. – No rosto «Esta taxada em papel a çento & çinque[n]ta reaes». – Vol. 3: Terceira parte da Chronica. – 24 janeiro 1567. – [4], 138 f. – No rosto «Esta taixada e[m] papel a duzentos & cincoenta reaes». – Vol. 4: Quarta e última parte da Chronica... – 25 julho 1567. – [4], 114 f. – No rosto «Esta taxada esta quarta parte no Regno, em papel a duzentos & cincoenta reaes & fora delle segundo ha distancia dos lugares onde se vender»

BNP RES. 22 A. – No rosto, assinatura autógrafa de Damião de Góis. – Fac-simile da assinatura de Fr. Eman[ue]l da Veiga no v. da f. 107 da primeira parte e no v. da f. 75 da segunda parte. – Pert. manuscrito na folha de guarda: «Dez[embargad]or Francisco Sabino Alvares da Costa Pinto»; na folha de rosto: «Livraria de D. Francisco de Melo Manuel» (carimbo)
Disponível em: <<http://purl.pt/14704>>

COMENTÁRIO

Damião de Góis nasceu em 1502, numa família da pequena nobreza, tendo feito parte da sua formação na corte régia portuguesa. Viveu intermitentemente no estrangeiro a

partir de 1523, desempenhando diversas missões oficiais, e estabelecendo entretanto uma vasta rede de contactos com humanistas europeus. Durante alguns anos dedicou-se em Pádua a estudos humanísticos, fixando-se depois aos Países Baixos. Foi entretanto publicando diversas obras de teor humanístico em português e em latim, algumas delas relacionadas com a expansão oriental dos portugueses. Segue-se em 1545 o regresso definitivo a Portugal, onde D. João III (r. 1521-1557) o nomeou guarda-mor da Torre do Tombo. Pouco se sabe a respeito das atividades de Damião de Góis em Lisboa, mas continuou a publicar diversas obras em latim. Recebeu entretanto a encomenda de duas crónicas régias, a do Príncipe Perfeito (r. 1481-1495) e a de D. Manuel I (r. 1495-1521), nas quais trabalhará ao longo da década seguinte, compilando uma significativa quantidade de materiais. António Galvão, curiosamente, dedica-lhe um significativo encómio no seu *Tratado dos descobrimentos* (Lisboa, 1563), obra também referida no presente catálogo. A *Chronica do Felicissimo Rei Dom Emanuel* seria publicada em Lisboa em 1566 e 1567. Ainda em 1567 seria impressa, também em Lisboa, a sua *Chronica do principe Dom Ioam, Rei que foi destes Regnos segundo do nome*. Os últimos anos de vida de Damião de Góis foram assaz atribulados, já que em 1571 foi alvo de um processo inquisitorial, que culminaria numa sentença de prisão sob acusação de se ter relacionado com figuras eminentes do protestantismo. Em 1573 o cronista seria libertado, mas viria a falecer em inícios do ano seguinte. Góis ocupa-se de Fernão de Magalhães, que poderia ter conhecido em Lisboa na sua juventude, na Parte IV da *Chronica do Felicissimo Rei Dom Emanuel*. Sobre Damião de Góis, ver BARRETO 2002; relativamente às suas informações sobre Magalhães, ver GARCIA 2007.

CHRONI

CA DO FELICISSIMO REI DOM EMANUEL, COMPOSTA PER DAMIAM DE GOES, DIVIDIDA EM QVATRO PARTES, das quaes esta he ha primeira.



Foi vista, & approuada per ho R. P. F. Emanuel da veiga examinador dos liuros.
Em Lisboa em casa de Francisco correa, impressor do serenissimo
mo Cardenal Infante, a hos xvij dias do mes de Iulho de 1566.
Esta taxada esta primeira parte no regno em papel a duzentos, & cinquenta reaes, & fora dello
segundo ha diffinçã dos lugares onde se vender, & has outras tres partes pelo mesmo
modo naquillo em que forem taxadas.
Com priuilegio Real.



Historia de las Indias. Madrid: M. Aguilar, [193-]. – 2 vol., t. 2 e t. 3. – 24 cm

BNP TR. 4705-06 V.

COMENTÁRIO

Bartolomé de Las Casas participou ativamente na conquista espanhola do Novo Mundo, e só durante uma viagem de regresso a Espanha em 1515 começou a assumir posições reformistas relativamente ao tratamento dado aos índios pelos colonizadores espanhóis e pelas autoridades régias. Embarcando novamente para a América, viria em 1522 a entrar para a ordem dos Dominicanos, em Santo Domingo. Posteriormente viajou por diversos territórios americanos, fazendo entretanto várias viagens a Espanha. É autor de uma vasta obra que se ocupa sobretudo de diversos aspetos polémicos da expansão espanhola no Novo Mundo. A sua obra mais conhecida é o tratado *Brevissima relación de la destrucción de las Indias*, publicado em Sevilha em 1552. Na fase final da sua vida, Las Casas escreveu uma extensa *Historia de las Indias*, baseada nas suas próprias experiências e num vasto manancial de relatos orais e escritos. A obra conservava-se em manuscrito à data da sua morte, em 1567, e só viria a ser publicada pela primeira vez no século XIX. Las Casas cruzou-se com Fernão de Magalhães em Valladolid em 1518, e com ele trocou impressões, por ocasião dos encontros que o navegador português ali manteve com Carlos I (r. 1516-1556), rei de Espanha. A *Historia de las Indias* dedica algum espaço à primeira viagem de circumnavegação, e o dominicano refere que Magalhães, para convencer o monarca espanhol da justeza das suas ideias cosmográficas, trazia consigo um planisfério muito bem desenhado. Refere, curiosamente, que Magalhães «debía de ser hombre de ánimo y valeroso en sus pen-

samientos, y para emprender cosas grandes, aunque la persona no la tenía de mucha autoridad, porque era pequeño de cuerpo, e en sí no mostraba ser para mucho, puesto que tampoco daba á entender ser falto de prudencia» (LAS CASAS 1875-1876: 4, 377). Sobre o escritor dominicano, ver CLAYTON 2012; a respeito do encontro com Magalhães, ver CEREZO MARTÍNEZ 1994.



¶ Esta hystoria de xpo yo fray br. me. de las casas obispo
que fue de chiapa en conspianm a este Collegio de
sant gregorio: moyado y pidiendo por charidad al
padre rector y consilianos de que por tiempo fue-
ren que a ningun seglar la den pa que ni
sempo el dho collegio y uniuerso menos de fuera del
la lea por tiempo de quareta años desde este de sesen-
ta q entrara comecados a contar. sobre lo qual
los enomgo la vnsienon. y passados agllos quareta
años si vieren q conviene pa el bien dlos yndios
y de España: pueden mada imprimir pa gloria de
dios y manifestacion de la Verdad principalmete. y
no pareca conuenir q todos los colegiales la lean
sme los mas prudentes porq no se publique an-
tes de hno porque no ay pa que ni ade aprovechar.
fuesa por melindre de 1569.

Deo grās.

El obispo. f. br. me. de
las Casas

HERRERA Y TORDESILLAS, Antonio de, 1559-1625

Historia general de los hechos de los Castellanos en las Islas I Tierra firme del Mar Oceano... En quatro decadas desde el año de 1492. Hasta el de 1531. Decada primera [-oitava]. En Madrid: en la Emplenta Real, por Juan de la Cuesta, 1601-1615. 4 vol. a 2 coln.; 8º (29 cm)

BN Paris LXXI 364; Brunet III 132; Nicolás António. Bibliotheca Hispania Nova I 128; NUC NH 0316333; Palau (2a ed) 114286; Salvá II 3341; Simón Díaz. Bibliogr. lit. hisp. XI, 4681; Simón Díaz. Impr. v. XVII refere a mesma ed. impr. por Juan Flamenco. – Rosto grav. e iniciais ornamentadas

BNP D.S. XVII – 5

Disponível em: <<http://bibliotecadigital.jcyl.es/es/>>

COMENTÁRIO

Antonio de Herrera foi um dos mais prolíficos escritores e tradutores espanhóis na passagem do século XVI para o século XVII. Escreveu numerosas obras de teor geográfico e historiográfico, e entre estas uma volumosa crónica da expansão espanhola no Novo Mundo, que foi publicada em Madrid em várias ‘décadas’, entre 1601 e 1615, pelos impressores Juan Flamenco e Juan de la Cuesta. A *Historia general* conheceu um enorme sucesso, com sucessivas reedições e traduções um pouco por toda a Europa. Antonio de Herrera, para além de ter consultado as obras dos escritores de matérias americanas que o precederam, teve também acesso a um vastíssimo material de arquivo, graças à sua posição de cronista oficial. Assim, o seu relato da expedição iniciada por Fernão de Magalhães é particularmente interessante, já que contém informações que não aparecem em outras versões impressas da histórica

viagem de circumnavegação. Aparentemente, Herrera teve oportunidade de consultar materiais produzidos por diversos participantes da expedição magalhânica, sendo que alguns desses escritos entretanto levaram sumiço. As referências a Fernão de Magalhães e à sua viagem são espalhadas pelas Décadas II e III. Sobre Herrera, ver CUESTA DOMINGO 1998.



LEONARDO DE ARGENSOLA, Bartolomé, 1562-1631

Conquista de las Islas Malucas... / escrita por... Bartolome Leonardo de Argensola... [En Madrid: por Alonso Martin, 1609]. – [12] f., 407 p.; 4º (28 cm)

BMC 135, 156; BN Paris XCIV 1241; Brunet I 419; NUC NL 0265061; Palau 16089; Salvá II 3349; Simón Díaz. Bibliogr. Lit. Hisp. XIII 1713

BNP D.S. XVII – 20

Disponível em: <<http://purl.pt/26125>>

COMENTÁRIO

Autor de uma obra vasta e diversificada, o poeta espanhol Bartolomé Leonardo de Argensola publicou em 1609 uma crónica dedicada aos contactos dos europeus com as ilhas de Maluco. Embora este arquipélago fosse inicialmente contactado pelos portugueses, que construíram uma fortaleza na ilha de Ternate, os espanhóis tentaram repetidamente ocupar posições nas *ilhas das especiarias*, desde a expedição de Fernão de Magalhães. Depois de se estabelecerem nas Filipinas, a partir de 1565, essas tentativas foram renovadas, e eventualmente Espanha viria a adquirir soberania sobre as ilhas de Maluco em 1606. Pedro Fernández de Castro, conde de Lemos (1576-1622), que era então presidente do Consejo de Indias e patrono de Leonardo Argensola, encarregou este último de preparar uma crónica daquelas disputadas ilhas orientais. O poeta e cronista espanhol dedicou alguma atenção na sua *Conquista de las Islas Malucas* à histórica viagem iniciada pelo navegador português, revelando nomeadamente, entre outras informações inéditas, que este, aquando da sua passagem

a Espanha, trazia consigo «un Planisferio dibuxado por Pedro Reynel» (ARGENSOLA 1609: 16). Sobre Leonardo de Argensola e esta sua obra, ver VILLIERS 2003.



[37]

OS MAPAS DE FERNÃO DE MAGALHÃES

OS MAPAS DE FERNÃO DE MAGALHÃES

BEHAIM, Martin, 1459-1507

Martin Behaim's Erdapfel [Material cartográfico]
Escala 1:25200000. [S.l.: s.n.], [1908]. 1 globo terrestre, em gomos, em 4 folhas; color.; 58,50 x x 46,30 cm em folha de 76,20 x 60,80 cm cada folha

Fac-símile do globo elaborado em Nuremberga 1492

BNP C.C. 602 A.

Disponível em: <<http://purl.pt/27624>>

COMENTÁRIO

Martin Behaim nasceu em Nuremberga, numa família de abastados mercadores originários da Boémia. Depois de um período de aprendizagem passado na Flandres, estabeleceu-se em Portugal a partir de 1484, aqui se dedicando a atividades comerciais, com ligações sobretudo às ilhas atlânticas. É provável que o mercador alemão tenha estado ligado a diversos projetos relacionados com a exploração do litoral ocidental de África, que então estava a ser levada a cabo pelos portugueses. Assim, alguma cronística posterior atribui-lhe não só amplos conhecimentos cosmográficos, mas também destaque nas tentativas de determinação das coordenadas geográficas de certas regiões africanas, aludindo ainda uma eventual viagem que teria realizado no Atlântico, em busca de terras desconhecidas ou suspeitadas a ocidente. Em 1492, quando se encontrava temporariamente de volta a Nuremberga, o alemão colaborou na construção do chamado *Globo de Behaim*, fornecendo nomeadamente esboços cartográficos e informações sobre as mais recentes viagens de descobrimento organizadas pela coroa de Portugal. Este globo terrestre, evidentemente, não continha ainda quaisquer notícias sobre a viagem de descobrimento realizada nesse mesmo ano de 1492 por Cristóvão Colombo (1451-1506). Behaim viria a falecer em Lisboa

em 1507. Anos mais tarde, contudo, Antonio Pigafetta (1491-1534), o italiano que preparou o relato da primeira viagem de circumnavegação, obra que figura no presente catálogo, registaria uma curiosa informação. Alegadamente, Fernão de Magalhães ter-lhe-ia dito que tomara conhecimento da existência de uma passagem marítima na parte meridional do continente americano, que permitiria navegar para o arquipélago de Maluco pela via ocidental, numa «carta náutica do rei de Portugal, a qual carta tinha sido feita por um grande piloto e navegador chamado Martinho da Boémia» (CASTRO, HAMON & THOMAZ 2007: 106). A alusão é enigmática, e não se referirira decerto a um planisfério baseado no *Globo de Behaim*, mas talvez a um outro mapa produzido mais tarde pelo cosmógrafo alemão e entretanto desaparecido. Sobre Behaim e o seu globo, ver RAVENSTEIN 1908 e POHLE 2007.



**WALDSEEMÜLLER, Martin, ca 1475-1522;
LEÓN-PORTILLA, Miguel, trad.**

Cosmographiae introductio; Introducción a la Cosmografía y las quatro Navegaciones de Américo Vespucio. Traducción del latín, estudio introductorio y notas de Miguel León-Portilla. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2007. 2 vol.; il., mapas; 24 cm + 1 CD-ROM e 1 mapa, dobrado, inseridos em capa

Fac-símile da edição de 1507. Outra variantes do título: *Cosmografía universal según la tradición de Ptolomeo y los descubrimientos de Américo Vespucio y de otros; Introducción a la cosmografía y las quatro navegaciones de Américo Vespucio*

BNP C.A. 729 P.

COMENTÁRIO

O cosmógrafo Martin Waldseemüller e o seu colega Matthias Ringmann (1482-1511) publicaram em 1513, em Estrasburgo, uma nova tradução latina da Geografia de Ptolomeu (ca 90-ca 168). Poucos anos antes, em 1507, ambos tinham publicado na vizinha localidade de Saint-Dié-des-Vosges uma obra introdutória, a *Cosmographie introductio*, que entre outros materiais continha em apêndice umas relações atribuídas ao navegador italiano Amerigo Vespucci (1454-1512). Esta pequena obra era acompanhada por uma mapa-mundo de enormes dimensões, constituído por doze painéis independentes, de 46 por 62 cm, que se deveriam montar. O *planisfério de Waldseemüller*, como é hoje conhecido, tinha a particularidade de pela primeira vez atribuir ao Novo Mundo a designação de «America», em homenagem a Vespucci, que os dois cosmógrafos alemães criam ter sido o primeiro europeu a contactar com a parte meridional do continente americano. Hoje conhece-

se apenas um exemplar desta obra de Waldseemüller, que se conserva na Library of Congress, em Washington, D. C. O grande planisfério de 1507, intitulado *Universalis cosmographia secundum Ptholomaei traditionem et Americi Vespucii aliorumque lustrationes*, foi publicado numa edição de mil exemplares, e não é impossível que algum deles tivesse chegado à corte de el-rei D. Manuel I (r. 1495-1521). Poderia ser este, aliás, o mapa-mundo que estaria na posse do monarca lusitano, a que aludem diversos relatos quinhentistas, e nesse caso Fernão de Magalhães pode-lo-ia ter visto em Lisboa, antes da sua passagem a Espanha. Este planisfério, que na costa mais meridional da América regista o topónimo «Rio de Cananerū», poderia de certa forma sugerir a existência de uma passagem marítima para ocidente. Sobre Waldseemüller e o seu mapa, ver LEÓN-PORTILLA 2007 e LESTER 2009.

HOMEM, Lopo, fl. 1517-1565

Atlas Miller: [Planisfério: folha 1]. Barcelona: M. Moleiro Editor, S.A., 2003. 1 atlas, 11 mapas em 6 folhas; color.; 61,00 x 118,00 cm e 42,20 x x 59,00 cm

Reprodução fac-similada do atlas náutico português, datado de 1519, cujo original se encontra na Biblioteca Nacional de França

BNP C.A. 360¹ A.

Disponível em: <<https://gallica.bnf.fr>>

COMENTÁRIO

O chamado *Atlas Miller*, do nome de um dos seus proprietários, o qual hoje se conserva na Bibliothèque nationale de France, terá sido produzido por um grupo de cartógrafos e iluminadores portugueses em 1519. Deste grupo faziam parte: Lopo Homem, um dos mais conhecidos cartógrafos portugueses da época, que poderá ter coordenado o projeto; Pedro Reinel (ca 1462-ca 1542) e o seu filho Jorge Reinel (ca 1502-ca 1572), dois prolíficos técnicos luso-africanos; e ainda António de Holanda (fl. 1518-1570), um reputado artista e iluminador, radicado em Portugal, mas talvez originário dos Países Baixos. O atlas parece ter sido preparado como presente régio, e oferecido por el-rei D. Manuel I (r. 1495-1521) à sua esposa D. Leonor de Áustria (1498-1558), com quem casou em 1518. Alguns dos mapas incluídos neste atlas privilegiavam mais os efeitos decorativos do que propriamente o rigor da representação cartográfica. É pouco provável que Fernão de Magalhães tenha consultado este atlas, que pouco terá circulado. Contudo, foi recentemente sugerido que ao menos o planisfério incluído no *Atlas Miller* poderia ter sido produzido como um ato de propaganda contra a expedição de Magalhães. Com efeito, o referido

planisfério tem a particularidade de apresentar uma configuração ptolomaica do mundo, com as terras rodeando uma espécie de grande lago, constituído pela junção do Atlântico com o Índico. De acordo com a referida interpretação, ao colocar em circulação um tal espécime cartográfico, a coroa lusitana estaria a defender a impossibilidade de uma navegação para as ilhas de Maluco pela via ocidental, precisamente o projeto desenvolvido por Magalhães. Ora D. Leonor era irmã de Carlos I de Espanha (r. 1516-1556), o patrocinador da expedição magalhânica, e as informações contidas no *Atlas Miller* rapidamente chegariam a Espanha. Sobre o planisfério Lopo Homem-Reinéis, ver MARQUES; THOMAZ & NOGUEIRA 2006.



[40]

[Mapa do Oceano Índico]

In Ivan Kupčik, ed. *Münchener Portolankarten.: «Kunstmann 1-XIII»;* und zehn weiter Portolankarten : überarbeitete und ergänzte Neuauflage des Originalwerkes von Friedrich Kunstmann aus dem Jahr 1859 mit 13 erneuerten Farbtafeln sowie zehn weitere Seekarten vom Anfang des 16. Jahrhunderts, einschließlich der seit 1945 verschollenen Seekarten aus Münchener Sammlungen. München; Berlin: Deutscher Kunstverlag, cop. 2000. 176 p.; il. a negro e colorido; 35 cm

Texto bilingue em alemão e inglês. Encontra-se na Biblioteca Nacional de França, Paris, Res Ge. AA 565

Coleção particular

41bis.

REINEL, Jorge(?), ca 1502-ca 1572 ou REINEL, Pedro, ca 1462-ca 1542

[Planisfério]

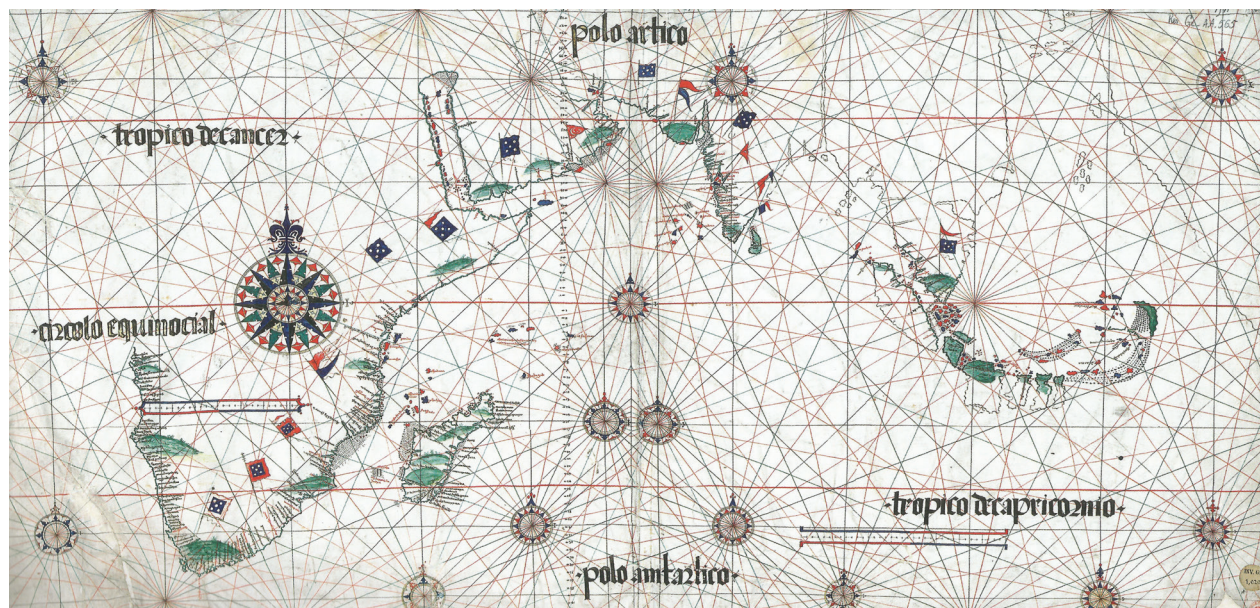
In Ivan Kupčik, ed. - *Münchener Portolankarten.: «Kunstmann 1-XIII»;* und zehn weiter Portolankarten : überarbeitete und ergänzte Neuauflage des Originalwerkes von Friedrich Kunstmann aus dem Jahr 1859 mit 13 erneuerten Farbtafeln sowie zehn weitere Seekarten vom Anfang des 16. Jahrhunderts, einschließlich der seit 1945 verschollenen Seekarten aus Münchener Sammlungen. München; Berlin: Deutscher Kunstverlag, cop. 2000. 176 p.; il. a negro e colorido; 35 cm

Texto bilingue em alemão e inglês. Encontra-se na Biblioteca Nacional de França, Paris, Res Ge. AA 564

Coleção particular

COMENTÁRIO

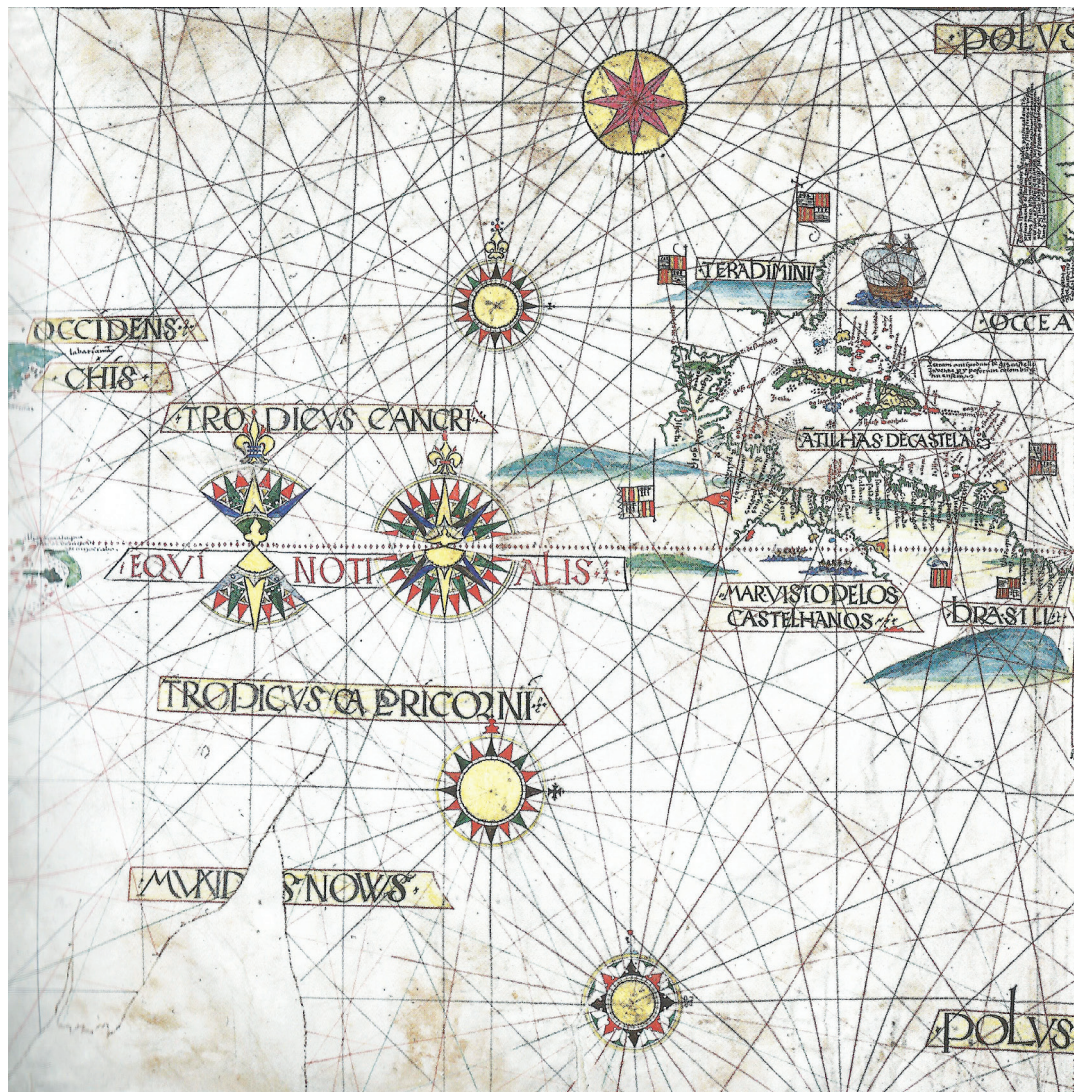
Pedro Reinel esteve ativo em Portugal durante o último quartel do século xv e a primeira metade da centúria imediata, desenvolvendo intenso trabalho de cartografia, em colaboração com o filho Jorge Reinel, no âmbito das grandes viagens de descobrimentos levadas a cabo pelos portugueses. Investigações relativamente recentes sugerem que Pedro Reinel seria de origem africana. Em 1519, nas vésperas da partida de Fernão de Magalhães de Sevilha, ambos os Reinel, em circunstâncias ainda mal conhecidas, encontravam-se naquela cidade espanhola, onde produziram diversos mapas destinados à expedição magalhânica às *ilhas das especiarias*. Posteriormente, também de forma não esclarecida, os dois cartógrafos regressariam a Portugal, e ao serviço da coroa lusitana. Dois mapas dos Reinel são especialmente relevantes no âmbito da viagem de Magalhães, ambos originalmente conservados em Munique, mas que foram destruídos durante a II Guerra Mundial e hoje são conhecidos apenas através de cópias efetuadas por Otto Prager em 1836, e guardadas na Bibliothèque nationale de France. O primeiro mapa, datável de 1517-1518, representava o oceano Índico de forma extremamente inovadora, abrangendo toda a área compreendida entre as regiões mais meridionais de África e o arquipélago de Maluco, na parte mais oriental da Índia. Baseava-se nas mais recentes viagens exploratórias dos portugueses nos mares orientais. O segundo mapa, um planisfério desenhado em 1519, representava toda a superfície terrestre então conhecida, revelando também de forma muito inovadora os grandes espaços marítimos



[41]

que se estendiam entre o Novo Mundo e a Ásia, aqueles precisamente que Fernão de Magalhães pretendia atravessar. As ilhas de Maluco, curiosamente, eram representadas na parte esquerda do planisfério, sugerindo a sua localização no hemisfério de hegemonia espanhola, à luz das condições acordadas no Tratado de Tordesilhas.

Também este mapa utilizava as mais recentes informações de origem portuguesa e espanhola sobre os mundos extra-europeus que ambos os reinos ibéricos estavam a explorar de forma sistemática. Sobre os Reinel, pai e filho, ver CORTESÃO 1935, KUPČIK 2000, e MOREIRA 2015.





[41bis]

L'hémisphère australe en projection polaire équidistante du portulan portugais anonyme du Vieux Serrai d'Istanbul, probablement de Pedro Reinél et de 1523 ou du début de 1524. Lisbonne: [s.n.], 1940. 8 p.; 24 cm

BNP H.G. 16973²¹ V.

COMENTÁRIO

A biblioteca do palácio Topkapi, em Istambul, conserva nas suas coleções um curioso mapa em projeção polar austral, que é atribuído ao cartógrafo português Pedro Reinél, e que tem sido datado de cerca de 1522-1524. Portanto, uma data posterior à conclusão da primeira viagem de circumnavegação. Contudo, investigações recentes (ver um ponto da situação no texto de Dejanirah Couto incluído no presente catálogo) sugerem que este interessante mapa poderia ter sido produzido em Sevilha em 1519, antes da partida da expedição magalhânica, pelos dois cartógrafos portugueses Pedro Reinél (ca 1462-ca 1542) e Jorge Reinél (ca 1502-ca 1572). Posteriormente, o mapa teria sido completado com informações sobre as regiões mais meridionais da América, trazidas pelos tripulantes da nau San Antonio, que desertara da frota de Magalhães em finais de 1520, antes da entrada no estreito que conduzia ao oceano Pacífico, e regressara a Espanha, aportando a Sevilha em inícios de maio do ano seguinte. Mais tarde, algum dos sobreviventes da viagem de circumnavegação – talvez o próprio Antonio Pigafetta – teria levado este mapa para Istambul. Tal como sucedia noutras produções cartográficas dos Reinél, as ilhas de Maluco eram figuradas no hemisfério de influência espanhola. Sobre este mapa, ver COUTO 2013.



[42]

ESTUDOS COMPLEMENTARES

Magallanes en España

JUAN GIL

Universidad de Sevilla

Toda aproximación a la gesta de Fernando de Magallanes ha de comenzar, forzosamente, por el proyecto que fue a ofrecer a la corte castellana. El portugués estaba convencido de que el Maluco, por el acuerdo de Tordesillas, pertenecía a España, una convicción que quizá hubiese adquirido por haber estado él mismo en aquellas islas. Sea lo que fuere, de ese convencimiento se desprendía una conclusión obvia: que era posible llegar a la Especiería a través del Océano Pacífico, navegando siempre por aguas que el mismo tratado había asignado a España. Ese fue el descubrimiento que el portugués desterrado vino a proponer a Carlos I. Sin embargo, la propuesta no era nueva. Hacía años que la idea de que el Maluco – y aun Malaca – caía dentro de la jurisdicción española flotaba en el ambiente, y no solo en España, sino en Portugal.

En efecto, las naves lusas no habían cesado de recorrer la costa de la América meridional. Dejando a un lado el viaje de Esteban Froes, sobre el que hizo tan sugestivas como aventuradas hipótesis R. Laguarda Trías en un excelente estudio, consta que en 1514 dos bajeles portugueses fueron a descubrir el Brasil y llegaron hasta un cabo situado a 40° S.; los naturales de la tierra les habían dicho que a su costa acudían mercaderes rubios, que fueron identificados en una alegre fantasía como chinos que navegaban a Malaca. Lo que más nos interesa de ese viaje – una flagrante violación del tratado de Tordesillas – es que uno de los armadores de la flotilla fuese el conocido mercader burgalés Cristóbal de Haro, estante a la sazón en Lisboa. Evidentemente, lo que impulsó a Haro a invertir dinero en un viaje fue la posibilidad de hallar un camino alternativo y más corto a la Especiería. He aquí el cabo que cumple rescatar para nuestra historia.

En efecto, consta también que Magallanes, antes de trasladarse a Castilla, mantuvo conversaciones en Portugal con dos mercaderes burgaleses: Diego de Haro (el hermano de Cristóbal) y Diego de Covarrubias, obviamente por los mismos motivos. Y, sin duda, ambos mercaderes le prometieron que, llegada la ocasión, le prestarían su más firme apoyo ante el rey de España. Magallanes, pues, contó de antemano con

la colaboración entusiasta del capital burgalés a su proyecto, como así fue: Cristóbal de Haro se convirtió en Valladolid, donde residía la corte, en el más denodado paladín del proyectado viaje durante unos meses decisivos.

Pero Magallanes tenía también otros amigos en España, y sobre todo en Sevilla, cuyo suelo pisó por primera vez el 20 de octubre de 1517. En efecto, en Sevilla se había refugiado parte de la alta nobleza sañudamente perseguida por Juan II. Allí vivía todavía un hijo de don Álvaro de Portugal, hermano del duque de Braganza ajusticiado en 1483: don Jorge de Portugal, el futuro conde de Gelves; y allí vivía asimismo la viuda de don Juan de Portugal, doña Isabel Enriques, marquesa de Montemor-o-Novo, en cuyo entorno figuraba otra mujer ilustre: doña Briolanja Moniz, la cuñada de Cristóbal Colón. El propio Magallanes tuvo relación con la casa de Braganza: en 1513 participó en la toma de Azamor, la gran empresa africana del duque don Jaime¹.

Criado fiel de don Álvaro de Portugal fue otro portugués, Diego Barbosa. Por sus servicios en las guerras de Granada y de Navarra los Reyes Católicos le hicieron comendador de la Orden de Santiago hacia 1491. A su vez, don Álvaro colmó de honores a su sirviente: desde 1503 hasta su muerte en 1524 Barbosa desempeñó el cargo, importantísimo, de teniente de alcalde de los alcázares y atarazanas de Sevilla (el alcaide era el propio don Álvaro). Barbosa estaba casado con Isabel Caldeira, hija de Isabel Faleiro, un apellido que de inmediato nos recuerda el nombre de Rui Faleiro, el compañero y socio de Magallanes, con quien quizás estuviese emparentada. Sea como fuere, Diego Barbosa hizo un viaje a la India en 1501, en una carabela despachada a tal efecto por su protector don Álvaro de Portugal. Antes o después de aquel viaje pudo conocer en Portugal a Magallanes, con quien congenió.

En 1517 Magallanes abandonó su patria para siempre. Como hidalgo que era, el portugués se hizo acompañar de varios criados. Dos de ellos fueron citados

¹ Es notable y, a mi juicio, muy significativo que, en la información llevada a cabo por Ana do Quintal (o de Magalhaens) en Lisboa el 9 de julio de 1534, declarasen como testigos las siguientes personas: Nicolás de Haro, caballero de la orden de Avis, compadre de Ana do Quintal; Catalina Herrera, mujer de Nicolás de Haro, comadre de Ana do Quintal; Pero Colaço, escudero del duque de Braganza; Diego Moreira, escudero de la casa del infante don Luis; Francisco Lopez, escudero del duque de Braganza y, por último, Cristóbal de Magallanes, hidalgo de la casa del rey y escribano de cámara de Lisboa, sobrino de Ana do Quintal. A la pregunta cuarta de esta información pertenece la aclaración, citada más adelante, sobre Martín de Magallanes, de cuyo parentesco con el navegante dudé injustificadamente en otro lugar.

elogiosamente en su testamento: en primer lugar, su paje Cristóbal Rebelo, natural como Magallanes de Oporto, quien, fiel siempre a su amo, murió con él en Mactán el 27 de abril de 1521; en segundo término, un esclavo malayo, Enrique, «de color loro, natural de la çibdad de Malaca «Málaga», se escribe en el documento por un comprensible error del escriba], de hedad de veynte e seys años», a quien el navegante ahorró en su testamento y a quien dejó una manda de 10 mil maravedíes, «porque es christiano e porque ruegue a Dios por mi ánima» (no sabía Magallanes los malos tratos que, para su desdicha, su pariente Duarte Barbosa habría de dar al esclavo: aquellos ultrajes habrían de provocar, en Cebú, una verdadera matanza de los expedicionarios). En el séquito del desterrado figuraba otro esclavo negro, Antonio, que se le huyó a Ciudad Rodrigo en los primeros meses de 1519, así como una esclava de Sumatra, de la que no tenemos más noticia que la seca mención que hizo de ella López de Gómara.

Vistas sus amistades en Andalucía, se comprende bien que Magallanes, al dejar el suelo patrio, se encaminase en derechura a Sevilla y que, una vez llegado a esa ciudad, acudiese de inmediato a casa de Diego Barbosa. Y conviene añadir que su integración en aquella familia fue tan perfecta que en un santiamén, en menos de tres meses, hubo boda: en efecto, Magallanes se casó antes de terminar el año de 1517 con una hija del comendador, Isabel, cuando aún no se sabía si su proyecto iba a ser aceptado por el rey. La dote fue magnífica: nada menos que 600 mil maravedíes, de los que solo fue pagada la mitad. El novio, no menos rumboso, acordó dar a su esposa dois mil ducados (750 mil mrs.) en arras, pero tampoco llegó a hacer efectiva la entrega del dinero, quizá reservándosela para su regreso triunfante del Maluco. Al menos, las trampas quedaron en familia. El casamiento se celebró por todo lo alto en los alcázares de Sevilla, como pedía la alcurnia del suegro; y a una estancia del palacio – no mal alojamiento, desde luego – se trasladó a vivir la feliz pareja.

Entre las mieles y dulzuras de la boda Magallanes no desatendió ni mucho menos los trámites del asunto que lo había traído a España. Desde 1503 se había establecido en Sevilla la Casa de la Contratación, la institución que había de ocuparse de los preparativos de su viaje, si este recibía el refrendo del monarca. Dirigían en aquel momento la Casa de la Contratación tres oficiales reales: el tesorero, el viejo canónigo Sancho de Matienzo, un cántabro que compaginaba los áridos números de la contabilidad regia con los solemnes rezos y misas en la catedral; el contador, el vasco Juan López de Recalde, hombre poco de fiar, y el factor, el burgalés Juan de Aranda, un personaje no menos turbio. Fue este último quien más se interesó por

los planes del portugués y quien escribió a Diego de Haro y a Diego de Covarrubias para informarse de la verdadera condición del pretendiente a descubridor, quien, muy lógicamente, se mostraba reacio a dar a conocer su proyecto a otra persona que no fuese el rey. Y cuando Haro y Covarrubias le certificaron que Magallanes era hombre de peso, Aranda, sin pérdida de tiempo, escribió al gran canciller de España, el flamenco Jean Le Sauvage, dándole cuenta de la llegada del portugués y de las oportunidades que con ella se ofrecían al servicio de Carlos I.

Un mes y medio después de Magallanes se presentó Rui Faleiro en Sevilla. Faleiro, que andaba ya algo fuera de sus cabales, se tomó muy a mal que su compañero hubiese hablado con Aranda, considerando los pasos dados como una afrenta a su persona. La ruptura hubiera sido total, si no hubiesen aplacado su cólera, reconciliándolos, dos amigos comunes: Diego Barbosa y el bachiller Rui Lopes, el mayordomo de don Jorge de Portugal, un hombre cultivado que tenía afición a la Astronomía. Se llegó a un nuevo concierto: los dos, Magallanes y Faleiro, tendrían los mismos derechos el uno que el otro y, en caso de que uno de ellos quisiera volver a su patria, debería comunicarlo al otro socio, «sin perjuicio de su compañía», con seis horas de antelación. Amainada por el momento la tormenta, los dos compañeros decidieron acudir a la corte.

Era el momento oportuno. El nuevo monarca, Carlos I, había hecho su entrada el 18 de noviembre de 1517 en Valladolid, donde habría de ser jurado rey. Los grandes, los nobles y los diputados en cortes se apresuraron a marchar a esa ciudad, para ganarse el favor del soberano y revalidar sus títulos. Uno de los que acudieron tempranamente a aquella cita cortesana fue don Jorge de Portugal. Magallanes y Faleiro se pusieron en camino mucho más tarde, el 20 de enero de 1518. Tramando turbios enredos, Juan de Aranda insistió mucho en que los tres emprendieran el viaje juntos. Los portugueses, recelosos, prefirieron unirse al séquito de la duquesa de Arcos, que partió en dirección de Escalona. Aranda, en cambio, tomó la ruta de la Plata.

Nada más salir de Sevilla, le llegó a Aranda la contestación de Sauvage. El gran canciller comunicaba en ella su contento por la llegada de Magallanes e los instaba, tanto a Magallanes como a Aranda, a presentarse en la corte para discutir el descubrimiento. Así se lo hizo saber el factor a los portugueses, anunciándoles que los esperaba en Medina del Campo.

En esa ciudad se produjo reencuentro, como estaba previsto. El factor alojó a los viajeros en su propia posada y les hizo grandes agasajos. Desde Medina hasta Valladolid Aranda y sus huéspedes hicieron el viaje en amor y compañía. La comitiva, muy alegre por el inminente éxito de la empresa, se aproximaba ya a Puente del Duero, cuando el factor planteó sus exigencias a los portugueses: «Ya no estaréis quejosos de lo que tengo escripto al gran chançiller; antes por ello e por lo que yo faré en dezir a Su Alteza la información que de vos tengo de Portugal, me devríades de dar parte del bien que Dios vos fiziese». Estalló a continuación una acalorada disputa. Aranda pretendía cobrar la octava parte de las ganancias que reportase el viaje a los capitanes, Magallanes solo le quería dar la décima parte y Faleiro se negaba a otorgarle cosa alguna. Al final, Magallanes y Faleiro convinieron en conceder a Aranda el diezmo de sus beneficios. Y este acuerdo inicuo fue ratificado ante escribano el 23 de febrero de 1518, ya en Valladolid.

Mientras tanto, los acontecimientos se habían sucedido a velocidad de vértigo. El gran canciller Sauvage, el cardenal Adriano de Utrecht y don Juan de Fonseca – el ministro de Ultramar *avant la lettre* durante el reinado de los Reyes Católicos – concedieron sendas audiencias a los navegantes en Valladolid. El negocio se encarriló prontamente porque el capital burgalés, capitaneado por Haro, determinó financiar la empresa por su cuenta, si el rey no asumía los riesgos y el coste de la armada. En consecuencia, Magallanes y Faleiro jugaron con cierta ventaja en las entrevistas que sostuvieron con los representantes del rey, quien quiso llevar exclusivamente las riendas del negocio, sin permitir la existencia de competidores privados. Pero finalmente, apuradas de dinero las arcas reales – la corona imperial costó mucho dinero a los españoles –, Cristóbal de Haro y sus socios remataron la financiación del viaje, aportando la suma de 1 616 781 mrs. para compra del «rescate» (las mercaderías de trueque).

En el memorial presentado al monarca, escrito de puño y letra del calculador Aranda, los portugueses pidieron, entre otras cosas, las siguientes: la gobernación de las tierras descubiertas para ellos y para sus herederos, así como la vigésima parte de las rentas que estas produjesen en el futuro; la elección de dos islas para ejercer en su término el pleno señorío, con la única obligación de pagar el diezmo – y no el quinto – al rey; por fin, el quinto de las ganancias del primer viaje. Casi todas estas peticiones fueron concedidas sin más trabas por el monarca, tras un no muy largo, pero intenso forcejeo. El apoyo conjunto de la colonia portuguesa en Sevilla y del capital burgalés habían obrado un verdadero milagro: Magallanes y Faleiro consiguieron en un mes lo que le costó siete años lograr a Colón, el espejo

en el que siempre procuró mirarse el navegante luso. De aquel mes memorable data la única descripción física de Magallanes que conocemos: «La persona no la tenía de mucha autoridad, porque era pequeño de cuerpo y en sí no mostraba ser para mucho», aunque «parecía ser recatado y de coraje»: con tales palabras lo retrató fray Bartolomé de las Casas, cuando lo conoció en febrero de 1519 en Valladolid.

La presencia de Magallanes en la corte preocupó sobremanera al monarca portugués, que intentó zancadillear por todos los medios la capitulación. La diplomacia de Manuel I se había apuntado un gran triunfo, al lograr detener en 1514 el viaje de Juan Díaz de Solís, programado por aguas jurisdiccionales de Portugal. Pero pronto la corona española se percató de que ni la búsqueda del estrecho en la América meridional ni la travesía del Pacífico suponían una violación del tratado de Tordesillas. Así fue como finalmente se llevó a cabo la navegación de Solís y como se aprobó su consecución lógica: el proyecto presentado por Magallanes. La capitulación definitiva se firmó el 22 de marzo de 1518. En su primera cláusula el rey sentó muy claramente los derechos que le asistían a despachar la armada, insistiendo, de forma reiterada, en que el periplo se hacía en el hemisferio de su propiedad: Magallanes y Faleiro se habían ofrecido a «descubrir, en los términos que *nos* pertenesçen y son *nuestros* del mar Océano dentro de los límites de *nuestra* demarcación, islas e tierra firme <e> ricas espeçerías e otras cosas».

Suele decirse que la traición se paga con la vida. Si bien es verdad que el portugués llegó a temer por su pellejo en Valladolid, el hecho fue que no sufrió atentado alguno por parte de un sicario luso. Eso sí, muchos enviados de Manuel I trataron de disuadirlo de que acometiera la empresa: el embajador Álvaro da Costa en 1518, cuando Magallanes se encontraba en la corte, y Sebastián Álvares en 1519, ya en Sevilla, intentaron convencer a Magallanes de que no abandonase a su rey natural. Todos en vano. En aquel momento no existía un concepto de patria. Los súbditos estaban unidos a su monarca por un pacto mutuo, que podía romperse si el rey incumplía los deberes que tenía para con ellos; entonces los vasallos podían «desnaturarse», esto es, ‘romper los vínculos que lo ligaban con su señor natural’. Tal era el tremendo paso que había dado Magallanes, y un hombre de honor no podía desdecirse de esa decisión, máxime hallándose, como él se hallaba, en deuda con Carlos I, un rey que, para su mayor contentamiento, les había otorgado a él y a Faleiro la orden de Santiago, la más prestigiosa de todas las órdenes de caballería españolas. Por tanto, el portugués, hombre de palabra, mantuvo siempre su lealtad al monarca español, una lealtad que, a su juicio, no había sabido conservar un mezquino Manuel I.

Como escribió a Carlos I el 24 de octubre de 1518, él estaba dispuesto a servirlo «con la persona, fazienda y vida..., estimando más en cumplir mi palabra que no las promesas que de portugueses me son hofrecidas».

Según estipulaba la capitulación, inspirada sin duda por Magallanes, la armada habría de constar de cinco naves: dos de ellas, de 120 toneles; otras dos, de 80 toneles, y una, de 60 toneles, todas ellas provistas de artillería y de un horno de cobre. La tripulación quedó fijada en un número de 235 hombres. El apresto y aderezo de las naves fueron confiados a los oficiales de la Casa de la Contratación sevillana. Matienzo y, sobre todo, Recalde vieron con cierto desagrado el desarrollo y resultado de un asiento en el que ellos, salvo Aranda, no habían tenido parte alguna. Hasta cierto punto, no les faltaba razón.

A su regreso a Sevilla, Magallanes y, en menor medida, Faleiro se entregaron de lleno a la complicada tarea de preparar el viaje a la Especiería, aunque tuvieron que bregar con la inquina del contador Recalde, muy enemistado con su colega Aranda y, de manera encubierta, hostil al proyecto. Fue intención de los dos capitanes, que cobraban de sueldo 50 mil mrs. al mes, que los navíos, la gente y los demás aparejos necesarios para la armada estuviesen listos para el 25 de agosto de 1518, mas pronto se vio que ese era un plazo de tiempo demasiado corto. Se necesitó un año más para que la flota quedase aprestada de manera definitiva.

No facilitó ni mucho menos los siempre complicados preparativos de una armada el hecho de que Magallanes fuese extranjero. Como comentaron los oficiales reales el 24 de septiembre de 1518, el capitán portugués acababa de tener un rifirrafe con unos lugareños: a Magallanes – escribieron al rey – «este otro día le afrontaron en Coria». A este desplante, cuya causa y alcance ignoramos, siguió un altercado mucho más sonado el 24 de octubre siguiente, pues tuvo lugar no en un pueblo, sino en la propia ciudad de Sevilla. Se había quedado en varar la nao capitana, la *Trinidad*, para calafatearla. Como la marea empezaba de madrugada, Magallanes se levantó muy temprano, a las tres de la mañana y mandó poner cuatro banderas de sus armas en un cabrestante, sin advertir que todavía no se habían enarbolado en la nave las armas del rey. Acudieron los curiosos de turno a contemplar la maniobra, y uno de ellos, al reparar en las banderas del capitán, en las que ondeaban las cinco quinas, creyó que eran las armas del rey de Portugal, y así se lo hizo ver a los circunstantes. De inmediato se levantó un revuelo mayúsculo. El alcalde de la mar incitó a la muchedumbre a romper las banderas y, por más que el portugués le aclaró el malentendido, no le

hizo caso alguno; y las hubiera despedazado él mismo, de no habérselo impedido el canónigo Matienzo, que, providencialmente, se hallaba presente. A las voces acudió rauda el teniente de almirante, Fernando Suárez del Alcázar y este, un poderoso converso y veterano del Gran Capitán en Italia, intentó prender al portugués y desarmó a los hombres de la *Trinidad*. Se desenvainaron algunas espadas, que se cernieron incluso sobre la cabeza de Matienzo, y el piloto Juan Rodríguez de Mafra recibió una cuchillada en una mano. El canónigo pidió ayuda al teniente del asistente y al alcalde mayor del duque de Medina Sidonia, que hicieron oídos sordos a la demanda. La enconada disputa no llegó a más probablemente gracias a la presencia y a los requerimientos de Matienzo y a la sangre fría del portugués.

Ese mismo día Magallanes tomó la pluma para referir lo ocurrido y presentar al rey sus quejas. Es la única carta que conservamos del navegante, a quien dolió en el alma que un caballero del rey de Portugal hubiese presenciado aquella afrenta. Sus palabras finales, tras la despedida protocolaria, no dejan de ser enternecedoras: «Y porque aún no se escrevir lo castellano tan perfeto como cunple, suplico a Vuestra Alteza me perdone en no lo azer por mi mano». Bien se ve que el navegante quería castellanizarse a marchas forzadas, otra vez siguiendo los pasos de Colón, quien, una vez convertido en almirante y virrey, no volvió a escribir en italiano.

La respuesta del rey fue contundente. El 11 de noviembre de 1519 Carlos I despachó sendas cartas a Magallanes, a Matienzo, al asistente de Sevilla y al cabildo de la ciudad, consolando al primero, alabando la actuación del segundo y exigiendo a las autoridades municipales la debida contención en la calle y el más absoluto respeto a la persona de su capitán, que había recibido un ultraje cuando, muy al contrario, debería haber contado con todo el favor del pueblo.

Alivió estos pesares una enorme alegría: a principios de 1519 Beatriz le dio al capitán general un niño, a quien uno de los marineros de la armada, el griego Nicolao de Nápoles, solía coger en brazos cuando iba a los alcázares por algún recado. El navegante, muy tradicional, le puso al recién nacido el nombre de su abuelo paterno: Rodrigo, y, soñando con futuras glorias, solicitó y obtuvo del rey la concesión de un mayorazgo.

En 1519 Magallanes y Faleiro, como capitanes generales, tuvieron que dejar los preparativos del viaje en Sevilla para volver a entrevistarse con Carlos I, quien, disponiendo su viaje a Alemania, paraba en Barcelona, donde celebró una junta de la orden del Toisón de Oro. El 8 de mayo de 1519 el rey entregó a los capitanes

generales las instrucciones que habían de cumplir durante el viaje. El primer capítulo es taxativo: «La principal cosa que vos mandamos y encargamos es que en ninguna manera non consintáis que se toque ni descubra cosa dentro en los límites del serenísimo rey de Portugal, mi muy caro e muy amado tío y hermano [Manuel I estaba casado, en efecto, con Leonor de Austria, hermana de Carlos I], ni en su perjuicio, porque mi voluntad es que lo capitulado e asentado entre la corona real de Castilla y la de Portugal se guarda y cunpla muy enteramente así como está capitulado». Por consiguiente, se daba otra vez por sentado que el Maluco caía dentro de la jurisdicción castellana y que no se transgredía con aquel viaje el tratado de Tordesillas.

Magallanes y Faleiro estaban obligados a entregar a los capitanes de las naves los mapas que se habían hecho (sin duda las cartas de los Reinol y de Nuño de Torenó) así como a indicarles la derrota a seguir; «al tiempo que las naos dieren las salvas, los capitanes» habían de mandar «que los pilotos» dijese «los unos a los otros dónde se hallan, así por las alturas como por los puntos» (cap. 3º). Al llegar a una tierra nueva, «saldréis en tierra», les ordenaba el rey, «e pornéys un padrón de nuestras armas, no siendo en la demarcación del serenísimo rey de Portugal..., e haréis asiento por los escrivanos de la dicha tierra..., declarando en cuántos grados está de latitud e asimismo en cuántos está de longitud» (cap. 7º). Gran atención se habría de prestar a un punto clave, sugerido sin duda por los portugueses: «Ver en cuántos lugares es menester que se hagan asientos en la costa de la mar para la seguridad de la navegación e para más seguridad de lo de la tierra» (cap. 26º).

El rey insistía mucho en que se procurara la paz con los reyes de las tierras que se descubriesen (cap. 8º): «puesto que d'ellos por algunas manera alguna persona de las vuestras resciban algund desaguado, no sean de vosotros maltratados»; cap. 12º: «e quando... llegardes a las tierras o islas adonde ay las espeçerías, haréis asiento de paz e trato con el rey o señor de la tierra como vierdes que es más nuestro servicio e provecho»; cap. 18º: «llegando a los puertos donde los tales moros fueren naturales, enbiaréis a tierra uno d'ellos a hazer saber al rey e governador d'ella cómo soys allí venidos... para hazer paz e tratado con ellos»). Sin embargo, se reservaba la exclusiva del comercio del clavo: a los gentiles que comerciaban en el Maluco los capitanes les habían de amonestar «que más no vengán a tratar en aquellas partes» (cap. 15º). Otros capítulos entraban ya en cuestiones técnicas: que se hiciese acopio de los víveres suficientes; que las naos no fuesen sobrecargadas; que una nave llevase de noche el farol, etc., etc.

Durante su larga estancia en Barcelona los dos capitanes generales se vieron implicados personalmente en un proceso. El contador Recalde, enterado de las sucias artimañas de Aranda con los portugueses, los había puesto en conocimiento del rey, y este, indignado, había mandado hacer una información al respecto, encargando el 18 de octubre de 1518 al licenciado Juan Fernández de la Gama que sometiese a interrogatorio a las partes implicadas. En consecuencia, el 6 de noviembre siguiente el juez nombrado para el caso tomó declaración en los alcázares de Sevilla a Magallanes, Faleiro y Aranda. En su deposición, estos refirieron la relación amistosa que habían mantenido con el burgalés y reconocieron haber llegado con él a un acuerdo comercial. Entonces el factor, acorralado, se defendió ante el Consejo real presentando su actuación como si en todo momento hubiera velado por los intereses del rey y no por los suyos y, en calidad de prueba, adujo un hecho: que gracias a él los portugueses se habían conformado con pedir la vigésima parte de las rentas de la Especiería y no la décima, como hubiese sido su intención. La justicia siguió su curso. El 29 de abril de 1519 Magallanes – un santo varón – prestó declaración en Barcelona como testigo y confirmó que, efectivamente, Aranda los había disuadido de pedir esa décima parte, que, al decir del factor, hubiese supuesto un desembolso de millones de maravedís para la Hacienda del rey. Pero dejemos ya a Aranda con sus problemas y volvamos a nuestra historia.

En efecto, es ya hora de pasar revista a los hombres de la armada. Al ser la empresa una iniciativa regia, desempeñaron el cargo de pilotos los pilotos reales, que cobraban un sueldo fijo de la corona y que fueron los siguientes: Esteban Gomes (*Trinidad*), Vasco Gallego (*Victoria*), Andrés de San Martín y Juan Rodríguez de Mafra (los dos en el *San Antonio*), Juan Rodríguez Serrano (*Santiago*) y Juan Lopes Carvalho (*Concepción*). Mas también los pilotos plantearon problemas, bien por piques de sueldo (Carvalho ganaba 3 mil maravedís más al mes que Serrano, San Martín, Mafra y Gallego, hasta que el rey ordenó igualar los salarios), o bien por su indolencia. Tan evidente fue su desgana, que el 15 de abril de 1519 el monarca tuvo que recordar a los oficiales de la Casa de la Contratación que, «por todo rigor de derecho», obligasen a servir en aquel viaje a unos privilegiados que cobraban 20 mil mrs. al año de la hacienda regia. No fueron los únicos pilotos que intervinieron en aquellos momentos: unos prácticos bajaron la armada de la ribera de Sevilla a Sanlúcar y otros la sacaron de la barra de esta última villa a mar abierto; los primeros cobraron 3650 mrs., los segundos, 1895 mrs.

El monarca se reservó la elección de los hombres que habían de ocupar los puestos de confianza; lamentablemente, solo se conservan los nombramientos del veedor

y capitán del *San Antonio*, Juan de Cartagena; del capitán de la cuarta nao, Gaspar de Quesada; del alguacil mayor, Gonzalo Gómez de Espinosa; del tesorero, Luis de Mendoza y del contador, Antonio de Coca. Jerónimo Guerra, por ser «presona ábil y suficiente e tiene espirença de las cosas de la mar y es provecho para ir en esa armada», fue contratado con un sueldo de 30 mil mrs. al año.

No parece que fuera difícil encontrar oficiales. Antón de Salamón y Juan Bautista, los maestros de la *Victoria* y de la *Trinidad*, respectivamente, ya estaban disponibles en septiembre y octubre de 1518. Tardaron más en incorporarse a sus puestos Juan de Elorriaga, Juan Sebastián de Elcano y Baltasar Palla, maestros del *San Antonio*, la *Concepción* y el *Santiago*, respectivamente.

Ningún médico se atrevió a enrolarse en la armada, que solo contó con los servicios de un cirujano, Juan de Morales, y de dos barberos, Pedro de Olaberrieta y Hernando de Bustamante. Tampoco los hombres de la Iglesia mostraron gran entusiasmo por la empresa, pues se embarcaron únicamente dos sacerdotes: Pedro de Valderrama y Pero Sánchez de la Reina. Todos los lombarderos fueron extranjeros: siete franceses, un inglés, tres alemanes y dos flamencos.

Magallanes, previsor, supo hacerse con varios intérpretes. Cumple citar en primer lugar a su propio criado, Enrique de Malaca, mas tampoco hay que olvidar a Antonio Fernandes, avecindado en Ayamonte; a Antón de Goa, criado de la marquesa de Montemayor y quizás a Andrés de la Cruz, criado del rico mercader converso Juan Fernández Enero. En la isla de Tidore «fue lengua el... piloto Juan Caravallo», porque «entendía algo la lengua de la tierra».

El capitán general llevó a varios deudos en la armada. Uno de ellos fue Martín de Magallanes, hijo de Antón Martins, juez de los huérfanos de Lisboa, y de Ana do Quintal (o de Magallanes), que «foy em <a> armada em que foy por capitam da dita armada Fernando de Magalhaens, seu tio, has Imdias de Maluco por sobresalente em a naao que se chamava da Comçeçam» y que falleció a bordo de la nao *Victoria* el 26 de julio de 1522. No se embarcó, sin embargo, Diego de Sousa, su hermano, quien, a pesar de su desistimiento final, le prestó ayuda en el apresto de los víveres para la armada.

Tarea más ardua fue el reclutamiento de la marinería. Pocos lobos de mar se mostraron dispuestos a enrolarse en una expedición de duración indefinida y llena

de riesgos y peligros. El origen extranjero de Magallanes disgustó a algunos, que confesaron «que, por ser portugués el capitán, no querían ir». Se intentó animar a la gente en el pregón del viaje, prometiendo sueldos muy altos a quienes se alistasen. He aquí los elevados salarios mensuales que se fijó a los oficiales y a la tripulación:

Maestres	3000 mrs.
Calafates	5 ducados (1875 mrs.)
Marineros	1200 mrs.
Grumetes	800 mrs.
Pajes	500 mrs.

A la cuantía del sueldo se añadieron también otros incentivos, estableciéndose el número de mercaderías que podían llevar los tripulantes en el barco. Se guardó en este punto la siguiente proporción:

	quintales de cámara	quintales bajo cubierta	cajas
Magallanes y Ruy Falero	60	20 cada uno	4
los otros tres capitanes	40	10	3
los maestros y pilotos	12	1	1
los contra maestros	8	1	1
los marineros	-	1 quintalada	entre dos, 1
los grumetes	-	1 quintal y medio	entre dos, 1
los pajes	-	3 arrobas de quintalada	entre 3, 1

De muy poco sirvieron tales halagos y promesas. A los veinte días de haberse echado el pregón, la leva no había tenido en Sevilla éxito alguno. Llegó junio de 1519, y Magallanes, falto de personal, se vio obligado a enviar a diversos individuos a los puertos cercanos a Sevilla – los de Huelva, Cádiz y Málaga – a fin de reclutar gente. Finalmente, se tuvo que echar mano de extranjeros para cubrir todos los puestos. Por

este motivo, los oficiales de la Casa de la Contratación protestaron enérgicamente ante el rey, que procuró calmar su irritación en una carta, fechada el 26 de julio de 1519. En ella se ordenaba que Ruy Falero fuese sustituido por Juan de Cartagena; que el nombramiento de los despenseros corriese a cargo de los oficiales de la Casa de la Contratación; que continuasen en su cargo los escribanos que había elegido Magallanes, siempre que los designados fuesen naturales de sus reinos; y, que, dados los muchos inconvenientes que podría causar del gran número de portugueses que iban en la armada, los capitanes no llevasen más de cuatro o cinco; los demás deberían ser despedidos.

Fue este el momento que aprovechó hábilmente Sebastián Álvares, el factor de Manuel I en Andalucía, para tentar por última vez a Magallanes, anunciándole que estaban a punto de llegar nuevas instrucciones de Carlos I que contrariaban el tenor de lo capitulado en Valladolid y en Barcelona, y para animarlo, en consecuencia, a volver a la obediencia al rey luso. El hidalgo portugués no cedió.

Poco después, Matienzo y Recalde llamaron a Magallanes a fin de comunicarle las nuevas órdenes recibidas. La contestación que recibieron fue durísima. Magallanes reconoció haber nombrado como despenseros a dos portugueses, pero se negó a despedirlos mientras no desobedeciesen sus órdenes. Si no había enrolado a marineros españoles, era porque estos no habían querido alistarse; habían sido los maestros los que habían escogido a la gente; él estaba dispuesto a echar fuera a los forasteros, siempre que los oficiales del rey le diesen a otros hombres en su lugar. En cuanto al número de portugueses, declaró que él había cumplido escrupulosamente lo capitulado en Barcelona, y que no atendería a ninguna instrucción más. Por lo que tocaba a sus criados, él los necesitaba como amigos y guardia personal; en caso de que los oficiales del rey no los aceptasen, él dimitiría de su puesto. Un ultimátum en toda regla. Por otra parte, las palabras que dedicó el capitán general a Rui Faleiro, reclamándole la inmediata entrega de los regimientos de navegación prometidos, indican que su amistad se había roto para siempre.

Una última exigencia regia, que los grumetes portugueses no sobrepasasen el número de doce, tampoco fue cumplida el todo. Nueve grumetes, sí, fueron despedidos (Juan del Puerto, Domingo de Matosinhos, Juan Gallego, Juan de Muros, Antonio Portugués, Álvaro Hernández, Antón del Alcázar, Diego de Tavira y Juan Gómez); pero tres hombres consiguieron burlar la prohibición regia (Luis Alonso de Goes, Antonio Hernández y Gonzalo Hernández).

Cubriéndose las espaldas, el 9 de agosto de 1519 Magallanes hizo una información «sobre razón de la gente que se a tomado para la dicha armada», en la que justificó el elevado número de forasteros por el motivo antes alegado: «Por defeto de no se fallar naturales para la dicha armada se reçibieron algunos estrangeros, así griegos como venençianos e ginoveses e çeçilianos e franceses e portogueses para grumetes». Y otro tanto declararon bajo juramento personas no sospechosas de parcialidad hacia el capitán general como cuatro maestros (Juan Bautista, Antón de Salamón, Baltasar Palla y Juan Sebastián de Elcano) y el alguacil Gonzalo Gómez de Espinosa.

Por fin, a trancas y barrancas, se completó el rol definitivo. Una de las listas oficiales permite hacer la suma de las personas que se embarcaron en los diferentes navíos. Su número fue el siguiente:

Nao	Número de personas
<i>Trinidad</i>	62
<i>San Antonio</i>	57
<i>Concepción</i>	44
<i>Victoria</i>	45
<i>Santiago</i>	31
<i>Total</i>	239 personas

Según los cálculos de Jocelyne Hamon y Xavier de Castro, al viaje de Magallanes fueron unos 237 hombres, que, por su cuna, se reparten de la manera siguiente:

Espanoles, 139: 64 andaluces, 29 vascos, 16 castellanos, 7 gallegos, 5 asturianos, 3 navarros, 2 extremeños, 1 murciano, 11 aragoneses y 11 hombres de procedencia no determinada.

Extranjeros, 98: 31 portugueses, 26 italianos, 19 franceses, 9 griegos, 5 flamencos, 4 alemanes, 2 negros africanos, 2 irlandeses, 1 inglés, un natural de Goa, 1 malayo, 1 mestizo luso-brasileño y 1 mestizo hispano-indio.

Pasemos ahora a examinar los barcos y pertrechos de la armada. Durante el mes de agosto de 1518 Juan de Aranda se encargó de comprar en Cádiz las naos y traerlas a

Sevilla, en cuyas atarazanas se hizo una fosa para poder vararlas con cuadernales y, seguidamente, calafatearlas y brearlas. He aquí sus nombres, tonelaje y coste (aparejos y batel incluidos):

Nao	Toneles	Coste en mrs.
<i>La Trinidad</i>	110	270 000
<i>Santo Antonio</i>	120	330 000
<i>La Concepción</i>	90	228 750
<i>Victoria</i>	85	300 000
<i>Santiago</i>	75	187 500

Armas. Para completar la artillería que llevaban las naos se trajeron de Bilbao 58 versos, siete falcones, tres lombardas gruesas y tres pasamuros (160 135 mrs.), y se embarcaron en barriles 50 quintales de pólvora (9028 mrs.) y dados y pelotas de hierro y de piedra (11 633 mrs.); también vinieron de Bilbao 100 coseletes con sus armaduras de brazos, espalderas y capacetes (110 910 mrs.), amén de un arnés y otros dos coseletes cumplidos de todas las piezas para uso de Magallanes (6375 mrs.); 60 ballestas y 260 docenas de saetas (33 495 mrs.); 50 escopetas (10 500 mrs.); 200 rodela (6800 mrs.); seis hojas de espadas para el capitán general (680 mrs.); 95 docenas de dardos, diez docenas de gorguces, 1000 lanzas, 200 picas, seis chuzos y seis astas de lanzas (44 185 mrs.).

Víveres: 2138 quintales y tres libras de bizcocho (363 380 mrs.); 508 botas de vino que se compraron en Jerez (511 247 mrs.); 50 fanegas de habas, diez fanegas de garbanzos y 10 fanegas de lentejas (23 037 mrs.); 47 quintales y una arroba de aceite (58 425 mrs.); 200 barriles de anchova, 166 docenas de alburinos [¿albures?] secos y cazones, nueve docenas de dentudos, 63 docenas de cornudillas [peces martillo] y 17 arrobas y 23 libras de pescado seco (62 879 mrs.), amén de 57 quintales de tocino seco (43 908 mrs.). En Sanlúcar se compraron siete vacas (14 000 mrs.) y tres cerdos (1180 mrs.), así como 984 quesos (26 434 mrs.). En adquirir cosas para la despensa y otras menudencias (azúcar, vinagre, ristras de ajos, pasas, higos, almendras, alcáparas, etc.) se gastaron 71 093 mrs.

Instrumentos de navegación: dieciocho cartas de marear en pergamino, hechas por Nuño García de Torenó, seis astrolabios de metal con sus pautas (hechos algunos por Diego Ribero, otro por Ruy Faleiro), 15 agujas de marear, 15 cuadrantes de

madera, doce relojes de arena, seis pares de compases, «un plano esférico que dio [Magallanes] al rey, nuestro señor, que lo hicieron el hijo de Pero Renel y su padre» (12 ducados), etc. (68 182 mrs.).

Aguas (agua de borrajas, de almirones, de lengua de buey, de hinojo, etc.), ungüentos (diacimino, confortativo, diacatolicón, zumo de rosas, diarodón, diafénico, triaca, benedicta, trementina, manteca de vacas, rosado, apostolorum, desopilativo, etc.) y aceites (rosado, de eneldo, de alcaparras, de almáciga, de manzanilla, azúcar rosado, incienso, oropimente, azarcón, bolarménico, albayalde, cardenillo, atutía, azogue, etc.), en total, 12 343 mrs.

No puedo extenderme en más pormenores (reparación de los barcos, realizada por carpinteros y aserradores durante 1518 y los primeros meses de 1519, pertrechos de cobre, fragua, libros blancos encuadrados en pergamino, muelas, etc.). Baste con decir que, sumadas todas las partidas, el coste total de la armada fue de 8 334 335 mrs.; verdaderamente, una bonita suma.

En vísperas de la partida, el asistente de Sevilla, Sancho Martínez de Leyva, entregó a Magallanes el estandarte real, de dos varas de tafetán, obra del pintor Francisco Villegas, que también pintó las cruces de las velas. En el curso de la solemne ceremonia, que se celebró en la iglesia de Santa María de la Victoria de Triana, Magallanes hizo pleito homenaje al rey; acto seguido, los capitanes de las naos juraron al capitán general obediencia, un juramento que, por desgracia, no todos acataron.

Antes de abandonar Sevilla, quedaba por cumplir un último y necesario requisito. El 24 de agosto de 1519 Magallanes otorgó testamento en los alcázares reales en presencia del escribano de siempre, Bernal González de Vallecillo. En sus cláusulas se corre un tupido velo sobre el Portugal de su niñez y juventud: en Castilla ha comenzado una nueva vida para él y para su descendencia. Como a Colón, le preocupó profundamente a Magallanes el futuro de su mayorazgo; todo su pensamiento se centra, de manera obsesiva, en la perpetuación de su linaje en Castilla, el reino que le había acogido y dado fama. He aquí el tenor de sus disposiciones:

E por quanto Sus Altezas me tienen fecha merçed para mis hijos y descendientes, por vía de mayoradgo, de la governación de las islas e tierras que yo descubriere con la dicha armada en el término contenido en la capitulación que con Sus Altezas tengo fecha, et

asimismo el título de adelantado de las dichas islas e tierras que descubriere, et más la veintena parte de todo aquello que rentaren las dichas islas e tierras que descubriere e de otras cosas contenidas en la dicha capitulación, por esta presente carta d'este dicho mi testamento quiero y nonbro por vía de mayoradgo para que aya todo lo suso dicho, después de los días de mi vida, <a> Rodrigo de Magallaens, mi fijo legítimo e fijo legítimo de la dicha doña Beatriz Barbosa, mi muger; et después d'él, al fijo legítimo que Dios le diere; e si no oviere fijos legítimos e de legítimo matrimonio para que aya e herede d'él lo que suso dicho es por vía de mayoradgo, quiero e mando que lo aya el otro fijo o fija legítima que Dios a mí me diere, et así se aya suseçiblemente de padre a hijo. E si por caso oviere hija el dicho mayoradgo, en tal caso quiero qu'el hijo que Dios le diere e oviere el dicho mayoradgo se llame «De Magallaens» e trayga mis armas sin las mesclar con otras algunas. Et si no se llamare «De Magallaens» e no truxiere mis armas, segúnd dicho es, en tal caso quiero y mando y es mi voluntad que aya el dicho mayoradgo un hijo o nieto o pariente más propinco de mi linaje que biva en Castilla y trayga mi apellido. Et si, lo que Dios no quiera, el dicho Rodrigo de Magallaes, mi fijo, fallesçiere sin dexar fijos ni hijas de legítimo matrimonio e no oviere yo otros fijos e hijas para aver el dicho mayoradgo, quiero y mando y es mi voluntad que aya todo lo susodicho por título de mayoradgo Diego de Sosa, mi hermano, que agora bive con el serenísimo señor rey de Portugal, viniéndose a vebir a estos reynos de Castilla e casándose en ellos, e con tanto que se llame «De Magallaes» e tenga las armas de Magallaes segúnd y de la manera que las yo traygo, que son «De Magallaes e Sosa». E si el dicho Diego de Sosa, mi hermano, no toviere hijos ni fija de legítimo matrimonio para aver el dicho mayoradgo, quiero y mando y es mi voluntad que lo aya el dicho mayoradgo Ysabel de Magallaens, mi hermana, con tanto que se llame «De Magallaens» e trayga mis armas, segúnd dicho es, y se venga a bevir e casar en estos reynos de Castilla.

Como no podía ser menos, los herederos que nombró el capitán general fueron su hijo, Rodrigo de Magallanes, y «la criatura o criaturas de que la dicha doña Beatriz, mi muger, oy día está preñada, saliendo a luz e beviendo el término qu'el derecho

manda». Sus otras mandas fueron muy simples: dispuso que lo enterrasen en el convento de la Victoria, si moría en Sevilla, y que fuesen sus albaceas el canónigo Sancho de Matienzo y su suegro, el comendador Diego Barbosa.

Según cuenta Gonzalo Díaz de Morón, acudieron a despedir a Magallanes su mujer, doña Beatriz, y su hijo, Rodrigo, que tenía ya seis meses de edad. Ninguno de ellos vivió para disfrutar de la gloria. Las cinco naos de la armada largaron velas de Sevilla el 10 de agosto – a partir de ese día empezó a correr el sueldo de la gente-, y, de Sanlúcar, el 20 de septiembre de 1519. Solo la *Victoria*, con dieciocho hombres a bordo, rindió viaje en Sanlúcar el 6 de septiembre de 1522².

² Los documentos portugueses relativos a Magallanes están cómodamente recogidos por Garcia (2007). El libro citado en el texto es el de Laguarda Trías (1973). Para lo demás, me he basado en mis propias investigaciones: Gil (2009; 2017); y, en curso de publicación, los siguientes artículos: «Magallanes en Sevilla», «Magallanes, de Sevilla a Valladolid» y «Marinos vascos en la armada de Magallanes»

Los cronistas españoles del viaje de Magallanes-Elcano

CONSUELO VARELA

Escuela de Estudios Hispano-Americanos | CSIC

Magallanes no llevaba entre su tripulación a un cronista. No era la costumbre. Pero, como era lo lógico, al regreso del viaje los supervivientes, de una u otra forma, dieron cuenta de su extraordinario periplo. Algunos declararon en deposiciones oficiales ante un juez o en las Juntas que se celebraron entre los reinos de España y Portugal con objeto de delimitar la situación geográfica de las Molucas. Varios redactaron informes en relación al oficio que desempeñaban en la armada. Otros escribieron cartas. Y unos pocos se limitaron a relatar su hazaña a compañeros o amigos, que se apresuraron a recogerlas por escrito¹.

Los supervivientes del primer viaje de circunnavegación

El 6 de septiembre de 1522 el práctico del puerto, Pedro Sordo, remontando la barra del Guadalquivir introdujo la *Victoria* en el puerto de Sanlúcar de Barrameda. La *Victoria* fue el primer navío que logró circunnavegar la tierra. De los sesenta hombres que habían partido de Tidore unos meses antes tan sólo quedaban dieciocho. Conocemos sus nombres: el capitán (Juan Sebastián de Elcano); 3 contramaestres (Francisco Albo, Miguel de Rodas y Juan de Acurio); un sobresaliente (Antonio Pigafetta); un barbero (Hernando de Bustamante), un lombardero (Hans de Aquisgrán); tres grumetes (Juan de Arratia, Juan de Santander y Vasco Gómez); un paje (Juan de Zúñiga) y siete marineros (Diego Gallego; Martín de Iudicibus, Nicolás de Nápoles, Miguel Sánchez; Antonio Hernández Colmenero, Juan Rodríguez, Francisco Rodríguez y Diego Carmona).

Se trataba de un conjunto de hombres de diversas nacionalidades y lenguas. Veamos. El grupo más numeroso era el de los vascos con cuatro representantes (Juan Sebastián de Elcano, Juan de Acurio, Juan de Arratia y Juan de Zúñiga); seguido

¹ Una buena edición y estudio de los textos de los protagonistas en Castro, Hamon & Thomaz (2007).

del formado por cuatro griegos (Francisco Albo, Nicolás de Nápoles de la Romania y dos Migueles de la isla de Rodas – Miguel Sánchez y Miguel de Rodas, que pese al mismo nombre no son la misma persona como se demuestra en los pagos que recibieron de la Casa de la Contratación en la que se especifica el nombre de sus padres); dos italianos, Martín de Iudicibus y Antonio Lombardo Pigafetta; dos portugueses, Francisco Rodrigues y Vasco Gomes; dos andaluces Juan Rodríguez y Antonio Fernández Colmenero; un gallego, Diego; un cantabro, Juan de Santander; un alemán, Hans de Aquisgrán, y un extremeño, Hernando de Bustamante.

Otros dos grupos sobrevivieron al viaje. En su tornaviaje a España, el 9 de julio de 1522, la *Victoria*, para aprovisionarse de víveres, había hecho escala en la isla de Santiago, el principal enclave del archipiélago de Cabo Verde. Como era la costumbre, el capitán Elcano envió una lancha a tierra para solicitar permiso para desembarcar. No hubo respuesta. Los portugueses retuvieron a los doce hombres de la flotilla que había acudido a solicitar la autorización. Visto lo cual, el 14 Elcano ordenó largar velas y poner rumbo a la Península.

En Santiago quedaron Martín Méndez, el secretario de la flota, el despensero Pedro de Tolosa, el carpintero Richard de Normandía, el artillero Roldán de Argote, el alguacil Simón de Burgos, dos supernumerarios, maestre Pedro y Juan Martín; cuatro marineros (Felipe de Rodas, Gómez Hernández, Bocacio Alonso, y Pedro de Chindarza) y el grumete Vasquito. Los doce cautivos regresaron algunas semanas más tarde a Sevilla vía Lisboa.

El tercer grupo de supervivientes estaba formado por cinco de los tripulantes de la nao *Trinidad* que habían quedado en el Maluco prisioneros de los portugueses. También completaron la vuelta al mundo, aunque no regresaron a Europa hasta 1525 o 1526. El piloto León Pancaldo, el alguacil Gonzalo Gómez de Espinosa, el artillero Hans Vargue (Bergen) y los marineros Juan Rodríguez el Sordo y Ginés de Mafra. Bergen murió al poco de llegar a la prisión lisboeta del Limoeiro, donde todos ellos habían sido reclusos.

De los 237 hombres que zarparon de Sanlúcar el 20 de septiembre de 1519 solo treinta y cinco habían dado la vuelta al mundo. Veinte españoles (de ellos siete vascos), cuatro griegos, cuatro portugueses, tres italianos, dos alemanes, un francés y un flamenco.

La noticia es conocida en Europa

En cuanto se recuperaron del largo viaje, Elcano, Albo y Bustamante se dirigieron a Valladolid a dar cuenta de su viaje. El 18 de octubre de 1522 fueron recibidos por Carlos V. Como recompensa, Elcano, Miguel de Rodas y Hernando de Bustamante fueron ennoblecidos, permitiéndoseles que en su escudo de armas apareciese la frase *Primus cui circumdedisti me* (tu eres el primero que me rodeaste). Años más tarde, en 1527, también fueron ennoblecidos Martín Méndez y Gómez de Espinosa.

En Valladolid, junto al monarca, se encontraban dos personajes que, sirviéndose de estos testimonios, se encargaron de transmitir la noticia a las cortes europeas. Maximiliano Transilvano, el secretario del Emperador, remitió un amplio resumen de cuanto había escuchado a Matías Lang, el arzobispo de Salzburgo. Una carta que, traducida al latín, fue impresa en tres ocasiones en 1523². Por su parte, Pedro Mártir de Anglería, miembro destacado del Consejo de Indias, relató la hazaña al papa Adriano VI que fue publicada, también en latín, en la Década v de su *Orbe Novo* en 1530³.

La expansión de la extraordinaria nueva fue conocida en Europa por la pluma de dos personajes que no habían participado en el viaje. Ambos anunciaban *urbi et orbi* que la primera circunnavegación de la tierra había sido protagonizada por una armada capitaneada por un español, Juan Sebastián Elcano.

Las relaciones de los supervivientes

A. Declaraciones e informaciones

Disponemos de los informes que, a lo largo del tiempo, fueron declarando los afortunados supervivientes del viaje y que se conservan en Sevilla en el Archivo General de Indias.

² De Moluccis Insulis itemque alijs plurimis mirandis, que novissima Castellatorum hispanorum navigatio Serenissimi Imperatoris Caroli V. auspicio suscepta, nuper inuenit: Maximiliani Transyluani ad Reverendissimum Cardinalem Salzburgensem epistola lectu perquam iucunda. Roma: Minitius Calvus, 1523. Véase la traducción al español en Elcano & otros (2012: 13-67).

³ De Orbe Nouo Petri Martyris ab Angleria Mediolanensis protonotarii Caesaris senatoris decades. Michaellem de Eguia, 1530.

Como se señaló más arriba, en Valladolid, a mediados de octubre de 1522 Juan Sebastián de Elcano, Francisco Albo y Hernando de Bustamante testificaron ante el juez Díez de Leguizano a un cuestionario de catorce preguntas, en el que se les pidió que diesen cuenta de las diversas actuaciones comprometidas de Magallanes; que informaran de cómo murió y que aclararan por qué razón la pimienta que habían entregado en la Casa de la Contratación pesaba menos que la cantidad que figuraba en el registro de entrada⁴.

El viaje de Magallanes-Elcano había alertado sobre manera a los dos reinos. ¿A quién pertenecían las Molucas? Para dirimir la cuestión se decidió convocar una Junta que habría de reunirse en un puesto fronterizo. Los representantes de ambos países se reunieron del 11 de abril al 31 de mayo de 1524 en Badajoz y en Elvas. Por las mañanas las dos delegaciones deliberaban por separado, la portuguesa en Elvas y la española en Badajoz y, al caer la tarde, se reunían en la frontera. Entre los miembros destacados de la delegación española figuró Elcano junto con Hernando Colón, Sebastián Caboto (por entonces piloto mayor de la casa de la Contratación) y Juan Vespucci, sobrino de Américo. Otros supervivientes, como era lógico, fueron llamados a testificar: Miguel de Rodas, Nicolás de Nápoles, Richard de Normandía, Juan de Acurio, Diego Gallego, Gomes Hernández, Francisco Rodríguez, Miguel de Rodas, Juan Martín, Juan de Arratia, Bocacio Alonso, Antonio Hernández Colmenero, Juan Rodríguez, Juan de Zubileta, Pedro de Tolosa y Hernando Bustamante. que, como secretario de la flota, había conservado en copia los tratados que los españoles, en nombre el rey Carlos, habían mantenido con los diversos reyezuelos de las islas de la Especiería.

Pese a todos los esfuerzos, no se llegó a un acuerdo. Quizá con la esperanza de retomar las deliberaciones, en agosto de 1527 tres de los cinco tripulantes de la *Trinidad* Gonzalo Gómez de Espinosa, Ginés de Mafra y León Pancaldo fueron convocados en Valladolid para que dieran su parecer⁵. No hubo más encuentros ni conversaciones hasta el 2 de abril de 1529 fecha en la que españoles y portugueses llegaron a un acuerdo que se conoce como el tratado de Zaragoza. Carlos V empeñó las Molucas a su cuñado Juan III de Portugal por un precio de 350 mil ducados en moneda de oro y plata. Las Molucas, el riquísimo comercio de las especias, quedaban adjudicadas a Portugal.

⁴ Archivo General de Indias (en adelante AGI), Patronato, 34, R.19.

⁵ AGI, Patronato, 34.R.27.

B. Testimonios por escrito

Pasemos ahora a ver qué testimonios nos dejaron por escrito. De los diez y ocho tripulantes que llegaron en la *Victoria*, cuatro eran analfabetos (Diego Gallego, Nicolás de Nápoles, Miguel Sánchez y el portugués Francisco Rodrigues). De los letrados, tres nos han dejado valiosos documentos: Juan Sebastián de Elcano, Francisco Albo y Antonio de Pigafetta, el único que redactó un *Diario*, siendo este el relato más conocido del viaje. Por primera vez, un europeo describía el descubrimiento del estrecho de Magallanes, donde se constataba la existencia de un paso navegable al Mar del Sur o océano Pacífico. No se conserva el documento original.

Si tenemos, en cambio, documentos autógrafos de varios supervivientes que agruparé en virtud de sus características.

1. Oficiales de la armada

Francisco Albo, que había servido como contramaestre en la nao *Trinidad* y que regresó como piloto de la *Victoria*, fue recogiendo día a día las distancias recorridas. Con extraordinaria precisión señaló las medidas de las latitudes y longitudes, pero dio muy escasa información acerca de las vicisitudes del viaje. Este rotero es el único documento que nos permite conocer la derrota de la armada. El documento, que comienza el 29 de noviembre de 1519, se conserva en el Archivo General de Indias, «Derrotero del viaje de Magallanes desde el Cabo de San Agustín en el Brasil, hasta el regreso a España de la Nao Victoria»⁶.

Martín Méndez, uno de los detenidos en la isla de Santiago, regresó a Sevilla unas semanas más tarde que sus compañeros de la *Victoria*, después de haber permanecido preso en Lisboa en la cárcel del Limoeiro. Como escribano de la flota, fue el encargado de redactar la declaración de Magallanes tras el motín en el puerto de San Julián, así como de transcribir los tratados hechos con los reyezuelos de las Molucas en el escrito que tituló «Libro de las pazes y amistades que se an hecho con los Reyes y Señores de las yslas y tierras donde hemos llegado, siendo los capitanes Gonçalo Gómez Despinosa y Juan Sevastián del Cano, y el maestre Juan Batista, governadores del Armada quel Emperador nuestro señor envía al descubrimiento del Espeçiería, y yo, Martín Méndez, contador della»⁷. Es un documento en el que están transcritos cinco tratados, los que se redactaron desde la masacre de Cebú, el 1º de mayo

⁶ AGI, Patronato, 34, R.5. Texto completo en Elcano & otros (2012: 67-111).

⁷ AGI, Indiferente, 1528, 4.1.

de 1521, y la partida de la *Victoria* de Tidore el 21 de diciembre. El interés diplomático es fundamental: si los españoles no podían demostrar que las Molucas se encontraban dentro de la demarcación asignada a España, por lo menos si podrían probar los lazos de vasallaje que unían a sus dirigentes con la corona de España.

2. Otras relaciones recogidas de segunda mano

Junto a los relatos recogidos de segunda mano de León Pancaldo y Giovanni Batista Punzoroni y de un anónimo portugués que serán tratados aquí por Jose Manuel Garcia (2007), merece destacarse el que nos ha llegado de Ginés de Mafra. Este jerezano, que participó en la armada como marinero de la *Trinidad*, terminó sus días en México. Su relación del viaje, que se conserva en la Biblioteca Nacional de Madrid, es una transcripción que realizó un autor anónimo, quien, para dar fe de su autoría, colocó al final del manuscrito la siguiente nota: «Este Ginés de Mafra conservaba, escrito de su mano, una relación de todo lo que había pasado en el viaje de Magallanes del que había sido testigo. Lo remitió al autor, conociendo que este último quería hacer un libro de todo esto».

3. Cartas

De interés excepcional es el documento que contiene el primer relato de Elcano tras su viaje alrededor del mundo, que fue adquirido por 20 mil euros por el Estado español en 2014 y hoy se encuentra en el Archivo General de Indias⁸. Se trata de una copia coetánea de la carta que, el 6 de septiembre de 1522, envió Elcano al emperador. Tras relatar sucintamente el viaje, anuncia lo que para él era lo más importante: «Lo que en más avemos de estimar y tener es que hemos descubierto e redondeado toda la redondeza del mundo, yendo por el occidente e viniendo por el oriente.»

Años más tarde, Elcano quiso retornar al Maluco enrolado en la armada que capitaneaba García Jofré de Loaísa. En su testamento, redactado en el océano Pacífico el 22 de julio de 1526, pocos días antes de fallecer, hizo un breve resumen de su anterior viaje. La escritura se conserva en el Archivo General de Indias de Sevilla.

El 18 de diciembre de 1521 la *Trinidad* y la *Victoria* iniciaron su viaje de regreso a España. La *Trinidad*, capitaneada por Gonzalo Gómez de Espinosa, no logró su objetivo. Sus tripulantes, prisioneros de los portugueses en 1522, fueron trasladados de la isla de Ternate a Banda y de allí a Malaca y por fin a Cochín en la India. Desde

⁸ AGI, Patronato, 48, R. 20.

esa ciudad, el 12 de enero de 1525, Gonzalo Gómez de Espinosa escribió una carta al emperador, en la que le relataba las penalidades sufridas en los siete meses que había pasado prisionero de los portugueses desde la partida de la nao *Victoria* hasta esa fecha. Entre otras cosas, Gómez de Espinosa incluyó una lista de los tripulantes de la *Trinidad* que habían fallecido, también conservada en el Archivo General de Indias de Sevilla⁹.

En el archivo vasco de la Torre de Laurgain, propiedad de los descendientes de Juan Sebastián de Elcano, aparecieron hace pocos años ocho documentos, entre los que destaca una carta del navegante, datada en Sanlúcar de Barrameda el 6 de septiembre de 1522, el mismo día de su arribada, en la que solicita al emperador diferentes mercedes. Que, por cierto, no le fueron concedidas¹⁰.

A modo de conclusión

Como hemos visto, disponemos de pocos testimonios emitidos por los participantes del viaje. El historiador constantemente quiere más datos y los que posee siempre le resultan escasos y a veces contradictorios. Así, por ejemplo, es objeto de controversia la muerte de Fernando de Magallanes, aunque siempre situada en la batalla de Mactán y datada el 27 de abril de 1521, como también lo es su actitud tras el levantamiento de los tripulantes de la *Concepción* en el puerto de San Julián en la Patagonia.

Otros datos, tal vez menores, nos resultan chocantes. Francisco Albo, el 9 de julio de 1522, apuntó en su rotero, «este día fue miércoles y este día tienen ellos por jueves, y, así, creo que nosotros ibámos errados en un día». Es que, ¿contrariamente a otras fuentes, la *Victoria*, en su recorrido desde Tidore a la isla de Santiago en Cabo Verde, hizo una escala no señalada en otros textos?

Es evidente que los supervivientes del viaje debieron de relatar su hazaña una y mil veces. Así lo recogieron los humanistas que dieron a conocer la noticia en Europa y los cronistas del reinado del emperador que se afanaron por ensalzar su reinado. No nos dicen sus fuentes. Pero no hemos de desesperar. Así como han aparecido

⁹ AGI, Patronato, 34, R. 20.

¹⁰ Toda la documentación fue publicada por Borja Aguinalde (2017).

recientemente las cartas de Elcano, otros testimonios pueden ver la luz al amparo del quinto centenario de la circunnavegación. En las declaraciones de meritos y servicios o en los testamentos de los supervivientes, hoy no suficientemente estudiados, quizá podremos aún encontrar noticias interesantes.

Em torno do globo: Magalhães, Pigafetta e a carta Hazine 1825¹

DEJANIRAH COUTO
École Pratique des Hautes Études

Entre as muitas questões suscitadas pela viagem de circum-navegação de Fernão de Magalhães, a que diz respeito às cartas náuticas que terá levado na expedição apresenta-se sem dúvida como uma das mais aliciantes. Por um lado, as referências nas fontes são escassas ou sibilinas, e portanto suscetíveis de várias interpretações. Por outro lado, a investigação que se tem debruçado sobre a viagem deu legitimamente prioridade à documentação ibérica. Todavia, dado que a circum-navegação foi um feito verdadeiramente global, o seu impacto fez-se sentir não só nas regiões atlânticas e asiáticas atravessadas, mas incluiu igualmente o mundo muçulmano mediterrânico. É desse ponto de vista – da repercussão da viagem de Magalhães na circulação do saber náutico e cartográfico às portas da Europa cristã – que trataremos em seguida.

A investigação em curso sobre o *Kitâb-ı Bahriyye*, obra-prima de Piri Reis, almirante e cartógrafo otomano da primeira metade do século XVI, continua a evidenciar a riqueza e a diversidade das suas fontes, tanto ocidentais como orientais². No entanto, muito pouco se sabe ainda dos critérios que presidiram à recolha das informações cartográficas, ou à realização da iconografia, tanto no *Kitâb-ı Bahriyye*, como na extensa produção cartográfica do almirante. Também nada se sabe do contexto material em que o almirante trabalhou (LOUPIS 1999; 2004: 35-49). Deveríamos

¹ Uma versão francesa deste artigo foi publicada em *Cartes & Géomatique*, 216 (2013), 119-134, sob o título «Autour du globe: la carte Hazine 1825 de la Bibliothèque du palais de Topkapı». A tradução portuguesa que aqui se apresenta foi reformulada em certas passagens e alargada em relação ao original francês.

² No âmbito do programa de investigação «Histoire et sciences auxiliaires de l'histoire ottomane», comum à UMR 7192 do CNRS e ao Institut Français d'Études Anatoliennes (IFEA) – Istanbul, Jean-Louis Bacqué-Grammont, *Directeur d'études* jubilado do CNRS, prepara a edição crítica de uma das versões do manuscrito otomano de 1526 do *Kitab-ı Bahriyye*. Vários estudos estão atualmente em preparação ou foram já publicados no quadro deste programa: ver, por exemplo, Bacqué-Grammont & Bresc (2009: 485-590). A assinalar, entre outras publicações, Mantran (1973: 159-168); Mantran (1977: 223-235); Mantran (1981: 287-310); Bausani (1990).

de facto interessar-nos mais pelo seu meio social, pelos seus companheiros e pelo seu ateliê de Gallipoli/Gelibolu, lugar onde as cartas do *Kitâb-ı Bahriyye* foram provavelmente executadas³.

As tripulações ibéricas capturadas no Mediterrâneo foram fonte de um certo número de informações, completadas graças às cartas náuticas apreendidas a bordo dos navios⁴. Num desses encontros no Mediterrâneo, os otomanos capturaram um castelhano que afirmou ter participado em três das quatro viagens às Américas efetuadas por Cristóvão Colombo. As informações dadas por este prisioneiro foram anotadas na famosa «carta da América de 1513» de Pîrî Reis, de que uma parte se conserva na biblioteca do palácio de Topkapı em Istambul (Ms. Revan 1633 Mükerrer)⁵.

Uma longa legenda deste mesmo documento refere a utilização de uma carta realizada anteriormente por «quatro portugueses»:

Esta parte expõe como a presente carta foi desenhada. Ninguém dos nossos contemporâneos possui uma carta semelhante a esta. Foi concebida e executada pelo modesto signatário. A presente carta é o resultado dos estudos comparativos e deduções feitas sobre vinte cartas e planisférios [...], sobre oito *Djaferiye* [*Ja'fariyyah*, i. e. *Geographia*], semelhantes, sobre uma carta árabe das Índias, assim como sobre uma carta desenhada recentemente por quatro portugueses [...], e também sobre uma carta de Colombo (SOUCEK 1992: 50).

Estes portugueses teriam feito parte do ateliê de Pîrî Reis em Gallipoli/Gelibolu, no estreito dos Dardanelos, onde este exerceu uma parte da sua atividade como cartógrafo (após a morte do seu tio Kemal Reis) (SOUCEK 2012: 328; 1995: 317-318), ou seja, entre 1511 e 1513? Uma leitura atenta dos capítulos versificados do

³ Ver as observações de Harley (2001: 38-39).

⁴ O corsário Kemal Reis, tio de Pîrî Reis, teria capturado ao largo de Valência sete navios espanhóis, provavelmente no momento da campanha contra os venezianos, em vista da possessão de Zonchio (1499) e de Modon (1500); veja-se Bostan (2002: 226-227; 2007: 284).

⁵ Esta carta suscitou um número considerável de estudos. Mencionaremos aqui apenas os de Afetinan (1975); Tekeli (1986); Goodrich (1990: 9); McIntosh (2000: 88-140; 2014: 367-379).

prefácio da versão de 1526 do *Kitâb-ı Bahriyye*⁶ (particularmente dos capítulos x, xi, xvi e xvii) desvenda informações de uma intrigante precisão sobre os descobrimentos portugueses e sobre a história de Portugal. Verifica-se aí, entre outras, referência a um certo «Kânkô Lîzbôna», possivelmente Diogo Cão, e a Bartolomeu Dias (X.v 10-20³). Piri Reis menciona também o «Mânû Kûnkûrî» (XI.v 11-137), ou seja, muito provavelmente o *Mani Kongo*, o rei do Congo, que vários mitos associavam ao Preste João da Etiópia (THOMAZ 2002: 117-152, 269-279, n.)⁷. É certo que as observações sobre o *padrão* de pedra (X.v 10-3013 e 10-353) levantado por Bartolomeu Dias à latitude do Cabo de Boa Esperança (34°) (X.v10-397), assim como sobre o ouro explorado⁸ pelos Portugueses (XI.v11-159), ou sobre a importância de Malaca (XV.v15-57), podem ter sido transmitidas oralmente por marinheiros cativos. Todavia, alusões mais concretas à história de Portugal, e a uma figura que procurava o caminho marítimo para a Índia (X.v10-225) – que poderia ter sido o infante D. Henrique ou o irmão D. Pedro (X.v10-42 à 10-108) – assim como todo o capítulo (*fazıl*) xvi, intitulado «Este capítulo expõe o número de dias dos navios portugueses que partiram em expedição do Mediterrâneo para o Oceano Índico e o que eles fizeram no imenso oceano» – fazem pensar que Piri teve acesso, ou a textos impressos (os *Paesi novamente ritrovati et Novo Mondo da Alberico Vesputio* de Francazio da Montalbodo tinham sido editados em Vicenza em 1507 e a compilação de Alessandro Zorzi datava de 1517) (ver FARIA & MOTA 1977: 5-18), ou a informações orais de alguém que, não sendo um rude e inculto homem do mar, conhecia suficientemente a história de Portugal. Todavia, algumas informações não circulavam nos textos impressos pelos italianos. Quanto às confusões verificadas no texto (onde se constata também várias repetições), podem ser imputadas às circunstâncias da transmissão, aos mal-entendidos linguísticos e à maneira como Piri Reis organizou as suas informações.

⁶ As referências aos versos do *Kitâb-ı Bahriyye* seguem a norma estabelecida por Jean-Louis Bacqué-Grammont no tratamento do manuscrito KAS, Ayasofya 2616, tendo em vista a edição crítica do texto mencionada na nota 2. O KAS, conservado na biblioteca Süleymaniye, em Istanbul, foi editado com uma transcrição penalizada por vários erros, acompanhada de traduções em turco moderno e inglês por Ertugrul Zekâi Ökte, em 1988.

⁷ Piri Reis fez visivelmente fundir duas figuras, a do *Mani Kongo* na África ocidental e a do *Mwene Mutapa* na África Oriental. Os reinos de que eram soberanos possuíam ambos minas de ouro. Para uma análise de conjunto das ocorrências relativas à história de Portugal, veja-se Loureiro (2013: 11-38).

⁸ O texto parece referir-se a S. Jorge da Mina (no Gana). Sobre a Mina, fundada em 1482, ver Ballong-wen-Mewuda (1993: 46-70).

A primeira versão do *Kitâb-ı Bahriyye* foi completada cerca de 1521; Piri Reis, que entretanto tinha servido na campanha otomana do Egito em 1517, na esquadra do almirante (*kapudân paşa*) Ca'fer Aga (LÁZARO 1999: 349-380), entregou aí, a Selim I, o exemplar da sua «carta da América» de 1513. Em 1523 teve a ocasião de encontrar em Gallipoli o grão-vizir Ibrahim Paşa (1523-1536), que se preparava para partir para o Egito, e de lhe mostrar o manuscrito do *Bahriyye*. A crermos no epílogo versificado da versão de 1526, Ibrahim Paşa mostrou-se vivamente interessado pela obra e incitou Piri Reis (em setembro/outubro de 1524, no momento da partida de Ibrahim de Istambul para o Egito) a compor uma segunda versão, mais luxuosa, acompanhada de cartas sumptuosamente iluminadas, dignas de serem oferecidas a Solimão o Magnífico. Como atrás mencionado, esta versão foi terminada em 1526⁹. No entanto, faltam-nos também informações sobre a preparação desta última versão do texto, que além das cartas iluminadas ia consagrar uma longa introdução versificada às navegações portuguesas no Oceano Índico e nos mares da China.

Pigafetta, informador de Piri Reis?

Em 6 de setembro de 1522, chegava ao porto andaluz de Sanlúcar de Barrameda – a bordo da nau *Victoria* – Antonio Lombardo, dito Pigafetta, um dos dezoito sobreviventes da viagem de circum-navegação de Fernão de Magalhães¹⁰. Nos dois anos que se seguiram, Pigafetta, nascido cerca de 1480 em Vicenza (Lombardia), numa família abastada, tentou interessar os poderosos pela sua extraordinária viagem, da qual preparou um relato em 1523-1524, redigido em italiano, baseado nos seus apontamentos pessoais e no diário que redigira a bordo. Recebido por Carlos V em Valladolid aquando do seu retorno a Castela (a 18 de outubro de 1522), acompanhado dos outros sobreviventes (Sebastian Elcano, o capitão da *Victoria*, Hernando de Bustamante e Francisco Albo) (CASTRO, HAMON & THOMAZ 2007: 1, 485), teria, nessa ocasião, entregue ao monarca uma primeira versão do seu relato.

⁹ Ver o prefácio em prosa da versão de 1526, KAS 1v, p. 26-13, na divisão por parágrafos de Jean-Louis Bacqué-Grammont mencionada *supra*; ver igualmente Bacqué-Grammont (2009: 485). Mencionado por Piri Reis, o ano da Hégira/932 estendeu-se de 18 de outubro de 1525 a 7 de outubro de 1526.

¹⁰ Sobre a viagem, referir-se a García (2007); Castro, Hamon & Thomaz (2007: 1, 503, 510-511). Tendo embarcado a bordo da *Trinidad*, Pigafetta passou para a *Victoria* quando esta deixou Tímore de regresso a Espanha (ver, de modo mais pormenorizado, *infra*).

O périplo de Pigafetta conduziu-o em seguida a Lisboa, onde foi recebido por D. João III. Dirigiu-se em seguida a França, onde «presenteou com alguns objectos do outro hemisfério a senhora regente, mãe do cristianíssimo rei François I», ou seja, Marie-Louise de Savoie (CASTRO, HAMON & THOMAZ 2007: 1, 261, texto do relato). De volta a Itália (em janeiro de 1523), voltou a trabalhar no seu manuscrito por incitação de Frederico II Gonzaga (futuro duque de Mantua). Tendo em vista a desejada difusão, o texto final inspirou-se bastante na literatura de viagens já então editada (Nicolò de' Conti, Ludovico di Varthema e Pietro Martire d'Anghiera, entre outros) (CASTRO, HAMON & THOMAZ 2007: 1, 72). No final de 1523 ou no início de 1524, Pigafetta viajou para Roma, onde foi recebido na corte pontifícia.

Contudo, apesar de todos estes esforços, viagens e contactos prestigiosos, o relato não foi editado; os manuscritos entregues a Carlos V e a Marie-Louise de Savoie desapareceram, ainda que dispunhamos de quatro cópias, três em francês (A e B, Paris, Biblioteca Nacional de França, e C, Biblioteca Beinecke da Universidade de Yale), e uma última, em italiano, conservada na Biblioteca Ambrosiana de Milão (D)¹¹.

Que se terá passado? Por razões que desconhecemos, os soberanos que o receberam não apoiaram o seu projeto de publicação. Marie-Louise de Savoie fez traduzir o texto mas não o fez imprimir. Em 24 de fevereiro de 1524, Pigafetta esperava ainda que Clemente VII se interessasse pela publicação, mas nada se fez também em Roma. Lutando com dificuldades financeiras, também não pôde pagar o sinal reclamado pelo impressor de Veneza (SCHURHAMMER 1963: 455). Decidido todavia a ultrapassar os obstáculos, Pigafetta solicitou então apoio à Ordem de S. João de Jerusalém (Rodes)¹².

Não se sabe de quando datam os seus laços com os Cavaleiros de Rodes, mas a verdade é que as tripulações da frota de Magalhães contavam com vários marinheiros originários da ilha; do pequeno grupo de sobreviventes da *Victoria* faziam parte dois rodiotas, o contramestre (e mais tarde mestre) Miguel de Rodes e o piloto Francisco Albo. A armada comportava nove gregos, dos quais dois nativos de Náuplia, e seis

¹¹ A versão de Yale (C) é a mais completa das três cópias francesas. O manuscrito italiano de Milão (D) foi utilizado para as versões francesas. B é uma cópia muito incompleta de A. Os manuscritos A, B, C e D tiveram também uma matriz italiana hoje desaparecida; cf. Castro, Hamon & Thomaz (2007: 1, 72-73).

¹² Sobre este, ver Vatin (2000: 41-53).

rodietas (CASTRO, HAMON & THOMAZ 2007: 1, 479)¹³. É pois provável que Pigafetta tivesse mantido contactos com a Ordem, quer seja desde Vicenza (antes de embarcar na frota de Magalhães) ou, mais tarde, por sugestão dos seus companheiros rodietas. Por outras palavras, o convívio com estes últimos pode tê-lo inspirado a dedicar o seu relato ao membro mais poderoso de S. João de Jerusalém. Em todo o caso, este foi oferecido ao grão-mestre Villiers de l'Isle-Adam, que o armou cavaleiro a 7 de novembro de 1523 (segundo Marino Sanuto). Uma modesta gratificação (ou pensão?) foi-lhe concedida a 3 de outubro de 1524 (SCHURHAMMER 1963: 455).

Pigafetta desaparece então misteriosamente após agosto de 1524. Segundo o seu biógrafo Camillo Manfroni, «Dopo l'anno 1524 si perde di lui ogni traccia» (SCHURHAMMER 1963: 456, citando CAMILLO MANFRONI 1928: 18-19; GALLOTA 1997: 230, n. 28). Em 1550, para incluir o texto da viagem de circum-navegação nas suas *Delle Navigazioni et Viaggi*, o infatigável e geralmente bem informado Giovanni Battista Ramusio – que tinha mandado fazer em Sevilha uma cópia do manuscrito do *Livro de Duarte Barbosa*, e em Lisboa uma cópia do *Sommario de Regni Città et Popoli Orientali* – só pôde obter uma versão francesa resumida; foi pois forçado a cingir-se às informações dadas nesta versão truncada, tentando dar relevo à viagem do homem que tinha «circondata tutta la balla del mondo», como Pigafetta declarou na introdução do seu relato (RAMUSIO 1550: 1, 373v; SCHURHAMMER 1963: 457-458). A documentação dos arquivos de Vicenza não o menciona. Um tal silêncio das fontes intrigou os investigadores, e suscitou várias hipóteses: Pigafetta teria morrido na miséria ou, ao contrário, teria vivido rico e influente em Vicenza (SCHURHAMMER 1963: 456). Segundo Manfroni, ter-se-ia talvez embarcado nas «Galeras da Religião» (ou seja, nas da Ordem de S. João de Jerusalém) para ir combater os otomanos (MANFRONI 1928: 18-19).

Após o desaparecimento do seu autor, o relato só foi impresso em 1535, em Paris, inspirando-se na tradução francesa resumida de Pierre-Antoine Favre (feita provavelmente a partir do manuscrito perdido, oferecido a Marie-Louise de Savoie),

¹³ Rodas e Albo foram recompensados por Carlos V no regresso a Espanha, assim como Juan Sebastián Elcano, o escrivão Martín Méndez e Hernando de Bustamante. Elcano recebeu 500 ducados de pensão vitalícia. Miguel de Rodas e Francisco Albo receberam 50 mil *maravedis*. Méndez, 75 mil *maravedis* (200 ducados). Elcano, Méndez, Rodas e Bustamante foram nobilitados. Ver a crónica de António de Herrera Tordesillas, *Historia general de los hechos de los Castellanos en las islas y tierra firme del mar océano* (1601, 2.ª éd. 1615) em Castro, Hamon & Thomaz (2007: 2, 1013-1015).

e não revista pelo autor. A primeira edição italiana (sem menção do lugar de edição nem do nome do editor) é uma cópia de uma das traduções francesas feitas, apoiando-se na de Favre. A primeira edição italiana segundo um dos manuscritos conservados (a versão D de Milão) data de 1800 (SCHURHAMMER 1963: 456, citando MANFRONI 1928: 24-26).

Como mencionado anteriormente, a versão iluminada do *Kitab-ı Bahriyye*, realizada em 1526, ou seja, dois anos após o misterioso «desaparecimento» de Pigafetta, insere informações sobre o Atlântico, o Oceano Índico e o mar da China «de origem recente», segundo Piri Reis. Citaremos apenas um exemplo dessas informações recentes: a longa passagem relativa ao naufrágio de um navio português nas ilhas do «mar da China», e as referências às tribos aí encontradas pela tripulação, fazem pensar irresistivelmente no de Francisco Serrão em 1512, na ilha das Tartarugas/Nusa Penju, uma das ilhas do arquipélago (hoje desabitada) de Kepulauan Lucipara/Lucipino, situada a 5° 24' Sul e 127° 48' Este. Bem entendido, o episódio foi, para Piri Reis, a ocasião de introduzir várias formas retóricas de *gharīb* e *'ajā'ib*, termos específicos usados para evocar o insólito e o maravilhoso (XXI.v.21-18 a v.21-318)¹⁴. Todavia, vários indícios deixam pensar que este episódio, relatando o encontro dos portugueses com os povos da Insulíndia, não condensa unicamente informações sobre as navegações lusitanas após 1511; amalgamadas na retórica poética, detetam-se informações que evocam irresistivelmente a viagem de circum-navegação de Magalhães.

Com efeito, é Seydi 'Ali Reis, *kapudân* do arsenal imperial (*tersâne-yi 'âmire*), cuja importante carreira ao serviço da Porta otomana é relativamente conhecida (SOUCEK 1998: 556-557), que no seu *Kitâb ül Muhit* (1554)¹⁵ fornece uma informação essencial. Assim, após ter evocado o arquipélago malaio, o estreito de *Maghalâniyâh* (Magalhães) e as terras em torno, declara:

Em tempos passados, quanto o defunto Ibrahim Paşa era vizir, um navegador português altamente experimentado veio a Istambul, domínio bem protegido do Sultão. Submeteu-se à alta majestade do *Padişa*, e como dominava particularmente bem a arte de navegar

¹⁴ A 290 km ao Sudoeste de Banda e a cerca de 190 km da atual cidade de Ambon, na ilha do mesmo nome; Garcia (2007: 49). Sobre o *'ajâb*, ver Santos (2011: 47-48).

¹⁵ Sobre o *Muhit* e o seu interesse como roteiro náutico, ver a recente contribuição de Pereira (2014: 136-145).

e tinha grandes conhecimentos em navegação astronómica, foi-lhe concedido um salário. Foi junto dele que obtive as informações mencionadas, pois tinha atravessado o estreito de Magalhães, continuado a navegar na direção da Terra do Fogo, e voltou a Portugal, tendo passado pela extremidade meridional da Índia e dobrado o cabo da Boa Esperança (GALLOTTA 1997: 230, n. 28)¹⁶.

Pigafetta, criado do *Capitan*, que fazia parte como suplente (*sobresaliente*) da tripulação da *Trinidad* (CASTRO, HAMON & THOMAZ 2007: 1, 511), a nau almirante de Magalhães, tinha atravessado o estreito austral na companhia deste. Há também que recordar que a *Victoria*, para a qual Pigafetta foi transferido, navegou da Insulíndia até ao cabo da Boa Esperança, que dobrou efetivamente na viagem de retorno para a Europa. Não esqueçamos também que Pigafetta alardeava conhecimentos em cosmografia¹⁷. Finalmente, que o trânsfuga tenha sido considerado como «português» pelos otomanos não é de admirar: em Istambul, como no Cairo, antes da conquista otomana de 1517, os aventureiros e desertores portugueses, pilotos, contramestres ou marinheiros, eram cobiçados pela Sublime Porta, pelo menos até aos anos de 1560, período de maior confrontação entre Portugal e o Império Otomano no Oceano Índico¹⁸. É também possível que Pigafetta se tenha apresentado como «português», o que evidentemente realçava o seu prestígio nos círculos marítimos otomanos. Apesar do estilo floreado e da retórica literária, a introdução do *Kitâb-ı Bahriyye* não esconde a admiração de Piri Reis (e provavelmente de alguns dos seus companheiros) pelas navegações lusitanas no Atlântico e na Ásia. Em 1536, um grupo de uma trintena de portugueses (entre os quais se encontravam um certo Álvaro Madeira e um Diogo Martins, sendo este último dado como piloto cristão-novo), foram capturados em Shihr, no Hadramaute. Encaminhados prontamente para Djeddah, seguiram de lá para o Cairo e por fim foram enviados a Istambul, onde os interrogaram com o objetivo de detetar as falhas do aparelho militar português,

¹⁶ Ver também Schurhammer (1963: 458).

¹⁷ Todavia, o «Tratado da esfera» de Pigafetta, inserido no final dos manuscritos A e D (Castro, Hamon & Thomaz [2007: 1, 73]) é bastante confuso se levarmos em conta a qualidade do diário de bordo de Francisco Albo.

¹⁸ A carreira muçulmana de Álvaro Vaz, feitor na Flandres (e antes disso, em Cochim), dá-nos um excelente testemunho desse interesse: Álvaro Vaz era irmão de Estêvão Vaz, secretário da Casa da Índia. Abandonou a feitoria portuguesa de Antuérpia em 1508, passou por Roma e viajou até ao Egito, onde, cerca de 1509-1510, entrou ao serviço do sultão mameluco Qânsûh-al-Ghûri; Aubin (1996-2006: 1, 103); Couto (2018).

e também de obter mais ampla informação sobre o dispositivo naval no Oceano Índico (COUTO 1991: 253, n. 37)¹⁹.

Por outro lado, indo oferecer os seus serviços ao Grão-Turco, Pigaffeta (se se trata bem dele e se desertou de facto do campo cristão), tinha todo o interesse em baralhar as pistas da sua identidade; não é impossível que se declarasse «português» (ou que tenha deixado pensar que o era) não apenas para realçar o seu prestígio nos círculos otomanos ligados ao mar, mas também para assegurar a sua segurança pessoal – apesar do estado de guerra intermitente, as relações entre a Porta e as cidades italianas (sobretudo Veneza) eram, como se sabe, estreitas e a deserção podia ser facilmente denunciada²⁰.

Tanto quanto sabemos, nenhuma outra fonte otomana registou a estadia deste «português» em Istambul, mas também é verdade que nenhuma pesquisa foi levada a cabo neste sentido, nem nos fundos extensos da biblioteca do palácio de Topkapı, nem noutros arquivos turcos. Tudo o que se sabe, segundo o *Muhit*, é que o «português» tinha chegado a Istambul durante o mandato do grão-vizir Ibrahim Paşa, ou seja, entre 1523 e 1536²¹.

A carta Hazine 1825: uma carta da expedição de Fernão de Magalhães?

Simultaneamente, surge uma outra questão: a biblioteca do palácio de Topkapı conserva, entre outros tesouros, uma carta ocidental, dita Hazine 1825 (gravura [42]), que se destaca sob vários aspetos; desenhada sobre pergaminho (682 x 700 mm), apresenta uma projeção polar (ou vista boreal) do hemisfério sul²². Esta carta foi

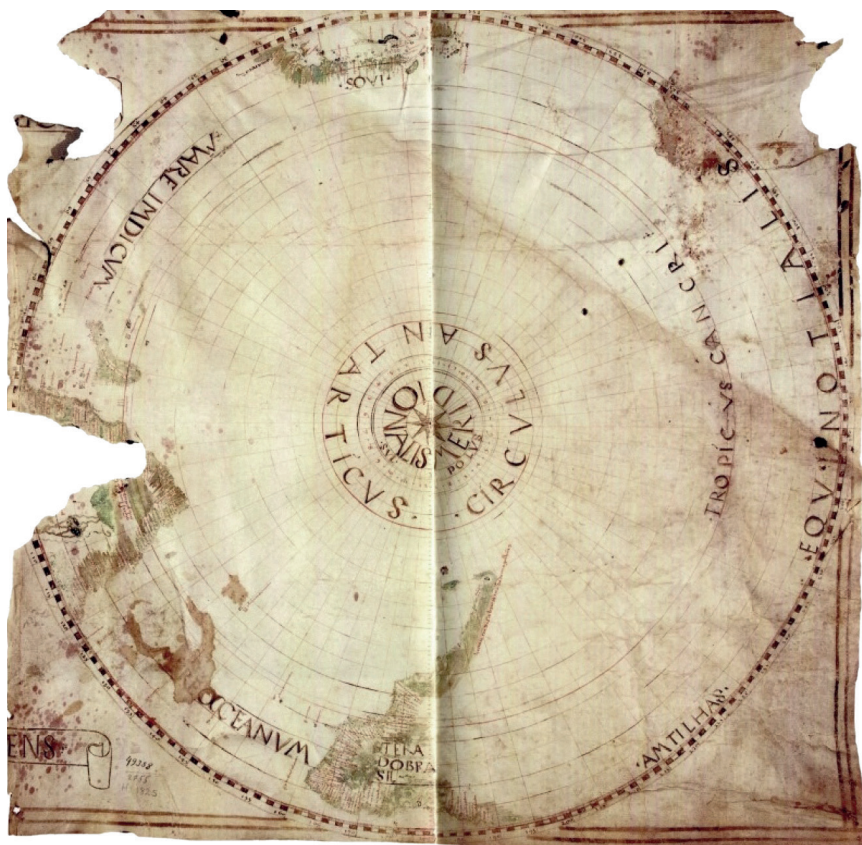
¹⁹ Álvaro Madeira fugiu para Chio durante a viagem para Istambul. Diogo Martins converteu-se ao Islão nesta cidade. O grupo português foi integrado na expedição de *Hadım* Solimão Paşa contra Diu (1538). Ver igualmente Sergeant (1963: 70-74).

²⁰ Veja-se, entre outros estudos da mesma, Pedani (2010).

²¹ Além de Schurhammer, Armando Cortesão e Avelino Teixeira da Mota, a hipótese de ter sido Pigafetta a levar a carta para Istambul foi igualmente levantada por Destombes e Kammerer, seguindo Camillo Manfroni (ver Destombes [1955: 79]).

²² No que diz respeito aos estudos sobre esta carta (Destombes, comunicação ao Congresso Internacional de Geografia de 1938, Kammerer [1940] e Kammerer [1952], Destombes [1955]), veja-se Cortesão & Mota (1960: 1, 39-41).

transferida do Tesouro otomano para o palácio em 1923, no momento da instauração da República turca, num maço que continha duas cartas italianas, duas catalãs e as que tinham pertencido a Pîrî Reîs. O conjunto pode ter pertencido a Solimão o Magnífico, ou aos vizires da Sublime Porta (entre os quais İbrahim Paşa, homem culto e interessado por saberes científicos) (CORTESÃO & MOTA 1960: 1, 39)²³.



[42]

²³ Sobre o Grão-Vizir İbrahim, ver Kaya (2013).

Atribuída a Jorge (ou a Pedro) Reinel²⁴ e datada num leque estabelecido entre 1519 e 1521-1522, é pois anterior à projeção polar de Giovanni Vespucci, mais sumária, datada de 1523 (CASTRO, HAMON & THOMAZ 2007: 1, 333, seguindo HARRISSE 1892: 533-534)²⁵. Seria então a primeira carta portuguesa e provavelmente uma das primeiras europeias deste tipo²⁶. Foi classificada por Marcel Destombes em 1938 (numa comunicação ao Congresso internacional de Geografia) como sendo do tipo *poma e carta* em linguagem cartográfica portuguesa do século XVI; ou seja, sabemos hoje que completava um globo (*poma*) e vice-versa²⁷. Como veremos no seguimento deste texto, a designação de *poma e carta* dada à Hazine 1825 por Marcel Destombes não se justificava (CORTESÃO & MOTA 1960: 1, 39)²⁸.

Todavia, a carta do Topkapı é indissociável de uma das mais importantes *pomas e cartas* do período de 1519-1522, ou seja, do planisfério dito de «Jorge Reinel» de ca 1519. As *pomas* ou *esperas* (esferas) eram instrumentos relativamente correntes a bordo dos navios portugueses: um *alvará* de D. Manuel I, datando de 13 de novembro de 1514, menciona-as a propósito de uma proibição de navegação para além das ilhas de São Tomé e Príncipe, dirigida aos «mestres de cartas de marear» (COSTA 1983: 209)²⁹. Estas *pomas* ou *esperas* são igualmente nomeadas no *regimento* de 24 de março de 1524, enviado aos delegados portugueses que D. João III convocara para a Junta de Badajoz-Elvas, no seguimento das negociações luso-castelhanas que se seguiram à viagem de Fernão de Magalhães (COSTA 1983: 209). As *pomas rumadas*

²⁴ Biografias em Cortesão & Mota (1960: 1, 19-20). Segundo Rafael Moreira, numa comunicação recente, os Reinéis seriam africanos na corte de D. Manuel I; Moreira (2015). Agradeço ao comandante José Malhão Pereira, membro da Academia de Marinha de Lisboa, o ter chamado a minha atenção para esta comunicação. A biografia dos Reinéis foi anteriormente esboçada (com transcrição dos documentos) por Viterbo (1988: 258-262 [Jorge] e 262-265 [Pedro]).

²⁵ Cortesão & Mota (1960: 1, 39) atribuem-na a Pedro Reinel e datam-na de ca 1522.

²⁶ Sobre os diversos exemplares de cartas europeias deste tipo que até nós chegaram, ou que se sabe terem existido, ver Destombes (1955: 75-76).

²⁷ Definição em Leitão & Lopes (1990: 420); a expressão é pouco clara, e por isso Destombes (1955: 68) considerou que se tratava de «a round chart» e não de «a globe and a map».

²⁸ Destombes (1955) e Castro, Hamon & Thomaz (2007: 1, 333) emitiram também a hipótese de que a Hazine 1825 fosse a *poma e carta*. O esclarecimento de Max Justo Guedes (ver *infra*), que seguimos, restabeleceu a verdadeira identidade da *poma e carta*.

²⁹ Assinalamos aqui a omissão deste título na lista de bibliografia final da versão francesa do presente texto, que agora corrigimos.

(globos ortodróxicos) são também mencionadas na famosa passagem do *Tratado da Esfera* de Pedro Nunes, onde o cartógrafo e cosmógrafo critica de modo virulento os desenhadores e iluminadores de cartas náuticas (COSTA 1983: 208, 210, 110-111; COUTO 2009: 287, n. 65).

Numa carta de 18 de julho de 1519, dirigida pelo feitor Sebastião Álvares a D. Manuel I, dando-lhe conta da sua entrevista com Magalhães (antes da partida deste), declara-se com efeito: «A qual terra de Maluco eu vy asentada na poma e carta que ca fez o filho de Reynell a qual non era acabada quando caa seu pay veo por ele, e seo pay acabou tudo e pos estas terras de Maluco»³⁰. O estudo minucioso do almirante Max Justo Guedes sobre o planisfério de «Jorge Reinell» de ca 1519 permitiu concluir que se tratava bem da *poma e carta* (a *poma* tendo desaparecido). Foi este planisfério (ou uma cópia dele, segundo alguns autores) que acompanhou, como presente real, o Memorial (*Membranza*) a Carlos V; com efeito constituía a «perfeita ilustração do memorial», destinada a mostrar ao imperador que o arquipélago das Molucas se encontrava bem no hemisfério castelhano definido pelo meridiano de Tordesilhas³¹.

Na carta Hazine 1825, a parte respeitante ao hemisfério norte foi arrancada. O rasgão afetou sobretudo a imagem do continente africano, à altura dos Montes da Lua e das fontes do Nilo, duas representações gráficas muito semelhantes, pelo seu traçado, às do planisfério de «Jorge Reinell» de ca 1519. Dois rasgões são ainda visíveis em duas outras extremidades da carta; os rebordos são irregulares. O pergaminho apresenta nódoas (de humidade, de água do mar?) de várias dimensões, de que apenas uma análise de laboratório permitiria determinar a natureza.

³⁰ Arquivos Nacionais da Torre do Tombo (doravante ANTT), Lisboa, *Chancelaria de D. João III, Doações*, Liv. 18, fol. 48v e ANTT, *Corpo Cronológico* I, 13, 20; Castro, Hamon & Thomaz (2007: 1, 333) traduziram a segunda parte da passagem indicada da maneira seguinte: «[...] c'est le père qui a achevé l'ouvrage et placé derrière ces terres de Maluco [...]». Ora o termo «derrière» (que aplicado ao traçado do anti-meridiano tomava todo o sentido), não aparece, como vimos, no texto original português. Álvares menciona também que «[...] per este padram se fazem todallas cartas, as quaes faz Diogo Ribeiro, e faz as agulhas, quadrantes e esperas, porem não vay narmada, nem quer mais que ganhar de comeer por seu engenho». Modernização do texto (integral) da carta de Sebastião Álvares em Garcia (2007: 158-163, esp. 162).

³¹ Guedes (1998: 7-16) procedeu à comparação entre as medidas do planisfério e as indicadas no memorial. O quadro das latitudes (14) mostra uma coincidência das medidas quase total. O original do memorial, conservado no *Archivo General de Indias* (Sevilha) (*Patronato, legajo* 34, doc. 13, *ramo* 2, fol. 31) foi publicado por Martim Fernández de Navarrete em 1837; os erros deste texto foram corrigidos por Rolando Laguarda Trias (1973). Ver Guedes (1998: 10, n. 9); Garcia (2007: 164-166, 165-166 [texto em ortografia modernizada]).



[41]

Não se trata pois de uma carta de prestígio, reservada a alguém de classe elevada, mas de uma carta náutica, destinada a um uso prático e concreto. O grafismo é sóbrio e o conjunto não é valorizado por nenhum tipo de ornamento. Além disso é praticamente monocromática; só a costa da Patagônia e o estreito de Magalhães são coloridos a verde-escuro. As cartelas estilizadas, em forma de laços, constituem a única fantasia visual; apenas um pedaço de uma delas com a menção «(Occid)ens» é visível num dos cantos da carta. A legenda «Or(iens)» aparece também no interior de um outro laço/cartela, num outro canto, disposta simetricamente em relação à primeira, em letras maiúsculas quase idênticas às que ilustram o planisfério de «Jorge Reinel» de ca 1519 (gravura [41]) (Biblioteca Nacional de França, *Cartes et Plans*, GE AA 564 (RES), cópia manuscrita de Otto Progel, 1836, e cópia da *Kunstmann IV*, em que a

parte ocidental foi reproduzida por Friedrich Kunstmann no seu *Atlas* de 1859)³². A carta contém igualmente alguns topónimos, em maiúsculas, num desenho também muito sóbrio: «EQVINOTIALIS», «TROPICVS CANCRI», «CIRCVULUS ANTARTICVS MERIDIONALIS», «POLVS SVL», «MARE IMDICVM», «MARE OCCEANVM», «TERA DO BRASIL», «AMTILHAS», «IAOS».

Armando Cortesão e Avelino Teixeira da Mota notaram (tal como Destombes) que a Hazine 1825 do Topkapı apresenta um erro importante (o «Tropicvs Cancrī» foi traçado no lugar do «Tropicvs Capricorni»), mas que também encerra uma novidade: o Equador é graduado e numerado de 5 em 5 graus³³. O anti-meridiano de Tordesilhas foi dividido em graus, mas sem numeração³⁴. A costa brasileira, apenas ligeiramente deformada, aparece corretamente desenhada no seu conjunto. Apresenta um certo número de topónimos, como aliás o traçado da costa africana, da ilha de S. Lourenço/Madagascar e da costa norte de Java («Iaos» ou «Jaos»). Os topónimos transcritos, que necessitariam de um estudo mais exaustivo, sobretudo nas correspondências com o planisfério de «Jorge Reinel» de ca 1519³⁵ – misturam o português e o espanhol. Como se pode observar noutras cartas contemporâneas dos Reinéis (como a «Pedro Reinel» de 1518/British Museum ou o planisfério de ca 1519) os litorais destes territórios (Brasil e África) são igualmente pontuados por ilhéus e enseadas arenosas. Todavia, a costa foi prolongada: alguém aí lhe juntou (da mesma mão?), o traçado simplificado do

³² Manuscrito iluminado sobre pergaminho, 65 x 124 cm: Hofmann, Richard & Vagnon (2012: 25); Guedes (1998: 7-8). O original (que pertenceu talvez à coleção de Konrad Peutinger em Augsburg) encontrava-se na *Wehrkreisbücherei*, antigamente *Hauptconservatorium der Armee ou Armeebibliothek*, de onde desapareceu no final da segunda guerra mundial. Felizmente, E. L. Stevenson tinha efetuado uma cópia da carta inteira em 1903. A parte ocidental foi estudada por vários investigadores.

³³ Armando Cortesão fez fotografar esta versão em Istambul, em 1935, de que se serviu para a sua *Portugaliae Monumenta Cartographica*. Sobre o conjunto de estudos antigos relativos a esta carta de 63 x 128 cm, Cortesão & Mota (1960: 1, 37-38 e il. 12); Cortesão (1935: 1, 272-278). Seguimos aqui Max Justo Guedes (1998), e não Castro, Hamon & Thomaz (2007: 1, 69, 333-334) que lhe dão o nome de «Carta de Pedro Reinel» (e não de «Carta de Jorge Reinel»). Os autores da *Portugaliae* atribuíram a execução da carta a Jorge Reinel, mesmo se Pedro Reinel colaborou nela como sugerido pelo estilo das cartelas e alguns outros pormenores; Cortesão & Mota (1960: 1, 38).

³⁴ Este erro aparece na carta do Brasil do Atlas de Lopo Homem-Reinéis (ca 1519), dito *Atlas Miller*; o anónimo (Jorge Reinel ?) de 1510 (Herzog August Bibliothek, Wolfenbüttel) indica «Círculo de Cancrī» sobre o Equador: Cortesão & Mota (1960: 1, 30).

³⁵ Uma primeira análise foi todavia realizada por Destombes (1955: 71-88, 79-88 [anexo]).

litoral argentino até ao Estreito de Magalhães. Como indicado, este foi colorido em verde-escuro; um tal cromatismo, que destoava das tonalidades gerais da carta, orientava irresistivelmente o olhar para esta região³⁶.

Também, ao contrário do que escreveram os autores da *Portugaliae Monumenta Cartographica*, uma observação atenta da Hazine 1825 mostra que a entrada do Estreito de Magalhães (à altura do cabo Vírgenes) já aí está assinalada; na realidade, o facto de que o traçado da Terra do Fogo desenhe uma curva para Leste não significa que o Estreito não esteja representado, dado que este se reduz a um estreito canal separando esta parte do continente. Por outro lado, o arquipélago das Malvinas/Falkland é claramente visível ao largo da costa argentina; assim, cremos que a primeira representação deste grupo insular terá sido dada pela Hazine 1825 (CORTESÃO & MOTA 1960: 1, 40)³⁷.

Como aconteceu nas cartas traçadas em Sevilha por Diogo Ribeiro, preparadas para acompanhar a expedição de Magalhães, os topónimos desenrolados ao longo da costa brasileira na Hazine 1825 são inexistentes para além do cabo de Santa Maria. A missiva atrás referida de Sebastião Álvares (18 de julho de 1519) informa-nos que o protótipo das cartas preparadas em Sevilha era a *poma e carta*, e que, à maneira do seu modelo, estas cartas não dispunham de transcrição de topónimos para além do cabo Frio (na realidade, para além do cabo de Santa Maria) e assim até às Molucas (GUEDES 1998: 8-9)³⁸. Contudo, o prolongamento da costa brasileira para Sul é assinalado na Hazine 1825 por uma legenda que se estende ao longo do litoral da Patagónia. Nesta se pode ler que: «hesta terra descobrio fernando de Magalhães».

Prolongando-se dum lado e doutro do polo sul, o anti-meridiano de Tordesilhas toca os ilhéus de Lucipara (Turtle Islands/Lucipara/Lucopino), ao sul da extremidade

³⁶ Foi aplicada a mesma cor à ponta Oeste da ilha de Céram e à costa norte de Java, para assinalar, sem dúvida mais fortemente, a posição do anti-meridiano (e a significação política da linha de demarcação).

³⁷ Segundo estes autores, o Estreito não seria visível nem na Hazine 1825, nem no planisfério de Nuno Garcia de Toreño (1522), mas estaria assinalado na carta (de origem controversa) de 1523, dita de «Sebastián Delcano» e no *anónimo* de Turim (1523). Sobre as Malvinas, descobertas «oficialmente» pelo capitão John Davis em 1592, ver as observações de Castro, Hamon & Thomaz (2007: 1, 334).

³⁸ Sebastião Álvares confundiu o cabo Frio com o cabo de Santa Maria (Punta del Este). A extensão do litoral brasileiro até ao cabo de Santa Maria era já conhecida, como se verifica pela carta atlântica de Vesconte di Maggiolo (1519) conservada em Munique, e pela carta do Brasil do *Atlas* de Lopo Homem-Reinéis (ca 1519) da Biblioteca Nacional de França (dito *Atlas Miller*).

Oeste da ilha de Seram/Céram, e passa portanto ligeiramente a Oeste do arquipélago das Molucas, deixando este último em zona espanhola, tal como a ilha de Seram/Céram (Gule-Gule). Por conseguinte, mesmo se a representação do anti-meridiano (situado a 132° 32' Este) aparece na Hazine 1825 ligeiramente mais a Este que nos cálculos de Magalhães apresentados a Carlos V no Memorial (*Membranza*) de 1519 (onde as Molucas foram situadas a 2° 30' e 4° Este), e no «planisfério de Jorge Reinél» de ca 1519 (onde a ilha mais próxima do anti-meridiano foi situada a 4°), ela faz ainda entrar, como se disse, o arquipélago das Molucas no hemisfério castelhano (CASTRO, HAMON & THOMAZ 2007: 1, 334)³⁹.

Uma longa viagem até Istambul

A relação da Hazine 1825 com estes dois instrumentos importantes, o planisfério dito de «Jorge Reinél» ca 1519 (ou *poma e carta*) e a *Membranza* a Carlos V, assim como a sua provável função prática, não podem ser apreciados sem tentar esboçar o seu também possível périplo até Istambul. Partindo de uma leitura do anti-meridiano que segundo eles situava as Molucas na zona portuguesa (e não na castelhana), Armando Cortesão e Avelino Teixeira da Mota pensaram que a carta do Topkapı tinha sido executada em Lisboa (ca 1522) e não em Sevilha. Na sua introdução à edição recente do relato de Pigafetta, Xavier de Castro, Jocelyne Hamon e Luís Filipe Thomaz emitiram a hipótese segundo a qual a Hazine 1825, desenhada em Sevilha, aí se teria mantido, como uma espécie de esboço, durante a viagem de circum-navegação. Teria assim sido finalizada (no que diz respeito ao traçado da costa da Argentina e do Estreito de Magalhães) graças às informações da tripulação da *Santo António*, que, como se sabe, abandonou a armada durante a fase atlântica da viagem. A deserção teve lugar perto da Terra do Fogo em 8 de novembro de 1520, depois de ter franqueado as águas do Estreito, que foi batizado de «Canal de Todos-os-Santos»; a *Santo António* voltou a 6 de maio de 1521 ao porto de Las Muelas, em Sevilha, com cinquenta e cinco sobreviventes a bordo⁴⁰.

³⁹ Segundo Cortesão & Mota (1960: 1, 40-41), o anti-meridiano representado nesta carta situava o arquipélago no hemisfério português: «[...] o facto da linha de demarcação deixar as Molucas propriamente ditas dentro do hemisfério português [...]»; na realidade, o anti-meridiano foi traçado a Oeste das Molucas, e portanto no hemisfério castelhano. Sobre as questões relativas às vicissitudes do traçado do anti-meridiano, veja-se a introdução de Castro, Hamon & Thomaz (2007: 1, 20-29); Viaud (2001: 115-127).

⁴⁰ Sobre a cronologia da viagem, Castro, Hamon & Thomaz (2007: 1, 534).

Todavia, pensamos que esta carta viajou (com outras) com a frota de Fernão de Magalhães, durante a viagem de circum-navegação. O *Gran Capitan*, que se tinha largamente informado junto de pilotos antes de assinar o seu contrato com Carlos V, tinha levado consigo um certo número de cartas, como indicado pelo registo da *Casa de la Contratación*. Aceitando a hipótese de que Magalhães fez parte da expedição de António de Abreu às Molucas em 1511-1512 (GARCIA 2007: 23-25, 38-48), e sabendo-se que esteve em contacto com Francisco Serrão (ver LOBATO 2011: 109-110)⁴¹ – para além de ter possivelmente conhecido a *Suma Oriental* de Tomé Pires e talvez o *Livro de Francisco Rodrigues* (1515) (GARCIA 2007: 23-25) – o certo é que não poupou esforços para reunir todas as informações e cartas suscetíveis de o ajudar a preparar a viagem e legitimar mais facilmente as pretensões castelhanas.

Infelizmente, a lista das despesas da *Casa de la Contratación* indica que uma parte dos instrumentos preparados em vista da expedição foi deixada em terra, mas não especifica quais. No entanto, fornece o número de cartas náuticas levadas para bordo: vinte e quatro. Dezoito tinham sido desenhadas por Nuno Garcia de Toreño (das quais sete encomendadas por Rui Faleiro e onze por Magalhães); seis outras foram ainda encomendadas por Rui Faleiro (entre as quais a destinada a Carlos V)⁴²; do conjunto faziam também parte vinte e quatro pergaminhos. A *poma e carta*, ou seja, o planisfério dito de «Jorge Reinell» de ca 1519 (pela qual Fernão de Magalhães terá pago 4500 *maravedis*) para presentear o soberano foi executada (ou finalizada) nessa altura, pois o inventário reteve «um planisfério encomendado por Magalhães que foi enviado ao rei» (CASTRO, HAMON & THOMAZ 2007: 1, 523-524)⁴³.

Em 28 de outubro de 1522, António de Brito⁴⁴ confiscava em Ternate a carga da *Trinidad* (capturada de início em Gamkunoro, na ilha de Halmahera), e, com ela, o grupo de vinte e um homens agonizantes, sobreviventes da tripulação. Este

⁴¹ Sobre Serrão, Garcia (2007: 49-59).

⁴² Sobre Rui Faleiro, veja-se o estudo exaustivo de Gil (2009: 349-387).

⁴³ Lista da *Casa de la Contratación*; ver também Garcia (2007: 164-165). O inventário assinala «1 plano esférico encomendado para o rei e uma caixa em couro». Como atrás foi dito, sugeriu-se que uma cópia deste planisfério (e não o original) tivesse sido enviada a Carlos V em 1519, juntamente com o Memorial (GARCIA 2007: 164-165).

⁴⁴ Sobre a missão de António de Brito, após a morte de seu irmão Jorge de Brito em Achém, ver Garcia (2007: 108-123); Castro, Hamon & Thomaz (2007: 2, 799-803).

episódio foi assinalado num longo relatório a D. João III⁴⁵: Brito tinha enviado o alcaide Simão de Abreu e o escrivão da feitoria Duarte de Resende confiscar todas as mercadorias da nau, assim como «todas as cartas e astrolábios dos pilotos» (CASTRO, HAMON & THOMAZ 2007: 2, 810)⁴⁶. O capitão Gonzalo Gómez de Espinosa, que tinha sido meirinho-mor da *Trinidad* sob o comando de Magalhães, assim o confirma: «[...] retiraram-me todas as cartas náuticas e diários de bordo, os astrolábios, o quadrante, os livros de instruções e todos os instrumentos dos pilotos [...]» (CASTRO, HAMON & THOMAZ 2007: 2, 838)⁴⁷. Aquando do interrogatório a que foram submetidos, os sobreviventes da tripulação (entre os quais se contava o capitão Espinosa) mencionam uma das cartas de Magalhães «na qual ele [Magalhães] lhe fazia crer [ao rei de Castela] que Maluco lhe pertencia e se encontrava nos limites dos seus domínios» (CASTRO, HAMON & THOMAZ 2007: 2, 810)⁴⁸. Esta foi desenrolada diante de António de Brito: «A qual carta eu mandei vir perante mim e lhe[s] amostrei que havia muitas cousas nela falsas» (CASTRO, HAMON & THOMAZ 2007: 2, 810).

Consciente do interesse político da presa, António de Brito junta ainda, no final da sua carta, algumas informações sobre o planisfério confiscado em Ternate: «[...] Senhor, a carta que acima tenho escrito a Vossa Alteza, que tomei de Fernão de Magalhães, não lha mandei agora por me não parecer seu serviço levá-la homem, se não que lha soubesse declarar. Ela tem trezentos e sessenta graus de leste a oeste; repartiu nela cento (e) oitenta graus da banda de leste para Vossa Alteza, e cento e oitenta a oeste para el-rei de Castela. Nestes cento e oitenta del-rei de Castela

⁴⁵ D. Manuel morreu em 13 de dezembro de 1521. Dispomos de duas versões desta carta: a primeira, do 11 de fevereiro de 1523 (ANTT, *Gavetas* 18-6-9), foi editada por Sá (1954-1988: 1, 123-158), assim como em Rego (1960-1877: 8, 632-645). A segunda, de 6 de maio de 1523 (ANTT *Gavetas* 18-2-25) foi editada no mesmo volume, Rego (1960-1977: 8, 201-215). As duas cartas foram republicadas, com ortografia modernizada, por Garcia (2007: 167-183). A de 6 de maio contém novas informações na sua parte final, traduzidas em francês por Castro, Hamon & Thomaz (2007: 2, 799-829).

⁴⁶ Ver igualmente o testemunho de Espinosa e de Ginés de Mafra na declaração dita dos «sobreviventes de Valladolid» (Espinosa, Leon Pancaldo e Ginés de Mafra) (2 de agosto de 1527), Castro, Hamon & Thomaz (2007: 2, 848-849, 853).

⁴⁷ Mesmo testemunho em Herrera, Castro, Hamon & Thomaz (2007: 2, 1009). A lista dos instrumentos da *Casa de la Contratación* foi publicada em Castro, Hamon & Thomaz (2007: 1, 523-524).

⁴⁸ Texto modernizado em Garcia (2007: 173).

pôs Maluco. Eu fiz crer a estes que era falso o que ele fizera» (CASTRO, HAMON & THOMAZ 2007: 2, 829)⁴⁹. João de Barros assinalou também esta carta, sublinhando a graduação (BARROS 1988: 3:5, 151v)⁵⁰.

Este planisfério constituiu provavelmente um duplicado da *poma e carta* enviada a Carlos V em 1519, que, como vimos anteriormente, o inventário da *Casa de la Contratación* menciona também⁵¹. Na realidade, sabemos que Magalhães tinha levado consigo mais de um planisfério. É o que declara Fernão Lopes de Castanheda: «E na nau foram achados livros do astrólogo San Martim que ia com Fernão de Magalhães e faleceu na viagem [...]»⁵², e assim dous planisférios de Fernão de Magalhães, feitos por Pêro Reinel, e outras cartas grandes do caminho dos Portugueses até à Índia, e quarteirões dela [sic] até Maluco, e todos errados; e assim foram achados os livros de todos os pilotos das naus daquela armada, e dos verdadeiros pareceres daquela viagem, em que se achou por eles mesmos ser Maluco e Banda do descobrimento del-rei de Portugal, e todos estes livros e informações foram entregues por António de Brito ao feitor» (CASTRO, HAMON & THOMAZ 2007: 2, 794-796)⁵³.

No império português, este «tesouro de guerra» alimentou ulteriormente várias elucubrações geográficas que conheceram fortunas diversas. Mencionemos apenas rapidamente um certo Luís do Rego, casado e lascarim de Goa, que não era piloto, mas um simples amador que tinha estudado um pouco de cosmografia e fabrico de cartas náuticas. A sua missiva a D. João III mostra-nos que tinha decidido corrigir os erros da «navegação de Maluco» e de fabricar instrumentos náuticos. Ainda que esta carta não esteja datada, as referências ao governador D. João de Castro e a Martim Afonso de Sousa permitem situá-la entre 1545 e 1548⁵⁴. O autor declara aí ter

⁴⁹ Texto modernizado em Garcia (2007: 182).

⁵⁰ «Ca segu(n)do sua carta passava de çento & oyte(n)ta gtaos [sic] de lo(n)gura».

⁵¹ Ver *supra* a nota 43 e Garcia (2007: 164-165).

⁵² Magalhães tinha levado consigo o tratado do cosmógrafo e piloto da *Casa de la Contratación* Andrés de San Martín. Morto em Cebu, no 1 de maio de 1521, San Martín tinha redigido um diário de bordo (com medidas de latitude) que foi confiscado pelo escrivão Duarte de Resende em Ternate; este último compôs o texto que foi utilizado por João de Barros. Sobre San Martín, ver ainda o comentário irónico do mesmo Barros (1988: 3:5, 151v), segundo o qual, durante a viagem, este deixara de praticar a astronomia para se dedicar à astrologia.

⁵³ Original em Castanheda (1979: 2, 218-219).

⁵⁴ ANTT, *Gavetas*, 18-2-49, texto em Viterbo (1988: 292-294).

concluído «[...] um corpo redomdo em prayno em que mostra nosa navegação e he a que levou Fernão de Magalhays sem faltar legua, a quall fyz por hum roteyro que ouve de hum Manoel Godinho, que de la ho trouxe e das partes de Malaca amtyguo coamdo vierão os castelhanos a Maluco [...]» (VITERBO 1988: 292-294)⁵⁵.

Declara João de Barros que Fernão de Magalhães tinha levado cartas em que os contornos litorais haviam sido apenas sumariamente traçados. Estas cartas assinalavam a toponímia das regiões recentemente descobertas à medida que a frota avançava (BARROS 1988: 3, 5, 154)⁵⁶. Como referido anteriormente, assinalada no inventário da *Casa de la Contratación*, a menção dos pergaminhos levados para bordo merece destaque, pois deixa em aberto a possibilidade de que a Hazine 1825 possa ter sido atualizada durante a viagem. Com efeito, no capítulo VII do livro VI da sua *Historia do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, Castanheda, que recorreu ao depoimento de Martin de Ayamonte e ao tratado preparado por Duarte de Resende (utilizado por João de Barros) (GARCIA 2007: 101, 254), fornece igualmente indicações sobre esta prática. Declara com efeito que, a bordo da frota de Magalhães, quando esta se encontrava a invernar em S. Julião (ou dos Patos) «[...] & poserão ho mesmo porto *em algumas cartas que leuauão arrumadas em branco*, & hus o poserão em corenta & tres graos, outros em corenta & seys; mas a verdade foy posta nos papeis & liuros em q(ue) as escrivão, cuydando que não auião nunca daparecer como depois (a)parecerão e vierão ter às mãos dos nossos, pelos quais se mostou q(ue) as ilhas de Banda & de Maluco sam do descobrimento de Portugal, & ainda alem da Banda treze graos & meyo, & de Maluco dezasseys» (CASTANHEDA 1978: 2, 164). Esta redação progressiva de cartas durante a viagem é ainda evocada por Sebastião Álvares, ao declarar a D. Manuel: «Desde este cabo Frio até às ilhas de Maluco per esta navegação não há nenhuma terras assentadas nas cartas que levam» (GARCIA 2007: 162).

Não excluiremos pois a possibilidade de que a Hazine 1825 de Topkapı tenha feito parte do maço de cartas embarcadas por Fernão de Magalhães⁵⁷. A sua fabricação

⁵⁵ Sobre Luís do Rego, ver Albuquerque & Domingues (1994: 2, 937) – segundo Francisco Contente Domingues, Luís do Rego tinha fabricado um globo; Cortesão (1935: 2, 205-206); Cortesão & Mota (1960: 5, 180). Agradeço ao comandante José Malhão Pereira o ter clarificado o sentido da expressão «corpo redomdo em prayno».

⁵⁶ «Foram também tomadas algumas cartas de mar, & pero que nam ouuçssemos [sic] alguma: sabemos que dellas vinha(m) somente arumadas pera lançarem as terras que descobrissem».

⁵⁷ Em 1911, Denucé declarava «Aucune des nombreuses cartes emportées par l'expédition, il est vrai, n'a été retrouvée jusqu'ici» (1911: 385).

pode ter sido efetuada em dois tempos: no momento da realização da *poma e carta* (o planisfério dito de «Jorge Reinell» ca 1519), ao qual a projeção polar pode ter servido de esboço, quando o feitor Sebastião Álvares constatou que a *poma* não tinha sido terminada por Jorge Reinell, tendo seu pai Pedro Reinell vindo a Sevilha para acabar o planisfério e repatriar o filho (em litígio com a justiça portuguesa).

Poder-se-ia assim compreender o cuidado posto, na Hazine 1825, na redação dos topónimos do continente africano e dos que se desenrolavam ao longo da costa brasileira até ao cabo de Santa Maria (como no exemplo da *poma e carta*), e – talvez devido à representação pouco frequente do hemisfério sul em vista boreal (juntamente com o traçado do anti-meridiano) – o acrescentar, durante a viagem, dum simples esboço da costa argentina. Com efeito, a importância intrínseca da Hazine 1825 não estava ligada ao pormenor da transcrição da toponímia nem ao da estética da representação gráfica. A legenda «Fernão de Magalhães descobriu esta terra» desempenhava a função capital: antes de mais, assinalar (e legitimar) a descoberta da região austral e do Estreito de Magalhães.

De mão em mão

Aquando da tomada da *Trinidad* pelos portugueses em Ternate, em 28 de outubro de 1522, e da consequente confiscação das cartas e instrumentos náuticos que se encontravam a bordo, Pigafetta já não se encontrava no grupo dos sobreviventes (e a Hazine 1825 também não, pois senão teria sido confiscada pelos portugueses e trazida provavelmente para Portugal). Como vimos, Pigafetta tinha-se juntado entretanto à tripulação da *Victoria* e navegava para voltar a Espanha desde 21 de dezembro de 1521. Terá sido ele (ou outro membro da tripulação?) que guardou a Hazine 1825, preservada – possivelmente – durante um certo tempo no maço das cartas de Magalhães, após a morte deste em Mactan, em 27 de abril de 1521? E nesse caso, em que momento poderá ter tido lugar esta apropriação? Quando as tripulações se repartiram entre a *Trinidad* e a *Victoria*, ou seja, entre 8 de novembro de 1521 e 21 de dezembro de 1521? Ou no momento da partida da *Victoria* de Tidore, em 21 de dezembro de 1521⁵⁸?

⁵⁸ Lembremos que a *Victoria* e a *Trinidad* chegaram ambas a Tidore em 8 de novembro de 1521. Se a partida da *Victoria* data de 21 de dezembro, a *Trinidad* só partiu em 6 de abril de 1522, com a intenção de atravessar o

Permanece plausível, em qualquer destes momentos, uma partilha (ou um furtar) das cartas entre os sobreviventes. Não somente eram essenciais para guiar a viagem de retorno, mas representavam também um capital simbólico importante, pois provavam que a extraordinária viagem tinha tido lugar. Além disso os detentores podiam também esperar tirar bons proveitos duma venda no mercado dos círculos marítimos europeus, entre mercadores e colecionadores, interessados pelas viagens de exploração.

A Hazine 1825 foi brutalmente rasgada, e a parte do hemisfério norte desapareceu. Rasgada para ser mais facilmente transportada? Por Pigafetta ou por um seu companheiro? Como quer que seja, no momento em que a *Victoria* foi descarregada no porto de Sevilha, Pigafetta recebe a sua bagagem, uma arca «e uma hamaca atada a esta». Mas Miguel de Rodes, contramestre da *Victoria*, mestre a partir de 12 de agosto de 1520, desembarca com «dois sacos de cravo e uma carta náutica» na sua bagagem (CASTRO, HAMON & THOMAZ 2007: 1, 504).

Não é pois totalmente certo que Elcano tenha entregue todas as restantes cartas da frota a Sebastian Caboto, o piloto de Carlos V, que por sua vez as teria encaminhado para Veneza (DENUCE 1911: 385). O que é indiscutível é que Pigafetta, um íntimo de Fernão de Magalhães, era-lhe particularmente dedicado; encontramos testemunhos dessa proximidade em várias passagens do seu relato. Mesmo se o italiano pretendeu alardear essa prestigiosa intimidade no seu texto, o facto é que Pigafetta fez parte do grupo que ajudou o *Gran Capitan* a vencer as tentativas de amotinação. Por outro lado ainda, não esqueçamos que tinha a intenção de escrever e publicar o relato da viagem de circum-navegação, e uma tal carta representava, onde quer que fosse, um poderoso instrumento para provar a veracidade do seu relato e legitimar assim o valor da sua obra.

Epílogo (?)

Bem entendido, nada permite afirmar que Pigafetta estaria já em posse da Hazine 1825, ao chegar a Sevilha a 8 de setembro de 1522 a bordo da *Victoria*. Se a carta permanecera em Sevilha, na *Casa de la Contratación*, poderia tê-la obtido no momento da partida para Valladolid, onde se ia desenrolar a audiência real. Mas

Pacífico e de chegar ao Panamá, o que não conseguiu. Como é sabido, foi obrigada a regressar às Molucas, onde foi apresada por Brito em 20 de outubro de 1522; García (2007: 125-quadro).

podia tê-la recebido também de Miguel de Rodes. Lembremos que Rodes fez parte do grupo dos sobreviventes recebidos por Carlos V em Valladolid, com Bustamante, Elcano, Martín Méndez e Pigafetta⁵⁹. Não é pois de excluir que uma troca de cartas náuticas tenha tido lugar nesse mesmo momento entre Rodes, Pigafetta e talvez um outro sobrevivente do mesmo grupo. Rodes não sobreviveu por muito tempo à viagem de circum-navegação: ainda que nobilitado por Carlos V e testemunha na Junta de Elvas-Badajoz em 1524, morreu na expedição de Sebastian Caboto ao Rio da Prata (1526-1530).

Em contrapartida, Francisco Albo, originário igualmente de Rodes, antigo contramestre da *Trinidad*, nomeado mestre da *Victoria* em 29 de novembro de 1520, piloto no momento da partida das Molucas (em 21 de dezembro de 1521, depois da morte do piloto Vasco Galego), do qual conhecemos o notável diário de bordo com medidas muito exatas (foi ele que conduziu a nau até Espanha) (CASTRO, HAMON & THOMAZ 2007: 2, 659-696), desapareceu também após 1522, sem deixar traço (e apesar da renda anual de 50 mil *maravedis* que lhe foi concedida). Terá também ido para o Império Otomano⁶⁰, seguindo o exemplo de Pigafetta, mas num contexto diferente, na medida em que Rodes foi conquistada por Solimão o Magnífico em 1522? De qualquer modo, mesmo se é a ele que devemos a presença da Hazine 1825 em Istambul – e que a entregou talvez a Pîrî Reîs ou aos que com ele trabalhavam – é pouco provável que fosse ele o navegador «português» a que se refere Seydi ‘Ali Reîs: sendo originário de Rodes, que os otomanos conheciam demasiado bem por se situar na sua zona de influência, não lhe seria fácil ser confundido com um «português» nas margens do Bósforo.

Como assinalado por Schurhammer em 1963, que Pigafetta tenha trazido a Hazine 1825 para Istambul continua a ser a hipótese mais viável. Mas é igualmente possível que em 1526, Pîrî Reîs, em busca de informações sobre as navegações lusitanas, tenha podido contar, para além da Hazine 1825, com os conhecimentos de Pigafetta e talvez de Francisco Albo. Deste modo, e como quer que seja, afirma-se assim o *Kitâb-ı Bahriyye* como testemunha privilegiada das dinâmicas profundas que animaram as translações culturais dos saberes científicos entre o Ocidente e o Império Otomano no início do século XVI.

⁵⁹ A origem estrangeira de Pigafetta explicaria porque não foi nobilitado por Carlos V? Mas Rodas também não era castelhano e foi-o. Em contrapartida, Albo também não foi gratificado com um título, embora fosse um piloto de mérito (ver *supra*). A lógica destas recompensas escapa-nos ainda.

⁶⁰ A hipótese foi também considerada por Castro, Hamon & Thomaz (2007: 1, 482).

A presença de Fernão de Magalhães nas crónicas portuguesas

JOSÉ MANUEL GARCIA
Gabinete de Estudos Olisiponenses

A construção da história de Fernão de Magalhães passa pela análise de documentação de arquivo, de testemunhos dos que fizeram a sua viagem épica e de registos legados por cronistas. Aqui iremos apenas focar alguns tópicos relativos a obras de cronistas portugueses que passamos a expor para assim verificar a forma como nos séculos XVI e XVII concorreram de forma relevante para o conhecimento de tão notável personalidade¹.

Os textos redigidos pelos escritores portugueses que ainda foram coevos de Fernão de Magalhães, com destaque para João de Barros e Fernão Lopes de Castanheda, constituem fontes tão mais importantes quanto alguns deles ainda tiveram acesso a informações escritas e orais que não fossem as suas obras ficariam desconhecidas, além de que refletem o que se pensava sobre aquele fidalgo no tempo em que escreveram.

João de Barros e Duarte de Resende

João de Barros foi o cronista que mais contribuiu para dar a conhecer e contextualizar a vida e as viagens de Fernão de Magalhães, o que fez na obra que intitulou *Ásia*, a qual afirmou ter concluído cerca de 1539 numa primeira versão, embora na realidade a tenha ido acrescentando e retocando à medida que a foi publicando a partir de 1552. Foi na sua *Terceira década da Ásia*, impressa em Lisboa por João de Barreira em 1563 (livro 5, cap. 8, f. 145v.-155, da edição original)² que João de Barros veio a comunicar não apenas preciosos elementos para a preservação da memória desta figura mas também para a imagem que dele ficou durante muito tempo em Portugal. Vejam-se nomeadamente estas suas considerações: «Como o demónio sempre no ânimo dos

¹ A parte mais significativa dos textos das crónicas que referenciamos foi por nós reunida em Garcia (2007).

² Sobre este autor e a parte da sua obra relacionada como Fernão de Magalhães cf. Garcia (2007: 229-253).

homens move cousas pera algum mau feito e os acabar nele, ordenou caso, pera que este Fernão de Magalhães se descontentasse de seu rei e o reino e mais acabasse em maus caminhos, como acabou» (BARROS 1563: 146; cf. GARCIA 2007: 237).

Ao esmiuçar as circunstâncias que levaram Fernão de Magalhães a ir para Castela João de Barros emitiu o parecer de que teria havido outras intenções a motivar o seu descontentamento por trás da sua atuação além do problema do desacordo sobre o montante de «mais meio cruzado de acrescentamento cada mês em sua moradia, que era seu requerimento» (BARROS 1563: 146v; cf. GARCIA 2007: 238). Tal era nomeadamente a sua vontade de ir às Molucas, pois declarou que:

E quando veio o despacho de seus requerimentos [em 1517], porque não foram à sua vontade, pôs ele em obra o que tinha escrito [em 1516] a Francisco Serrão seu amigo que estava em Maluco; donde parece que sua ida pera Castela andava no seu ânimo de mais dias que movida do acidente do despacho. E provasse porque antes de o ter, sempre andava com pilotos, cartas de marear e alturas de leste-oeste [tendo começado desde então a] semear nas orelhas desta gente que as ilhas de Maluco estavam tão orientais quanto a nós e caíam na demarcação de Castela (BARROS 1563: 146v-147; cf. GARCIA 2007: 239).

Fernão de Magalhães associou-se então a Rui Faleiro, que também andava «agravado del-rei», acusando-os João de Barros de que tendo acordado «ambos neste propósito de darem alguns desgosto a el-rei, deram consigo em Sevilha, levando alguns pilotos também doentes desta sua enfermidade e lá acharam outros amadores deste reino com que fizeram corpo desta abonação» (BARROS 1563: 147; cf. GARCIA 2007: 239).

Para conhecer a forma como João de Barros fundamentou a sua abordagem de Fernão de Magalhães importa apreender quais foram as fontes com que contou. Uma das que mais se destacou perdeu-se, tendo sido daquele que foi um dos primeiros cronistas portugueses da grande viagem de Fernão de Magalhães: Duarte de Resende. Com efeito esta personalidade preparou um trabalho sobre o grande navegador, facto que não tem sido devidamente destacado, embora já tivesse sido assinalado por Manuel Severim de Faria ao escrever em 1624 que ele:

por pagar a seu parente João de Barros este obséquio [a dedicatória da edição feita em 1532 da sua *Ropica Pnefma*] lhe dirigiu também depois um tratado que compôs da navegação que Fernão de Magalhães e seus companheiros fizeram às ilhas de Maluco, como quem tivera na mão todos os papéis e roteiros daquela jornada, por então estar servindo de feitor na nossa fortaleza de Ternate (FARIA 1999: 35)³.

Esta afirmação foi formulada com base no que João de Barros já havia escrito e no que se sabia de Duarte de Resende.

Duarte de Resende poderá ter começado a preparar o seu tratado sobre a viagem de Fernão de Magalhães quando ainda estava nas Molucas e tinha os referidos documentos, mas também já o poderia ter feito ou/e revisto depois de ter regressado a Portugal. Não é possível encontrar uma solução para tal questão, na medida em que esse volume desapareceu.

Sendo Duarte de Resende um escritor pouco conhecido importa fazer-lhe algumas referências biográficas relacionadas com a história do navegador e da viagem que aqui tratamos. Este cavaleiro fidalgo da casa real nasceu em Lamego pouco antes de 1491 e em 1520 integrou a missão comandada por Jorge de Brito, que nesse ano foi enviada por D. Manuel às Molucas com o fim de aí capturar Fernão de Magalhães, caso ele lá chegasse. Duarte de Resende ia como escrivão da feitoria-fortaleza que se iria estabelecer nessas ilhas e depois de 1523 ficou com o cargo de seu feitor, devido à morte de Rui Gago, que o havia exercido inicialmente, tendo desempenhado essas funções até maio de 1527, altura em que deixou as Molucas, sabendo-se que estava em Coimbra em 1531⁴. Duarte de Resende foi um dos responsáveis que capturou a nau *Trinidad* da armada de Fernão de Magalhães, quando esta foi obrigada a regressar às Molucas em outubro de 1522, tendo sido depois encarregado de recolher os documentos que nela foram encontrados por António de Brito, o capitão da fortaleza de Ternate.

Foi na já mencionada *Terceira década da Ásia* que João de Barros declarou ter-se baseado em parte no tratado que Duarte de Resende havia escrito sobre a viagem

³ A 1.ª edição foi impressa em Évora, por Manuel Carvalho, em 1624.

⁴ Sobre esta figura cf. o que escrevemos em García (2007: 229-236).

de Fernão de Magalhães, registando-o nas seguintes expressões, entre as quais se assinala também a noção de que Fernão Lopes de Castanheda o utilizou, embora de forma incorreta.

Fica aqui dizer uma cousa por honra de Duarte de Resende, a que quero acudir por razão de sangue e também das boas letras que tinha. Ele me dirigiu um tratado sobre esta navegação de Castela, como quem teve na mão uns apontamentos que o astrólogo Faleiro tinha feitos antes de sua doidice [...]. Do qual regimento, que era de trinta capítulos, Andrés de San Martín, como homem douto na astronomia, concede o quarto capítulo, que era pelas conjunções e oposições da Lua com os outros planetas, por ser causa certa e fácil. E porque Duarte de Resende traz as formais palavras que Andrés de San Martín diz sobre esta matéria, e também sobre um eclipse do Sol, que ali tomou, de que atrás falámos, e fala per termos astronómicos, ou foi do Tratado que me ele dirigiu que eu emprestei, ou que também ele em sua vida daria o treslado a outrem, donde quer que fosse, quiseram-se aproveitar dele em uma escritura desta navegação do Magalhães. E o autor da obra [Fernão Lopes de Castanheda], quando vem a falar no caso (bem sei que o não fez de malícia, mas de algum descuido ou de não ter notícia dos termos), confunde-os, dizendo, que o meridiano daquele porto [de São Julião] distava do de Sevilha donde partiram, sessenta e um graus de Norte e Sul. E ele, Andrés de San Martín, diz que o meridiano daquele porto distava do meridiano de Sevilha sessenta graus da Linha Equinocial; porque graus da Equinocial são graus de longura; e graus de Norte-Sul são de largura. [...]

Quisemos apontar este erro, porque pode a tal escritura dele ir à mão de pessoas doudas nesta faculdade; não queria que dessem a culpa a Duarte de Resende, senão a quem mal usou dos seus termos [...] (BARROS 1563: 154-154v; cf. GARCIA 2007: 252-253).

João de Barros aproveitou ainda na sua obra documentos capturados na nau *Trinidad*, como o refere explicitamente ao escrever que:

E porque um destes seus mandados foi ter à nau, capitão Duarte Barbosa, onde estava o astrólogo Andrés de San Martín, o qual

registou este mandado em um livro, e ao pé pôs sua resposta pera em todo tempo ele dar razão de si; e este seu livro, com alguns papéis seus, por ele falecer naquelas partes de Maluco, nós os houvemos e temos em nosso poder, como adiante diremos, não parece fora da história pôr aqui o traslado deste mandado e a resposta dele [...] (BARROS 1563: 149v; cf. GARCIA 2007: 244).

João de Barros também conheceu a correspondência trocada entre Fernão de Magalhães e Francisco Serrão, facto que constituiu um dos seus principais contributos para esclarecer a génese do projeto da viagem às Molucas por uma via ocidental. Com efeito ele escreveu de forma bem elucidativa que:

Atrás escrevemos como Francisco Serrão, das Ilhas de Maluco onde foi ter [em 1512], escreveu [em 1514 e 1515?] algumas cartas a Fernão de Magalhães, por ser seu amigo do tempo que ambos andaram na Índia, principalmente na tomada de Malaca, dando-lhe conta das ilhas daquele Oriente. Ampliando isto com tantas palavras e mistérios, fazendo tanta distância donde estava a Malaca, por fazer em si pera méritos de seu galardão ante el-rei D. Manuel, que parecia virem aquelas cartas de mais longe que dos antípodas, e de outro novo mundo, em que tinha feito mais serviço a el-rei, do que fizera o almirante D. Vasco da Gama no descobrimento da Índia. As quais cartas foram vistas na mão de Fernão de Magalhães [desde 1515], porque se prezava ele muito da amizade de Francisco Serrão, e em as mostrar denunciava aquele grande serviço que tinha feito a el-Rei; e também ele estribou logo tanto nelas pera o propósito que delas concebeu, que não falava em outra cousa. O qual propósito se viu depois em cartas suas [escritas em 1516 e 1517?], que se acharam entre alguns papéis que ficaram per falecimento de Francisco Serrão lá em Maluco, que António de Brito mandou recolher, e eram reposta das que lhe ele, Francisco Serrão, escrevia [desde 1514], como ora veremos. Nas quais dizia que, prazendo a Deus, cedo se veria com ele; e que, quando não fosse per via de Portugal, seria per via de Castela, porque em tal estado andavam suas cousas; portanto que o esperasse lá, porque já se conheciam da pousada pera ele esperar que ambos se haveriam bem (BARROS 1563: 145v-146; cf. GARCIA 2007: 237).

De entre as restantes referências de João de Barros sobre as fontes que utilizou para escrever sobre a viagem de Fernão de Magalhães podemos ainda destacar as que faz a dois livros, um escrito por Andrés de San Martín e outro por Gonzalo Gomez de Espinosa, sendo este o capitão da nau *Trinidad*, quando ela foi aprisionada pelos portugueses nas Molucas em 1522. Eis o que o cronista escreveu sobre o assunto:

Gonçalo Gomes de Espinosa, o capitão, que depois, o ano de (mil) quinhentos e vinte seis, veio ter a este reino. Do qual eu houve alguns papéis que lhe achei, entre os quais foi um livro feito per ele de toda aquela sua viagem; e assim houve outros papéis e livros que Duarte de Resende, feitor de Maluco, recolheu do astrólogo Andrés de San Martín. Porque, como era latino e homem estudioso das cousas do mar e geografia, entendeu logo nelas; e vindo a este reino, houvemos dele alguns, principalmente um livro que ele, Andrés de San Martín, escreveu de sua mão, em o qual está o decurso do caminho que fez e de todas suas alturas, observações e conjunções que tomou. E porque acerca desta matéria algumas pessoas têm escrito cousas de que não tiveram boa informação, e outros maliciosamente dizem muitas falsidades, o que aqui dissermos será do mesmo seu livro, por ser parte sem suspeita polo que toca à nossa (BARROS 1563: 153v; cf. GARCIA 2007: 251).

Fernando Oliveira

O mencionado livro de Gonzalo Gomez de Espinosa, «feito per ele de toda aquela sua viagem», desapareceu, mas além de ter sido utilizado por João de Barros constitui a base de um trabalho de História que Fernando Oliveira intitulou *Viagem de Fernão de Magalhães na demanda de Maluco por el-rei de Castela*⁵. Apesar de Espinosa não ter sido identificado explicitamente como o autor da fonte a que Fernando de Oliveira recorreu para o redigir pode deduzir-se que o foi pois referiu que o fez «segundo o escreveu um homem que foi em sua companhia» e não há mais ninguém que tenha sido registado como tendo escrito qualquer obra sobre o assunto, para lá dos textos já conhecidos de alguém que tenha ficado nas Molucas. Por tal motivo temos por

⁵ Publicado pela primeira vez por Jong (1937) e depois outras vezes, nomeadamente em Garcia (2007: 195-209).

seguro que se trata do referido livro de Gonzalo Gomez de Espinosa que João de Barros mencionou ter ficado na sua posse, sendo de lembrar que este cronista foi feitor da Casa da Índia e terá sido pela sua iniciativa que Fernando Oliveira teve acesso a esse texto em 1536, quando então foi mestre dos seus filhos. Depois de o ter lido Fernando Oliveira traduziu-o, adaptou-o e simplificou-o, acabando-o de rever em 1570. É de realçar ter sido no «prólogo» desta obra que Fernando Oliveira registou informações que esclarecem questões importantes relativas à biografia de Fernão de Magalhães, nomeadamente quando o referenciou como sendo natural do Porto e como tendo ido às Molucas com António de Abreu e Gonçalo de Oliveira, com o qual aprendeu a arte de navegar:

Antre os portugueses que descobriram Maluco foi um chamado Fernão de Magalhães, natural da cidade do Porto, em Portugal. Este era da geração dos Magalhães, gente honrada e nobre, e era criado del-rei em foro de moço da câmara, e homem entendido na arte da navegação e cosmografia, em especial pelo que aprendeu de um seu parente chamado Gonçalo de Oliveira, em cuja companhia foi ter aquela terra, do qual entendeu a verdade do sítio daquelas terras, porque era Gonçalo de Oliveira mui sabido nesta faculdade (GARCIA 2007: 197).

Tendo-se perdido entre outros os trabalhos de Gonzalo Gomez de Espinosa, Andrés de San Martín e Duarte de Resende há a considerar que os seus conteúdos ainda foram aproveitados por João de Barros, Fernão Lopes de Castanheda e Fernando Oliveira, pelo que estes cronistas portugueses são os mais completos de entre os que trataram de Fernão de Magalhães.

Doutor João de Barros

Sobre referências feitas a Fernão de Magalhães e à sua naturalidade por autores que foram seus contemporâneos é de ter em conta o depoimento esquecido do doutor João de Barros (homónimo do famoso cronista). Este «cidadão do Porto», personalidade culta e de autoridade, começou a elaborar por volta de 1530 umas «memórias» sobre a região de Entre Douro e Minho que ficaram registadas num manuscrito inédito com o título *Libro das antiguidades e cousas notaveis de antre Douro e Minho*,

e de outras m[ui]tas de España e Portugal. Por Ioão de barros. Composto no an[n]o de 1549⁶. É no f. 50 deste códice que Fernão de Magalhães é referido no âmbito do elogio que ele faz aos homens do Porto considerados como «muito espertos na arte do mar», dando nesse sentido o exemplo que «dali foi natural o Magalhães, que achou outro caminho para a Índia, que foi homem habilíssimo».

Tratado da sphaera

O impacto cultural da viagem de Fernão de Magalhães em Portugal fez-se sentir desde cedo nomeadamente numa obra antiga que ficou anónima e manuscrita intitulada *Tratado da sphaera (esfera), por perguntas e respostas a modo de dialogo*. Tal trabalho tem sido atribuído a D. João de Castro, mas talvez tenha sido escrito por João de Barros entre 1531 e 1533. Neste tratado há referências muito expressivas à viagem de Fernão de Magalhães e às suas consequências que importa reter pelo seu grande significado. Começamos por referenciar uma alusão à existência dos antípodas onde se lê:

A experiência que se tem acerca disto é que a navegação destes nossos tempos revolveu já o mundo todo, e revolve ainda agora bem de vezes; porque além da nau do Magalhães, que navegou toda a esfera em roda, depois disto, fazendo os portugueses sua navegação para os últimos términos do mundo orientais, e os outros espanhóis para os ocidentais, por vezes se encontraram, e acabaram de rodear todo este globo em Maluco.

E assim por toda a redondeza dele acharam mares que se navegam e terras que se habitam como estas nossas, bem contrárias umas das outras; e todas elas andam e navegam direitos e carregam para o centro, como nós per cá (CORTESÃO & ALBUQUERQUE 1968-1981: 1, 58).

Importa ainda observar o que aí se diz sobre o erro da inabitabilidade de certas partes da Terra

Esteve todo o mundo neste erro até que os portugueses, por uma parte, e os outros espanhóis, por outra, navegaram e descobriram

⁶ BNP COD. 216.

o mundo todo, e acharam que a tórrida zona é habitada e povoada como as outras (CORTESÃO & ALBUQUERQUE 1968-1981: 1, 81).

Fernão Lopes de Castanheda

Retomando as referências aos grandes cronistas portugueses importa destacar Fernão Lopes de Castanheda, não apenas pela extensão e qualidade com que tratou Fernão de Magalhães, a sua viagem e as questões que suscitou mas também porque foi o primeiro que publicou textos sobre tais matérias em *Ho sexto livro da História do descobrimento e conquista da Índia pelos Portugueses* (capítulos VI-XI) impresso em Coimbra por João de Barreira em 1554⁷. Foi aí que acusou o navegador de:

por se vingar del-rei D. Manuel, mostrando-se agravado dele, lhe fez uma grande traição: que foi dizer ao imperador Carlos, quinto deste nome, que era rei de Castela, que pola repartição da conquista que se começou de fazer antre el-rei D. João, o segundo de Portugal, e el-rei D. Fernando de Castela, que não houve efeito; eram de seu descobrimento e conquista as ilhas de Banda e as de Maluco (CASTANHEDA 1979: 2, 160; cf. GARCIA 2007: 255).

Fernão Lopes de Castanheda além de ter recorrido a algumas das fontes usadas por João de Barros para escrever sobre a viagem de Fernão de Magalhães utilizou o testemunho do espanhol Martin de Aiamonte, que havia sido capturado em Timor, onde ficara, tendo o depoimento que este prestou sido passado a escrito em Malaca a 1 de junho de 1522, ficando assim a ser o primeiro testemunho registado a contar a história da viagem até então realizada, o qual se preserva em Portugal (GARCIA 2007: 184-189).

Fernão Lopes de Castanheda além de uma ampla narrativa da viagem de Fernão de Magalhães forneceu ainda um importante esclarecimento para a sua vida ao afirmar, a propósito do descobrimento das Molucas pelos portugueses em 1512, que essas ilhas não eram de Carlos V por as ter mandado descobrir por Fernão de Magalhães:

por haver mais de dez anos que as descobrira António de Abreu por mandado de Afonso de Albuquerque, governador que naquele

⁷ Cf. a edição de M. Lopes de Almeida, Castanheda (1979: 2, 160-171) e Garcia (2007: 254-269).

tempo era das Índias por el-rei de Portugal, do que o mesmo *Fernão de Magalhães fôra testemunha, e tendo certeza onde aquelas ilhas jaziam*, por fazer traição a el-rei de Portugal fizera crer ao imperador serem de seu descobrimento, e fizera que as ia descobrir indo por outro caminho e navegação, onde houvera o fim que merecia, por ser traidor a seu senhor natural que era el-rei de Portugal e não o imperador (CASTANHEDA 1979: 2, 442)⁸.

Esta declaração explícita e categórica de um cronista tão criterioso como foi Fernão Lopes de Castanheda, evidencia e assegura, na linha do que também escreveu Fernando Oliveira, a circunstância de Fernão de Magalhães ter sido um dos companheiros de António de Abreu, pois de outra forma não é lógico que dissesse que ele «fôra testemunha» da primeira viagem à região das Molucas do sul em 1512. Tal noção é reforçada pela alegação de ser por tal motivo que ele tinha a «certeza» da localização de tais ilhas. Estas expressões não permitem admitir a noção de que Fernão de Magalhães teria sabido da viagem de António de Abreu por Gonçalo de Oliveira, quando este regressou a Malaca, pois a conjugação das palavras «testemunha» e «certeza» usadas por este autor, não se ajustam a uma recolha de informações feitas de maneira indireta.

De assinalar que esta valiosa declaração de Fernão Lopes de Castanheda foi corroborada por Gonzalo Fernández de Oviedo y Valdés, um cronista espanhol que poderia ter conhecido Fernão de Magalhães em 1518, ao indicar de forma bem explícita, incisiva, simples, direta e sem margem para dúvidas que era: «Fernando de Magallanes, diestro en las cosas de la mar, y que por vista de ojos tenia mucha noticia de la India Oriental, y de las islas del Maluco y especieria» (FERNÁNDEZ DE OVIEDO 1557: 5).

Perante a questão aqui equacionada, pensamos ser de aceitar a afirmação feita por Oviedo de que Fernão de Magalhães tinha notícia das Molucas «por vista de olhos», isto é, por experiência própria, devido a ter estado nessas ilhas, tal como na Índia, tanto mais que tal noção está alinhada com as afirmações já citadas de Fernando Oliveira e de Fernão Lopes de Castanheda. Verificamos assim a importância dos cronistas portugueses e espanhóis para esclarecer questões magalhânicas que as restantes fontes não elucidam cabalmente.

⁸ Cf. capítulo 42 de Castanheda (1554) e Garcia (2007: 267).

Gaspar Correia

De entre os escritores portugueses contemporâneo de Fernão de Magalhães sabe-se que Gaspar Correia foi o primeiro a escrever um texto sobre este navegador que chegou até nós. Tal aconteceu num volume de crónicas que se conserva na Torre do Tombo em que inclui um *Sumário da chronica del Rey Dom Manoel com a Relação das armadas e historia da India do seu tempo composto por Gaspar Correa*. Esta obra foi escrita em 1533 e ficou esquecida, só tendo sido publicada no século xx^o. Nela registaram-se dados sobre Fernão de Magalhães que revelam ser pouco consistentes, pois afigura-se que na maioria dos casos são fruto da sua imaginação ou de fontes mal informadas que usou. Com poucas exceções tais dados não estão de acordo com informações verosímeis que conhecemos sobre Fernão de Magalhães facultadas por outras fontes mais seguras. Ainda que por vezes Gaspar Correia se possa ter baseado em relatos de pessoas que conheceram Fernão de Magalhães afigura-se-nos de manter sob uma prudente reserva a verosimilhança da maior parte do que aí escreveu. O mesmo se diga do que redigiu de forma diferente entre cerca de 1550 e 1563 nas suas *Lendas da Índia*¹⁰. Esta obra, que ficou manuscrita até ao século XIX, revela a sua peculiar forma de escrever a partir de reminiscências históricas e fantasias, nela se voltando a apresentar referências sobre Fernão de Magalhães que na sua maioria são igualmente pouco credíveis.

Exemplo da incerteza das indicações de Gaspar Correia é a sua afirmação de que Fernão de Magalhães ao abandonar Portugal, por D. Manuel não lhe ter acrescentado «cem réis em uma moradia por mês», o que está certo, lhe teria pedido «para ir viver com quem lhe fizesse mercê em que alcançasse mais dita que com ele. El-rei disse que fizesse o que quisesse, polo que lhe quis beijar a mão, que lhe el-rei não quis dar» (CORREIA 1975: 2, 626; cf. GARCIA 2007: 271-272). É difícil de apurar a credibilidade desta reação de D. Manuel, tanto mais que Gaspar Correia narrou este episódio de uma forma diferente na sua obra anterior.

⁹ Correia (1993: 199-205) e Garcia (2007: 270-277).

¹⁰ Cf. a edição de M. Lopes de Almeida, Correia (1975: 3, 625-634) e Garcia (2007: 270-284).

Damião de Góis e D. Jerónimo Osório

João de Barros constituiu a principal fonte para o que os humanistas Damião de Góis e Jerónimo Osório escreveram sobre Fernão de Magalhães.

Ao situar a história do navegador no contexto em que D. Manuel negociava o seu casamento com D. Leonor, João de Barros acrescentou a referência: «como particularmente escrevemos em sua crónica» (BARROS 1563: 147v; cf. GARCIA 2007: 240). Esta afirmação não corresponde à realidade, visto ele não ter escrito tal crónica, mas sim Damião de Góis na *Quarta e última parte da Chronica do felicissimo rei dom emmanuel* impressa em Lisboa por Francisco Correia em 1567 (cf. GÓIS 1955: 4, 94-99; GARCIA 2007: 292-299).

Damião de Góis ao escrever sobre Fernão de Magalhães segue em grande parte João de Barros e também se revelou crítico sobre o seu comportamento e ação tendo começado por apontar que o motivo pelo qual aquele fidalgo abandonou o país está centrado em questões económicas, explicando nomeadamente o caso da moradia pois:

parecendo que pelos serviços que tinha feito, merecia a el-rei acrescentamento de sua moradia [...] trabalhou muito no requerimento desta moradia, pedindo a el-rei que lha acrescentasse mais duzentos reais por mês, que é meio cruzado de ouro [...], ao que lhe el-rei saiu com um tostão por mês, do que se não contentando e conhecendo em el-rei que desgostava dele por este respeito e por alguns reportes que lhe dele fizeram do tempo que o estivera servindo em Azamor, se desnaturou do reino tomando disso instrumentos públicos e se foi a Castela servir a el-rei D. Carlos, a quem deu a entender que as ilhas de Maluco e Banda estavam nos limites das demarcações feitas (GÓIS 1955: 4, 94-99; cf. GARCIA 2007: 293-294).

A noção transmitida por Damião de Góis de que Fernão de Magalhães «se desnaturou» não foi mencionada nem por João de Barros nem por Fernão Lopes de Castanheda e embora tenha sido uma das mais seguidas por cronistas posteriores, a verosimilhança de tal atitude permanece duvidosa.

Quanto à questão do polémico assunto da moradia a leitura deste texto de Damião de Góis aponta para aquela que poderá ser a melhor explicação do tema, o que não tem sido devidamente referenciado. Segundo este autor Fernão de Magalhães teria pedido um aumento de moradia no valor de 200 reais = meio cruzado, mas o rei apenas lhe teria concedido um aumento de 1 tostão = 100 reais. Esta forma de expor o assunto leva-nos à interpretação de que foi por D. Manuel não lhe ter querido dar mais 100 reis do que os 100 reais que se lhe propunha dar que serviu de pretexto para o navegador não ficar satisfeito e negando tal aumento sentiu-se agravado do rei e decidiu abandonar Portugal com vontade de o prejudicar.

Sabendo-se que a 15 de abril de 1516 Fernão de Magalhães recebia 1250 reais de moradia (cf. GARCIA 2007: 29) verificamos que ele queria passar a receber 1450 reais.

Damião de Góis resumiu o teor do «contrato» assinado entre Fernão de Magalhães e Carlos I a 22 de março de 1518 tendo também tratado informações que os escritores anteriores não referiram sobre o debate ocorrido na corte portuguesa a propósito do que fazer com Fernão de Magalhães, depois das relações que este havia estabelecido em Castela:

Ao que acudindo Álvaro da Costa, que lá andava sobelo negócio do casamento da infante Dona Leonor, de que já tratei, falou sobre isso a el-rei Dom Carlos, trazendo-lhe à memória as alianças; e parentescos dele com os reis de Portugal, e sobretudo o do casamento da infante sua irmã com el-rei Dom Manuel, e outras razões que moveram el-rei a querer desistir desta empresa, mas os do seu conselho lho contrariaram, e sobre todos o bispo de Burgos, que cá veio com a rainha, pelo que el-rei não pôde al fazer, senão cumprir com o que tinha prometido a Fernão de Magalhães e a Rui Faleiro, que era dar-lhes embarcação pera fazerem esta viagem, do que logo Álvaro da Costa avisou el-rei per suas cartas, que sobre isso teve conselho em Sintra, onde então estava, no qual foram Dom Jaime, duque de Bragança, Dom João de Meneses, conde de Tarouca, prior do Crato e mordomo-mor del-rei, e Dom Fernando de Vasconcelos de Meneses, bispo de Lamego, capelão-mor del-rei, que depois foi arcebispo de Lisboa, em que o parecer del-rei, do duque e do conde foi que não mandassem chamar Fernão de Magalhães,

por não dar ocasião de outros fazerem o mesmo; mas o bispo disse que seu parecer era que o mandasse el-rei chamar, e lhe fizesse mercê, ou o mandasse matar, porque o negócio que começava era muito prejudicial ao reino, e seria ainda causa de muitos males e danos; contudo a resolução foi que o não fizessem.

Sobre este negócio falou Álvaro da Costa em Saragoça muitas vezes a Fernão de Magalhães, e achando nele vontade de se tornar pera o reino, escreveu uma carta a el-rei, que eu vi¹¹, que o devia de recolher por ser homem de grandes espíritos e muito prático nas cousas do mar, que o bacharel Rui Faleiro não fizesse conta, porque andava quase fora de seu siso; mas nem isto aproveitou pera se não efetuar um tamanho desserviço à coroa destes reinos, de que se tantos desgostos, e gastos depois seguiram, e tanta fama ao mesmo Fernão de Magalhães, que todo o mar da banda do sul, e o estreito que descobriu, per onde lá passou, se chamou de seu sobrenome e chamarão até fim do mundo (GÓIS 1955: 4, 95; cf. GARCIA 2007: 294-295).

Mais crítico para com Fernão de Magalhães do que Damião de Góis foi D. Jerónimo Osório no seu livro *De rebus, emmanvelis regis lusitaniae invictissimi virtute et avspicio gestis* impresso em Lisboa por António Gonçalves em 1571 (1572) e escrito na sequência da crónica de Damião de Góis¹². A traição de Fernão de Magalhães foi aqui alvo de extensas e veementes considerações retóricas de condenação do seu procedimento, tendo-se o autor limitado a muito curtas informações sobre a viagem. Curiosamente é de assinalar que D. Jerónimo Osório revelou preocupações com o problema central da realização dessa viagem que consistiu no apuramento das longitudes (OSÓRIO 1944: 2, 229-230; GARCIA 2007: 296-298).

Cronistas das Molucas

De entre os cronistas portugueses quinhentistas mais antigos que mencionam Fernão de Magalhães devemos lembrar António Galvão e Gabriel Rebelo, os quais

¹¹ Refere-se à carta que se pode ler em Garcia (2007: 154-156).

¹² Cf. a versão portuguesa desta obra publicada por Francisco Manuel do Nascimento reeditada com prefácio de Joaquim Ferreira em Osório (1944: 2, 225-231) e Garcia (2007: 292-300).

tiveram a experiência de viver nas Molucas, as ilhas que foram o grande objetivo de Fernão de Magalhães.

António Galvão mencionou Fernão de Magalhães em duas obras (cf. GARCIA 2007: 285-289). Uma delas é um tratado sobre as Molucas que se encontra num manuscrito datável de 1544 e poderá corresponder a uma versão que ele escreveu ou inspirou¹³. Aí se faz um breve resumo da viagem de Fernão de Magalhães no qual refere: «um cavaleiro que se chamava Fernão de Magalhães se desaveio del-rei sobre certas cousas que pedia a el-rei e alguns dizem que a principal era moradia. E passou-se a Castela pera o imperador Carlos» (SÁ 1955-1988: 6, 101; cf. GARCIA 2007: 287).

Posteriormente António Galvão escreveu um *Tratado Que compôs o nobre & notauel capitão Antonio Galuão, dos diuersos & desuayrados caminhos, por onde nos tempos passados a pimenta & especearia veyo da India ás nossas partes & assi de todos os descobrimentos antigos & modernos que são feitos até a era de mil & quinhentos & cincoenta [...]*. Tendo o autor falecido em 1557 foi neste livro impresso postumamente em Lisboa por João da Barreira em 1563¹⁴, que ele abordou com palavras diferentes do texto anterior o essencial dos dados da viagem de Fernão de Magalhães e de Juan Sebastián Elcano. É de considerar que António Galvão referiu terem-se os homens da nau *Victoria* notabilizado «por darem uma volta ao mundo» (GALVÃO 1987: 124; cf. GARCIA 2007: 288).

Quanto a Gabriel Rebelo sabemos que escreveu um trabalho com duas versões diferentes tendo ambas ficado manuscritas até aos séculos XIX e XX (cf. GARCIA 2007: 285-286, 289-291). A primeira versão está datada de 1561 e intitula-se *História das ilhas de Maluco*¹⁵, nela se aludindo a Fernão de Magalhães de passagem¹⁶. A segunda versão desse trabalho foi muito revista e está datada de 1569 com o título de *Informação das cousas do Maluco*¹⁷, nela se prestando mais atenção ao navegador precedendo-se a uma rápida narrativa da expedição, pois alegou-se «ser a sua história bem sabida», visto terem-se entretanto publicado informações sobre

¹³ Cf. edição de Sá (1955-1988: 6, 101-104).

¹⁴ Cf. edição de visconde de Lagoa, Galvão (1987: 119-120, 123-124).

¹⁵ Cf. edição de Sá (1955-1988: 3, 192-343).

¹⁶ Sá (1955-1988: 3, 211).

¹⁷ Cf. edição de Sá (1955-1988: 6, 163-294).

essa matéria (SÁ 1988: 6, 212-214; cf. GARCIA 2007: 290). Gabriel Rebelo também aí expressou a noção de que esta expedição havia feito a circunvalação da Terra ao concluir que a nau *Vitória* «com muito cravo e trabalho foi ter (rodeado o mundo) a Sevilha, a seis de setembro de mil quinhentos e vinte e dous e pôs no caminho três anos e vinte e quatro dias» (SÁ 1988: 6, 214; cf. GARCIA 2007: 291).

António Pinto Pereira

Entre os autores quinhentistas que se referiram a Fernão de Magalhães conta-se António Pinto Pereira que escreveu entre 1572 e 1576 uma crónica cuja versão completa acabou de ser impressa em Coimbra por Nicolau Carvalho em 1616 com o título: *Historia da india, no tempo em que a governou o visorey dom Lvis d'Ataide*¹⁸. Nesta obra ao aludir-se a Fernão de Magalhães critica-se asperamente a «maldade» da sua atuação «em prejuízo da pátria», sendo de considerar curiosamente que nela se realça o motim que contra ele se levantou no Porto de São Julião.

Gaspar Frutuoso

Gaspar Frutuoso é uma personalidade que nos surpreende pelo destaque dado na sua obra a Fernão de Magalhães, pois dedicando-se à história dos arquipélagos do Atlântico não seria de esperar que tratasse largamente desse descobridor, como o fez. Este facto é bem revelador do interesse que ele despertou nos meios cultos portugueses¹⁹.

Gaspar Frutuoso escreveu as suas *Saudades da terra* na Ribeira Grande (São Miguel, Açores) entre 1580 e 1591 deixando-as manuscritas (cf. FRUTUOSO 1998: 1, 86-102). Ao tratar aí da história de Fernão de Magalhães, bem como dos seus antecedentes e consequentes, fá-lo não apenas com base nos cronistas portugueses mas também num espanhol: Francisco López de Gómara. Tal facto deduz-se nomeadamente de alusões como as seguintes:

¹⁸ Cf. a sua reprodução fac-similada, com introdução de Manuel Marques Duarte, Pereira (1987: 116-120).

¹⁹ Agradecemos ao nosso amigo Rui Manuel Loureiro a chamada de atenção para o interesse de Gaspar Frutuoso por Fernão de Magalhães.

Fernão de Magalhães tinha uma relação de Luiz de Bertomão, de nação bolonhês, que havia ido a Banda, Borneo, Bachião, Tidore e outras terras de especiaria, que estão debaixo da equinocial, e mostrava cartas de seus amigos escritas na Índia, principalmente de um Francisco Serrão, que das ilhas de Maluco lhe escrevera, onde depois faleceu, e, além disto, tendo uma escrava de Samatra, que entendia muitas línguas daquela terra, e um escravo havido em Malaca (FRUTUOSO 1998: 1, 91).

Tais informações não são referidas nas fontes portuguesas, pois baseiam-se no que Francisco López de Gómara escreveu:

[Fernão de Magalhães] Mostraba una carta de Francisco Serrano, portugués, amigo o pariente suyo, escrita en los Malucos, en la cual le rogaba que se fuese allá si quería ser presto rico, y le avisaba cómo se había ido de la India a Java, donde se casara, y después a las Malucas por el trato de las especias. Tenía la relación de Luis Berthoman, boloñés, que fue a Bandan, Borney, Bachian, Tidore y otras islas de especias, que caen sobre la Equinoccial, y muy lejos de Malaca, Zamotra, Chantam y costa de la China. Tenía también un esclavo que hubo en Malaca, que por ser de aquellas islas lo llamaban Enrique de Malaco, y una esclava de Zamotra, que entendía la lengua de muchas islas, la cual hubiera en Malaca (LÓPEZ DE GÓMARA 1554: 1, 116v).

Para escrever sobre Fernão de Magalhães Gaspar Frutuoso baseou-se em Damião de Góis mas segue fundamentalmente João de Barros, a quem se refere de forma muito elogiosa ao declarar que:

E de cinco naus que de S. Lucar de Barrameda saíram em busca da nova viagem da especiaria, tornou só a *Vitória*, como logo direi, deixando de dizer aqui muitas particularidades que nesta viagem aconteceram, pelas tratarem muitos, e melhor que todos o doutíssimo e curiosíssimo João de Barros em a terceira Década da sua Ásia, no livro quinto, nos capítulos oitavo, nono e décimo, onde os curiosos as podem ler e saber (FRUTUOSO 1998: 1, 91).

Tal como o fizemos quando aludimos a António Galvão e Gabriel Rebelo também aqui assinalamos que Gaspar Frutuoso não se esqueceu de sublinhar a circunstância da realização da circum-navegação da Terra pela nau *Victoria* ao declarar que:

chegou a S. Lucar de Barrameda, havendo tardado nesta viagem tão comprida três anos menos quatro dias, em os quais rodeou o mundo por água, cousa nunca escrita, nem ouvida, nem vista, pois, saindo do ocidente, dando volta pelo globo do universo, tornaram pelo oriente ao mesmo porto donde haviam partido, o que nenhum há feito desde a criação do mundo até nossos dias (FRUTUOSO 1998: 1, 92).

Sobre a localização das Molucas Gaspar Frutuoso teve o cuidado de elucidar que:

Ainda que os castelhanos, porque viam pelas operações do astrólogo Andrés de San Martín, e assim per suas singraduras e estimativa, ao modo de sua arte ser mais em favor dos portugueses que do seu, situavam as terras da derrota nas cartas de marear a seu propósito e não segundo o que achou o seu astrólogo. E destas outras cousas serem feitas com malícia testemunhou à hora de sua morte um deles, por nome Bustamante, o qual, indo em um navio português de Malaca pera a Índia, foi ter às ilhas de Maldiva, onde faleceu, por ir muito enfermo, e no seu testamento disse que por descarrego de sua consciência declarava que tal cousa e tal em alguns instrumentos, que os castelhanos tiraram em Maluco sobre aquele seu negócio, ele testemunhara o contrário da verdade, porque o fazia em seu favor. E, segundo dá a entender o doutíssimo João de Barros, a verdade deste caso há de determinar o mesmo astrólogo Andrés de San Martín com seus eclipses e experiências, em que mostra estarem as ilhas de Maluco na conquista de Portugal (FRUTUOSO 1998: 1, 91).

Gaspar Frutuoso concluiu as suas largas digressões sobre a viagem de Fernão de Magalhães com uma curiosa e pitoresca tirada filosófica:

Mas, por mais mares que se naveguem, nunca suas muitas águas apagarão o fogo ardente da sede humana. E por mais e mais terras

que se descubram, claro está que nem as descobertas nem por descobrir, nem as havidas nem por haver, nem todas as terras juntas, e outras imaginadas, jamais poderão acabar de encher nem satisfazer um coração de terra (FRUTUOSO 1998: 1, 102).

Cronistas do reinado de D. João III

Fernão de Magalhães foi alvo de breves referências nas obras de três cronistas que escreveram sobre o reinado de D. João III, mas porque o fizeram de forma muito breve e na sequência do que já estava escrito vamos mencioná-las apenas de passagem.

O primeiro desses autores foi António de Castilho, que, desempenhando as funções de guarda-mor da Torre do Tombo, escreveu uma *Vida del Rey Dom Joam III de Portugal tirada da Choronica do seu tempo scrita por António de Castilho do Conselho del Rey nosso senhor. M. D. LXXX. IX*²⁰. Esta obra ficou incompleta e manuscrita em 1589, depois de ter começado a ser escrita após a morte a 30 de outubro de 1582 de António Pinheiro, cronista-mor do reino.

O segundo autor aqui considerado por ter escrito sobre Fernão de Magalhães foi o cronista-mor do reino Francisco de Andrade na sua *Cronica do muyto alto e muito poderoso rey destes reynos de Portugal dom João o III deste nome*, impressa em Lisboa por Jorge Rodrigues em 1613²¹.

Como esta crónica não tivesse agradado a algumas autoridades em 1627 foi pedido a frei Luís de Sousa que fizesse um novo livro sobre o referido reinado, o que ele começou então a fazer. O texto que frei Luís de Sousa redigiu ficou manuscrito e incompleto com a indicação de conter uns *Anais del-rei Dom João Terceiro*, cuja matéria tratada chega até 1542²². De notar que as informações aqui registadas sobre Fernão de Magalhães são um pouco mais alargadas do que as dos dois autores anteriores.

²⁰ O texto desta obra foi publicado por Serrão (1994: 169-282). As referências a Fernão de Magalhães podem ler-se nas páginas 212 e 242.

²¹ Cf. as alusões a Fernão de Magalhães e à viagem da sua armada na edição por M. Lopes de Almeida, Andrade (1976: 20-21, 36-39).

²² Texto publicado por Alexandre Herculano em 1844 e reeditado por M. Rodrigues Lapa, em 1938, reeditado em Sousa (1954). As referências a Fernão de Magalhães encontram-se na edição de Alexandre Herculano, Sousa (1844: 40-43).

Manuel Severim de Faria

O primeiro texto de um autor português que chegou até nós tratando Fernão de Magalhães de forma individualizada está datado de janeiro de 1621, isto é, um século depois da sua morte. Quem o escreveu foi o conceituado erudito Manuel Severim de Faria, de acordo com a indicação que se encontra num códice referenciado como sendo o «Décimo oitavo tomo das obras do senhor Manuel Severim de Faria, chantre e cónego de Évora», tendo o ex-libris manuscrito de Gaspar Severim de Faria, sobrinho do autor²³. O livro aqui considerado permanece desconhecido e manuscrito, sendo de referir que apresenta quarenta e duas biografias, das quais apenas nos interessa aqui a de Fernão de Magalhães, que ocupa os seus fólhos: 79r a 89r.

No essencial o seu autor, tal como a maioria dos escreveram sobre Fernão de Magalhães, seguiu João de Barros mas ainda assim é de notar que o trata com simpatia e recorre a outros testemunhos, de que é exemplo o manuscrito de 1549 do doutor João de Barros, a que já acima nos referimos, para fundamentar ser o Porto a cidade onde ele nascera, pois afirmou que «nasceu Fernão de Magalhães na cidade do Porto».

Manuel Severim de Faria junta ainda referências genealógicas sobre Fernão de Magalhães, nomeadamente a de que era «filho de Rui de Magalhães, alcaide-mor de Aveiro, e de Aldonça de Mesquita», sendo de considerar que estes últimos dados e outros sobre a família da mãe não foram registados pelos restantes cronistas, revelando assim quão bem informado estava sobre o descobridor e a sua família.

Manuel de Faria e Sousa

Concluimos esta abordagem historiográfica com a indicação da obra que praticamente encerra o ciclo das crónicas portuguesas da Expansão e das quais pretendia ser uma súpula²⁴. Referimo-nos à síntese realizado por Manuel de Faria e Sousa que ficou num manuscrito cujo autógrafo com correções contem a indicação de se tratar

²³ Pertenceu à Casa Cadaval e está agora no Arquivo Nacional da Torre do Tombo com a cota: Casa de Cadaval, n.º 8. Neste momento já temos este texto inédito transcrito e em estudo tendo em vista a sua edição.

²⁴ Não contamos aqui com a breve alusão a Fernão de Magalhães feita por Fernão de Queirós num trabalho que lhe é atribuível de cerca de 1653 que ficou manuscrito e esquecido: *Conquista da Índia per humas e outras armas reaes, e evangelicas em breves memorias de varões illustres e feitos maravilhosos em huma e outra conquista*. Este texto

da *Ásia: tres tomos divididos en diez partes. Por Manuel de Faria i Sousa cavallero de la Orden de Christo i de la Casa Real A nuestro gran rey i señor Felipe quarto en Madrid Año MDCXL*²⁵. Desta realização, dedicada a Filipe IV de Espanha em Madrid a 20 de março de 1641, foi feita uma edição impressa postumamente pelo seu filho, Pedro de Faria e Sousa, em três volumes, tendo saído o primeiro, dedicado a D. Afonso VI, em Lisboa na oficina de Henrique Valente de Oliveira em 1666 com o título: *Asia portuguesa* (cf. SOUSA 1945: 2, 56-67)

Esta obra surge uns cem anos depois de alegadamente ter sido preparada por João de Barros a sua primeira versão da *Ásia*, a qual serviu de inspiração a Manuel de Faria e Sousa. Tendo este autor escrito ainda no âmbito da monarquia dual não qualificou Fernão de Magalhães de traidor, por se ter posto ao serviço de Carlos I rei de Castela, sendo por isso que apresentou tiradas retóricas em defesa das atitudes do navegador, as quais contrastam vivamente com a anterior retórica condenatória desenvolvida por D. Jerónimo Osório.

Manuel de Faria e Sousa tratou a viagem de Fernão de Magalhães seguindo as informações de João de Barros mas termina com a referência ao facto que celebrizou a viagem de Fernão de Magalhães ao escrever que: «A célebre nau *Victória* chegou triunfante a Espanha, depois de ter feito aquela admirável viagem em volta do mundo» (SOUSA 1945: 2, 67).

Concluindo

Através destas considerações esperamos ter contribuído para chamar a atenção e valorizar a importância de convocar a leitura das palavras dos cronistas portugueses para que, vindas do fundo dos tempos, elas realcem essa figura imortal que é Fernão de Magalhães.

foi publicado, sem a identificação do autor em Rego (1960-1967: 1, 267-632). A referência a Fernão de Magalhães encontra-se na página 290.

²⁵ BNP COD. 13062.

BIBLIOGRAFIA

OBRAS DE REFERÊNCIA

ADAMS

Adams, H. M. – Catalogue of books printed on the continent of Europe, 1501-1600 in Cambridge Libraries. – Cambridge: at The University Press, 1967. – 2 vol.

ALCOCER

Alcocer y Martínez, Mariano. – Catálogo razonado de obras impresas en Valladolid: 1481-1800. – Valladolid: imprenta de la Casa Social Católica a cargo de Valentin Franco, 1926

ANSELMO

Anselmo, António Joaquim. – Bibliografia das obras impressas em Portugal no século XVI. – Lisboa: Biblioteca Nacional, 1926

ARTUR ANSELMO OIP

Anselmo, Artur. – Origens da imprensa em Portugal. – Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1981

BAVARIAN STATE LIBRARY (BAYERISCHE STAATSBIBLIOTHEK, MÜNCHEN) (HPB)

[Catálogo da Biblioteca Estadual da Baviera]. – disponível em linha em <<https://www.bsb-muenchen.de/en/>>. – consultado em 07/01/2019>

BGP

Academia das Ciências de Lisboa. – Bibliografia geral portuguesa. – Lisboa: Imprensa Nacional, 1941-1942. – 2 vol.

BM (STC FR)

British Museum. – Short-title catalogue of books printed in France and of French books printed in other countries from 1470 to 1600 now in the British Museum. – London: Trustees of the British Museum, 1924

BM (STC IT)

British Museum. – Short-title catalogue of books printed in Italy and of Italian books printed in other countries from 1465 to 1600 now in the British Museum. – London: Trustees of the British Museum, 1958

BMC

British Museum. – Catalogue of books printed in the XV century now in the British Museum. – Lithographic reprint. – London: Trustees of the British Museum, 1963-1971. – 11 vol. – [Supplement. – London: British Library, 1985. – 1 vol.]

BN PARIS

França. Bibliothèque Nationale. – Catalogue général des livres imprimés de la Bibliothèque Nationale: auteurs. – Paris: Imprimerie Nationale, 1897-1981

BN-CAT. LIVRO CIENTÍFICO SÉC. XV E XVI

Portugal. Biblioteca Nacional. – O Livro científico dos séculos XV e XVI: ciências físico-matemáticas na Biblioteca Nacional

/ Biblioteca Nacional: coord. científ.
Henrique de Sousa Leitão; coord. técnica
Lígia de Azevedo Martins. – Lisboa:
Biblioteca Nacional, 2004

BN-CAT. PEDRO NUNES

Portugal. Biblioteca Nacional. – Pedro
Nunes, 1502-1578: novas terras, novos
mares e o que mays he : novo ceo e novas
estrellas / Biblioteca Nacional: comissário
científ. Henrique de Sousa Leitão; coord.
técnica Lígia de Azevedo Martins. – Lisboa:
Biblioteca Nacional, 2002

BN -TIP. ESP. XVI

Portugal. Biblioteca Nacional. – Tipografia
espanhola do século XVI: a coleção da
Biblioteca Nacional / Biblioteca Nacional;
coord. e org. de Maria Emília Balio Lavoura;
introd. Lorenzo Ruiz Fidalgo. – Lisboa:
Biblioteca Nacional, 2001

BORBA DE MORAES. BIBLIOGR. BRAS.

Moraes, Rubens Borba de. – Bibliographia
Brasiliana: rare books about Brazil
published from 1504 to 1900 and works by
Brazilian authors of the colonial period. –
Revised and enlarged edition. – Los
Angeles: UCLA Latin American Center
Publications; Rio de Janeiro: Livraria
Kosmos, cop. 1983. – 2 vol.

BRUNET

Brunet, Jacques Charles. – Manuel
du libraire et de l'amateur de livres. –
[Reimpr.]. – Copenhague: Rosenkilde et
Bagger, 1966-1968. – 9 vol

C

Copinger, Walter Arthur. – Supplement
to Hain's Repertorium bibliographicum. –
[Reimpr.]. – Milano: Görlich Editore, cop.
1950. – 3 vol. [v. também **HC**]

CAT. RES. COIMBRA

Biblioteca Geral da Universidade de
Coimbra. – Catálogo de Reservados. –
Coimbra: Imprensa da Universidade, 1970

CCBE s. XVI

Espanha. Biblioteca Nacional. – Catalogo
colectivo de obras impressas en los siglos
XVI al XVIII existentes en las bibliotecas
españolas: siglo XVI. – Edición provisional.
– Madrid: Biblioteca Nacional, 1972-1984

CENT. VITA CHRISTI

Portugal. Instituto da Biblioteca Nacional
e do Livro. – No quinto centenário da Vita
Christi: os primeiros impressores alemães
em Portugal / Instituto da Biblioteca
Nacional e do Livro; coord. João José Alves
Dias. – Lisboa: I.B.N.L., 1995

CIBN LISBOA

Portugal. Biblioteca Nacional. – Catálogo
de Incunábulo / introd., organização
e índices de Maria Valentina C. A. Sul
Mendes. – Lisboa: Biblioteca Nacional, 1988

C.I.B.N. MADRID

Garcia Rojo, Diosdado; Ortiz de
Montalvan, Gonzalo. – Catalogo de
Incunables de la Biblioteca Nacional. –
Madrid: Patronato de la Biblioteca
Nacional, 1945

DUARTE DE SOUSA

Portugal. Secretaria de Estado da Informação e Turismo. – Catálogo da Livraria Duarte de Sousa. – Lisboa: S.E.I.T, 1972-1974. – 2 vol.

ESCUDERO

Escudero y Perosso, Francisco. – Tipografia Hispalense. – Madrid: Sucesores de Rivadeneyra, 1894

ESSLING

Essling, Victor Masséna, Príncipe de. – Les livres à figures vénitiens de la fin du xve siècle et du commencement du xvie: études sur l'art de la gravure sur bois à Venise. – Florence: Leo S. Olschki; Paris: H. Leclerc, 1907-1914. – 6 vol.

FARIA DAMIÃO DE GÓIS

Faria, Francisco Leite de. – Estudos bibliográficos sobre Damião de Góis e a sua época. – Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura, 1977

FIGANIÈRE

Figanière, Jorge César de. – Bibliographia histórica portuguesa ... – Lisboa: na Typographia do Panorama, 1850

GBV UNION CATALOGUE (Gemeinsamer Bibliotheksverbund Catalogue, Göttingen) (HPB)

[Catálogo da Rede Comum de Bibliotecas da Alemanha]. – disponível em linha em <<https://gso.gbv.de/DB=2.1/LNG=EN/>>. – consultado em 07/01/2019>

GOFF

Goff, Frederick R. – Incunabula in American libraries: a third census of fifteenth century books recorded in north American collections. – New York: Kraus Reprint, 1973

GRIFFIN CROMBERGERS

Griffin, Clive. – The Crombergers of Seville: the history of a printing and merchant dynasty. – Oxford: Clarendon Press, 1988

GW

Gesamtkatalog der Wiegendrucke. – Stuttgart: Anton Hiersemann; New York: H. P. Kraus, 1968- . – vol. 1-8

HAEB (BI)

Haebler, Konrad. – Bibliografía ibérica del siglo xv: enumeración de todos los libros impresos en España y Portugal hasta el año de 1500. – Leipzig: Karl W. Hiersemann, 1903-1917. – 2 vol.

HC

Copinger, Walter Arthur. – Supplement to Hain's Repertorium Bibliographicum. Part I. – London: Henry Sotheran and Co., 1895. [v. também C]

HCR

Reichling, Dietrich. – Appendices ad Hainii-Copingeri repertorium bibliographicum: additiones et emendationes. – Monachii: Sumptibus Iac. Rosenthal Librarii Antiquarii, 1905-1911. – 6 vol. & index. – (Supplement, Monasterii, 1914)

HENRIQUES BIBLIOGRAFIA GOESIANA

Henriques, Guilherme J. C. –
A bibliographia Goesiana. – Lisboa:
Imprensa Libânio da Silva, 1911

IBPORT

Portugal. Secretaria de Estado da Cultura.
Inventário do Património Cultural Móvel. –
Os Incunábulo das bibliotecas portuguesas
/ coord. e org. Maria Valentina C. A. Sul
Mendes. – Lisboa: Secretaria de Estado da
Cultura; Instituto da Biblioteca Nacional e
do Livro, 1995. – 2 vol.

ICCU (HPB)

[Catálogo do Istituto Centrale per il
Catalogo Unico delle Biblioteche Italiane
e per le informazioni bibliografiche]. –
disponível em linha em <<https://www.iccu.sbn.it/it/>>. – consultado em 07/01/2019>

IGI

Centro Nazionale di Informazione
Bibliografiche. – Indice generale degli
incunabuli delle biblioteche d'Italia. –
Roma: Libreria dello Stato, 1943-1981. –
6 vol.

LA LANDE

La Lande, Jérôme de. – Bibliographie
astronomique avec l'histoire de l'astronomie
depuis 1781 jusqu'à 1802. – Amsterdam:
J. C. Gieben, 1970

D. MANUEL

Manuel II, rei de Portugal. – Livros antigos
portugueses: 1489-1600 da biblioteca de sua

magestade fidelíssima. – Londres: Maggs.
Bros., 1929-1935

MARTÍN ABAD ALCALÁ DE HENARES

Martín Abad, Julián. – La Imprenta en
Alcalá de Henares (1502-1600). – Madrid:
Editorial Arco Libros, S.A., 1991

MARTÍN ABAD POST-INCUNABLES

Martín Abad, Julián. – Post-incunables
ibéricos. – Madrid: Ollero & Ramos, 2001

MOREAU, B. INVENTAIRE

Moreau, Brigitte. – Inventaire
chronologique des éditions parisiennes
du XVI^e siècle / org. Par Brigitte Moreau. –
Paris: Service des Travaux Historiques, 1972

**NICOLÁS ANTONIO. BIBLIOTHECA
HISPANA NOVA**

Antonio, Nicolás. – Bibliotheca Hispana
nova, sive Hispanorum scriptorium qui ab
anno 1500 ad 1584 florere notitia. – Matriti:
apud Joachimum de Ibarra et apud Viduam
et Heredes Joachimi de Ibarra, 1783-1788. –
2 vol.

NORTON

Norton, F. J. – A Descriptive catalogue of
printing in Spain and Portugal: 1501-1520. –
Cambridge: University Press, 1978

NUC

American Library Association. – National
Union catalogue: pre 1956 imprints. –
London: Mansell, 1958-1981

PALAU

Palau y Dulcet, Antonio. – Manual del librero hispano americano: bibliographia general española e hispano americana. – 2ª edición corregida y aumentada por el autor. – Barcelona: Librería Anticuaria de A. Palau, 1948-1977

PALHA

Catalogue de la Bibliothèque de M. Fernando Palha ... – Lisbonne: Imprimerie Libânio da Silva, 1896. – 4 vol.

RENOUARD ANNALES DES ESTIENNE

Renouard, Antoine Augustin. – Annales de l'Imprimerie des Estienne ou histoire de la famille des Estienne et de ses éditions. – [Reimpr. da ed. de 1843]. – New York: Burt Franklin, 1972

ROYAL LIBRARY OF DENMARK (Det Kongelige Bibliotek, København) (HPB)

[Catálogo da Real Biblioteca da Dinamarca]. – disponível em linha em <<http://www.kb.dk/en/>>. – consultado em 07/01/2019>

SALVÁ

Salvá y Mallen, Pedro. – Catálogo de la biblioteca de Salvá ... – Valencia: Imprenta de Ferrer de Orga, 1872. – 2 vol.

SAMODÃES

Santos, José dos. – Catálogo da ... livraria que pertenceu aos ... Condes de Azevedo

e de Samodães ... – Porto: Tip. da Empresa Literária e Tipográfica, 1921-1922. – 2 vol.

SÁNCHEZ

Sánchez, Juan M. – Bibliografía aragonesa del siglo XVI. – Madrid: Editorial Arco Libros, S.A., 1991

SANDER

Sander, Max. – Le Livre à figures italien depuis 1467 jusqu'en 1530: essai de sa bibliographie et de son histoire. – New York: Stechert, 1941. – 6 vol.

SIMÕES

Portugal. Biblioteca Nacional. – Catálogo dos impressos de tipografia portuguesa do séc. XVI: a coleção da Biblioteca Nacional / introd., org. e índices por Maria Alzira Proença Simões. – Lisboa: Biblioteca Nacional, 1990

SIMÓN DÍAZ BLH

Simón Díaz, José. – Bibliografía de la literatura hispánica ... – Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas – Instituto Miguel de Cervantes de Filología Hispánica, 1959

SIMÓN DÍAZ IMPR. XVII

simón Díaz, José. – Impresos del siglo XVII: bibliografía selectiva por materias de 3500 ediciones príncipes en lengua castellana. – Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas – Instituto Miguel de Cervantes, 1972

BIBLIOGRAFIA GERAL

AFETINAN, A. (1975) – *Life and Works of Piri Reis: The Oldest Map of America*. Ankara: Türk Tarih Kurumu Basımevi

AGUINAGALDE, Borja (2017) – *El archivo personal de Juan Sebastián Elcano, marino de Getaria: Retazos de una gran historia*. Getaria: Gobierno Vasco

ALBUQUERQUE, Luís de (1981) – «“O Tratado da agulha de Marear” de João de Lisboa; reconstituição do seu texto, seguida de uma versão francesa com anotações». *Revista da Universidade de Coimbra*, 29 (1981) 129-162

ALBUQUERQUE, Luís (1986) – *Crónica do descobrimento e primeiras conquistas da Índia pelos Portugueses*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda

ALBUQUERQUE, Luís de (1987) – *Crónicas de História de Portugal*. Lisboa: Editorial Presença

ALBUQUERQUE, Luís de, ed. (1991) – *Guia Náutico de Munique e Guia Náutico de Évora*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses

ALBUQUERQUE, Luís; DOMINGUES, Francisco Contente, ed. (1994) – *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*. Lisboa: Caminho. 2 vol.

ALBUQUERQUE, Luís; FEIJÓ, Rui Graça (1975) – «Os pontos de vista de D. João III na junta de Badajoz-Elvas». In Avelino Teixeira da Mota, ed. – *A viagem de Fernão de Magalhães e a questão das Molucas*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 527-545

AMARAL, Joaquim Ferreira do (1995) – «*Pedro Reinol me fez*». *À Volta de um Mapa dos Descobrimentos*. Lisboa: Quetzal Editores

AMERT, Kay (2012) – *The Scythe and the Rabbit: Simon de Colines and the Culture of the Book in Renaissance Paris*. Ed. Robert Bringhurst. Rochester: Cary Graphic Arts Press

ANDRADE, António Alberto Banha de (1972) – *Mundos Novos do Mundo: Panorama da difusão, pela Europa, de notícias dos Descobrimentos Geográficos Portugueses*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar. 2 vol.

ANDRADE, Francisco (1976) – *Crónica de D. João III*. Ed. Manuel Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmão Editores

ANSELMO, Artur (1981) – *Origens da Imprensa em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda

ARBEL, Benjamin (2002) – «Maps of the World for Ottoman Princes. Further Evidence and Questions concerning the Mappamondo of Hajji Ahmed of Tunis». *Imago Mundi*, 54 (2002) 19-29

ARMILLAS VICENTE, José A. (2013) – «Pedro Mártir de Anglería, contino real y cronista de Castilla. La invención de las nuevas Indias». *Revista Jerónimo Zurita*, 88 (2013) 211-229

AUBIN, Jean (1996-2006) – *Le latin et l'astrolabe. Recherches sur le Portugal de la Renaissance, son expansion en Asie et les relations internationales*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses; Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian. 3 vol.

AVELAR, Ana Paula (1997) – *Fernão Lopes de Castanheda – Historiador dos Portugueses na Índia ou Cronista do Governo de Nuno da Cunha?* Lisboa: Edições Cosmos

BACQUÉ-GRAMMONT, Jean-Louis; BRESCH, Henri (2009) – «La Sicile et les îles voisines dans les portulans de Piri Re'is (1521-1526)». *Mefrim*, 12:2 (2009) 485-590

BAIÃO, António (1917) – *Documentos inéditos sobre João de Barros, sobre o escritor seu homónimo contemporâneo, sobre a família do historiador e sobre os continuadores das suas «Decadas»*. Coimbra: Imprensa da Universidade

BALLONG-WEN-MEWUDA, J. Bato'ora (1992) – *São Jorge da Mina 1482-1637*. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian; Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. 2 vol.

BARBOSA, Duarte (ca 1520) – *Descripción de los reinos, costas, puertos e islas que hay desde el Cabo de Buena Esperanza hasta los Leyquios*. Ms. Biblioteca Nacional de España

BARBOSA, Duarte (1996-2000) – *O Livro de Duarte Barbosa*. Ed. Maria Augusta da Veiga e Sousa. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical. 2 vol.

BARNES, Jerome Randall (2007) – *Giovanni Battista Ramusio and the history of discoveries: An analysis of Ramusio's commentary, cartography, and imagery in «Delle Navigationi et Viaggi»*. Arlington: The University of Texas at Arlington. Dissertação de doutoramento

BARRETO, Luís Filipe (2000) – *Lavrar o Mar: Os Portugueses e a Ásia c. 1480-c. 1630*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses

- BARRETO, Luís Filipe (2002) – *Damião de Goes: Os caminhos de um humanista*. Lisboa: CTT
- BARROS, Amândio Morais (2009) – *A Naturalidade de Fernão de Magalhães*. Porto: Edições Afrontamento
- BARROS, João de (1973) – *Da Ásia*. Ed. Nicolau Pagliarini. Lisboa: Livraria Sam Carlos. 8 vol.
- BARROS, João de (1988) – *Ásia de João de Barros. Terceira Década*. Ed. António Baião. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda
- BARROS, João de (1549) – *Libro das antiguidades e cousas notaveis de antre Douro e Minho, e de outras m[ui]tas de España e Portugal*. Ms. Biblioteca Nacional de Portugal
- BAUSANI, Alessandro (1990) – *L'Italia nel Kitab-ı Bahriyye di Piri Reis*. Ed. Leonardo Capozzoni. Venezia: Università degli Studi
- BELLINGERI, Gianpiero (2003) – *Turco-Veneta*. Istanbul: Isis
- BÉNAT-TACHOT, Louise (2011) – «Cristóbal de Haro, un marchand judéo-convers entre trois mondes au XVI^e siècle ou le défi d'une 'globalisation' avant l'heure». In Esther Benbassa, ed. – *Les Sépharades: Histoire et culture du Moyen Âge à nos jours*. Paris: Presses de l'Université Paris-Sorbonne, 135-160
- BLÁZQUEZ Y DELGADO AGUILERA, Antonio, ed. (1920) – *Descripción de los reinos, costas, puertos e islas que hay desde el Cabo de Buena Esperanza hasta los Leyquios*. Madrid: Establecimiento Tipográfico Torrent y Compañía
- BOSTAN, Idris (2002) – «Kemal Reis». *İslâm Ansiklopedisi*. Ankara: Türkiye Diyanet Vakfı. Vol. 25, 226-227
- BOSTAN, Idris (2007) – «Pîrî Reis». *İslâm Ansiklopedisi*. Ankara: Türkiye Diyanet Vakfı. Vol. 34, 283-285
- BROTTON, Jerry (1997) – *Trading Territories: Mapping the early modern world*. London: Reaktion Books
- CALVO FERNÁNDEZ, V. (2002) – «Traduciendo al traductor: Arcángel Madriñano y Cristóbal de Arcos». In A. María Aldama; María F. del Barrio; A. Espigares – *Nova et vetera: nuevos horizontes de la Filología latina*. Vol. 2, 895-906

CARRILLO, Jesús (2002) – «*Historia General y Natural de las Indias* by Gonzalo Fernández de Oviedo». *Huntington Library Quarterly*, 65:3-4 (2002) 321-344

CARVALHO, Andreia Martins de; PINTO, Pedro (2012) – «Da caça de Mondragón à guarda do Estreito de Gibraltar (1508-1513): os guardiões da memória de Duarte Pacheco Pereira e a economia da mercê nos séculos XVI-XVII». *Anais de História de Além-Mar*, 13 (2012) 221-332

CARVALHO, Joaquim Barradas de (1974) – *La traduction espagnole du «De Situ Orbis» de Pomponius Mela par Maître Joan Faras et les notes marginales de Duarte Pacheco Pereira*. Lisboa: Junta de Investigações Científicas do Ultramar

CARVALHO, Joaquim Barradas de (1991) – *Esmeraldo de situ orbis de Duarte Pacheco Pereira*. Édition critique et commentée. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian

CASALE, Giancarlo (2010) – «16.Yüzyıla ait Türkçe Dünya Haritasında Avrupa Düşüncesi». In Dejanirah Couto, ed. – *Harp ve Sulh*. Istanbul: Kitabyayinevi, 57-81

CASTANHEDA, Fernão Lopes de (1979) – *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*. Ed. Manuel Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmão. 2 vol.

CASTRO, Xavier; HAMON, Jocelyne; THOMAZ, Luís Filipe F. R., ed. (2007) – *Le voyage de Magellan (1519-1522). La relation d'Antonio Pigafetta et autres témoignages*. Paris: Éditions Chandeigne

CEREZO MARTÍNEZ, Ricardo (1994) – «El Meridiano y el Antimeridiano de Tordesillas en la Geografía, la Náutica y la Cartografía». *Revista de Indias*, 54:202 (1994) 509-542

CHABÁS, José; GOLDSTEIN, Bernard R. (2000) – *Astronomy in the Iberian Peninsula: Abraham Zacut and the Transition from Manuscript to Print*. Philadelphia: American Philosophical Society

CLAYTON, Lawrence A. (2012) – *Bartolomé de las Casas: A Biography*. New York: Cambridge University Press

COELHO, José Ramos, ed. (1892) – *Alguns Documentos do Archivo Nacional da Torre do Tombo acerca das Navegações e Conquistas Portuguezas*. Lisboa: Imprensa Nacional

COLLINS, Edward (2013) – «Francisco Faleiro and Scientific Methodology at the Casa de la Contratación in the Sixteenth Century». *Imago Mundi*, 65:1 (2013) 25-36

CORREIA, Gaspar (1975) – *Lendas da Índia*. Ed. Manuel Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmão. 4 vol.

CORREIA, Gaspar (1992) – *Crónicas de D. Manuel e D. João III (até 1533)*. Ed. José Pereira da Costa. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa

CORTESÃO, Armando (1935) – *Cartografia e cartógrafos portugueses dos séculos XV e XVI (Contribuição para um estudo completo)*. Lisboa: Edição da Seara Nova. 2 vol.

CORTESÃO, Armando; ALBUQUERQUE, Luís de (1968-1981) – *Obras completas de D. João de Castro*. Coimbra: Academia Internacional de Cultura Portuguesa. 4 vol.

CORTESÃO, Armando; MOTA, Avelino Teixeira da, ed.. (1960-1962) – *Portugaliae Monumenta Cartographica*. Lisboa: Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique. 6 vol.

COSTA, Abel Fontoura da (1983) – *A Marinharia dos Descobrimentos*. Lisboa: Edições Culturais da Marinha

COSTA, João Paulo Oliveira e; RODRIGUES, Vítor Luís Gaspar (2007) – *A Batalha dos Alcaides, 1514: No apogeu da presença portuguesa em Marrocos*. Lisboa: Tribuna da História

COSTA, João Paulo Oliveira e; RODRIGUES, Vítor Luís Gaspar (2008) – *Conquista de Goa, 1510-1512*. Lisboa: Tribuna da História

COSTA, José Pereira da, ed. (1997) – *Códice Valentim Fernandes*. Lisboa: Academia Portuguesa da História

COUTO, Dejanirah (1990) – «L'espionnage portugais dans l'empire ottoman». In Jean Aubin, ed. – *Le Portugal, la Découverte et l'Europe*. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais, 243-267

COUTO, Dejanirah (2009) – «Quelques observations sur la cartographie nautique portugaise du XVI^e siècle». In Kirsten Kramer; Jens Baumgarten, ed. – *Visualisierung und Kultureller Transfer*. Würzburg: Königshausen & Neumann, 275-297

COUTO, Dejanirah (2013) – «Autour du globe? La carte Hazine n° 1825 de la bibliothèque du Palais de Topkapı, Istanbul». *Cartes & Géomatique*, 216 (2013) 119-134

CUESTA DOMINGO, Mariano (1998) – *Antonio de Herrera y su obra*. Segovia: Colegio Universitario de Segovia

DANTAS, Irene da Silva (2012) – *Entre Memórias: a questão da naturalidade de Fernão de Magalhães*. Braga: Universidade do Minho

DAVEAU, Suzanne (1999-2000) – «A propósito das “pinturas” do litoral marroquino incluídas no *Esmeraldo de Situ Orbis*». *Mare Liberum*, 18-19 (1999-2000) 79-132

DEKKER, Elly (2007) – «Globes in Renaissance Europe». In David Woodward, ed. – *History of Cartography. Volume Three: Cartography in the European Renaissance (Part 1)*. Chicago; London: The University of Chicago Press. 2 vol., 135-173

DENUCE, Jean (1911) – *Magellan: la question des Moluques et la première circumnavigation du Globe*. Bruxelles: Hayez

DESTOMBES, Marcel (1955) – «The Chart of Magellan». *Imago Mundi*, 11 (1955) 65-79

DOMINGUES, Francisco Contente (2012) – *A Travessia do Mar Oceano: A Viagem de Duarte Pacheco Pereira ao Brasil em 1498*. Lisboa: Tribuna da História

DUVIOLS, Jean-Paul, ed. (2005) – *Le Nouveau Monde: les voyages d'Amerigo Vespucci (1497-1504)*. Paris: Éditions Chandeigne

ELCANO, Juan Sebastián de; OUTROS (2012) – *La primera vuelta al mundo*. Madrid: Miraguano; Polifemo

FARIA, Francisco Leite de (1975) – «Primeiras relações impressas sobre a viagem de Fernão de Magalhães». In Avelino Teixeira da Mota, ed. – *A Viagem de Fernão de Magalhães e a Questão das Molucas*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 471-518

FARIA, Francisco Leite de; MOTA, Avelino Teixeira da (1977) – *Novidades Náuticas e Ultramarinas numa Informação dada em Veneza em 1517*. Lisboa: Junta de Investigações Científicas do Ultramar

FARIA, Manuel Severim de (1999) – *Discurso vários políticos*. Ed. Maria Leonor Soares Albergaria Vieira. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda

FERNANDES, Valentim, ed. (1502) – *Marco Paulo. Ho liuro de Nycolao Veneto. Ho trallado da carta de huū genoues das ditas terras*. Lisboa: Valentim Fernandes

FERNÁNDEZ DE ENCISO, Martín (1519) – *Suma de geographia q[ue] trata de todas las partidas e prouincias del mundo*. Sevilla: Jacobo Cromberger

FERNÁNDEZ DE OVIEDO, Gonzalo (1557) – *Libro xx dela segunda parte dela general historia delas Indias*. Valladolid: Francisco Fernández de Córdova

FERREIRA, Susannah Humble (2015) – *The Crown, the Court and the Casa da Índia: Political Centralization in Portugal 1479–1521*. Leiden; Boston: Brill

FRACANZIO DA MONTALBODDO, ed. (1992) – *Itinerarium Portugalensium*, Ed. Luís de Matos. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian

FRUTUOSO, Gaspar (1998) – *Saudades da Terra*. Ed. João Bernardo de Oliveira Rodrigues & outros. Ponta Delgada: Instituto Cultural de Ponta Delgada. 6 vol.

FURLAN, S.; Mazzola, R. F. (1995) – «Alessandro Benedetti, a fifteenth century anatomist and surgeon: his role in the history of nasal reconstruction». *Plastic Reconstruction Surgery*, 96:3 (1995) 739-743

GALLEZ, Paul (1991) – *Cristobal de Haro: Banqueros y Pimenteros en busca del Estrecho magallánico*. Bahía Blanca: Instituto Patagónico

GALLOTA, Aldo (1997) – «Ottomani e Portoghesi nell'Oceano Indiano nel XVI Secolo». In Maria Luisa Cusati, ed. – *Congresso Internazionale. Il Portogallo e i Mari: un Incontro tra Culture. Atti*. Napoli: Instituto Universitario Orientale; Liguori Editore. 3 vol., vol. 2, 177-238

GALVÃO, António (1987) – *Tratado dos Descobrimentos*. Ed. visconde de Lagoa; Elaine Sanceau. Porto: Livraria Civilização

GARCIA, José Manuel (2007) – *A viagem de Fernão de Magalhães e os Portugueses*. Lisboa: Editorial Presença

GARCIA, José Manuel (2008) – *O Livro de Francisco Rodrigues: O Primeiro Atlas do Mundo Moderno*. Porto: Editora da Universidade do Porto

GASPERONI, Lucia (2009) – *Gli annali di Giorgio Rusconi (1500-1522)*. Manziana (Roma): Vecchiarelli

GAUTIER-DALCHÉ, Patrick (2009) – *La géographie de Ptolémée en Occident (Ive-XVIIe siècle)*. Turnhout: Brepols

GERBI, Antonello (1985) – *Nature in the New World: From Christopher Columbus to Gonzalo Fernández de Oviedo*. Trad. Jeremy Moyle. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press

GIL, Juan, ed. (1987) – *El libro de Marco Polo anotado por Cristóbal Colón; El libro de Marco Polo de Rodrigo de Santaella*. Madrid: Alianza Editorial

GIL, Juan, ed. (1994) – «Los libros de Ruy Falero». In Sonsoles Celestino Angulo, ed. – *De Libros y Bibliotecas: Homenaje a Rocío Caracuel*. Sevilla: Universidad de Sevilla, 157-160

GIL, Juan (2009) – *El exilio portugués en Sevilla. De los Braganza a Magallanes*. Sevilla: Fundación Cajazol

GIL, Juan (2017) – «Los hombres y el rol de la armada de Magallanes». In Manuel J. Parodi Álvarez, ed. – *In Medio Orbe (II): Personajes y avatares de la I Vuelta al Mundo*. Sanlúcar de Barrameda: Junta de Andalucía; Ayuntamiento de Sanlúcar de Barrameda, 31-58

GIL, Luis (1999) – *Martín Fernández de Figueroa, Conquista de las Indias de Persia e Arabia que hizo la armada del rey don Manuel de Portugal*. Valladolid: Universidad de Valladolid

GÓIS, Damião de (1926) – *Crónica do felicíssimo rei D. Manuel*. Ed. J. M. Teixeira de Carvalho; David Lopes. Coimbra: Imprensa da Universidade. 4 vol.

GONÇALVES, António Manuel (2016) – «Lisboa, João de». In Francisco Contente Domingues, ed. – *Dicionário da Expansão Portuguesa, 1415-1600*. Lisboa: Círculo de Leitores. 2 vol., 641-644

GONZÁLEZ NAVARRO, Ramón (1981) – «El impresor navarro Miguel de Eguía, en Alcalá de Henares». *Revista Príncipe de Viana*, 42:162 (1981) 307-322

GOODRICH, Thomas (2009) – *The Ottoman Turks and the New World. A Study of Tarih-i Hind-i Garbi and Sixteenth-Century Ottoman Americana*. Wiesbaden: Otto Harrassowitz

GRIFFIN, Clive (1991) – *Los Cromberger: La historia de una imprenta del siglo XVI en Sevilla y Méjico*. Madrid: Cultura Hispánica

GUEDES, Max Justo (1998) – «O Planisfério de Jorge Reinel (1519) e as Ideias Geográficas de Fernão de Magalhães». *Mare Liberum*, 15 (1998) 7-16

GUGLIELMI-ZAGO, Giulia (1925-1926) – «Bernardo Silvano e la sua edizione della *Geografia* de Tolomeo». *Rivista geografica Italiana*, 32 (1925) 37-56; 33 (1926) 25-52

HARRISSE, Henry (1892) – *The Discovery of Nord America. A Critical, Documentary and Historic Investigation, with an Essay on the Early Cartography of the New World, including Descriptions of 250 Maps or Globes existing or lost, constructed before the Year 1536 ...* Paris: H. Welter; London: Henry Stevens and sons

HARLEY, J. B. (2001) – «Text and Contexts in the Interpretation of Early Images». In Paul Laxton, ed. – *The New Nature of Maps: Essays in the History of Cartography*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press

HERRERA Y TORDESILLAS, Antonio (1601-1615) – *Historia general de los hechos de los Castellanos en las Islas I Tierra firme del Mar Oceano*. Madrid: Juan de la Cuesta. 4 vol.

HOFMANN, Catherine; RICHARD, Hélène; VAGNON, Emmanuelle (2012) – *L'âge d'or des cartes marines*. Paris: Bibliothèque nationale de France

JIMÉNEZ, Nora Edith (2001) – *Francisco López de Gómara: Escribir historias en tiempos de Carlos V*. Zamora (Michoacán): Colegio de Michoacán; México: Instituto Nacional de Antropología e Historia

JONG, Marcus de (1937) – *Um roteiro inédito da circum-navegação de Fernão de Magalhães*. Coimbra: Instituto Alemão da Universidade de Coimbra

JÜSTEN, Helga Maria (2007) – *Valentim Fernandes e a literatura de viagens*. Lagos: Câmara Municipal de Lagos

JÜSTEN, Helga Maria (2014) – «Algumas achegas sobre o material tipográfico da oficina de Germão Galharde e de sua viúva (1519-1565)». *Fragmenta Historica*, 2 (2014) 11-38

KAYA, Şahin (2013) – *Empire and Power in the Reign of Süleyman: Narrating the Sixteenth-Century Ottoman World*. Cambridge: Cambridge University Press

KUPČIK, Ivan (2000) – *Münchener Portolankarten: «Kunstmann I-XIII» und zehn weitere Portolankarten/Munich Portolan Charts: «Kunstmann I-XIII» and Ten Further Portolan Charts*. München; Berlin: Deutscher Kunstverlag

LAGUARDA TRÍAS, Rolando A. (1973) – *El predescubrimiento del Río de la Plata por la expedición portuguesa de 1511-1512*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar

LAS CASAS, Bartolomé de (1875-1876) – *Historia de las Indias*. Ed. Marqués de la Fuensanta del Valle; José Sancho Rayon. Madrid: Imprenta de Miguel Ginesta. 5 vol.

LÁZARO, António Manuel (2002) – «Copia dé la letera del capitanno dé la grandé armata turchesca translatata in greco – edição diplomática, crítica, tradução e comentário» (com a colaboração de Vassiliki Krávari e Luís Filipe Thomaz). In Luís Filipe Thomaz, ed. – *Aquém e Além da Taprobana (Estudos Luso-Orientais à memória de Jean Aubin e Denys Lombard)*. Lisboa: Centro de História de Além-Mar, 349-380

LEITÃO, Humberto; LOPES, J. Vicente (1990) – *Dicionário da Linguagem de Marinha Antiga e Actual*. Lisboa: Edições Culturais da Marinha

LEÓN-PORTILLA, Miguel, ed. (2007) – *Cosmographiae introductio; Introducción a la Cosmografía y las quatro Navegaciones de Américo Vespucio*. México: Universidad Nacional Autónoma de México

LEONARDO DE ARGENSOLA, Bartolomé (1609) – *Conquista de las islas de Maluco*. Madrid: Alonso Martín

LESTER, Toby (2009) – *The fourth part of the world: the race to the ends of the earth and the epic story of the map that gave America its name*. London: Profile Books

LI, Andrés de (1999) – *Reportorio de los tempos*. Ed Laura Delbrugge. Rochester; Nova Iorque; Londres: Tamesis

LOBATO, Manuel (2011) – «A Man in the Shadow of Magellan. Francisco Serrão, the First European in the Maluku Islands (1511-1521)». *Revista de Cultura/Review of Culture*, 39 (2011) 103-120

LÓPEZ DE GÓMARA, Francisco (1554) – *La istoria de las Indias y conquista de Mexico*. Antwerpen: Johannes Stelsius

LÓPEZ DE GÓMARA, Francisco (1965) – *Historia General de las Indias*. Ed. Pilar Guibelelde & Emiliano M. Aguilera. Barcelona: Iberia. 2 vol.

LOUPIS, Dimitris (2004) – «Piri Reis' Book on Navigation (*Kitab-ı Bahriyye*) as a Geography Handbook. Ottoman Efforts to produce an Atlas during the Reign of Sultan Mehmed IV (1648-1687)». In George Tolias; Dimitris Loupis, ed. – *Eastern Mediterranean Cartographies*. Athína (Atenas): Institute for Neohellenic Research; National Hellenic Research Foundation, 35-49

LOUPIS, Dimitris (1999) – *Piri Reis (1465-1553) and Aegean Charting. Ottoman Cartography and the Aegean Lake*. Athína (Atenas): Troxalía

LOUREIRO, Rui Manuel (2004) – «António Galvão e os seus tratados histórico-geográficos». In Roberto Carneiro; Artur Teodoro de Matos, ed. – *D. João III e o Império: Actas do Congresso Internacional comemorativo do seu nascimento*. Lisboa: Centro de História de Além-Mar: Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 85-102

LOUREIRO, Rui Manuel (2013) – «Eco das navegações Portuguesas no Kitab-ı Bahriye de Piri Reis». *Abriu. Estudos de textualidade do Brasil, Galícia e Portugal*, 2 (2013) 11-38

LOUREIRO, Rui Manuel (2018) – «Revisitando as *Décadas da Ásia*: Algumas observações sobre o projecto historiográfico de João de Barros». *e-Spania* [Em linha]. 30 (2018). Disponível em: <<http://journals.openedition.org/e-spania/27836>>

MANFRONI, Camillo (1928) – *Relazione del primo viaggio intorno al mondo di Antonio Pigafetta seguita del Roteiro d'un pilote genovese*. Milano: Alpes

MANTRAN, Robert (1973) – «La description des côtes de l'Algérie dans le Kitab-ı Bahriye de Piri Reis». *Revue de l'occident musulman et de la Méditerranée*, 15-16 (1973) 159-168

MANTRAN, Robert (1977) – «La description des côtes de la Tunisie dans le Kitab-ı Bahriye de Piri Reis». *Revue de l'occident musulman et de la Méditerranée*, 24 (1977) 223-235

MANTRAN, Robert (1981) – «La description des côtes de l'Égypte dans le Kitab-ı Bahriye de Piri Reis». *Annales islamologiques*, 17 (1981) 287-310

MARQUES, Alfredo Pinheiro; THOMAZ, Luís Filipe; NOGUEIRA, Bernardo Sá (2006) – *Atlas Miller*. Barcelona: M. Moleiro Editor

MATOS, Luís de (1991) – *L'expansion portugaise dans la littérature latine de la Renaissance*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian

MÁRTIR DE ANGHIERA, Pedro (1530) – *De Orbe Nouo Petri Martyris ab Angleria Mediolanensis protonotarii Caesaris senatoris decades*. Alcalá de Henares: Michaellem de Eguia

MÁRTIR DE ANGHIERA, Pedro (1964-1965) – *Décadas del Nuevo Mundo*. Trad. A. Miralles Carló. México: José Porrúa e Hijos. 2 vol.

MAXIMILIANO TRANSILVANO (1523) – *De Moluccis Insulis itemque alijs plurimis mirandis, que novissima Castellorum hispanorum navigatio Serenissimi Imperatoris Caroli V. auspicio suscepta, nuper inuenit: Maximiliani Transyluani ad Reverendissimum Cardinalem Salzbургensem epistola lectu perquam iucunda*. Roma: Minitius Calvus

McINTOSH, Gregory C. (2000) – «A Tale of Two Admirals: Columbus and the Piri Reis Map of 1513». *Mercator's World*, 5:3 (2000) 18-23

McINTOSH, Gregory C. (2000) – *The Piri Reis Map of 1513*. Athens: London: The University of Georgia Press

McINTOSH, Gregory C. (2014) – «The Piri Reis Map of 1513: Art and Literature in the Service of Science». In Dejanirah Couto; Feza Günergun; Maria Pia Pedani, ed. – *Seapower, Technology and Trade: Studies in Turkish Maritime History*. Istanbul: Piri Reis University Publications, Denizler Kitabevi, 367-379

McKENNA, James B. (1967) – *A Spaniard in the Portuguese Indies: The Narrative of Martín Fernández de Figueroa*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press

MOREIRA, Rafael (2015) – «Pedro e Jorge Reinel (at.1504-60): Dois cartógrafos negros na côrte de D. Manuel de Portugal (1495-1521)». *Terra Brasilis* [Em linha]. 4 (2015). Disponível em [www:< https://journals.openedition.org/terrabrasilis/1209>](https://journals.openedition.org/terrabrasilis/1209)

MOTA, Avelino Teixeira da (1986) – *O Regimento da Altura de Leste-Oeste de Rui Faleiro: Subsídios para o estudo náutico e geográfico da viagem de Fernão de Magalhães*. Lisboa: Edições Culturais da Marinha

MURPHY, Trevor (2004) – *Pliny the Elder's Natural History: The Empire in the Encyclopedia*. Oxford: Oxford University Press

MURTEIRA, André (2000) – «A Carreira de Duarte Pacheco Pereira». In João Paulo Oliveira e Costa, ed. – *Descobridores do Brasil: Exploradores do Atlântico e Construtores da Índia*, Lisboa: Sociedade Histórica da Independência de Portugal, 299-329

MYERS, Kathleen Ann (2007) – *Fernández de Oviedo's Chronicle of America: A New History for a New World*. Austin: University of Texas Press

NASCIMENTO, Aires A., ed. (2007) – *Os clássicos no tempo: Plínio, o velho, e o humanismo português*. Lisboa: Centro de Estudos Clássicos

NORTON, Frederick John (1958) – *Italian Printers, 1501-1520: An Annotated List*. London: Bowes and Bowes

OOSTERHOFF, Richard J. (2018) – *Mathematical Culture: University and Print in the Circle of Lefèvre d'Étaples*. Oxford: Oxford University Press

OSÓRIO, Jerónimo (1944) – *Da vida e feitos de el-rei D. Manuel*. Ed. Joaquim Ferreira. Porto: Livraria Civilização. 2 vol.

OSÓRIO, Jorge Alves (1995) – «Duarte de Resende, tradutor do *De Amicitia* de Cícero (1531)». *Hvmanitas*, 47 (1995) 721-738

PARKER, John, ed. (1957) – *Tidings out of Brazil*. Minneapolis: The University of Minnesota Press

PARKS, George B. (1967-1970) – «The Contents and Sources of Ramusio's *Navigazioni*». In Giovanni Battista Ramusio – *Navigazioni et Viaggi. Venice 1563-1606*. Ed. R. A. Skelton; George B. Parks. Amsterdam: Theatrum Orbis Terrarum. Vol. 3, 1-39

PEARSON, Michael N. (1998) – *Port Cities and Intruders: The Swahili Coast, India, and Portugal in the Early Modern Era*. Baltimore: London: Johns Hopkins University Press

PEDANI, Maria Pia (2010) – *Venezia Porta d'Oriente*. Bologna: Il Mulino

PELÚCIA, Alexandra (2016) – *Afonso de Albuquerque: Corte, Cruzada e Império*. Lisboa: Temas & Debates

PEREIRA, António Pinto (1987) – *História da Índia no tempo em que a governou o visorei Dom Luís de Ataíde*. Ed. Manuel Marques Duarte. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda

PEREIRA, Francisco Maria Esteves, ed. (1921) – *Marco Paulo. O Livro de Marco Paulo. O Livro de Nicolao Veneto. Carta de Jerónimo de Santo Estevam*. Lisboa: Biblioteca Nacional

PEREIRA, José Manuel Malhão (2014) – «Some Geographical and Nautical Comments of the *Muhit* and other related works of Si'di' Al Chelebi». In Dejanirah Couto, Feza Günergun; Maria Pia Pedani, ed. – *Seapower, Technology and Trade: Studies in Turkish Maritime History*. Istanbul: Piri Reis University Publications; Denizler Kitabevi, 136-145

PETTAS, William A. (2012) – *The Giunti of Florence: A Renaissance Printing and Publishing Family*. New Castle, Delaware: Oak Knoll Press

PIGAFETTA, Antonio (1536) – *Il viaggio fatto da gli spagniuoli a torno a'l mondo*. Roma: L. A. Giunta

PIGAFETTA, Antonio (1999) – *Relazione del primo viaggio attorno al mondo*. Ed. Andrea Canova. Padova: Editrice Antenore

PIRES, Tomé (2017) – *Suma Oriental*. Ed. Rui Manuel Loureiro. Lisboa: Centro Científico e Cultural de Macau

PISSARRA, José Virgílio Amaro (2002) – *Chaul e Diu, 1508 e 1509: O Domínio do Índico*. Lisboa: Prefácio

POHLE, Jürgen (2007) – *Martin Behaim (Martinho da Boémia): Factos, lendas e controvérsias*. Coimbra: Centro Interuniversitário de Estudos Germanísticos

POHLE, Jürgen (2017) – *Os mercadores banqueiros alemães e a Expansão Portuguesa no reinado de D. Manuel I*. Lisboa: Centro Humanidades, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa; Universidade dos Açores

RACINE, Matthew T. (2012) – *A Most Opulent Iliad: Expansion, Confrontation and Cooperation on the Southern Moroccan Frontier*. San Diego: Lake George Press

RAMOS PÉREZ, Demetrio (1975) – «Magallanes en Valladolid: La capitulación». In Avelino Teixeira da Mota, ed. – *A Viagem de Fernão de Magalhães e a Questão das Molucas*. Lisboa: Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 178-241

RAMUSIO, Giovanni Battista (1550-1559) – *Delle Navigationi et Viaggi*. Veneza: Giunti. 3 vol.

RAMUSIO, Giovanni Battista (1978-1988) – *Navigazioni e Viaggi*. Ed. Marica Milanese. Milano: Einaudi. 6 vol.

RAVENSTEIN, E. G. (1908) – *Martin Behaim: His Life and his Globe*. London: George Philip & Son, Ltd.

RÊGO, António da Silva, ed. (1960-1977) – *As Gavetas da Torre do Tombo*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos. 12 vol.

RÊGO, António da Silva, ed. (1960-1967) – *Documentação ultramarina portuguesa*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos. 5 vol.

RÊGO, António da Silva e Outros, ed. (1962-1989) – *Documentos sobre os Portugueses em Moçambique e na África Central*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos; Instituto de Investigação Científica Tropical. 9 vol.

ROMER, Frank E., ed. (1998) – *Pomponius Mela's Description of the World*. Ann Arbor: University of Michigan Press

RUMEAU, A. (1975) – «De Fadrique Alemán de Basilea à Alonso de Melgar». *Bulletin hispanique*, 77:1-2 (1975) 117-124

SÁ, Artur Basílio de, ed. (1954-1988) – *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente: Insulíndia*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar; Instituto de Investigação Científica Tropical. 6 vol.

SÁNCHEZ MARTÍNEZ, Antonio (2009) – «De la ‘cartografía oficial’ a la ‘cartografía jurídica’: la querella de las Molucas reconsiderada, 1479-1529». *Nuevo Mundo, Mundos Nuevos* [Em linha]. Disponível em [www: <URL : http://journals.openedition.org/nuevomundo/56899>](http://journals.openedition.org/nuevomundo/56899)

SANDMAN, Alison (2007) – «Spanish Nautical Cartography in the Renaissance». In David Woodward, ed. – *History of Cartography. Volume three: Cartography in the European Renaissance (Part 1)*. Chicago; London: The University of Chicago Press. 2 vol., 1095-1142

SANTOS, Fleur Renatta (2011) – *L’imaginaire de la mer, espaces réels et merveilleux, des géographies arabo-musulmanes aux chroniques et récits de voyages portugais*. Paris: École pratique des hautes études, Section des sciences historiques et philologiques. Dissertação de mestrado

SCHREIBER, Fred (1982) – *The Estiennes: An Annotated Catalogue of 300 Highlights of Their Various Presses*. New York: E. K. Schreiber

SCHURHAMMER, Georg (1963) – «Una Ipotesi sulla fine di Antonio Pigafetta». In Georg Schurhammer – *Orientalia*, ed. László Szilas. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 459-461

SERGEANT, R. B. (1963) – *The Portuguese of the South Arabian Coast: Hadrami Chronicles*. Oxford: Clarendon Press

SERRÃO, Joaquim Veríssimo (1994) – *Figuras e caminhos do Renascimento em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda

SOUCEK, Svatopluk (1996) – *Piri Reis and Turkish Mapmaking After Columbus: The Khalili Portolan Atlas*. London: The Nour Foundation; New York: Azimuth Editions.

SOUCEK, Svatopluk (1995) – «Piri Re’is». *Encyclopédie de l’Islam*. Leiden: E. J. Brill. Vol. 8, 317-319

SOUCEK, Svatopluk (1998) – «Seydi ‘Ali Reis». *Encyclopédie de l’Islam*. Leiden: E. J. Brill. Vol. 9, 556-557

SOUCEK, Svatopluk (2012) – «Five Famous Ottoman Turks of the Sixteenth Century». *Osmanlı Arastirmaları. The Journal of Ottoman Studies*, 40:2 (2012) 325-341

SOUSA, Luís de (1844) – *Anais de Dom João III*. Ed. Alexandre Herculano. Lisboa: Typ. da Soc. Propagadora dos Conhecimentos Uteis

SOUSA, Luís de (1954) – *Anais de D. João III*. Ed. M. Rodrigues Lapa. Lisboa: Livraria Sá da Costa. 2 vol.

SOUSA, Manuel Faria e (1945-1948) – *Ásia Portuguesa*. Ed. Manuel Lopes de Almeida; Isabel Ferreira do Amaral Pereira de Matos; Maria Vitória Garcia Santos Ferreira. Porto: Livraria Civilização. 6 vol.

SVOLJŠAK, Sonja; KOCJAN, Urša (2016) – «The Cat as a Printer's Trademark: The Case of the Sessa Family». *Papers of the Bibliographical Society of America*, 110:1 (2016) 95-116

TARRÍO, Ana Maria Sánchez (2015) – *Leitores dos clássicos: Portugal e Itália, séculos XV e XVI, uma geografia do primeiro humanismo em Portugal*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal; Centro de Estudos Clássicos

TEKELI, Sevim (1986) – *The Oldest Map of Japan Drawn by a Turk Mahmud of Kashgar: The Map of America by Piri Reis*. Ankara: Atatürk Kültür Merkezi

THOMAZ, Luís Filipe F. R. (2000) – *Early Portuguese Malacca*. Trad. Manuel Joaquim Pintado; Maria Pia Mozart Silveira. Macau: Comissão Territorial de Macau para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses; Instituto Politécnico de Macau

THOMAZ, Luís Filipe F. R. (2002) – «Entre l'histoire et l'utopie: le mythe du prêtre Jean». In Olga Weber, Claudia Maresia; Caroline Aymé-Martin Tabourdeau, ed. – *Les civilisations dans le regard de l'autre (Actes du colloque international, Paris, 13-14 décembre 2001)*. Paris: UNESCO, 117-152, 269-279

THOMAZ, Luís Filipe F. R. (2013) – «L'énigme du Prêtre-Jean». *Sigila. Revue transdisciplinaire franco-portugaise sur le secret*, 31 (2013) 127-137

THORNDYKE, Lynn (1949) – *The Sphere of Sacrobosco and Its Commentators*. Chicago: Chicago University Press

VALIÉRE, Pierre (1976) – *Le voyage de Magellan raconté par un homme qui fut en sa compagnie*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian

VAN DUZER, Chet (2010) – *Johann Schöner's Globe of 1515: Transcription and Study*. Philadelphia: American Philosophical Society

VARTHEMA, Ludovico de (1510) – *Itinerario*. Roma: Stephano Guillireti de Loreno; Hercule de Nani

VARTHEMA, Ludovico de (1520) – *Itinerario del venerable varon Luis patricio romano*. Trad. Cristóbal de Arcos. Sevilla: Jacob Cromberger

VARTHEMA, Ludovico de (2004) – *Voyage de Ludovico di Varthema en Arabie et aux Indes orientales (1503-1508)*. Ed. Paul Teyssier. Paris: Éditions Chandeigne

VATIN, Nicolas (2000) – *Rhodes et l'Ordre de Saint-Jean-de-Jérusalem*. Paris: CNRS Editions

VENERI, Toni (2012) – «Il riscatto geografico di Marco Polo». *Quaderni Veneti*, 1:2 (2012) 11-57

VIAUD, Aude (2001) – *Correspondance d'un ambassadeur castillan au Portugal dans les années 1530. Lope Hurtado de Mendoza*. Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian; Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses

VILLIERS, John (2003) – «'A truthful pen and an impartial spirit': Bartolomé Leonardo de Argensola and the *Conquista de las Islas Malucas*». *Renaissance Studies*, 17:3 (2003) 449-473

VITERBO, Sousa (1988) – *Trabalhos Náuticos dos Portugueses, Séculos XVI e XVII*. Ed. José Manuel Garcia. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda

VOGEL, Klaus A. (1995) – «Cultural Variety in a Renaissance Perspective: Johannes Boemus on «The manners, Laws and Customs of all People» (1520)». In Henriette Bugge; Joan Pau Rubiés, ed. – *Shifting Cultures: Interaction and Discourse in the Expansion of Europe*. Münster: Lit, 17-34

ZINNER, E. (1990) – *Regiomontanus: His Life and Work*. Trad. E. Brown. Amsterdam: Elsevier Science Publishers B. V.

ÍNDICES

AUTORES PRINCIPAIS

A

ANGHIERA, Pietro Martire de, 1457-1526

B

BARBOSA, Duarte, 14??-1549

BARROS, João de, 1496-1570

BEHAIM, Martin, 1459-1507

BOEHME, Johann, 1485-1535

C

CASTANHEDA, Fernão Lopes de, 1500-1559

CORREIA, Gaspar, 1495-1561

F

FERNÁNDEZ DE ENCISO, Martín, ca 1470-1533

FERNANDEZ DE FIGUEROA, Martin, fl. 1505-1512

FERNÁNDEZ DE OVIEDO, Gonzalo, 1478-1557

FRACANZIO DA MONTALBODDO, fl. 1508

G

GALVÃO, António, 1490-1557

GÓIS, Damião de, 1502- 1574

H

HERRERA Y TORDESILLAS, Antonio de,
1559-1625

HOMEM, Lopo, fl. 1517-1565

J

JOHANNES DE SACRO BOSCO, ca 1190-1256

K

KAMMERER, Albert, 1875-1951

L

LAS CASAS, Bartolomé de, 1474-1566, O.P.

LEONARDO DE ARGENSOLA, Bartolomé,
1562-1631

LI, Andrés de, fl. 1429

LISBOA, João de, ca 1470-1525

LÓPEZ DE GOMARA, Francisco, 1511-1566?

M

MAXIMILIANUS Transylvanus, 1490-1538

McKENNA, James B.

MELA, Pompónio, fl. 43-50

P

PEREIRA, Duarte Pacheco, ca 1460-1533

PIGAFETTA, Antonio, 1491-1534

PIRES, Tomé, 1465?-ca 1527

PLÍNIO, o Velho, 23/24-79

POLO, Marco, 1254-1323?

PTOLOMEU, ca 90-ca 168

R

REGIOMONTANUS, Johannes Müller, 1436-1476

REINEL, Jorge

REINEL, Pedro

RODRIGUES, Francisco, fl. 1511-1519

26

19

32

38

21

30

27

20

13

31

10

33

34

36

40

4

43

35

37

8

16

29

21

13

1

11

22, 23, 24, 25

14

2

5, 6

3

7

41bis

41, 42

15

Os números remetem para o Catálogo.

V

VARTHEMA, Lodovico de, 1465-1517 12

W

WALDSEEMÜLLER, Martin, ca 1475-1522 39

Z

ZACUTO, Abraão, ca 1450-ca 1532 9

ZIEGLER, Jacob, 1480-1549 21

AUTORES SECUNDÁRIOS

A

ALTHAMER, Andreas, 1498-1564	21
ANGELO, Jacopo d', 14---15--	3
ANTONIO, de Nebrija, 1444-1522	26

B

BAIÃO, António, 1878-1961	24
BENSAÚDE, Joaquim, 1859-1952	17
BERNAND, Carmen	25

C

CASTRO, Xavier de, pseud.	25
---------------------------	----

G

GARCIA, José Manuel, 1956-	15
Graubard, Mark	18

H

HAMON, Jocelyne	25
-----------------	----

L

LEFÈVRE D'ÉTAPLES, Jacques, 1450-1536	4
LEÓN-PORTILLA, Miguel, 1926-	39

M

MADRIGNANI, Arcangelo, ?-1529	10
-------------------------------	----

N

NUNNIS DE LA YERVA, Franciscus	1
--------------------------------	---

P

PARKER, John, 1923-2006	18
-------------------------	----

R

RAMUSIO, Giovanni Battista, 1485-1557	28
REBELO, Jacinto de Brito, 1830-1920	16
RIBEIRO, J. Freitas, ca 18--	24
ROBERTSON, James Alexander	23

S

SKELTON, Raleigh Ashlin, 1906-1970	22
SYLVANUS, Bernardus, fl. 1511	3

T

THOMAZ, Luís Filipe, 1942-	25
----------------------------	----

V

VIZINHO, José, 14--	9
---------------------	---

OBRAS ANÓNIMAS

Obras anónimas	17, 18
----------------	--------

IMPRESSORES

A

ÁLVARES, João, fl. 1536-1587? 30

B

BARREIRA, João de, fl. 1542- 30, 32, 33

C

CORREIA, Francisco, fl. 1549-1581 34

CROMBERGER, Jacobo, fl. 1503-1529 20

E

EGUÍA, Miguel de, fl. 1523-1537 26

ESTIENNE, Henri, fl. 1501-1520 4

F

FERNANDES, Valentim, fl. 1450-1519 5

FERNÁNDEZ DE CÓRDOBA, Francisco, 1541-1570 31

G

GALHARDE, Germão, fl. 1509?-1561 32

GIUNTA, Lucantonio, Herdeiros, fl. 1538-1566 28

GRAPHEUS, Joannes, fl. 1527-1567 21

I

IMPRENTA DE NEBRISSENSIS, Gramatica, ca 1496-ca 1500 1

L

LA CUESTA, Juan de 36

LIECHTENSTEIN, Petrus, fl. 1497-1528 7

M

MARTÍN DE BALBOA, Alonso, fl. 1608-1613 37

MELGAR, Alonso de, fl. 1518-1526 8

MILLÁN, Agustín, fl. 1551-1563 29

O

ORTAS, Abraão d' 9

P

PENCIO, Giacomo, 1497-1527 3

R

RUSCONI, Giorgio dei, fl. ca 1500-1522 12

S

SCINZENZELER, Giovanni Angelo 10

SESSA, Melchior, fl. 1505-1555 2

V

VARELA DE SALAMANCA, Juan, fl. 1501-1544 6

LOCAIS DE IMPRESSÃO

A

Alcalá de Henares	26
Antuérpia	21

B

Burgos	8
--------	---

C

Coimbra	30
---------	----

L

Leiria	9
Lisboa	5, 16, 32, 33, 34

M

Madrid	36, 37
Milão	10

P

Paris	4
-------	---

S

Salamanca	1
Saragoça	29
Sevilha	6, 20

V

Valhadolid	31
Veneza	2, 3, 7, 12, 28

